

ANAIS | 1º CONGRESSO NACIONAL MULTIPROFISSIONAL DE SAÚDE MENTAL

**1ª EDIÇÃO | RESUMOS SIMPLES E
EXPANDIDOS**

ORGANIZAÇÃO

Alan de Paula Ferreira Barros, Alessandra Vitória de Souza dos Santos, André Luis Silva de Sousa, Enelic Fernanda dos Santos Barbosa, Glória Stéphany Silva de Araújo, Higor Braga Cartaxo, João Victor dos Santos dos Santos Carvalho, Letícia Prates Annibolet, Lúcia Valéria Chaves e Maria Edneide Barbosa dos Santos.

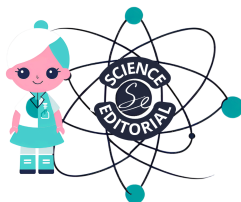
I Congresso Nacional Multiprofissional de Saúde Mental

I EDIÇÃO

ORGANIZADORES

Alan de Paula Ferreira Barros
Alessandra Vitória de Souza dos Santos
André Luis Silva de Sousa
Enelic Fernanda dos Santos Barbosa
Glória Stéphany Silva de Araújo
Higor Braga Cartaxo
João Victor dos Santos dos Santos Carvalho
Letícia Prates Annibolet
Lúcia Valéria Chaves
Maria Edneide Barbosa dos Santos

I Congresso Nacional Multiprofissional de Saúde Mental



Copy Right © Science Editorial
Todos os direitos Reservados

Organizadores

Alan de Paula Ferreira Barros
Alessandra Vitória de Souza dos Santos
André Luis Silva de Sousa
Enelic Fernanda dos Santos Barbosa
Glória Stéphany Silva de Araújo
Higor Braga Cartaxo
João Victor dos Santos dos Santos Carvalho
Letícia Prates Annibolet
Lúcia Valéria Chaves
Maria Edneide Barbosa dos Santos

Corpo Editorial

Alan de Paula Ferreira Barros
Higor Braga Cartaxo
Glória Stéphany Silva de Araújo
Larissa Regina Ferreira Martins
Lúcia Valéria Chaves

Capista

Alan de Paula Ferreira Barros

Publicação

Science Editorial

Editoração

Equipe 2025 da Science Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

1º Congresso Nacional Multiprofissional de Saúde
Mental (2025 : Cajazeiras : PB)
Anais de eventos [livro eletrônico] : 1º Congresso Nacional
Multiprofissional de Saúde Mental -- 1. ed.
-- Cajazeiras, PB : Science's cursos, 2025. ePDF

Vários organizadores Bibliografia
ISBN 978-65-83921-04-8

1. Bem-estar mental 2. Qualidade de vida 3. Saúde mental 4.
Saúde mental - Congressos

25-288608

CDD-616.89
NLM-WM

100

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde mental : Qualidade de vida : Ciências médicas 616.89
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



APRESENTAÇÃO

O I Congresso Nacional Multiprofissional de Saúde Mental surge como resposta à crescente necessidade de ampliação dos debates, práticas e políticas voltadas à saúde mental no Brasil, em um momento histórico marcado por múltiplas crises — sociais, sanitárias, políticas e subjetivas — que afetam diretamente o bem-estar psíquico da população. Este evento inédito reúne profissionais, estudantes, gestores e pesquisadores comprometidos com a construção de um cuidado em saúde mental que seja mais integral, intersetorial, antimanicomial e pautado nos direitos humanos.

Mais do que um espaço científico, o Congresso se propõe a ser um fórum de escuta, partilha e construção coletiva. Aqui, saberes diversos se entrelaçam: da psicologia à psiquiatria, do serviço social à enfermagem, da terapia ocupacional à educação, da medicina à arte, compondo um panorama plural sobre os desafios e as potências do cuidado em saúde mental em diferentes contextos — da atenção básica aos CAPS, das redes hospitalares aos territórios e comunidades.

Os temas debatidos nesta primeira edição vão além do adoecimento psíquico: abordam também os determinantes sociais da saúde, os impactos da desigualdade e da violência, o cuidado de populações vulnerabilizadas, o uso de substâncias, os sofrimentos contemporâneos, a medicalização da vida e as estratégias de cuidado centradas no sujeito e em sua singularidade.

Este evento marca o início de uma trajetória que pretende fortalecer a atuação multiprofissional como eixo central da transformação do cuidado em saúde mental no país. Mais do que reunir especialidades, trata-se de articular práticas e valores em torno de uma escuta qualificada, de vínculos solidários e de um compromisso ético com a vida.

O I Congresso Nacional Multiprofissional de Saúde Mental é, portanto, um convite à reflexão crítica, ao fortalecimento das redes de cuidado e à renovação do compromisso com uma sociedade mais justa, acolhedora e saudável. Que este encontro inspire novas práticas, conecte saberes e fortaleça a luta por uma saúde mental pública, universal e de qualidade para todas as pessoas.

SUMÁRIO

1.	DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS EM LONGAS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS: UM PROBLEMA INVISIBILIZADO.....	11
2.	A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO CUIDADO DE PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS.....	13
3.	A INFLUÊNCIA DA DEPRESSÃO PÓS -AVC NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO..	15
4.	CUIDADORES DE IDOSOS: ENTRE O CUIDADO E O AUTOCUIDADO.....	18
5.	ABORDAGENS TERAPÊUTICAS ASSISTIDAS POR EQUINOS NO AUTISMO: UM OLHAR DA LITERATURA CIENTÍFICA.....	21
6.	SÍNDROME DE BURNOUT NO CONTEXTO LABORAL: UMA REVISÃO NARRATIVA.....	23
7.	VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E ESTRATÉGIAS MULTIPROFISSIONAIS DE ACOLHIMENTO.....	25
8.	CUIDADO EM LIBERDADE: A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS COM TRANSTORNOS MENTAIS GRAVES.....	27
9.	PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE IDOSOS EM UM CENTRO-DIA PARANAENSE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	29
10.	DIRETRIZES EM CUIDADOS PALIATIVOS E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA.....	31
11.	ESTIGMA SOCIAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO NA ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE MENTAL JUVENIL.....	39
12.	INTERVENÇÃO DIALOGADA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES.....	41
13.	SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA ESCOLAR: FATORES DE RISCO PSICOSSOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO NO AMBIENTE EDUCACIONAL	43
14.	EFEITOS DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	45
15.	IMPACTO DO SONO NA SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19..	51
16.	INFÂNCIA E JUVENTUDE SOB A PERSPECTIVA DA ENFERMAGEM: BARREIRAS SOCIOCULTURAIS E POSSIBILIDADES DE CUIDADO EM SAÚDE EMOCIONAL.	53
17.	EFEITOS DO CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS NA SAÚDE MENTAL DE ESCOLARES: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL.....	55
18.	IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA NA EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO DAS CRIANÇAS.....	58
19.	SAÚDE MENTAL E CIRURGIA MINIMAMENTE INVASIVA: A NOVA FRONTEIRA DO CUIDADO INTEGRADO.....	61
20.	A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE: IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS E DESAFIOS PARA A SAÚDE MENTAL COLETIVA.....	64
21.	ESTIGMAS, TRANSTORNOS MENTAIS E CIRURGIA BARIÁTRICA: DESAFIOS DA PSIQUIATRIA FRENTE À MEDICALIZAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL.....	66
22.	AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO EM NÍVEL MUNICIPAL.....	69
23.	REDUÇÃO DE DANOS: ESTRATÉGIAS PARA PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA.....	71
24.	A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL ATRAVÉS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO.....	74

25.	DESAFIOS NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DOS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE EM ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	76
26.	ANSIEDADE, DOR E RECUPERAÇÃO: A PSICOLOGIA COMO ALIADA NA CIRURGIA MINIMAMENTE INVASIVA.....	78
27.	O ESTIGMA COMO OBSTÁCULO AO DIAGNÓSTICO PRECOCE DOS TRANSTORNOS MENTAIS: IMPLICAÇÕES PARA A PSICOLOGIA.....	80
28.	IMPACTO DO ESTIGMA SOCIAL NO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE DOENÇAS MENTAIS.....	82
29.	AUTISMO EM PERNAMBUCO SEGUNDO O CENSO 2022: DESAFIOS E CAMINHOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL.....	86
30.	A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM DA TEMÁTICA “SAÚDE MENTAL” PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE.....	90
31.	ENTRE GRADES E DESAFIOS: SAÚDE MENTAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE.....	92
32.	REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DO COVID 19 NA SAÚDE MENTAL DOS ENFERMEIROS.....	94
33.	PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS NOVOS DE TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO.....	96
34.	SAÚDE MENTAL DE IDOSOS: DEPRESSÃO E ANSIEDADE NA TERCEIRA IDADE... 99	
35.	A RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E O ADOECIMENTO PSÍQUICO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM.....	101
36.	SAÚDE MENTAL E IMPACTOS PSICOLÓGICOS NA ATUAÇÃO POLICIAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	104
37.	O IMPACTO DA ANSIEDADE MATERNA NA AUTOEFICÁCIA DA AMAMENTAÇÃO.....	106
38.	SÍNDROME DA MULHER-MARAVILHA: OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL ASSOCIADOS À BUSCA PELA PERFEIÇÃO E SOBRECARGA DA DUPLA JORNADA.....	108
39.	SOFRIMENTO MENTAL EM ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	112
40.	REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL MEDIADA PELA ARTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM USUÁRIOS DE UM CAPS.....	118
41.	ANÁLISE DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DA PARAÍBA: ESTRUTURA ASSISTENCIAL E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS USUÁRIOS.....	124
42.	SAÚDE MENTAL EM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS PARA O CUIDADO EM REDE.....	130
43.	REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL MEDIADA PELA ARTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM USUÁRIOS DE UM CAPS.....	137
44.	SOFRIMENTO MENTAL EM ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	143
45.	ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE CUIDADO À SAÚDE MENTAL DE TRABALHADORES DO SUS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	149
46.	DEPRESSÃO PERINATAL: FATORES DE RISCO, IMPACTOS E ESTRATÉGIAS DE CUIDADO NO CONTEXTO DA MATERNIDADE.....	156
47.	SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: UMA REVISÃO SOBRE A DEPRESSÃO E ANSIEDADE ENTRE OS TRABALHADORES.....	162
48.	O USO TERAPÊUTICO DO CANABIDIOL NO MANEJO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE: BENEFÍCIOS E IMPLICAÇÕES CLÍNICAS.....	169
49.	PLANTAS MEDICINAIS NO CUIDADO À SAÚDE MENTAL: ABORDAGENS TERAPÊUTICAS E LIMITES CLÍNICOS.....	177

50.	DEPRESSÃO E ANSIEDADE SOB UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL.....	184
51.	O PAPEL DO EXERCÍCIO FÍSICO NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES....	192
52.	ACOLHIMENTO EM SAÚDE MENTAL NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	200
53.	USO DE FÁRMACOS COMO ANESTESIA EMOCIONAL.....	207
54.	ACOLHIMENTO EM SAÚDE MENTAL NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	213
55.	LOUCURA E SOFRIMENTO PSÍQUICO EM CORPOS FEMININOS: PERSPECTIVAS DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE.....	221
56.	A INFLUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	227

RESUMOS SIMPLES

EIXO: ASSISTÊNCIA AOS PACIENTES PSIQUIÁTRICOS

DEFICIÊNCIAS NUTRICIONAIS EM LONGAS INTERNAÇÕES PSQUIÁTRICAS: UM PROBLEMA INVISIBILIZADO

Eixo: Assistência aos Pacientes Psiquiátricos

Bruna Rafaela da Silva Lima

Graduanda em Nutrição pela Universidade Maurício de Nassau – UNINASSAU, Recife-PE

Mikaelly Fabianny Honorato

Graduada em Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz, Itajubá- MG

Introdução: Em instituições psiquiátricas de longa duração, questões como estabilidade clínica, adesão terapêutica e controle comportamental costumam ocupar o foco das atenções assistenciais. No entanto, aspectos igualmente determinantes, como a condição nutricional dos pacientes, frequentemente permanecem à margem de intervenções sistematizadas. Diante desse cenário, as deficiências nutricionais tornam-se uma condição silenciosa e negligenciada, ainda que seu impacto seja comprovado sobre a saúde física e mental. Desenha-se um panorama que exige um olhar abrangente, especialmente quando se leva em conta o tempo prolongado de institucionalização, as dietas padronizadas com baixa diversidade alimentar e o emprego contínuo de fármacos que comprometem a absorção e metabolismo de nutrientes essenciais. **Objetivo:** Analisar, com base em dados empíricos recentes, a prevalência e os principais tipos de deficiências nutricionais entre indivíduos internados por extensos períodos em unidades psiquiátricas, buscando também reconhecer os fatores estruturais e clínicos que contribuem para esse quadro. **Materiais e métodos:** Foi conduzida uma revisão sistemática da literatura com busca orientada nas bases PubMed, SciELO e LILACS, cobrindo publicações entre 2010 e 2025. Foram incluídos estudos que apresentassem dados objetivos sobre a ocorrência de carências nutricionais em pacientes adultos e idosos hospitalizados por mais de 180 dias. Os descritores utilizados incluíram termos como “nutrição”, “interação psiquiátrica” e “carência de micronutrientes”. Afim de ampliar a busca foram utilizados operadores booleanos “AND” e “OR” e seus respectivos em português. Os critérios de inclusão compreenderam estudos observacionais, ensaios clínicos randomizados, relatos de caso e revisões de escopo, sistemáticas ou narrativas desde que apresentem dados relevantes. Foram aceitos artigos em inglês, português ou espanhol, disponíveis integralmente nas plataformas consultadas. Como critério de exclusão, optou-se por desconsiderar monografias, teses, dissertações e demais produções acadêmicas que não tivessem sido veiculadas em periódicos científicos indexados. Após a triagem e aplicação dos critérios de seleção, 6 estudos foram selecionados para construção dos resultados. **Resultados e discussão:** Os achados apontaram taxas expressivas de deficiência de colecalciferol, folato, vitamina B12, ferro e zinco entre os pacientes hospitalizados, com prevalências oscilando entre 20% e 84%, conforme o nutriente e a amostra estudada. Eventualmente, também foram identificados casos de desnutrição proteico-calórica leve, principalmente em usuários com comprometimento funcional severo ou em contexto de abandono familiar. A restrição alimentar nas instituições psiquiátricas, caracterizada pela oferta limitada de frutas, hortaliças e proteínas magras, figura como uma das origens recorrentes desses desequilíbrios, agravada por orçamentos restritos e a ausência de diretrizes específicas de nutrição voltadas à saúde mental. Outro aspecto relevante foi a ligação entre o uso de medicamentos psicotrópicos, como antipsicóticos de segunda geração e estabilizadores do humor e alterações metabólicas que prejudicam a absorção ou biodisponibilidade de micronutrientes. Adicionalmente, o déficit de diretrizes em avaliação clínica psiquiátrica e a falta de protocolos de triagem e monitoramento agravam o potencial de desfechos adversos. O cenário revelado pela literatura sugere que a negligência nutricional institucionalizada não apenas compromete a recuperação clínica dos pacientes, como também favorece a manutenção do quadro de distúrbios mentais. A discussão dos resultados aponta a urgência de reposicionar a nutrição como eixo central no acompanhamento em saúde mental. Para isso, é necessário reestruturar os modelos de atenção nas instituições

psiquiátricas, incorporando ações interdisciplinares, elaboração de cardápios mais adequados sob a ótica qualitativa e a presença constante de profissionais nutricionistas nas equipes multiprofissionais. Além disso, diretrizes públicas específicas para o cuidado nutricional em instituições psiquiátricas devem ser incentivadas, valorizando a abordagem centrada no paciente e no reconhecimento da saúde integral do paciente. **Considerações finais:** Conclui-se que a invisibilidade das deficiências nutricionais em longas internações psiquiátricas representa uma barreira significativa à reabilitação dos pacientes. A superação dessa barreira requer o fortalecimento da atuação interdisciplinar, capacitação profissional contínua e compromisso institucional com o avanço da saúde em sua integralidade, contemplando tanto as dimensões psíquicas quanto as biológicas da experiência humana.

Palavras-chave: Deficiências Nutricionais; Internação Psiquiátrica; Micronutrientes; Nutrição Clínica; Saúde Mental.

Referências:

BERGER, M. M. *et al.* Micronutrient deficiencies in medical and surgical inpatients. **Journal of Clinical Medicine**, v. 8, n. 7, p. 931, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jcm8070931>. Acesso em: 7 jul. 2025.

GRAJEK, M. *et al.* Nutrition and mental health: a review of current knowledge about the impact of diet on mental health. **Frontiers in Nutrition**, v. 9, p. 943998, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fnut.2022.943998>. Acesso em: 7 jul. 2025.

PEÑALVER, R. *et al.* Valoración del estado nutricional en enfermos mentales institucionalizados. **Nutrición Hospitalaria**, [S.l.], v. 39, n. 2, p. 365–375, 29 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.20960/nh.03811>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34839669/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

PINHEIRO, A. B., SILVA, D. M. Avaliação do estado nutricional de pacientes com transtornos mentais em instituições de longa permanência. **Revista de Nutrição em Saúde Mental**, v. 4, n. 1, p. 23–31, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rnsm/article/view/90112>. Acesso em: 7 jul. 2025.

PRAKASH, R.; AGGARWAL, N.; JOSE, N. A cross-sectional study of serum folate and vitamin B12 levels in psychiatric inpatients. **Primary Care Companion for CNS Disorders**, [S.l.], v. 21, n. 5, e19m02464, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4088/PCC.19m02464>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31617966/>. Acesso em: 7 jul. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Promoting mental health: concepts, emerging evidence, practice. Geneva: **WHO**, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241562971>. Acesso em: 7 jul. 2025.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO CUIDADO DE PACIENTES COM TRANSTORNOS MENTAIS

Eixo: Assistência aos pacientes psiquiátricos

Maíra Saenne Luz Lira

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Amanda Júlia Sousa de Oliveira

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Ana Carolina Oliveira do Rêgo

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Lara Beatriz de Araújo Sousa

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Nildes Dariane Pinheiro Santos

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Aline Raquel De Sousa Ibiapina

Bacharel em Enfermagem. Doutorado e Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí - UFPI.
Professora Adjunta do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí- Campus Senador
Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)- Picos- PI.

Introdução: Os transtornos mentais, a maioria das vezes, impactam diretamente a funcionalidade, a autonomia e a vida social dos indivíduos, exigindo um cuidado que vá além da atenção profissional, estendendo-se ao convívio familiar. Nesse contexto, a família surge como elemento essencial na construção de uma rede de apoio que contribui para o tratamento e a reintegração social da pessoa com transtorno mental. A implementação da Reforma Psiquiátrica, juntamente com a estruturação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), promoveram uma transformação significativa no modelo de atenção em saúde mental. Essa mudança contribuiu para a humanização do cuidado, o enfrentamento do estigma e a valorização de práticas comunitárias, evidenciando que a saúde mental não se restringe ao espaço hospitalar, mas se constrói também nas redes de apoio, como a família, os amigos e a comunidade. **Objetivo:** Analisar a importância da família no cuidado de pessoas com transtornos mentais graves, destacando os impactos dessa participação no processo terapêutico. **Materiais e métodos:** Revisão narrativa da literatura realizada no período de maio a junho de 2025, nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO), utilizando os descritores “Transtornos mentais”, “Saúde mental”, “Estrutura Familiar”, combinados entre si através dos operadores booleanos AND e OR. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, que abordassem a temática, publicados entre os anos de 2015 e 2024, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Foram encontrados 20 artigos, em seguida, aplicados os critérios de elegibilidade, e ficando ao final um total de 11 artigos que contemplaram a temática. **Resultados e discussão:** O envolvimento familiar no cuidado de pacientes com transtornos mentais graves é um fator decisivo na continuidade do tratamento e na adesão às práticas terapêuticas. Vínculos afetivos consistentes e estabelecem rotinas de cuidado em conjunto com os serviços de saúde contribuem significativamente para a estabilização emocional dos pacientes, além de favorecerem sua reinserção social. Muitos familiares ainda enfrentam dificuldades para compreender o diagnóstico e os sintomas, o que gera insegurança e, em alguns casos, comportamentos de afastamento. A falta de informação sobre saúde mental, aliada ao preconceito enraizado na sociedade, cria barreiras para o acolhimento integral dessas pessoas, resultando em um ambiente familiar muitas vezes despreparado para oferecer o apoio necessário. Logo, pode apresentar sobrecarga emocional enfrentada pelos cuidadores, especialmente quando não há divisão de tarefas, podendo causar sentimentos de cansaço, solidão, frustração e até sintomas depressivos, sobretudo quando o cuidado se estende por muitos anos e sem suporte institucional. A ausência de espaços de escuta e suporte emocional para esses familiares reforça o isolamento e prejudica o cuidado tanto do paciente quanto do cuidador. O acompanhamento multiprofissional com

participação ativa da família promove resultados mais positivos. Quando os familiares entendem os sintomas, o funcionamento da medicação e a importância da continuidade no cuidado, tornam-se aliados estratégicos dos serviços de saúde. A construção de redes comunitárias, a ampliação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e o fortalecimento das ações de matriciamento com a Atenção Básica são estratégias fundamentais para dividir responsabilidades e reduzir a sobrecarga vivida pelas famílias. **Considerações Finais:** O apoio familiar contribui para a adesão ao tratamento, o enfrentamento das crises e a promoção de uma vida mais autônoma e digna para o paciente. No entanto, também ficou evidente que esse cuidado traz consigo uma carga emocional significativa, especialmente quando a família não recebe orientação e suporte adequados dos serviços de saúde. É de suma importância investir em estratégias de formação, escuta e acolhimento para os familiares, além de fortalecer redes de apoio intersetoriais, é essencial para garantir um cuidado mais eficaz, humano e compartilhado. Valorizar a família como parceira do cuidado em saúde mental é um passo decisivo para a consolidação de um modelo de atenção verdadeiramente comunitário, integral e centrado na pessoa.

Palavras-chave: Transtornos mentais; Saúde mental; Estrutura Familiar;

Referências:

Barros, G. P. G.; Silva, D. M. F.; Jorge, M. S. B. A inserção do familiar/cuidador no projeto terapêutico singular de pacientes em sofrimento mental: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 1, e47511124505, jan. 2022.

Carvalho, R. C. N.; Nantes, R. F. P.; Costa, M. L. Estratégia familiar de cuidado em saúde mental. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 6, n. 7, p. 50256–50271, jul. 2020.

Duarte, R. H. M.; Martins, W. A importância da família nos cuidados à pessoa com transtornos mentais. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, São Paulo, v. 7, n. 15, p. e151416, 2024.

Juan-Porcar, Maria; Guillamó-Gimeno, Lledó; Pedraz-Marcos, Azucena; Palmar-Santos, Ana María. Cuidado familiar de pessoas com doenças mentais graves: uma revisão integrativa. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 352–360, 2015.

A INFLUÊNCIA DA DEPRESSÃO PÓS -AVC NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO

Eixo: Assistência aos Pacientes Psiquiátricos

Mylena Vitória Silva de Paula

Graduanda em Fisioterapia pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, Recife PE

Marina Rodrigues de Lima

Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, Recife - PE

Beatriz Augusta Silva

Graduada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, Recife - PE

Introdução: De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Acidente Vascular Cerebral (AVC) refere-se a uma rápida evolução das manifestações clínicas de distúrbios focais ou globais do funcionamento cerebral de modo que emerge sintomas por um período de 24 horas ou mais, ocasionando ao óbito, sem outro fator causador além da origem vascular. O AVC é classificado em dois subtipos principais: isquêmico e hemorrágico. O AVC isquêmico é o mais prevalente, correspondendo a aproximadamente 85% dos casos, e resulta da obstrução do fluxo sanguíneo em vasos cerebrais, geralmente causada por um trombo ou êmbolo, o que compromete a oxigenação e a nutrição do tecido encefálico. Por outro lado, o AVC hemorrágico é responsável por cerca de 15% dos casos e decorre do rompimento de um vaso sanguíneo intracraniano, ocasionando extravasamento sanguíneo e aumento da pressão intracraniana, sendo frequentemente associado a maior gravidade clínica e pior prognóstico. Nesse contexto, a depressão pós-AVC desponta como uma das complicações neuropsiquiátricas mais prevalentes entre os sobreviventes, afetando significativamente a recuperação funcional, a adesão ao tratamento e a qualidade de vida. **Objetivo:** Analisar a influência da depressão em pacientes sobreviventes de AVC. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, conduzida no primeiro semestre de 2025. A busca foi realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *National Library of Medicine* (PubMed). Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Stroke”, “Depression” e “Rehabilitation”, combinados entre si pelo operador booleano “AND”. Inicialmente, foram identificados 27 artigos, dos quais quatro estudos atenderam aos objetivos da pesquisa. Os critérios de inclusão compreenderam publicações dos últimos dez anos (2015–2025), disponíveis em texto completo, nos idiomas português ou inglês, sem restrição de idade ou sexo. Foram consideradas revisões de literatura, estudos observacionais e ensaios clínicos. Excluíram-se trabalhos que não abordavam diretamente a temática proposta, publicações com foco exclusivo em outras comorbidades, resumos simples, capítulos de livros, textos com acesso indisponível na íntegra, fora do período estabelecido ou que não se enquadram no escopo do estudo. **Resultados e discussão:** A análise dos dados revisados revela que a depressão pós-AVC exerce uma influência significativa sobre o processo de reabilitação dos pacientes. Essa condição está associada à piora do quadro clínico geral, atrasos na recuperação funcional e redução expressiva da qualidade de vida, tornando-se um fator limitante para a adesão ao tratamento e para a reintegração social do indivíduo, comprometem também a eficácia dos serviços de reabilitação e elevam a incidência de mortalidade. Diante disso, torna-se urgente a identificação precoce da depressão, uma vez que ela pode agravar o estado clínico e retardar o tratamento, favorecendo o surgimento de outros distúrbios pós-AVC. Ademais, os quadros depressivos costumam ser subestimados pelo próprio paciente e pela sociedade, o que também colabora para a baixa efetividade do processo de reabilitação. Portanto, a relação da interpretação negativa do paciente a respeito do seu estado clínico de saúde, ou seja, sequelas e limitações, conduz ao surgimento dos distúrbios de depressão e ansiedade, na qual tendem a gerar impacto direto na qualidade de vida diária e no contexto cultural, capaz de atenuar no retardo em influências fisiológicas e comportamental humana. **Considerações Finais:** Conclui-se que a depressão pós-AVC no processo

de reabilitação são comprometedoras para o quadro clínico desse público, sobretudo, a harmonização do viver bem comprometendo diretamente na resulta do tratamento clínico individual, gerando obstáculos de melhora e evolução funcional além do afastamento de atividades participativas culturais na comunidade.

Palavras-chave: Acidente Vascular Cerebral; Depressão; Reabilitação.

Referências:

KIM JS. Post-stroke Mood and Emotional Disturbances: Pharmacological Therapy Based on Mechanisms. **J Stroke**. 2016 Sep;18(3):244-255. DOI: [10.5853/jos.2016.01144](https://doi.org/10.5853/jos.2016.01144).

REIS, Catiele; FARO, André. Psychological repercussions after stroke: a literature review. **Psic., Saúde & Doenças**. vol. 20 no.1 Lisboa mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.15309/19psd200102>.

SOUZA, Arthur Henrique Cotrim Costa de. A influência da depressão na efetividade da reabilitação motora pós-AVC. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, 2024;26(1). DOI: <https://doi.org/10.47456/rbps.v26i1.42038>.

YOSHIDA, Hélio Mamoru. *et al.* Distúrbios de humor e emocionais pós-AVC: terapia farmacológica baseada em mecanismos. **Fisioter. Pesqui.** 26 (1). Mar 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-2950/17001026012019>.

**EIXO: ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E NOVAS FORMAS DE
CUIDADO NO CONTEXTO DA SAÚDE MENTAL**

CUIDADORES DE IDOSOS: ENTRE O CUIDADO E O AUTOCUIDADO

Eixo: Atenção Psicossocial e novas formas de cuidado no contexto da Saúde Mental

André Luis Silva de Sousa

Graduando em Medicina pela Universidad Maria Auxiliadora – UMAX, Asunción Py
Presidente da Sociedad Científica de Estudiantes de Medicina da Univesidad Maria Auxiliadora (SOCEM-UMAX)
Sociedad Científica de Estudiantes de Medicina da Univesidad Maria Auxiliadora (SOCEM-UMAX).

Daniele Magalhães de Medeiros

Graduanda de Enfermagem pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, Sinop – MT.

Diego da Silva Ferreira

Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, Ceará.

Rose Anne Holanda

Especialista em Neuropsicologia pelo Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS, Fortaleza - Ceará.

Introdução: O estresse, amplamente estudado na psicologia em razão de seus efeitos na saúde física e mental, pode ser compreendido sob três principais perspectivas: fisiológica, ambiental e cognitiva, sendo esta última a mais destacada na literatura. Nesse contexto, destaca-se o estresse do cuidador, uma forma específica de sobrecarga resultante das exigências físicas, emocionais e sociais envolvidas na prestação de cuidados. Tal condição está relacionado à deterioração da saúde geral do cuidador, incluindo aumento do risco de mortalidade e doenças cardiovasculares. Além disso, a qualidade de vida do cuidador familiar influencia diretamente tanto na eficácia do cuidado oferecido à pessoa idosa quanto na sua capacidade de adaptação às transformações progressivas da condição do indivíduo assistido. Diante dessa sobrecarga, evidencia-se a importância de uma abordagem mais aprofundada sobre a profissão de cuidador, frequentemente subestimada ou tratada como mera função auxiliar, ignorando-se o desgaste físico e mental implicado. **Objetivo:** Analisar de que forma a sobrecarga dos cuidadores de idosos pode ser mediada pelo autocuidado e pela saúde mental, influenciando na qualidade do cuidado prestado. **Materiais e métodos:** Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, fundamentada na metodologia atualizada proposta por Whitemore e Knafl (2005). A escolha desse modelo justifica-se por sua capacidade de integrar evidências oriundas de estudos empíricos, teóricos, qualitativos e quantitativos, permitindo uma compreensão abrangente e aprofundada de fenômenos complexos em saúde. A questão norteadora definida foi: “De que forma o autocuidado pode mediar a sobrecarga dos cuidadores de idosos e influenciar sua saúde mental?”. A busca foi realizada na base de dados *CICCO Paraguay*, no mês de abril de 2025, utilizando os descritores em inglês: “*caregiver burden*”, “*self-care*”, “*elderly*” e “*mental health*”, combinados com o operador booleano *AND*. Estabeleceu-se um recorte temporal compreendido entre janeiro de 2023 e abril de 2025. O processo metodológico seguiu as etapas recomendadas por Whitemore e Knafl: identificação do problema, busca na literatura, avaliação dos dados, análise dos dados e apresentação dos resultados. Foram inicialmente identificados 37 artigos. Após leitura de títulos e resumos, sete foram selecionados para leitura completa. Desses, 6 atenderam plenamente aos critérios de inclusão: disponibilidade integral do texto, enquadramento temporal e abordagem simultânea dos três eixos temáticos centrais do estudo. Foram inicialmente identificados 37 artigos. Após leitura de títulos e resumos, 7 foram selecionados para leitura completa. Desses, 6 atenderam plenamente aos critérios de inclusão: disponibilidade integral do texto, enquadramento temporal e abordagem simultânea dos três eixos temáticos centrais do estudo. A sétima referência, embora não componha o corpus de análise, foi incorporada por sua relevância metodológica, pois fundamenta o delineamento e a condução desta revisão integrativa. A análise dos dados foi qualitativa, utilizando categorização temática e síntese descritiva, com base na técnica de comparação constante, a fim de identificar padrões, convergências e implicações entre os estudos selecionados. **Resultados e discussão:** Os dados indicam que a sobrecarga dos cuidadores está fortemente associada à depressão nos idosos, fator que impacta diretamente a saúde mental dos cuidadores. Limitações funcionais severas nos idosos, somadas à depressão, ampliam

significativamente a carga dos cuidadores, gerando altos níveis de estresse, ansiedade e exaustão. A capacidade de organização das atividades de cuidado e a adoção de rotinas demonstraram-se eficazes na redução do impacto emocional. A resiliência psicológica dos cuidadores também se mostrou essencial: aqueles com maior habilidade de enfrentar os desafios emocionais e que buscam apoio social, quando necessário, apresentam menores índices de sobrecarga. O autocuidado mostrou-se essencial na mitigação dos efeitos negativos da atividade de cuidar. Práticas como exercícios físicos, alimentação equilibrada e suporte psicológico favorecem o bem-estar do cuidador e, conseqüentemente, a qualidade do cuidado prestado ao idoso. Por outro lado, a ausência dessas práticas intensifica o ciclo de esgotamento físico e emocional. Constatou-se ainda que o apoio familiar, comunitário ou institucional contribui para a diminuição da sobrecarga, promovendo um ambiente de cuidado mais equilibrado e saudável. **Considerações Finais:** A presente revisão integrativa indica que a sobrecarga dos cuidadores de idosos está associada a quadros depressivos dos assistidos, com ou sem deficiência associada, acarretando altos níveis de estresse, ansiedade e exaustão. Também foi verificado que quando existe o estabelecimento de rotinas e adoção de práticas de autocuidado ocorre redução da sobrecarga emocional, que contribui para a promoção de um ambiente mais saudável.

Palavras-chave: Autocuidado; Saúde Mental; Sobrecarga do Cuidador.

Referências:

HIRSCHLE, A. L. T.; GONDIM, S. M. G. Estresse e bem-estar no trabalho: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, p. 2721–2736, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.27902017>. Acesso em: 27 maio 2025.

HU, Y. *et al.* Effects of home disease management strategies based on the dyadic illness management theory on elderly patients with chronic heart failure and informal caregivers' physical and psychological outcomes: protocol of a randomized controlled trial. **Trials**, v. 25, n. 1, p. 667, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13063-024-08523-w>. Acesso em: 19 abr. 2025.

KING, A. *et al.* Association between caregiver strain and self-care among caregivers with diabetes. **JAMA Network Open**, v. 4, n. 2, p. e2036676, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jamanetworkopen.2020.36676>. Acesso em: 27 maio 2025.

NASREEN, H. E. *et al.* Caregiver burden, mental health, quality of life and self-efficacy of family caregivers of persons with dementia in Malaysia: baseline results of a psychoeducational intervention study. **BMC Geriatrics**, v. 24, n. 1, p. 656, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12877-024-05221-9>. Acesso em: 19 abr. 2025.

PILLETTE, L. *et al.* A systematic review of navigation assistance systems for people with dementia. **IEEE Transactions on Visualization and Computer Graphics**, v. 29, n. 4, p. 2146–2165, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/TVCG.2022.3141383>. Acesso em: 19 abr. 2025.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/J.1365-2648.2005.03621.X>. Acesso em: 19 abr. 2025.

XIONG, Z. *et al.* Dyadic transmission of depression in the elderly people with disabilities to caregiver burden: multiple mediating roles of caring ability and resilience. **Zhong Nan Da Xue Xue Bao. Yi Xue Ban (Journal of Central South University. Medical Sciences)**, v. 48, n. 8, p.

1243–1251, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11817/j.issn.1672-7347.2023.220324>. Acesso em: 19 abr. 2025.

ABORDAGENS TERAPÊUTICAS ASSISTIDAS POR EQUINOS NO AUTISMO: UM OLHAR DA LITERATURA CIENTÍFICA

Eixo: Atenção Psicossocial e novas formas de cuidado no contexto da Saúde Mental

Vinícius Emanuel Meireles Barbosa

Graduando em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Adriele Ferreira Campos

Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Ronald Fernando Soares do Nascimento

Graduando em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife PE

Enelic Fernanda dos Santos Barbosa

Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife PE

Pedro Douglas Alves Braga

Mestrando em Modelos de Decisão e de Saúde pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa PB

Introdução: A equoterapia, também conhecida como terapia assistida por cavalos, tem se destacado como uma intervenção complementar promissora no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação, na interação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, conforme definido pelo DSM-5. Frente aos desafios impostos por essas características, abordagens terapêuticas alternativas vêm sendo exploradas, e entre elas, a equoterapia tem ganhado reconhecimento por seus efeitos positivos em múltiplos domínios do desenvolvimento. Estudos científicos recentes demonstram que a equoterapia pode contribuir significativamente para o aprimoramento motor, cognitivo, social e comportamental de crianças com TEA. Dentre os benefícios relatados, destacam-se a melhora da postura, da coordenação motora, da comunicação social, da autoestima e a redução de comportamentos disruptivos. A literatura indica que a interação com o cavalo promove estímulos sensoriais e motores intensos, capazes de favorecer o equilíbrio neuropsicomotor, além de proporcionar experiências terapêuticas em ambiente ao ar livre, o que amplia o potencial de inclusão social e engajamento afetivo. Dessa forma, a equoterapia configura-se como uma estratégia terapêutica valiosa, especialmente quando associada a abordagens convencionais. **Objetivo:** Identificar, descrever e analisar os efeitos terapêuticos da equoterapia nas dimensões física, emocional e comportamental de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista, a partir das evidências disponíveis na literatura científica recente. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório. A busca foi realizada na base de dados PubMed, em maio de 2025, utilizando os descritores “*Animal Assisted Therapy*”, “*Autism*”, “*Equine-Assisted Therapy*” e “*Mental Health*”, combinados por operadores booleanos. Foram incluídas publicações dos últimos dez anos (2015–2025), nos idiomas português e inglês, disponíveis na íntegra e que abordassem os efeitos terapêuticos da equoterapia em indivíduos com TEA, contemplando aspectos físicos, emocionais e comportamentais. Foram excluídos estudos duplicados, relatos de experiência sem embasamento teórico, artigos não acessíveis na íntegra, *preprints* e aqueles com foco exclusivo em outras deficiências. A seleção final resultou em quatro artigos, escolhidos após leitura dos títulos, resumos e textos completos. Os dados foram organizados em categorias temáticas e submetidos à análise de conteúdo. Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, esta revisão está isenta de apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa. **Resultados e discussão:** A análise dos estudos selecionados evidenciou benefícios relevantes da equoterapia em crianças com TEA, organizados em três dimensões inter-relacionadas: física, emocional e comportamental. No aspecto físico, foram observadas melhorias consistentes na postura, no equilíbrio e na coordenação motora, atribuídas aos estímulos rítmicos e tridimensionais promovidos pelo movimento do cavalo, os quais favorecem o desenvolvimento neuromotor e a consciência corporal. Em termos emocionais, a intervenção mostrou-se eficaz na elevação da autoestima, na redução de sintomas ansiosos e na

promoção de maior estabilidade afetiva — resultados associados tanto ao vínculo afetivo estabelecido com o animal quanto à natureza acolhedora do ambiente terapêutico ao ar livre. No domínio comportamental, os estudos apontaram avanços na comunicação não verbal, no engajamento social espontâneo e na atenção compartilhada, além de respostas mais organizadas diante de comandos, rotinas e mediações sociais. Esses achados demonstram que a equoterapia complementa abordagens terapêuticas convencionais, também atuando de forma integrada sobre os principais desafios clínicos enfrentados por indivíduos com TEA, promovendo cuidado mais holístico e humanizado. A análise de conteúdo permitiu organizar os dados de forma sistemática, revelando um padrão de melhora global entre os participantes. **Considerações Finais:** A equoterapia mostra-se uma prática terapêutica complementar com impacto positivo sobre aspectos relevantes do desenvolvimento de crianças com TEA. Esta revisão evidenciou seu potencial integrativo ao promover ganhos funcionais, emocionais e sociais, o que reforça sua importância como estratégia adicional às abordagens clínicas convencionais. Entretanto, ainda são necessárias investigações com maior rigor metodológico, protocolos padronizados e amostras representativas, a fim de fortalecer a evidência científica que sustenta sua aplicação. Estudos futuros devem também explorar os mecanismos terapêuticos envolvidos e avaliar seus efeitos a longo prazo. Assim, mais do que apenas um recurso de reabilitação, a equoterapia representa uma alternativa terapêutica alinhada a um modelo de cuidado mais inclusivo, centrado na pessoa e em suas múltiplas dimensões de saúde.

Palavras-chave: Animal Assisted Therapy; Autism; Equine-Assisted Therapy; Mental Health.

Referências:

CLEARY, M. et al. A scoping review of equine-assisted therapies on the mental health and well-being of autistic children and adolescents: Exploring the possibilities. *Issues in Mental Health Nursing*, v. 45, n. 9, p. 948–960, 2024.

CLEARY, M. et al. ‘The horse weaves magic’: Parents and service providers on the benefits of horse-based therapies for autistic children – an Australian qualitative study. *Issues in Mental Health Nursing*, v. 45, n. 11, p. 1201–1209, 2024.

HOAGWOOD, K. E.; ACRI, M.; MORRISSEY, M.; PETH-PIERCE, R. Animal-assisted therapies for youth with or at risk for mental health problems: A systematic review. *Applied Developmental Science*, v. 21, n. 1, p. 1–13, 2017.

XIAO, N. et al. Effects of equine-assisted activities and therapies for individuals with autism spectrum disorder: Systematic review and meta-analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 20, n. 3, p. 2630, 2023.

SÍNDROME DE BURNOUT NO CONTEXTO LABORAL: UMA REVISÃO NARRATIVA

Eixo: Atenção Psicossocial e novas formas de cuidado no contexto da Saúde Mental

Eduarda Possebom

Graduanda em Psicologia pela Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo RS

Nayane Pereira Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Coroatá MA

Flávia Karolyne Aiambo Tralde

Enfermeira pela Universidade FAMETRO-AM, Especialista em Dermatologia-FAVENI, Perito prestadora de serviço da JFRS.

Introdução: A Síndrome de Burnout é reconhecida como um transtorno psicológico que refere-se a um estado de esgotamento físico e emocional causado por estresse crônico no contexto laboral. Caracteriza-se, principalmente, por três dimensões: exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional. Sua incidência tem se tornado crescente entre trabalhadores expostos a rotinas extensas, metas inalcançáveis e ausência de suporte institucional, o que evidencia a urgência de estratégias de enfrentamento. Além de comprometer o bem-estar individual representando um fator de risco significativo para o desenvolvimento de transtornos como ansiedade e depressão, o Burnout também afeta diretamente o desempenho organizacional, elevando índices de absenteísmo, rotatividade e queda na produtividade. Dessa forma, compreender como a Síndrome de Burnout impacta a produtividade e a qualidade de vida torna-se fundamental para a construção de ambientes laborais mais saudáveis. **Objetivo:** Analisar os impactos da Síndrome de Burnout na produtividade e na qualidade de vida no ambiente de trabalho, com foco na relação entre saúde mental e desempenho organizacional. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada nas bases de dados PubMed e SciELO utilizando os descritores “Síndrome de Burnout” AND “Saúde Mental” AND “Trabalho”. Os critérios de inclusão envolveram artigos publicados entre 2020 a 2025, nos idiomas português e inglês que abordassem a relação entre produtividade e saúde mental no contexto da Síndrome de Burnout. Foram excluídos estudos duplicados, incompletos ou que não correspondem à temática proposta. Após a aplicação dos critérios, foram selecionados 5 artigos considerados relevantes para análise. **Resultados e discussão:** A análise dos estudos selecionados evidencia que o ambiente laboral exerce papel central na saúde mental dos trabalhadores. Demandas excessivas, jornadas prolongadas e ausência de suporte emocional contribuem para o esgotamento físico e psicológico, resultando na Síndrome de Burnout. A exaustão emocional compromete o desempenho, aumenta o absenteísmo e reduz a motivação. Por outro lado, ambientes saudáveis, com valorização profissional, reconhecimento, remuneração adequada e relações interpessoais positivas, favorecem o bem-estar, a qualidade de vida e a produtividade. A inteligência emocional mostrou-se como fator protetivo, diminuindo os níveis de ansiedade e esgotamento emocional. Conclui-se que ações institucionais de atenção psicossocial, associadas a políticas de valorização do trabalhador, são fundamentais para promover ambientes laborais mais saudáveis e prevenir o adoecimento psíquico. **Considerações Finais:** A partir da análise dos estudos, observa-se que a produtividade só é possível de forma sustentável e eficaz quando acompanhada de condições laborais saudáveis, valorização profissional e suporte psicossocial contínuo. Os objetivos desta pesquisa foram alcançados ao evidenciar que a Síndrome de Burnout representa uma ameaça à qualidade de vida no trabalho e ao desempenho organizacional, o que demanda intervenções voltadas à prevenção do adoecimento e à promoção de ambientes mais humanizados. O enfrentamento desse cenário requer não apenas mudanças institucionais, mas também políticas públicas que reconheçam a saúde mental como elemento essencial para um trabalho digno.

Palavras-chave: Qualidade de Vida; Saúde Mental; Síndrome de Burnout.

Referências:

ARONSSON, G. et al. A systematic review including meta-analysis of work environment and burnout symptoms. *BMC Public Health*, Londres, v. 17, n. 1, 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28302088/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

COSTA MOURA, M. E. et al. Síndrome de Burnout: fatores relacionados à problemas de saúde mental em profissionais de emergência. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 917–927, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8051313. Acesso em: 27 jun. 2025.

DE OLIVEIRA, C. et al. The role of mental health on workplace productivity: a critical review of the literature. *Applied Health Economics and Health Policy*, New York, v. 21, n. 2, p. 167–193, 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9663290/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

LEITÃO, J. et al. Quality of work life and contribution to productivity: assessing the moderator effects of burnout syndrome. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, Basel, v. 18, n. 5, p. 2425, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33801326/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

PEREIRA, D. et al. Burnout and quality of work life among municipal workers: do motivating and economic factors play a mediating role? *International Journal of Environmental Research and Public Health*, Basel, v. 19, n. 20, p. 13035, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36293606/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SILVA, C. M. A. da et al. Síndrome de Burnout: o impacto na saúde mental do colaborador no ambiente de trabalho. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, [s.l.], v. 17, n. 12, p. e13173, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.12-407. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/13173>. Acesso em: 27 jun. 2025.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E ESTRATÉGIAS MULTIPROFISSIONAIS DE ACOLHIMENTO

Eixo: Atenção Psicossocial e novas formas de cuidado no contexto da Saúde Mental

Rayssa da Silva Cavalcanti

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Uninovo – Uninovo, Olinda PE.

Rithielli Piandzi Carlota da Conceição

Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário Unifacig– Unifacig, Igarassu PE.

Andreza Vitória da Silva

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Uninovo – Uninovo, Olinda PE.

Eric Olivio da Silva

Pós-graduado em Atenção ao Paciente Crítico: Urgência, Emergência e UTI pela FASUL EDUCACIONAL– FASUL, São Lourenço MG.

Introdução: A agressão sexual constitui um tipo de violência amplamente discutida e, atualmente, considerada um grave problema de saúde pública. Essa forma de violência é estabelecida a partir de quatro atitudes comportamentais, sendo estas: o estupro, o ato de realizar penetração forçada, além de contato sexual contra a vontade da pessoa e coerção sexual. Esse tipo de agressão tem suas raízes culturais na desigualdade de gênero, sendo as principais vítimas o público feminino, visto que estudos estimam que a prevalência desse tipo de agressão entre mulheres é superior, chegando a cerca de 44% ao longo da vida, enquanto entre os homens a porcentagem é de 25%. Nesse contexto, mulheres vítimas de agressões sexuais podem apresentar alterações na saúde mental devido ao trauma vivenciado, podendo desenvolver quadros severos de estresse pós-traumático, distúrbios do sono, depressão e ansiedade. Diante dessa realidade, órgãos governamentais brasileiros, desde a década de 1980, reconhecem que a violência sexual pode causar impactos tanto emocionais quanto físicos na vítima, afetando também o sistema de saúde, motivo pelo qual implementaram, como forma estratégica, o atendimento e acolhimento de mulheres e de qualquer pessoa vítima de violência sexual. **Objetivo:** Analisar, na literatura, os impactos da violência sexual na saúde mental das mulheres e as estratégias multiprofissionais de acolhimento utilizadas para promover cuidado às vítimas. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa realizada em julho de 2025, utilizando as bases de dados *National Library of Medicine* (PubMed) e a biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Para buscas complementares, foi utilizado o *Google Scholar* (Google Acadêmico). Foram usados os descritores: “Violência sexual”, “Saúde mental” e “Acolhimento multiprofissional”, combinados pelo operador booleano *AND*. No total, foram analisados 7 artigos, com os seguintes critérios de inclusão: publicações no período de 2019 a 2025, disponíveis online, na íntegra, escritas em língua portuguesa e inglesa que abordassem diretamente a temática proposta. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados resumos, relatos de caso e estudos que não apresentavam resultados pertinentes. A amostra final foi composta por 4 artigos, sendo 1 do “PubMed”, 2 do “Scielo” e 1 do “Google Acadêmico”. **Resultados e discussão:** A violência sexual segue como uma realidade alarmante no mundo, trazendo graves consequências para a saúde física e mental das vítimas. O Datasus registrou, em 2021, 3.931 casos de violência sexual no Brasil. Contudo, estima-se que muitos casos não são denunciados pelas mulheres por motivos de sensação de culpa, medo e vergonha, sentimentos comuns, já que compreende-se que a violência sexual é uma situação traumática capaz de modificar o emocional da vítima, gerando impactos severos na saúde mental, tendo como protagonistas dessas estatísticas a depressão, que pode afetar até 51% das vítimas alvo dos estudos, e o transtorno de estresse pós-traumático, cuja incidência variou entre 17% e 65%. Entre as manifestações comportamentais de mulheres vítimas de violência sexual que desenvolvem transtorno de estresse pós-traumático, observa-se o medo relacionado à mudança de residência e o receio de denunciar o crime. Nesse contexto, a implementação de políticas públicas voltadas para esse público inclui a garantia de um acolhimento integral à vítima, realizado pela equipe multiprofissional, em conformidade com as recomendações

da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sendo assim, devem ser avaliadas as necessidades físicas da vítima, ofertados contraceptivos de emergência, realizada avaliação e tratamento contra HIV e infecções sexualmente transmissíveis, além do cuidado com as necessidades emocionais. Esse acompanhamento deve ser mantido por, no mínimo, seis meses, com o intuito de garantir proteção, reduzir danos e contribuir para a recuperação integral da vítima. **Considerações Finais:** Conclui-se, portanto, que a violência sexual representa uma grave questão de saúde pública, por apresentar impactos significativos que vão além do momento da agressão, afetando de forma profunda a saúde mental das mulheres. Os transtornos mais comuns incluem ansiedade, depressão e distúrbios do sono. Esta revisão evidenciou a importância do acolhimento multiprofissional, que deve oferecer não somente ajuda médica imediata, mas também suporte emocional e psicológico, de forma humanizada, para minimizar os efeitos da violência sexual na saúde mental das mulheres. Torna-se, assim, indispensável o fortalecimento de políticas públicas voltadas para o serviço de acolhimento das vítimas, garantindo-lhes acesso efetivo ao suporte necessário para sua recuperação.

Palavras-chave: Acolhimento; Saúde Mental; Violência Sexual.

Referências:

ALVES, R. S. S. *et al.* “You can scream, nobody will believe you”: The mental health of women victims of sexual violence. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 11, p. e1509119652, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9652>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MELO, C. M. DE; SOARES, M. Q.; BEVILACQUA, P. D. Violência sexual: avaliação dos casos e da atenção às mulheres em unidades de saúde especializadas e não especializadas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 9, p. 3715–3728, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.07242022>. Acesso em: 13 jul. 2025.

RIVARA, F. *et al.* The effects of violence on health. **Health Affairs (Millwood)**, v. 38, n. 10, p. 1622–1629, out. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31589529/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

TEIXEIRA, F. F. *et al.* Acolhimento de vítimas de violência sexual em serviços de saúde brasileiros: revisão integrativa. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 3, p. e220253pt, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/F76K8HSJzbFbNKrrcFj8ZrD/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2025.

CUIDADO EM LIBERDADE: A IMPORTÂNCIA DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS COM TRANSTORNOS MENTAIS GRAVES

Eixo: Atenção Psicossocial e novas formas de cuidado no contexto da Saúde Mental

Rafael Bittencourt Friedrich

Graduando em Medicina pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul RS

Paola Andrea Beltran Alvarez

Médica formada pela Universidade Privada Abierta Latinoamericana, Bolívia

Introdução: A Reforma Psiquiátrica brasileira, amparada pela Lei nº 10.216/2001, consolidou um novo paradigma de cuidado em saúde mental, centrado na atenção psicossocial, no território e na garantia de direitos. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são serviços estratégicos desse modelo, destinados ao atendimento de pessoas com transtornos mentais severos e persistentes, com base na lógica do cuidado em liberdade. Nesse contexto, os CAPS assumem papel essencial na construção de vínculos, na promoção da autonomia e na reintegração social dos usuários, por meio de práticas clínicas ampliadas, inserção comunitária e ações intersetoriais. No entanto, a efetivação desse cuidado implica em desafios estruturais, políticos e culturais. Compreender as potencialidades e limitações dos CAPS na promoção da reinserção social é fundamental para o fortalecimento das políticas públicas em saúde mental e para a consolidação de práticas não hospitalocêntricas.

Objetivo: Analisar o papel dos CAPS na reinserção social de pessoas com transtornos mentais graves, destacando estratégias adotadas e desafios enfrentados na atenção psicossocial. **Materiais e**

métodos: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, LILACS e BVS-Psi, utilizando os descritores “Centro de Atenção Psicossocial”, “Reinserção Social”, “Saúde Mental” e “Transtornos Mentais”, combinados pelos operadores booleanos AND e OR. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados entre 2015 e 2024, nos idiomas português ou espanhol, disponíveis em texto completo, e que abordassem diretamente práticas de reintegração social promovidas pelos CAPS. Foram excluídos editoriais, cartas, dissertações e textos que não tratassem do CAPS como serviço de cuidado territorial. Após leitura dos títulos, resumos e textos completos, foram selecionados 4 artigos que subsidiaram a análise.

Resultados e discussão: Os estudos apontam que os CAPS contribuem significativamente para a reconfiguração do cuidado em saúde mental, atuando como espaços de acolhimento, escuta e construção de projetos terapêuticos singulares. As atividades coletivas, oficinas terapêuticas, grupos de convivência e ações comunitárias se destacam como estratégias que promovem autonomia, vínculo social e fortalecimento da cidadania dos usuários. A reinserção social, porém, é atravessada por obstáculos como estigma, ausência de políticas intersetoriais efetivas e escassez de recursos humanos e materiais. A participação da família, a articulação com redes de apoio e o acesso ao trabalho e à educação são fatores decisivos para a efetividade da inclusão social. Em alguns contextos, observou-se que a centralidade do CAPS nas trajetórias de cuidado vai além da clínica, funcionando como espaço de pertencimento e reconstrução de identidades. **Considerações Finais:**

A literatura destaca que os CAPS representam uma estratégia fundamental para a consolidação da Reforma Psiquiátrica, promovendo cuidado em liberdade e fortalecendo a cidadania dos usuários. As práticas desenvolvidas nesses serviços contribuem significativamente para a reintegração social, a redução da medicalização excessiva e a valorização das singularidades dos sujeitos em sofrimento psíquico. No entanto, desafios persistem quanto à estrutura física, recursos humanos e financiamento adequado, o que pode comprometer a efetividade das ações desenvolvidas. É essencial ampliar o diálogo entre os profissionais, gestores, usuários e familiares, fortalecendo os princípios da participação social e da corresponsabilidade no cuidado. Além disso, é necessário investir na qualificação permanente das equipes, na ampliação do acesso e na articulação dos CAPS com a rede intersetorial, de modo a assegurar um cuidado integral, contínuo e territorializado. Para

alcançar tais objetivos, políticas públicas sólidas e sustentáveis devem ser priorizadas, com enfoque na equidade, no respeito aos direitos humanos e no fortalecimento da saúde mental comunitária como política de Estado e não de governo.

Palavras-chave: Centro de Atenção Psicossocial; Inclusão Social; Saúde Mental; Transtornos Mentais.

Referências:

COSTA, P. H. A. DA .; COLUGNATI, F. A. B.; RONZANI, T. M.. Avaliação de serviços em saúde mental no Brasil: revisão sistemática da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 10, p. 3243–3253, out. 2015.

PINI, J. DOS S. et al.. Beyond the consultation and the medication: collective activities and resocialization in a CAPS I. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 45, p. e20230248, 2024.

PINHO, E. S.; SOUZA, A. C. S.; ESPERIDIÃO, E.. Processos de trabalho dos profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 1, p. 141–152, jan. 2018.

SURJUS, L. T. DE L. E S.; CAMPOS, R. O.. A avaliação dos usuários sobre os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Campinas, SP. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 14, n. 1, p. 122–133, mar. 2011.

PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE IDOSOS EM UM CENTRO-DIA PARANAENSE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Eixo: Atenção Psicossocial e novas formas de cuidado no contexto da Saúde Mental

Leticia de Oliveira

Graduanda em Enfermagem na Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá PR

Fernanda Graciela de Moura Monteiro

Graduanda em Enfermagem na Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá PR

Eloisa de Almeida Lopes

Graduanda em Enfermagem na Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá PR

Samira Sena Mercado

Graduanda em Enfermagem na Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá PR

Ana Glória Marroni Gandolfo

Graduanda em Enfermagem na Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá PR

Luana Cristina Bellini Cardoso

Doutora em Enfermagem pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá PR

Introdução: O envelhecimento é um processo natural do ser humano, marcado pela última fase da vida, acompanhada de transformações emocionais e físicas no organismo. Por ser um período de fragilidade a exposição do idoso a sentimentos negativos, como isolamento social subsequente ao afastamento familiar, baixa autoestima e desprazer com a vida é considerado um fator de risco no bem-estar psicológico e intensifica a possibilidade do desenvolvimento de doenças mentais. Atualmente a saúde mental é considerada um fator preocupante na realidade social e no que tange a saúde do idoso, e exige um acompanhamento contínuo e centralizado nas necessidades individuais. Dessa forma, é de extrema importância a execução de intervenções de saúde com enfoque na saúde mental da população idosa, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar mental. Nesse sentido, os centros-dias para idosos é uma instituição que oferece cuidados e atividades para pessoas idosas durante o dia, permitindo que elas permaneçam em suas casas à noite. Esses centros atuam como uma alternativa ou complemento aos cuidados domiciliares, proporcionando suporte social, atividades recreativas e, em alguns casos, assistência em atividades básicas da vida diária. Visando a sua segurança, autonomia, bem estar e socialização, objetivando a melhoria da qualidade de vida e integração social. **Objetivo:** Descrever a experiência de graduandas de enfermagem, durante as aulas práticas da disciplina de saúde mental para promoção do bem-estar de idosos em um centro-dia. **Materiais e métodos:** Trata-se de um relato de experiência que tem como objetivo descrever a experiência de acadêmicas do segundo ano de enfermagem, dentro das aulas práticas da disciplina de saúde mental implementadas na grade curricular do curso. Durante as práticas, foram desenvolvidas atividades de promoção à saúde mental para os idosos participantes de um Centro-dia, no período de 23 de setembro de 2024 a 02 de outubro de 2024. O primeiro dia foi para integração com os profissionais e os idosos, bem como a explanação dos objetivos das práticas e planejamento das ações a serem realizadas e o último, para a avaliação do grupo, os demais dias foram desenvolvidas as atividades. **Resultados e discussão:** As atividades ocorreram durante as práticas da disciplina de saúde mental. No primeiro dia, aconteceu a apresentação das acadêmicas para com os idosos presentes e foi realizado uma roda de conversa interativa abordando o autocuidado e a prevenção de quedas nos idosos acompanhada de uma dinâmica. A dinâmica consistia na entrega de um *card* para cada idoso com três perguntas: escrever uma qualidade, uma conquista e uma meta que deseja cumprir durante a semana. Os idosos que precisavam de ajuda na leitura e nas respostas, receberam suporte individual. Ainda, durante a roda de conversa foram realizadas perguntas a respeito da autoestima, apoio familiar, o que fazer em situações de tristeza, prática de atividades que demandam tempo e atividades que melhoram a saúde mental. *A posteriori*, os idosos foram coordenados para realizar suas atividades de rotina no centro-dia, como por exemplo, a oficina de pintura de desenhos. Neste momento, as acadêmicas ajudaram os idosos a

escolherem e pintarem os desenhos, promovendo uma escuta ativa aos idosos que se sentiram confortáveis em compartilhar suas experiências e vivências. No segundo dia, foram realizadas duas novas dinâmicas, da bexiga e o mapa mental do autocuidado. A dinâmica da bexiga consistia em entregar bexigas já cheias para os idosos que foram instruídos a desenhar nelas como estava se sentindo naquele momento. Foi separado um período para a escuta ativa dos idosos e realizar uma reflexão sobre o desenho de cada um. Ao final da conversa, cada idoso foi orientado a estourar a sua bexiga encontrando dentro dela uma frase motivacional com palavras de incentivo e acolhimento. Em seguida, realizou-se um mapa mental do autocuidado, no qual foi explicado o conceito de autocuidado de maneira didática e com linguagem acessível. Ao apresentar as palavras-chaves aos idosos, pode-se discutir se era considerado autocuidado ou não. Por fim, foi promovido um bingo em parceria com os funcionários da instituição, a qual os acadêmicos puderam auxiliar aqueles que apresentaram maiores dificuldades e após foram entregues novos desenhos para a pintura coletiva com intuito de estimular a criatividade e coordenação motora. **Considerações Finais:** É possível concluir que trabalhar com a saúde mental da população idosa representa grande relevância. O acompanhamento específico e contínuo do idoso, bem como a prevenção do desenvolvimento de doenças mentais, constitui-se um grande desafio para a enfermagem. As atividades interativas e lúdicas se mostraram eficazes no bem-estar psicológico dos idosos, fortalecendo o vínculo profissional-usuário, promovendo a autonomia e independência destes idosos. Ainda, a experiência contribuiu para o aprimoramento da formação acadêmica, ao relacionar a teoria com a prática e aperfeiçoar as habilidades de comunicação e escuta ativa.

Palavras-chave: Enfermagem; Saúde do Idoso; Promoção da Saúde; Saúde Mental.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta de saúde da pessoa idosa**. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_pessoa_idosa_5ed.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações técnicas para a implementação de linha de cuidado para atenção integral à saúde da pessoa idosa no Sistema Único de Saúde – SUS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoa_idosa.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Informe mundial de saúde mental**. 2022. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/356119/9789240049338-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 abr. 2025.

TAVARES, A. C. A. L. L. *et al.* Grupos de promoção à saúde mental como ferramenta de aperfeiçoamento do atendimento à população. **Além Dos Muros Da Universidade**, Minas Gerais, v. 8, n. 1, p. 01-13. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/6356>. Acesso em: 22 abr. 2025.

DIRETRIZES EM CUIDADOS PALIATIVOS E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA: UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

Eixo: Atenção Psicossocial e novas formas de cuidado no contexto da Saúde Mental

Eduarda Possebom

Graduanda em Psicologia pela Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo - RS

Enelic Fernanda dos Santos Barbosa

Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife - PE

Ronald Fernando Soares do Nascimento

Graduando em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE

Vitória Wagner Yi

Graduanda em Fisioterapia pelo Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA , Recife - PE

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa - PB

Resumo: Com o aumento da expectativa de vida e a crescente incidência de doenças crônicas, os cuidados paliativos vêm se consolidando como uma abordagem essencial para a promoção da qualidade de vida de pacientes em estágios avançados de adoecimento. Esta revisão narrativa teve como objetivo descrever a relação entre diretrizes assistenciais em cuidados paliativos e a promoção do bem-estar físico, emocional, social e espiritual dos pacientes. A busca por artigos científicos foi realizada nas bases de dados *SciELO* e *PubMed*, entre os anos de 2018 e 2025, utilizando os descritores “*palliative care*” AND “*quality of life*”. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, seis estudos foram selecionados para compor a análise. Os resultados evidenciam que diretrizes bem estruturadas, como as do *National Consensus Project*, são fundamentais para orientar práticas clínicas fundamentadas em princípios éticos e humanitários. Aspectos como comunicação efetiva, atuação de equipes interdisciplinares, manejo adequado dos sintomas, suporte psicossocial e respeito à autonomia do paciente emergem como pilares centrais. Observou-se ainda que, além de reduzir o sofrimento, essas diretrizes contribuem para a organização dos serviços e fortalecimento da tomada de decisão compartilhada. No entanto, persistem desafios relacionados à formação profissional, à falta de políticas públicas específicas e à escassez de recursos nos sistemas de saúde. Conclui-se que os cuidados paliativos, quando guiados por diretrizes sensíveis e contextualizadas, são capazes de transformar a experiência do adoecimento e da morte, promovendo dignidade, conforto e bem-estar não apenas aos pacientes, mas também aos seus familiares. Tais achados reforçam a necessidade de ampliar o acesso, a regulamentação e a capacitação profissional voltada para práticas paliativas, de modo a consolidá-las como componente essencial da atenção integral à saúde.

Palavras-chave: Cuidados Paliativos; Diretrizes Clínicas; Doenças Crônicas; Qualidade de vida; Saúde mental.

Introdução:

O aumento progressivo da expectativa de vida e a prevalência crescente de doenças crônicas não transmissíveis têm impulsionado transformações substanciais no campo da saúde, exigindo uma reorganização dos modelos assistenciais que, por muito tempo, estiveram ancorados em uma lógica curativa e hospitalocêntrica (Oliveira, 2019). À medida que os avanços da biomedicina prolongam a sobrevida de pacientes em condições clínicas complexas, torna-se cada vez mais evidente a insuficiência de abordagens exclusivamente focadas na cura. Nesse cenário, os cuidados paliativos

emergem como uma estratégia indispensável para a promoção da qualidade de vida, ao priorizar o alívio do sofrimento e a integralidade do cuidado, especialmente em contextos de doenças que ameaçam a continuidade da vida (WHO, 2018).

Os cuidados paliativos compreendem uma abordagem multidimensional, que busca identificar precocemente, avaliar e tratar a dor e outros sintomas físicos, além de oferecer suporte psicossocial e espiritual a pacientes e seus familiares. Essa prática se ancora na escuta sensível, no respeito à autonomia e na valorização da dignidade humana ao longo de todo o processo de adoecimento e finitude (Alves, *et al.*, 2019). O conceito contemporâneo de qualidade de vida em cuidados paliativos extrapola indicadores clínicos e incorpora dimensões subjetivas como bem-estar emocional, espiritualidade, vínculos afetivos e sentido existencial, demandando, portanto, uma atuação transdisciplinar e ética por parte das equipes de saúde (Demuro *et al.*, 2024).

No âmbito das diretrizes internacionais e nacionais, os cuidados paliativos têm sido progressivamente normatizados, com o intuito de garantir uma assistência padronizada, humanizada e eficaz. Documentos como o Manual de Cuidados Paliativos da ANCP (Associação Nacional de Cuidados Paliativos, 2018) e os relatórios da Organização Mundial da Saúde, destacam princípios como a comunicação efetiva, o planejamento antecipado do cuidado, o suporte à tomada de decisão, a atuação de equipes multiprofissionais, e o manejo baseado em evidências dos sintomas. Tais diretrizes orientam não apenas o fazer clínico, mas também as políticas públicas, a formação profissional e a estruturação dos serviços de saúde voltados ao cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade clínica (WHO, 2018).

Entretanto, a aplicação dessas diretrizes na prática cotidiana ainda enfrenta múltiplos desafios. Dentre eles, destacam-se a escassez de formação específica dos profissionais, a limitação de recursos em serviços de atenção primária e hospitalar, e a resistência cultural em lidar com temas como morte, luto e espiritualidade. Soma-se a isso a necessidade de adaptação das práticas paliativas às singularidades dos contextos socioculturais, às crenças dos pacientes e às estruturas familiares, o que exige das equipes sensibilidade, escuta ativa e compromisso ético com a integralidade do cuidado (Arrieira *et al.*, 2018).

Ao reunir e analisar criticamente a produção acadêmica publicada entre 2018 e 2025, busca-se compreender como as diretrizes têm orientado a prática clínica e quais são suas repercussões no cotidiano do cuidado, especialmente no que se refere à saúde mental, à autonomia dos pacientes e à dignidade no processo de morrer. Trata-se de uma reflexão fundamental para subsidiar a tomada de decisão ética, qualificada e humanizada nos diversos níveis de atenção à saúde, contribuindo para a consolidação de políticas e práticas que reconheçam o valor da vida até seu fim natural.

Objetivo:

Descrever a relação entre diretrizes de cuidados paliativos e a promoção da qualidade de vida dos pacientes, à luz das evidências científicas mais recentes.

Materiais e métodos:

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, cujo objetivo foi descrever a relação entre as diretrizes dos cuidados paliativos e a promoção da qualidade de vida dos pacientes, com especial atenção às dimensões da saúde mental, espiritualidade e assistência integral. A escolha por esse tipo de revisão justifica-se pela sua flexibilidade metodológica, que permite integrar diferentes tipos de estudos – teóricos, clínicos e normativos – e favorecer uma compreensão ampliada de um campo complexo e multifacetado como o dos cuidados paliativos.

A busca bibliográfica foi realizada entre abril e maio de 2025, nas bases de dados *PubMed* e *SciELO*, selecionadas por sua relevância e abrangência na área da saúde. Foram utilizados os descritores controlados e não controlados “*palliative care*” AND “*quality of life*”, aplicados em português e inglês, articulados por operadores booleanos, de modo a garantir uma estratégia sensível e abrangente. O recorte temporal contemplou publicações entre 2018 e 2025, período que inclui atualizações relevantes das diretrizes clínicas e normativas.

Foram adotados como critérios de inclusão: artigos científicos originais ou de revisão; disponíveis em texto completo e de acesso aberto; publicados em português ou inglês; que abordassem explicitamente os cuidados paliativos, com foco na promoção da qualidade de vida e/ou na articulação com diretrizes clínicas, éticas ou legais. Foram excluídos estudos duplicados, trabalhos que não tratassem da temática central, textos opinativos (como editoriais e cartas ao leitor), teses, dissertações e capítulos de livros.

O processo de seleção foi conduzido em duas etapas: (1) leitura dos títulos e resumos para triagem inicial e (2) leitura integral dos textos elegíveis. Após a aplicação dos critérios, foram identificados 27 artigos, dos quais 21 foram excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos – por abordarem contextos distintos (como cuidados exclusivamente oncológicos sem interface paliativa, farmacoterapia isolada ou cenários não comparáveis à prática clínica) ou por não discutirem diretrizes de cuidado. Ao final da triagem, 06 artigos compuseram a amostra final.

Resultados e discussão:

A análise dos seis artigos incluídos nesta revisão narrativa revelou contribuições significativas para a compreensão do papel das diretrizes em cuidados paliativos na promoção da qualidade de vida dos pacientes. De forma geral, os estudos evidenciam que, quando fundamentados em princípios éticos e boas práticas clínicas, os cuidados paliativos constituem uma

abordagem essencial para o enfrentamento do sofrimento em contextos de doenças crônicas avançadas, particularmente ao valorizar a autonomia, a dignidade e o bem-estar integral do paciente.

O estudo de Ahluwalia *et al.* (2018), referência no cenário internacional, destaca que diretrizes clínicas como as propostas pelo *National Consensus Project* estruturam o cuidado com base em domínios essenciais, incluindo manejo de sintomas, comunicação eficaz, suporte psicossocial e espiritual, e atuação interdisciplinar. Esses componentes são apresentados não como prescrições técnicas isoladas, mas como orientações norteadoras de uma assistência sensível à complexidade da experiência do adoecer e do morrer.

No contexto brasileiro, Cecconello, Erbs e Geisler (2022), apontam que as condutas éticas frente à terminalidade ainda enfrentam barreiras estruturais e culturais. Os autores destacam que o respeito à autonomia do paciente e a escuta ativa são práticas muitas vezes negligenciadas em razão de uma tradição biomédica centrada na cura. Nesse sentido, a incorporação de diretrizes que enfatizem o cuidado centrado na pessoa representa um avanço importante na consolidação de práticas mais humanas e alinhadas aos princípios da bioética.

Essa perspectiva é reforçada por Gonzaga, Falleiros e Labruna (2024), ao discutir a morte digna como direito fundamental. Os autores argumentam que a ausência de marcos legais robustos que regulamentem os cuidados paliativos no Brasil contribui para desigualdades no acesso e para a invisibilidade da finitude como processo que exige acompanhamento qualificado. A partir dessa lacuna, evidenciam a necessidade de políticas públicas que reconheçam o direito ao alívio do sofrimento e à preservação da dignidade nos momentos finais da vida.

A dimensão ética da prática também foi evidenciada por Schofield *et al.* (2021), que identificaram, a partir de uma revisão sistemática qualitativa, os principais dilemas enfrentados por profissionais de cuidados paliativos no cotidiano clínico. Entre os desafios mais recorrentes estão a tensão entre prolongamento da vida e qualidade de vida, os limites da comunicação sobre o prognóstico e a tomada de decisões compartilhadas em contextos de vulnerabilidade. Esses achados reforçam a importância da formação contínua das equipes em bioética e comunicação empática.

O estudo de Shin *et al.* (2020), ao propor diretrizes clínicas para os últimos dias de vida, oferece uma contribuição prática ao delinear recomendações específicas para o manejo de sintomas físicos e suporte emocional. As diretrizes enfatizam a necessidade de avaliação contínua, individualização do plano terapêutico e acolhimento das demandas espirituais e familiares, aspectos fundamentais para uma abordagem verdadeiramente integral. Esse cuidado, ancorado em escuta, presença e manejo baseado em evidências, é essencial para reduzir o sofrimento e promover o conforto nas fases mais críticas da trajetória de adoecimento.

Por fim, Taylor e Davies (2024) ampliam a concepção de cuidados paliativos ao abordar sua relevância para indivíduos que vivem além do câncer. Os autores propõem um modelo de cuidado longitudinal que não se encerra com o fim da doença ativa, mas que continua oferecendo suporte emocional, orientação e reabilitação aos pacientes em processos de adaptação. Essa visão expande o campo dos cuidados paliativos, desafiando a noção de que seu escopo está restrito à fase terminal e aproximando-o de uma lógica de cuidado contínuo e centrado na pessoa.

De forma convergente, os estudos analisados demonstram que a adoção de diretrizes bem estruturadas contribui para a qualificação do cuidado, promove maior coesão entre as equipes e favorece a escuta das necessidades individuais dos pacientes. A presença de uma equipe interdisciplinar, o respeito às preferências dos pacientes, a inclusão da família no processo de cuidado e o suporte espiritual são apontados como elementos fundamentais para garantir uma assistência digna, ética e efetiva.

Entretanto, persistem desafios relacionados à implementação prática dessas diretrizes, especialmente em sistemas de saúde com recursos limitados ou com pouca inserção da cultura paliativa. A ausência de políticas públicas específicas, a desvalorização do cuidado paliativo como campo legítimo de atuação clínica e a escassez de formação especializada ainda dificultam a consolidação de uma assistência verdadeiramente humanizada e centrada no alívio do sofrimento.

Em síntese, os resultados indicam que os cuidados paliativos, quando guiados por diretrizes claras e aplicados de forma sensível e contextualizada, têm potencial para transformar a experiência do adoecimento grave, promovendo conforto, respeito à autonomia e valorização da vida, mesmo diante da finitude.

Considerações Finais:

A partir da análise dos estudos incluídos nesta revisão narrativa, torna-se evidente que os cuidados paliativos, sustentados por diretrizes clínicas bem estruturadas, desempenham papel fundamental na promoção da qualidade de vida de pacientes com doenças crônicas avançadas. A adoção de práticas centradas na pessoa, que valorizem a autonomia, o respeito à dignidade e a integralidade do cuidado, mostra-se indispensável para o alívio do sofrimento físico, emocional e espiritual desses indivíduos.

Os achados ressaltam que a comunicação eficaz, o suporte psicossocial e espiritual, bem como a atuação de equipes multiprofissionais, são elementos indispensáveis para uma assistência humanizada e de excelência. Além disso, a individualização do plano terapêutico e a inclusão da família no processo de cuidado fortalecem vínculos afetivos e proporcionam um ambiente mais acolhedor, que respeita as singularidades dos pacientes.

No entanto, persistem desafios significativos, tais como a insuficiência de políticas públicas específicas para os cuidados paliativos, lacunas na formação profissional e a precariedade de recursos em muitos contextos assistenciais. Esses fatores dificultam a implementação plena das diretrizes e limitam o acesso equitativo a essa modalidade de cuidado.

Diante disso, recomenda-se o investimento em capacitação contínua dos profissionais de saúde, o desenvolvimento de políticas públicas claras e a criação de instrumentos legais que regulamentem os cuidados paliativos no Brasil, garantindo a proteção dos direitos dos pacientes e a ampliação do acesso aos serviços.

Por fim, destaca-se a importância de promover uma cultura de cuidado que reconheça a finitude como parte natural da vida, fortalecendo práticas que humanizem o processo de adoecimento e morte, assegurando dignidade e qualidade de vida até seus últimos momentos.

Referências:

AHLUWALIA, S. C. *et al.* A systematic review in support of the National Consensus Project Clinical Practice Guidelines for Quality Palliative Care, Fourth Edition. *Journal of Pain and Symptom Management*, v. 56, n. 6, p. 831–870, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jpainsymman.2018.09.008>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ALVES, R. S. F. *et al.* Cuidados paliativos no fim da vida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, e185734, p. 1–15, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003185734>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ARRIEIRA, I. C. O. *et al.* Spirituality in palliative care: experiences of an interdisciplinary team. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 52, e03312, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2017007403312>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS (ANCP). *Manual de cuidados paliativos*. 1. ed. São Paulo: ANCP, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2025.

CECCONELLO, L.; ERBS, E. G.; GEISLER, L. Condutas éticas e o cuidado ao paciente terminal. *Revista Bioética*, v. 30, p. 405–412, ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983-80422022302536PT>. Acesso em: 1 jul. 2025.

DEMURO, M. *et al.* Quality of life in palliative care: a systematic meta-review of reviews and meta-analyses. *Clinical Practice & Epidemiology in Mental Health*, v. 5, n. 20 (Suppl-1), e17450179183857, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.2174/0117450179183857240226094258>. Acesso em: 1 jul. 2025.

GONZAGA, Á. A.; FALLEIROS, L. A.; LABRUNA, F. Morte digna como direito: visibilidade jurídica da finitude. *Revista Bioética*, v. 32, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/vbNMdzxnttMFnP9symbvnxS/?lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2025.

OLIVEIRA, A. S. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento. *Hygeia*, v. 15, n. 31, p. 69–79, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/Hygeia153248614>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SCHOFIELD, G. *et al.* Real-world ethics in palliative care: a systematic review of the ethical challenges reported by specialist palliative care practitioners in their clinical practice. *Palliative Medicine*, v. 35, n. 2, p. 315–334, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0269216320974277>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SHIN, J. *et al.* Clinical practice guideline for care in the last days of life. *Hanguk Hosupisu Wanhwa Uiryo Hakhoe Chi*, v. 23, n. 3, p. 103–113, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14475/kjhpc.2020.23.3.103>. Acesso em: 1 jul. 2025.

TAYLOR, A.; DAVIES, A. The role of specialist palliative care in individuals “living beyond cancer”: a narrative review of the literature. *Supportive Care in Cancer*, v. 32, n. 7, p. 414, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00520-024-08598-w>. Acesso em: 1 jul. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Integrating palliative care and symptom relief into primary health care: a WHO guide for planners, implementers and managers*. Geneva: WHO, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241514472>. Acesso em: 1 jul. 2025.

**EIXO: INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO CONTEXTO DA
SAÚDE MENTAL**

ESTIGMA SOCIAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO NA ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR SOBRE A SAÚDE MENTAL JUVENIL

Eixo: Infância e adolescência no contexto da saúde mental

Gabriel Henrique Rodrigues de Medeiros

Estudante de Medicina pela Faculdade de Medicina de Olinda -FMO,
Olinda, Pernambuco

Angela Cavalcanti Marcondes

Graduada em Psicologia e Licenciatura Plena em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda -FACHO,
Olinda, Pernambuco

Orientadora da Liga de Psiquiatria e Saúde Mental na Faculdade de Medicina de Olinda -FMO, Olinda, Pernambuco

Introdução: O período da adolescência é analisado como uma fase de aprendizagem de habilidades socioemocionais essenciais para a formação de uma vida saudável, tendo como pilares importantes para o seu pleno desenvolvimento a família, escola e comunidade. Entretanto, da mesma forma é analisado como uma época de grande vulnerabilidade, pois os jovens estão expostos a diversos acontecimentos que podem aumentar o risco do aparecimento de problemas de saúde mental. Estima-se que, no ano de 2020, o Brasil contava com um quantitativo de quase 60 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de 19 anos de idade. Dentre esse público, estima-se que 10% possui determinado diagnóstico em saúde mental e, para além disso, muitos fazem uso de medicamentos psicotrópicos. No território brasileiro, no decorrer da história, atividades de cuidado em saúde mental orientada a adolescentes e crianças prevalecem na omissão, isenção e prestação de serviços fortemente caracterizada pela lógica asilar e institucionalizada. Apesar de um aumento dos estudos voltados à saúde mental infantojuvenil logo após a fundação dos Centros de Atenção Psicossociais Infantojuvenis (CAPSi) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pesquisas desse tipo ainda são escassas, principalmente no contexto da adolescência. **Objetivo:** Analisar o estigma social e a defasagem de estudos relacionados ao sofrimento psíquico de adolescentes no Brasil. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura. A busca por estudos foi realizada nas bases SciELO, PubMed, LILACS e Google Scholar, sendo incluídos artigos brasileiros publicados entre 2017 e 2025. Os critérios de inclusão foram pautados nos artigos voltados aos estigmas sociais na adolescência em relação a saúde mental. Os critérios de exclusão foram os artigos que não se enquadravam no marco temporal estabelecido e que não focavam no tema proposto. **Resultados e discussão:** No âmbito da saúde mental infantojuvenil, totalizam-se, assim, os desafios relacionados ao estigma que envolve a adolescência e à sua histórica exclusão, tanto no desenvolvimento de práticas em saúde coletiva quanto na geração de saberes voltados à saúde dessa população. Logo, estabelece-se outro desafio que é o de efetivar o direito ao cuidado em saúde, sobretudo em saúde mental, para adolescentes em situação de sofrimento psíquico. Considera-se a importância de tal tema ser algo urgente nos debates atuais, visto que o predomínio do sofrimento psíquico nesse grupo apresenta números cada vez mais significativos nos últimos tempos. Por esse caminho, as pesquisas apontam para a necessidade de estudos, planejamentos em cuidados e investimentos em políticas públicas que se destinem à promoção à saúde mental juvenil. **Considerações Finais:** O estigma social e a escassez de produção científica voltada ao sofrimento psíquico na adolescência ainda configuram entraves importantes para o avanço de uma atenção em saúde mental mais eficaz e humanizada. O objetivo proposto nesta pesquisa foi alcançado ao evidenciar como fatores históricos, sociais e institucionais contribuem para a invisibilização do sofrimento juvenil e para a fragilidade das respostas em saúde coletiva a essa demanda. Ao lançar um olhar mais atento sobre essa realidade, nota-se a urgência de ampliar os debates e as práticas voltadas à saúde mental de adolescentes, com foco na superação do preconceito, na valorização da escuta qualificada e na construção de políticas públicas comprometidas com a singularidade e a complexidade dessa fase da vida.

Palavras-chave: Adolescentes; Estigmas; Políticas públicas; Saúde mental.

Referências:

DAMASCENO, Luani Takasugui; *et al.* Interface entre a saúde mental de crianças e adolescentes e a atuação clínica do farmacêutico: um estudo qualitativo. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 26, p. e210780, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.210780>. Acesso em: 7 jul. 2025.

ROSSI, Livia Martins; *et al.* Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. e00125018, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00125018>. Acesso em: 9 jul. 2025.

RODRIGUES, Thayane Alves dos Santos; *et al.* Adolescentes usuários de serviço de saúde mental: avaliação da percepção de melhora com o tratamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 103-110, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000269>. Acesso em: 7 jul. 2025.

SILVA, Jaqueline Ferreira da; *et al.* Adolescência e saúde mental: a perspectiva de profissionais da Atenção Básica em Saúde. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 23, p. e180630, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.180630>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SOUZA, Thaís Thaler; *et al.* Promoção em saúde mental de adolescentes em países da América Latina: uma revisão integrativa da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 7, p. 2575-2586, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07242021>. Acesso em: 9 jul. 2025.

INTERVENÇÃO DIALOGADA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES

Eixo: Infância e adolescência no contexto da saúde mental

Sara de Moura Andrade Santos

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Alanna Maria de Moura Gomes

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Picos PI)

Aline Raquel de Sousa Ibiapina

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Introdução: A adolescência é uma fase da vida marcada pela intensidade das experiências vivenciadas provocando mudanças fisiológicas, psicossociais, biológicas, comportamentais, entre outras. Por isso, a atenção dos responsáveis sociais deve estar voltada para essa classe etária, visto que serão responsáveis pela formação do futuro da sociedade e para isso é necessário o estabelecimento de um suporte emocional consolidado. As ações de educação em saúde formam um pilar insubstituível para a formação desses indivíduos e a escola ganha destaque sendo um ambiente que propicia tais ações. **Objetivo:** Relatar a experiência vivenciada com adolescentes em escolas visando a promoção da saúde mental. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, de abordagem qualitativa. A experiência foi vivenciada durante mês de junho de 2025, nas dependências da Escola Municipal Noé Fortes em Teresina (PI), Brasil. Na oportunidade da experiência, a acadêmica teve a oportunidade de ter um vislumbre de como a saúde mental de adolescentes está envolvida em diversos aspectos socioculturais e econômicos, observando, assim, a importância da atuação de um profissional responsável que esteja atento a reconhecer dificuldades e resolvê-las. Esta experiência foi construída, também, pelos relatos dos próprios alunos e corpo pedagógico, os quais evidenciaram os desafios enfrentados para o estabelecimento da boa convivência e a promoção do processo de aprendizado e formação educacional. **Resultados e discussão:** A instituição de ensino conta com a formação de uma equipe pedagógica composta por diretora, coordenadora e professores, os quais são responsáveis por conduzir as práticas educacionais propostas para cada série escolar de maneira a cumprir o calendário acadêmico proposto. As séries que compõem a instituição são do 6º ano ao 9º ano do ensino fundamental, ou seja, as idades mais comumente encontradas são entre 10-14 anos. Apesar da evolução educacional ser de responsabilidade majoritária individual muitas vezes a realidade econômica e social não colabora para tal, assim, nesses casos o estudo é dificultado por questões de transporte, falta de material escolar, e, além disso, ainda há casos de subestimação dos cuidados com a saúde que corroboram para um elevado índice de ausência nas aulas e para a queda no desempenho. São esses e outros aspectos que desestabilizam a mente do adolescente que já se encontra fragilizada por questões naturais inerentes da idade. A preocupação com a aparência física, na tentativa de alcançar o corpo ideal, as mudanças e adaptações corporais que aumentam os casos de *bullying*, os maus hábitos alimentares, processos de desenvolvimento biológico como as mudanças sexuais são transformados em motivos de vergonha e piada coletiva. Então, visualizando esses acontecimentos foi decidido realizar um momento de exposição dialogada com os adolescentes desta escola para ver possíveis fatores motivacionais para desestabilização emocional como as dificuldades familiares, o baixo desempenho acadêmico e a prática de *bullying*. Durante a experiência foi aberto o espaço para relatos que confirmaram as evidências trazidas pela literatura de que a adolescência traz consigo essa bagagem de transformações que por vezes não bem administradas e cominam para o adoecimento mental, necessitando de uma melhor ação profissional na conscientização, no processo informação e na disponibilidade de suporte em casos de necessidade para, com isso, promover a intervenção em educação de modo precoce e evitar o aparecimento de possíveis transtornos no final da fase adolescente ou na vida adulta.

Considerações Finais: Considera-se, portanto, que a experiência foi de grande valia, pois propiciou a prática de educação em saúde e, para além disso, contribuiu para a construção acadêmica fundamentada no cuidado específico também para essa faixa etária, levando em consideração as suas particularidades, dificuldades e benesses próprias. Com isso, cabe ainda ressaltar a necessidade de estudos aprofundados e que aborde as devidas especificidades desse público.

Palavras-chave: Adolescente; Saúde Mental; Intervenção Educacional Precoce

Referências

HOOLEY, Cole *et al.* Ampliação dos serviços de saúde mental para crianças e jovens: avaliação da cobertura de uma iniciativa de prevenção e intervenção precoce em todo o condado durante um ano fiscal. **Administração e Política em Saúde Mental e Pesquisa em Serviços de Saúde Mental**, [s.l.], v. 50, n. 1, p. 17-32, mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10488-022-01220-3>. Acesso em: 14 jul 2025.

LANDIM, Yroan Paula *et al.* Intervenção para o bem-estar psicológico de adolescentes: protocolo para promoção da saúde mental. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, Sorocaba, SP, v. 26, mai. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1984-4840.2024v26a6>. Acesso em: 14 julho 2025.

SILVA, Joyce de Paula; ALBERTI, Sonia. Política e Clínica no Trabalho Possível com Escolas Públicas: Contribuições da Psicanálise. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, SP, v. 42, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003e240187>. Acesso em: 14 jul 2025.

TAVARES, Cláudia Mara de Melo; BARROS, Sônia. Programas de Capacitação em Saúde Mental do Adolescente no Contexto Escolar: Revisão de Literatura. **Revista Pró-UniverSUS**, Vassouras, RJ, v. 13, n. 2, p. 29-39, 2022. Disponível em: 10.21727/rpu.v13iEspecial.3430. Acesso em: 14 jul 2025.

SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA ESCOLAR: FATORES DE RISCO PSICOSSOCIAIS E ESTRATÉGIAS DE PROMOÇÃO NO AMBIENTE EDUCACIONAL

Eixo: Infância e adolescência no contexto da saúde mental

Rafael Bittencourt Friedrich

Graduando em Medicina pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul RS

Paola Andrea Beltran Alvarez

Médica formada pela Universidade Privada Abierta Latinoamericana, Bolívia

Introdução: A adolescência é uma fase de intensas transformações biopsicossociais e, por isso, representa um período de maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de agravos mentais. A escola, como espaço de socialização e convivência contínua, pode ser tanto um fator protetivo quanto um ambiente que contribui para o adoecimento psíquico de adolescentes. A saúde mental nesse contexto é influenciada por uma variedade de fatores psicossociais, incluindo bullying, violência simbólica e física, pressões acadêmicas, exclusão social, discriminação e insegurança emocional. Tais fatores, quando não reconhecidos e enfrentados, podem desencadear quadros de ansiedade, depressão, automutilação e até ideação suicida. Frente a esse cenário, é fundamental compreender as principais condições de risco vivenciadas no ambiente escolar, bem como mapear as estratégias de promoção da saúde mental adotadas de forma institucionalizada pelas escolas ou por meio de ações integradas com outras políticas públicas. **Objetivo:** Analisar os principais fatores psicossociais que impactam a saúde mental de adolescentes no ambiente escolar e identificar estratégias promissoras de promoção adotadas em instituições de ensino. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO, LILACS e PubMed, entre maio e julho de 2025. Utilizou-se os descritores “Adolescente”, “Saúde Mental”, “Escolas” e “Promoção da Saúde”, combinados com os operadores booleanos AND e OR. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados entre 2014 e 2024, em português, inglês ou espanhol, com texto completo disponível, que abordassem diretamente o contexto escolar na adolescência e sua relação com a saúde mental. Foram excluídos artigos que tratavam exclusivamente de aspectos clínicos fora do ambiente educacional, assim como editoriais, resumos de eventos e trabalhos duplicados. Ao final, foram selecionados quatro artigos que preencheram os critérios estabelecidos e forneceram dados relevantes à análise. **Resultados e discussão:** Os estudos indicaram que o bullying, em suas diversas formas, é um dos fatores mais recorrentes associados ao sofrimento psíquico de adolescentes. A relação entre exposição ao bullying e sintomas de ansiedade, tristeza persistente e pensamentos suicidas foi evidenciada em diferentes contextos. A influência do uso excessivo das redes sociais também se destacou como fator agravante, especialmente quando associado a episódios de cyberbullying. O papel da escola como promotora de saúde mental foi considerado central, desde que envolva ações sistemáticas e interdisciplinares. Dentre as estratégias identificadas, destacaram-se rodas de conversa, mediação de conflitos, projetos voltados à escuta ativa, formação continuada dos professores e fortalecimento do vínculo escola-família. Intervenções do tipo “escola inteira” foram consideradas eficazes na promoção da saúde mental, especialmente quando articuladas com a rede de proteção social e os serviços da atenção psicossocial. **Considerações Finais:** As evidências disponíveis sugerem que a formação dos profissionais de saúde mental deve ir além do domínio técnico, incluindo a construção de uma postura ética, empática e centrada no cuidado integral. O enfrentamento de estigmas, a valorização da escuta e a capacidade de lidar com as singularidades dos sujeitos são competências indispensáveis nesse campo. Para tanto, é fundamental que as diretrizes curriculares contemplem de forma mais aprofundada as especificidades da saúde mental, articulando teoria e prática em espaços interdisciplinares e comunitários. A inserção dos estudantes em cenários reais de atenção psicossocial favorece a sensibilização e o compromisso social, ampliando sua capacidade

de atuação crítica e transformadora. Além disso, a valorização do trabalho em equipe, o estímulo à formação continuada e o fortalecimento de vínculos entre academia e serviços são aspectos que podem contribuir para a consolidação de uma atenção mais humana, resolutiva e alinhada com os princípios do SUS. Dessa forma, promover mudanças estruturais nos processos formativos é imprescindível para consolidar um modelo de cuidado em saúde mental baseado na liberdade, na inclusão e na dignidade dos usuários.

Palavras-chave: Adolescente; Escola; Promoção da Saúde; Saúde Mental.

Referências:

LEKAMGE, R. B. et al. Systematic review and meta-analysis of the effectiveness of whole-school interventions promoting mental health and preventing risk behaviours in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, [s.l.], v. 54, p. 271–289, jan. 2025. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10964-025-02135-6>. Acesso em: 02 jul. 2025.

OLIVEIRA, W. A. de et al. Bullying na adolescência e ansiedade: uma revisão integrativa. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, n. 64, p. 67–83, 2023. Disponível em: <https://research.ulusofona.pt/publications/bullying-na-adolesc%C3%Aancia-e-ansiedade-uma-revis%C3%A3o-integrativa>. Acesso em: 02 jul. 2025.

PINTO, A. C. S. et al. Fatores de risco associados a problemas de saúde mental em adolescentes: revisão integrativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 555–564, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/yZbz4QkgvWmVY5mDrXMNhKF>. Acesso em: 03 jul. 2025.

YOUNG, E. et al. Frequent social media use and experiences with bullying victimization, persistent feelings of sadness or hopelessness, and suicide risk among high school students — Youth Risk Behavior Survey, United States, 2023. *MMWR Supplements*, Atlanta, v. 73, n. Supl. 4, p. 26–34, 2024. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/73/su/su7304a3.htm>. Acesso em: 03 jul. 2025.

EFEITOS DAS REDES SOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Eixo: Infância e adolescência no contexto da saúde mental

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Resumo: Esta revisão integrativa teve como objetivo analisar as evidências científicas disponíveis, publicadas entre 2020 e 2025, acerca dos efeitos do uso das redes sociais digitais na saúde mental de adolescentes. A partir de uma busca sistematizada nas bases SciELO, LILACS, PubMed, Scopus e Web of Science, foram selecionados estudos que abordaram, de forma empírica, as interfaces entre redes sociais e sofrimento psíquico na faixa etária de 10 a 19 anos. A análise dos estudos permitiu a identificação de quatro núcleos temáticos predominantes: o uso problemático e o aumento de sintomas como ansiedade, depressão e insônia; a distorção da autoimagem e a insatisfação corporal; a exposição a violências simbólicas, com destaque para o cyberbullying; e, em contraponto, o uso das redes como espaço de apoio emocional e pertencimento, especialmente entre adolescentes LGBTQIA+ e em contextos de exclusão social. Os achados indicam que os efeitos das redes não são homogêneos, estando fortemente condicionados por fatores como intencionalidade de uso, qualidade das interações, vínculos offline e design das plataformas. Conclui-se que a promoção da saúde mental na adolescência requer estratégias que articulem educação digital crítica, fortalecimento das redes de apoio territoriais, regulação ética das plataformas e escuta qualificada das juventudes. A pesquisa também sinaliza lacunas importantes, como a escassez de estudos interseccionais e qualitativos que deem voz aos próprios adolescentes. O cuidado em saúde mental no contexto digital demanda, assim, ações intersetoriais, inclusivas e centradas na potência criativa das juventudes.

Palavras-chave: Adolescência; Redes Sociais; Saúde Mental; Sofrimento Psíquico.

INTRODUÇÃO:

A adolescência é uma fase do desenvolvimento marcada por intensas mudanças físicas, emocionais e sociais, sendo reconhecida como um período de vulnerabilidade psíquica e, ao mesmo tempo, de grande potencial criativo e adaptativo. É nesse contexto de transição que os adolescentes constroem sua identidade, ampliam seus vínculos sociais e buscam aceitação. Com a ascensão das redes sociais, esse processo ganhou novas camadas de complexidade. A exposição contínua à opinião alheia, a pressão estética, a busca por validação em curtidas e comentários, bem como o consumo constante de conteúdos altamente editados e performáticos têm gerado impactos ainda pouco compreendidos sobre o bem-estar mental dessa população (Maciel; Franco, 2024).

Pesquisas recentes evidenciam um aumento significativo de sintomas de ansiedade, depressão e insatisfação corporal em adolescentes que fazem uso intensivo de redes sociais (Siqueira *et al*, 2024). Em muitos casos, observa-se uma relação entre o tempo de tela e o agravamento de quadros de sofrimento psíquico, sobretudo quando o uso está associado à comparação social ou ao cyberbullying (Rodrigues, 2023). Esses efeitos, embora não sejam universais, acendem alertas importantes no campo da saúde pública e da saúde mental,

especialmente quando se considera o crescimento exponencial do uso de plataformas digitais após o início da pandemia de COVID-19 (Oliveira *et al.*, 2021).

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que as redes sociais não produzem efeitos unidimensionais ou exclusivamente negativos. Para alguns adolescentes, esses ambientes virtuais representam espaços de apoio emocional, construção de comunidades e acesso a informações sobre saúde, sexualidade, direitos e autocuidado — sobretudo para aqueles que enfrentam discriminação em seus contextos presenciais. Revisões recentes demonstram que as redes sociais funcionam como plataformas de suporte social, onde adolescentes LGBTQIA+ constroem redes de pertencimento, reduzem o isolamento e compartilham experiências que favorecem o enfrentamento de violências cotidianas. Em ambientes como Instagram, Tumblr e Twitter, jovens têm relatado maior liberdade para explorar suas identidades de forma anônima e segura, o que contribui para a construção de uma autoimagem positiva e para o fortalecimento da saúde mental (Berger *et al.*, 2021).

Dessa forma, a justificativa para a presente revisão integrativa reside justamente na necessidade de compreender, de forma crítica e abrangente, os múltiplos efeitos das redes sociais sobre a saúde mental de adolescentes. É fundamental superar leituras reducionistas que demonizam a tecnologia ou que culpabilizam os jovens por seus sofrimentos. Em vez disso, propõe-se uma análise situada, que leve em conta os atravessamentos de gênero, raça, classe, território, orientação sexual e acesso à informação, elementos que modulam profundamente a forma como os adolescentes experienciam o ambiente digital.

A escolha do período de 2020 a 2025 para esta análise não é aleatória. Em primeiro lugar, corresponde ao contexto pós-COVID-19, que alterou profundamente as formas de sociabilidade e ampliou o uso das tecnologias digitais entre adolescentes. Em segundo lugar, justifica-se pela intensa produção acadêmica nesse intervalo, que oferece dados atualizados sobre os efeitos psicossociais do ambiente virtual. Assim, esta revisão busca contribuir com o campo da saúde coletiva e da saúde mental infantojuvenil, oferecendo subsídios para profissionais, gestores, educadores e famílias.

OBJETIVO:

A presente revisão integrativa propõe-se a reunir e analisar criticamente as evidências publicadas entre 2020 e 2025, a fim de mapear tendências, identificar lacunas e apontar caminhos possíveis para a construção de estratégias de cuidado e prevenção.

MATERIAIS E MÉTODOS:

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo foi reunir e analisar criticamente as evidências publicadas entre 2020 e 2025 sobre os efeitos das redes sociais digitais

na saúde mental de adolescentes. A escolha por essa abordagem se justifica por sua capacidade de integrar diferentes delineamentos metodológicos, permitindo uma compreensão ampla de fenômenos complexos como o impacto psicossocial das redes sociais na juventude.

A pergunta de pesquisa foi construída com base na estratégia PICO adaptada, envolvendo a população de adolescentes (10 a 19 anos), o fenômeno de interesse (uso de redes sociais digitais) e o desfecho (efeitos sobre a saúde mental). A questão norteadora foi: Quais os efeitos do uso de redes sociais digitais na saúde mental de adolescentes, segundo as evidências publicadas entre 2020 e 2025?

Foram incluídos estudos originais, com texto completo disponível em português, inglês ou espanhol, publicados em periódicos revisados por pares e que abordassem diretamente adolescentes conforme definição da Organização Mundial da Saúde. Foram excluídos trabalhos que não apresentavam dados empíricos relevantes, além de revisões, dissertações, teses e estudos com foco exclusivo em adultos ou crianças.

A busca foi realizada nas bases SciELO, LILACS, PubMed, Scopus e Web of Science, utilizando descritores controlados e termos livres relacionados a “social media”, “adolescentes” e “saúde mental”, combinados com operadores booleanos. Os resultados foram gerenciados no software Zotero®, que auxiliou na organização dos registros e na remoção de duplicatas.

A seleção dos estudos ocorreu em três etapas: leitura dos títulos, resumos e textos completos, realizada por duas pesquisadoras de forma independente, com resolução de divergências por consenso. O processo foi orientado pelo modelo PRISMA, assegurando transparência e rastreabilidade.

Ao todo, foram identificados 326 artigos nas bases de dados consultadas. Após a remoção de duplicatas e leitura dos títulos e resumos, 212 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade. Os 114 artigos restantes foram analisados na íntegra, resultando na exclusão de 91 estudos por não abordarem diretamente os efeitos das redes sociais na saúde mental de adolescentes ou por apresentarem limitações metodológicas significativas. Assim, a amostra final foi composta por 23 artigos.

A avaliação da qualidade metodológica seguiu instrumentos adequados ao tipo de estudo: Guba e Lincoln (1989) para qualitativos, STROBE (Von Elm *et al.*, 2007) para quantitativos e as diretrizes de Creswell e Plano Clark (2018) para estudos mistos. Os dados extraídos foram sistematizados em planilha eletrônica e analisados com base na técnica de análise temática (Braun; Clarke, 2006), permitindo a identificação de padrões e categorias interpretativas recorrentes entre os estudos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

A análise dos estudos revelou um cenário complexo e ambivalente sobre os efeitos das redes sociais digitais na saúde mental de adolescentes. Longe de serem homogêneos, os impactos variam conforme o contexto de uso, a intencionalidade das interações e os atravessamentos sociais e culturais. Quatro eixos temáticos emergiram: (1) uso problemático e intensificação do sofrimento psíquico; (2) distorção da autoimagem e insatisfação corporal; (3) cyberbullying e violência simbólica; e (4) potencial de apoio emocional e pertencimento.

O uso problemático das redes, especialmente em dinâmicas de consumo passivo e comparação social, foi associado a sintomas como ansiedade, depressão, irritabilidade e distúrbios do sono. Estudos apontam que adolescentes com tempo de tela excessivo — acima de três horas diárias — têm maior risco de desenvolver sofrimento psíquico, sobretudo entre meninas (Santos *et al.*, 2023).

A experiência do cyberbullying se destaca como uma das formas mais nocivas de interação online. O anonimato e a velocidade de disseminação de conteúdos nas redes favorecem práticas de exclusão, humilhação e violência simbólica. As vítimas apresentam maior prevalência de sintomas depressivos, ideação suicida e isolamento social (Kostyrka-Allchorne *et al.*, 2023), especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades pré-existentes.

A pandemia de COVID-19 intensificou o uso das redes, tornando-as o principal canal de interação entre adolescentes. Embora tenha favorecido a continuidade dos vínculos sociais, também ampliou sintomas de exaustão digital, dependência e sobrecarga emocional. Esse período expôs tanto os riscos quanto as possibilidades do ambiente digital. (Siqueira *et al.*, 2024).

Diante disso, os achados reforçam que os efeitos das redes sociais não devem ser tratados como binários. O impacto sobre a saúde mental dos adolescentes depende de múltiplos fatores: o modo como as redes são utilizadas, a qualidade das relações no mundo offline, a existência de políticas públicas que promovam o uso crítico e ético da tecnologia, e o acesso a espaços de escuta e cuidado. Compreender essas experiências exige uma abordagem contextualizada, intersetorial e sensível às diversidades juvenis, reconhecendo os adolescentes como sujeitos ativos na produção de sentidos e nas formas de estar no mundo digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A presente revisão integrativa evidenciou que os efeitos das redes sociais digitais na saúde mental de adolescentes são complexos, ambivalentes e profundamente atravessados por fatores contextuais, culturais e subjetivos. Longe de constituírem um fenômeno exclusivamente patológico ou redentor, as redes operam como espaços simultâneos de pertencimento e exposição, de apoio e adoecimento, de criação e conflito. Os estudos analisados apontam que o uso intensivo e desregulado dessas plataformas está associado a sintomas de ansiedade, depressão, insônia, baixa

autoestima e comportamentos autolesivos, especialmente em contextos de comparação social, cyberbullying e exposição a padrões estéticos inalcançáveis.

Contudo, os mesmos ambientes digitais também podem funcionar como espaços de acolhimento, construção identitária e suporte emocional, sobretudo para jovens que vivem situações de exclusão social em seus contextos físicos. Essa ambivalência reforça a necessidade de abordagens que não se limitem à dicotomia entre proibir ou liberar o uso das redes, mas que busquem compreender as múltiplas camadas que constituem a experiência digital na adolescência.

Nesse sentido, uma das principais recomendações que emergem deste estudo é a promoção do letramento digital crítico desde as etapas iniciais da vida escolar. Educar adolescentes para o uso consciente das redes — incluindo temas como algoritmos, manipulação de imagens, privacidade, discurso de ódio e consumo de conteúdo — é uma medida essencial para fortalecer a autonomia e reduzir os impactos negativos dessas plataformas. Tais iniciativas devem estar alinhadas a políticas públicas de educação e saúde, integrando-se ao currículo escolar de forma transversal e articulada com os princípios da promoção da saúde.

Outra recomendação importante diz respeito à corresponsabilização das plataformas digitais e das grandes corporações de tecnologia na proteção da saúde mental infantojuvenil. É necessário que os ambientes digitais sejam regulados por marcos legais que limitem práticas algorítmicas predatórias, promovam transparência sobre o funcionamento das redes e assegurem mecanismos de denúncia e proteção a adolescentes vítimas de violência virtual. A responsabilização ética do design tecnológico deve estar no centro das discussões sobre saúde digital e segurança online.

Por fim, recomenda-se o fortalecimento da produção científica nacional sobre o tema, com ênfase em abordagens qualitativas e interdisciplinares que considerem os marcadores sociais da diferença, como gênero, raça, classe, território e sexualidade. Ainda são escassas as pesquisas que investigam os efeitos das redes sociais em adolescentes de comunidades rurais, populações indígenas, quilombolas, adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou em conflito com a lei. Avançar nesse campo exige um compromisso ético com a equidade no acesso à informação, ao cuidado e à proteção digital.

REFERÊNCIAS:

BERGER, M. N *et al.* Social Media Use and Health and Well-being of Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Queer Youth: Systematic Review. **Journal of Medical Internet Research**, v. 24, n. 9, e38449, 2022. DOI: 10.2196/38449

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa

CRESWELL, J. W; PLANO CLARK, V. L. Designing and conducting mixed methods research. 3. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2018. DOI: 10.4135/9781483344379

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Fourth generation evaluation**. Newbury Park: SAGE, 1989.

KOSTYRKA-ALLCHORNE, K. *et al.* Social media use and non-suicidal self-injury in adolescents: a systematic review. **Journal of Adolescent Health**, v. 72, n. 1, p. 36–47, 2023. DOI: 10.1111/jah.12619

MACIEL, N. M. S; FRANCO, E. C. D. Adolescência e imagem corporal: Uma análise à luz da sociedade do espetáculo. **Saúde Soc.** São Paulo, v.33, n.4, e240127pt, 2024.

OLIVEIRA, R. M. *et al.* Uso das mídias digitais e saúde mental de adolescentes no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. e10567, 2021. DOI: 10.11606/s1518-8787.202105500e10567

RODRIGUES, K.F. Cyberbullying e os impactos na saúde mental do adolescente. **Editorial do Bius**, v.40 n. 34, 2023. Disponível em: [file:///C:/Users/cleit/Desktop/Rascunho/CYBERBULLYING+E+OS+IMPACTOS+NA+SA%C3%9ADE+MENTAL%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/cleit/Desktop/Rascunho/CYBERBULLYING+E+OS+IMPACTOS+NA+SA%C3%9ADE+MENTAL%20(1).pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.

SANTOS, M. E. *et al.* Uso de telas e sofrimento psíquico em adolescentes: revisão sistemática. **BMC Psychology**, v. 11, n. 1, p. 44–61, 2023. DOI: 10.1186/s40359-023-01026-2

SIQUEIRA, L.F. *et al.* Impacto das mídias sociais na saúde mental de adolescentes e jovens adultos. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 1384–1390, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n10p1384-1390.

VON ELM, E. *et al.* The Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE) Statement: guidelines for reporting observational studies. **Lancet**, v. 370, p. 1453–1457, 2007. DOI: 10.1016/S0140-6736(07)61602-X

IMPACTO DO SONO NA SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Eixo: Infância e adolescência no contexto da saúde mental

Julia Helena Estrella

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Ronald Fernando Soares do Nascimento

Graduando em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife/PE

Carledúvia Cândido da Silva

Graduada em Enfermagem Faculdade Ieducare – FIED, Tianguá CE)

Enelic Fernanda dos Santos Barbosa

Graduanda em Fonoaudiologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife/PE

Gustavo de Lima Soares

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Victoria Bentes Lobão Souza

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Flávia Karolyne Aiambo Tralde

Enfermeira pela universidade metropolitana de Manaus-FAMETRO, Especialista em dermatologia-FAVENI, Perito, Prestador de serviço da justiça federal do Rio grande do Sul-JFRS.

Introdução: O sono desempenha um papel fundamental na manutenção da saúde mental e do bem-estar geral, sendo cada vez mais reconhecido como um componente fundamental na prevenção de transtornos psíquicos. No contexto brasileiro, diversos estudos recentes têm evidenciado uma relação significativa entre a qualidade do sono e a ocorrência de transtornos mentais, como depressão, ansiedade e estresse. A pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, intensificou essa associação, agravando os distúrbios do sono e, consequentemente, os sintomas de sofrimento psicológico na população. Pesquisas realizadas em diferentes regiões do Brasil demonstraram que a má qualidade do sono está associada a um aumento nos sintomas de depressão e estresse, especialmente no cenário pandêmico. Além disso, observou-se que houve um aumento significativo na fadiga, relacionado com sintomas de ansiedade e depressão, além de piora na qualidade do sono em mulheres brasileiras. Ademais, entre adolescentes, houve um aumento tardio na ocorrência de bruxismo do sono durante a o contexto pandêmico, indicando uma relação entre estresse prolongado e distúrbios do sono. Do mesmo modo que, profissionais de saúde também foram afetados, apresentando alta prevalência de má qualidade do sono, sintomas depressivos e ansiedade durante a pandemia. Diante dessas evidências, torna-se essencial compreender como a qualidade do sono influencia a saúde mental dos brasileiros, especialmente em períodos de crise sanitária e social.

Objetivo: Investigar o impacto do sono na saúde mental durante a pandemia do COVID-19, identificando as principais consequências psicológicas associadas à privação ou à má qualidade do sono nesse período.

Materiais e métodos: Este trabalho consiste em uma revisão narrativa baseada em artigos científicos disponíveis gratuitamente na base de dados PubMed, publicados entre 2020 e 2024; A busca foi realizada utilizando os termos “*sleep*”, “*mental health*” e “*Brazil*”, combinados com os operadores booleanos “*AND*” e “*OR*”. Foram selecionados quatro artigos que atenderam aos critérios estabelecidos. Os critérios de inclusão foram estudos em português, inglês ou espanhol que abordassem sobre saúde mental com enfoque na abordagem do sono. Foram excluídos artigos duplicados e estudos que não apresentavam dados relevantes para o objetivo da pesquisa.

Resultados e discussão: Com base nos artigos selecionados, observou-se uma associação significativa entre a qualidade do sono e a saúde mental no contexto brasileiro, particularmente sob impacto da pandemia do COVID-19. Um dos estudos revelou que, em mulheres brasileiras, a piora da qualidade do sono esteve fortemente relacionada com o aumento dos sintomas de ansiedade e depressão, com destaque para o aumento da fadiga e do estresse. A pesquisa apontou que, em um cenário de isolamento social, a rotina de sono foi severamente alterada, resultando em distúrbios

que agravaram os problemas psicológicos pré-existent. Além disso, adolescentes brasileiros também apresentaram um aumento no bruxismo do sono durante a pandemia, sinalizando um impacto negativo do estresse prolongado na qualidade do sono e no bem-estar emocional. Em outro estudo realizado, observou-se uma tendência em que os profissionais de saúde enfrentam elevados índices de insônia e distúrbios do sono, refletindo em um aumento da prevalência de transtornos depressivos e de ansiedade entre esses trabalhadores. Sugere-se que uma prevalência de 65% de distúrbios do sono, com um forte vínculo entre esses distúrbios e o aumento dos sintomas de estresse e depressão, especialmente durante a emergência de saúde pública. Esses achados sugerem-se uma importância na qualidade do sono como um fator crucial para a saúde mental, particularmente em períodos de alta pressão social e econômica, como a pandemia. O conjunto das evidências demonstra que distúrbios do sono podem funcionar como um marcador e um fator de risco para o agravamento de transtornos mentais, evidenciando a necessidade urgente de estratégias de intervenção em saúde pública focadas no sono. **Considerações Finais:** Diante das evidências analisadas, os achados indicam que a qualidade do sono exerce um papel determinante na saúde mental da população brasileira, especialmente nos dias marcados pela pandemia. Os estudos revisados demonstram que a má qualidade do sono está fortemente associada ao aumento de sintomas como ansiedade, depressão, estresse e fadiga. Esse impacto foi observado em diferentes grupos populacionais, incluindo mulheres, adolescentes e profissionais de saúde, o que evidencia a amplitude e a gravidade do problema. Nesse sentido, os dados apontam que o sono, muitas vezes negligenciado, deve ser reconhecido como um componente essencial na promoção do bem-estar psicológico. Além disso, a pandemia ressaltou a vulnerabilidade emocional da população e a necessidade de medidas preventivas que incluam o cuidado com o sono como parte das estratégias de saúde pública. Assim, este trabalho reforça a importância de ampliar as pesquisas sobre o tema e de implementar políticas públicas que promovam a higiene do sono e o apoio à saúde mental, especialmente no contexto da crise sanitária global. Investir em educação e conscientização sobre o sono pode ser uma ferramenta eficaz para reduzir o sofrimento psíquico e melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

Palavras-chave: Covid-19; Pandemia; Saúde mental; Sono;

Referências:

ALMEIDA, R. M. *et al.* Sleep quality of medical professionals in Brazil. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, v. 79, n. 2, p. 113–118, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anp/a/xCzQ55LfSWkPxW64Mgvcgbs/>. Acesso em: 12 maio 2025.

FERREIRA, L. N. *et al.* Relationship between sleep duration and quality and mental health: Results of population-based studies in Brazil. *Sleep Health*, v. 8, n. 3, p. 277–283, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35427941/>. Acesso em: 12 maio 2025.

RODRIGUES, M. J. *et al.* Sleep bruxism among adolescents in Brazil: A longitudinal study. *Journal of Oral Rehabilitation*, v. 50, n. 1, p. 45–52, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37759359/>. Acesso em: 12 maio 2025.

SILVA, L. P. *et al.* Fatigue, sleep quality and mental health symptoms in Brazilian women: longitudinal study. *Archives of Women's Mental Health*, v. 25, n. 4, p. 789–797, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36437245/>. Acesso em: 12 maio 2025.

INFÂNCIA E JUVENTUDE SOB A PERSPECTIVA DA ENFERMAGEM: BARREIRAS SOCIOCULTURAIS E POSSIBILIDADES DE CUIDADO EM SAÚDE EMOCIONAL

Eixo: Infância e adolescência no contexto da saúde mental

Eduarda Alencar da Cunha

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá MT

Reinaldo Gaspar Mota

Mestre em Saúde Coletiva pela PUC-SP, São Paulo. Médico Sanitarista,
Professor na FM-UFMT.

Introdução: Nos últimos anos, tem crescido a preocupação com o bem-estar psicoemocional de crianças e adolescentes. Fatores sociais, econômicos e familiares têm contribuído para o aumento dos diagnósticos de condições como ansiedade, comportamento opositor, transtornos do espectro autista e depressão juvenil. Ao mesmo tempo, observa-se que preconceitos culturais, a desinformação e a escassez de serviços especializados dificultam a identificação precoce e o acesso a cuidados adequados. Em muitas situações, crianças em sofrimento emocional têm suas manifestações invalidadas ou reduzidas a "mau comportamento". A enfermagem, presente nos diversos níveis de atenção à saúde, possui papel vital no acolhimento, orientação e direcionamento da atenção às necessidades psíquicas da população infantojuvenil. **Objetivo:** Analisar os entraves socioculturais relacionados à assistência em saúde psíquica de crianças e adolescentes, destacando o papel da enfermagem nas práticas de acolhimento e cuidado. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão com abordagem qualitativa e descritiva. Foram realizadas buscas sistemáticas nas bases eletrônicas BVS, Scopus e Web of Science entre abril e maio de 2025. Os descritores utilizados foram: "transtornos emocionais", "criança", "adolescente", "cuidados de enfermagem" e "exclusão social". A combinação foi feita com os operadores booleanos AND e OR. Como recorte temporal, foram incluídos artigos publicados entre janeiro de 2020 e abril de 2024, nos idiomas inglês, português ou espanhol. Selecionaram-se artigos que abordassem aspectos sociais e práticas de cuidado na infância e adolescência com foco no papel do profissional de enfermagem. Foram excluídos trabalhos duplicados e aqueles sem relação com o eixo temático. Após a triagem, 19 artigos foram considerados pertinentes à discussão. **Resultados e discussão:** Os dados levantados apontaram que a rejeição social e a rotulação precoce de crianças com comportamentos atípicos comprometem a continuidade do cuidado e retardam o acesso a serviços especializados. As famílias, muitas vezes sem apoio, optam por silenciar sintomas ou buscar soluções improvisadas, agravando o sofrimento da criança. A enfermagem, principalmente no âmbito da atenção primária e dos serviços de apoio psicossocial, surge como agente facilitador na promoção da escuta empática, orientação das famílias e articulação com a rede de proteção. Os estudos revisados também indicaram a necessidade de capacitação específica para que enfermeiros reconheçam sinais precoces de sofrimento emocional, promovam a escuta ativa e saibam lidar com as demandas de populações em condição de vulnerabilidade. A integração entre os setores da educação, assistência social e saúde é apontada como essencial para um cuidado efetivo. **Considerações Finais:** A investigação apontou que a exclusão e o julgamento social em relação aos distúrbios emocionais infantojuvenis comprometem a eficiência dos processos de cuidado. Reconhecer o papel estratégico da enfermagem como elo entre a comunidade, os serviços de saúde e os demais setores sociais é essencial para garantir acolhimento adequado e redução das iniquidades no cuidado. Investir na formação técnica e humanística dos profissionais, assim como promover a articulação intersetorial, constitui um dos caminhos mais promissores para o avanço das políticas de saúde mental voltadas às infâncias e juventudes.

Palavras-chave: Adolescente; Cuidados de enfermagem; Criança; Exclusão social; Transtornos emocionais.

Referências:

ALMEIDA, F. G. et al. **Transtornos emocionais em crianças: desafios no acolhimento.** *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 88-95, 2021.

BASTOS, L. A.; GOMES, R. M. **Papel da enfermagem na saúde mental de adolescentes: revisão integrativa.** *Revista Brasileira de Saúde Escolar*, v. 11, n. 2, p. 78-85, 2022.

CARVALHO, R. C. et al. **A atuação da enfermagem frente à vulnerabilidade psicossocial infantojuvenil.** *Revista Contexto & Saúde*, v. 12, n. 1, p. 44-51, 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Relatório sobre a saúde mental de crianças e adolescentes nas Américas.** Washington, DC: OPAS, 2022.

SILVA, M. E.; PEREIRA, J. S. **Intersetorialidade e enfermagem na promoção de saúde mental infantil.** *Ciências em Saúde*, v. 14, n. 4, p. 112-119, 2021.

EFEITOS DO CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS NA SAÚDE MENTAL DE ESCOLARES: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL

Eixo: Infância e adolescência no contexto da saúde mental

Bruna Rafaela da Silva Lima

Graduanda em Nutrição pela Universidade Maurício de Nassau – UNINASSAU, Recife-PE

Ana Maria Venâncio Silva

Enfermeira; pós-graduada em oncologia e hematologia molecular cirúrgica pelo Grupo CEFFAP, Recife- PE

Introdução: Nas últimas décadas, o debate sobre saúde mental na adolescência tem se ampliado, especialmente diante do aumento consistente de manifestações emocionais como tristeza persistente, irritabilidade excessiva e sensação de vazio existencial entre escolares. Tais expressões psíquicas, por vezes negligenciadas, refletem uma complexa interação entre determinantes sociais, contextos familiares, práticas escolares e hábitos cotidianos, entre os quais a alimentação desempenha papel central e frequentemente subestimado. Paralelamente, observa-se a consolidação de um padrão alimentar caracterizado pelo consumo elevado de produtos ultraprocessados, marcados por composição nutricional empobrecida, presença de substâncias artificiais e elevada densidade energética, os quais têm se tornado predominantes no cotidiano de adolescentes em diferentes realidades brasileiras. **Objetivo:** Analisar a correlação entre a ingestão habitual de alimentos ultraprocessados e a frequência de sintomas de sofrimento psíquico autorreferido em adolescentes, a partir de dados secundários de base populacional, com foco nas edições de 2015 e 2019 da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo analítico de abordagem quantitativa, com desenho observacional, que se debruça sobre a comparação entre indicadores alimentares e variáveis relacionadas à saúde mental de adolescentes matriculados no 9º ano do ensino fundamental. Foram selecionadas variáveis como consumo de refrigerantes, salgadinhos industrializados e biscoitos recheados, correlacionando-as com autorrelatos de sentimentos como solidão, insônia, desesperança e desânimo. **Resultados e discussão:** A avaliação descritiva revelou que, nos dois intervalos analisados, aproximadamente 40% dos jovens relataram a ingestão diária de ao menos um produto ultraprocessado. Concomitantemente, observou-se que, em 2019, mais de um terço dos estudantes referiram sintomas emocionais recorrentes, como tristeza prolongada (33,3%), irritação frequente (40,9%) e sensação de que a vida não possuía valor (21,4%). A partir do cruzamento dessas variáveis, foi possível identificar uma tendência consistente de associação entre maior frequência de consumo ultraprocessado e intensificação de estados emocionais negativos. Esses achados sugerem que a alimentação, enquanto prática social e biológica, pode exercer influência não apenas sobre o corpo físico, mas também sobre dimensões subjetivas relacionadas à saúde mental, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade psicossocial.

Os dados reforçam a urgência de repensar estratégias interdisciplinares no âmbito das políticas públicas, sobretudo nas escolas, que contemplem ações integradas de educação alimentar e emocional. O fortalecimento de ambientes escolares promotores de saúde, a restrição da publicidade de produtos ultraprocessados e a valorização da alimentação baseada em preparações minimamente processadas surgem como caminhos promissores para mitigar os efeitos deletérios desse padrão alimentar sobre o bem-estar mental de adolescentes. Ademais, os resultados sinalizam a necessidade de fomentar investigações longitudinais mais aprofundadas, capazes de elucidar os mecanismos biológicos e comportamentais que interligam o consumo alimentar e a saúde mental ao longo do ciclo vital. **Considerações finais:** Conclui-se que a compreensão ampliada da nutrição, que transcende os aspectos fisiológicos e passa a considerar os impactos emocionais e psíquicos de escolhas alimentares, é essencial para o enfrentamento das vulnerabilidades contemporâneas que afetam adolescentes em desenvolvimento. A alimentação, nesse sentido, deve ser reconhecida como elemento estruturante da promoção da saúde integral, envolvendo dimensões culturais, afetivas,

comportamentais e simbólicas que contribuem para a construção de vínculos positivos com o ato de comer.

Palavras-chave: Adolescentes; Alimentação; Produtos Ultraprocessados; Saúde Mental.

Referências:

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE: 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html>. Acesso em: 07 jul. 2025.

GRAJEK, Mateusz *et al.* Nutrition and mental health: A review of current knowledge about the impact of diet on mental health. **Frontiers in Nutrition**, v. 9, p. 943998, 22 ago. 2022. DOI: 10.3389/fnut.2022.943998. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9441951/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

JACKA, Felice N. *et al.* Association of Western and traditional diets with depression and anxiety in women. **The American Journal of Psychiatry**, v. 167, n. 3, p. 305–311, 2010. DOI: 10.1176/appi.ajp.2009.09060881. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20048020/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

KHALID, Sarah; WILLIAMS, Christine M.; REYNOLDS, Shirley A. Is there an association between diet and depression in children and adolescents? A systematic review. **British Journal of Nutrition**, v. 116, n. 12, p. 2097–2108, 2016. DOI: 10.1017/S0007114516004359. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28093091/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

EIXO: INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E GESTÃO

IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA NA EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO DAS CRIANÇAS

Eixo: Inovação, Tecnologia e Gestão

Gustavo de Lima Soares

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Mariana Costa Cecilio

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Julia Helena Estrella

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Victoria Lobão Bentes Souza

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Isadora Zanon de Sant' Anna Vitor

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Guilherme Ribeiro Matos

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Ynahe Cristine de Fontes Pereira

Enfermeira pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP, especialista em UTI geral e gestão da assistência intensiva ao paciente crítico - FAVENI, SAÚDE DA FAMÍLIA - UNASP

Introdução: A pandemia da COVID-19 e o isolamento social provocaram mudanças significativas no cotidiano das crianças, especialmente pelo fechamento das escolas e a interrupção das interações sociais. Esse cenário impactou diretamente o processo de aprendizagem, além do desenvolvimento físico, emocional e social infantil. Compreender essas consequências é fundamental para embasar ações que promovam a recuperação educacional e o bem-estar das crianças. Assim, esta revisão busca sintetizar os principais impactos do distanciamento social durante a pandemia no desenvolvimento infantil, a partir da análise de estudos científicos publicados desde 2020.

Objetivo: Analisar os principais impactos causados pelo isolamento social durante a pandemia da COVID-19 no processo de aprendizagem e no desenvolvimento físico, emocional e social de crianças, a partir de estudos científicos publicados desde o início da pandemia.

Materiais e métodos: Este trabalho trata-se de uma revisão de literatura com enfoque descritivo, cujo objetivo foi analisar os impactos do isolamento social durante a pandemia da COVID-19 na educação e no desenvolvimento de crianças. Para isso, foram selecionados artigos científicos disponíveis na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), com publicações a partir do ano de 2020, marco inicial da pandemia. A busca utilizou palavras-chave como “isolamento social”, “COVID-19”, “educação infantil”, “desenvolvimento infantil” e “crianças”. Foram incluídos estudos que abordassem especificamente os efeitos do distanciamento social e do fechamento das escolas no contexto educacional e no crescimento físico, emocional e cognitivo de crianças. A seleção dos artigos considerou a relevância, atualidade e relação direta com a temática proposta.

Resultados e discussão: A análise dos estudos selecionados evidência que o isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19 provocou impactos significativos e multidimensionais na educação e no desenvolvimento infantil. No âmbito educacional, verificaram-se prejuízos expressivos no processo de aprendizagem, especialmente entre estudantes da educação básica que enfrentaram barreiras no acesso a recursos tecnológicos, conectividade e suporte familiar adequados. Esses fatores acentuaram a desigualdade educacional e comprometeram a continuidade do ensino em ambiente remoto. No que diz respeito ao desenvolvimento infantil, os estudos apontam atrasos em habilidades cognitivas, sociais, emocionais e comunicativas, com destaque para a população em idade pré-escolar, que se mostrou particularmente vulnerável aos efeitos do distanciamento e da ruptura na rotina escolar e terapêutica. Também foram observadas alterações comportamentais recorrentes, como ansiedade, irritabilidade, dificuldades de concentração, distúrbios do sono e até sinais de regressão em algumas crianças. Outro aspecto importante

refere-se ao impacto no estilo de vida infantil. O confinamento resultou em uma drástica redução das oportunidades de movimento e brincadeiras ativas, o que levou à diminuição da atividade física e ao aumento excessivo do tempo de tela, comprometendo o desenvolvimento motor e o bem-estar físico. Essa mudança de rotina afetou também o vínculo familiar, já que muitos cuidadores enfrentaram dificuldades para conciliar trabalho remoto, demandas domésticas e acompanhamento escolar das crianças. Crianças com necessidades especiais foram ainda mais prejudicadas pela interrupção de atendimentos, terapias e programas de suporte, o que agravou defasagens já existentes e comprometeu o acesso a cuidados contínuos. A ausência de políticas estruturadas para atender a esse público durante a crise sanitária evidenciou lacunas históricas no sistema de proteção à infância. Assim, os resultados convergem no sentido de que o isolamento social, embora necessário como estratégia de contenção da pandemia, teve repercussões adversas e profundas sobre o crescimento e a educação infantil. Os impactos foram mais intensos entre crianças em situação de vulnerabilidade social, com menor acesso à educação remota e menor apoio psicossocial. Diante disso, destaca-se a necessidade urgente de políticas públicas intersetoriais que promovam estratégias de recuperação, com foco em intervenções pedagógicas, atenção psicossocial e reforço das redes de apoio para minimizar os prejuízos acumulados nesse período crítico do desenvolvimento humano. **Considerações Finais:** Reconhecer os desafios enfrentados por crianças em contextos adversos, como o vivenciado durante a pandemia, é essencial para a formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas eficazes. As transformações abruptas impõem a necessidade de respostas articuladas e imediatas, a fim de evitar a ampliação dos prejuízos acumulados. Investir em estratégias inclusivas e adaptadas à realidade de cada contexto pode favorecer trajetórias de desenvolvimento mais saudáveis e equitativas. Nesse sentido, ações interdisciplinares e integradas devem ser priorizadas, promovendo a reconstrução de oportunidades e o fortalecimento de infâncias mais resilientes e protegidas.

Palavras-chave: Isolamento social; Pandemia; Saúde mental;

Referências:

ALMEIDA, I. L. L.; REGO, J. F.; TEIXEIRA, A. C. G.; MOREIRA, M. R. Social isolation and its impact on child and adolescent development: a systematic review. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 40, e2020385, 2021. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1984-0462/2022/40/2020385>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BARBOSA, A. L. de A.; ANJOS, A. B. L. dos; AZONI, C. A. S. Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19.

CoDAS, São Paulo, v. 34, n. 4, e20200373, 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/2317-1782/20212020373>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CASTRO, G. M. de; MARTINS-REIS, V. de O.; CELESTE, L. C. Aprendizagem e comportamento de crianças durante o fechamento das escolas devido à COVID-19: perspectivas dos pais e professores. *CoDAS*, São Paulo, v. 35, n. 4, e20220037, 2023. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/2317-1782/20232022037pt>. Acesso em: 14 jun. 2025.

EVARISTO, D. C. da S.; QUEIROGA, B. A. M. de; CAPELLINI, S. A. Impactos do isolamento social no desenvolvimento de pré-escolares. *Revista Psicopedagogia*, São Paulo, v. 40, n. 121, p. 17–27, abr. 2023. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862023000100003&lng=pt&nrm=iso. Disponível em: <https://doi.org/10.51207/2179-4057.20230002>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MARTINS, Alessandra Dilair Formagio; GESSOLI, Juliana Bergantin. Impactos do isolamento social nas crianças em idade escolar. *Horizontes*, [S. l.], v. 40, n. 1, p. e022077, 2022. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1422>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MEDEIROS, J. P. B.; NEVES, E. T.; PITOMBEIRA, M. G. V.; FIGUEIREDO, S. V.; CAMPOS, D. B.; GOMES, I. L. V. Continuity of care for children with special healthcare needs during the COVID-19 pandemic. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 75, n. 2, e20210150, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0150>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SÁ, C. dos S. C. de; POMBO, A.; LUZ, C.; RODRIGUES, L. P.; CORDOVIL, R. COVID-19 social isolation in Brazil: effects on the physical activity routine of families with children. *Revista Paulista de Pediatria*, São Paulo, v. 39, e2020159, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2020159>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SAÚDE MENTAL E CIRURGIA MINIMAMENTE INVASIVA: A NOVA FRONTEIRA DO CUIDADO INTEGRADO

Eixo: Inovação, Tecnologia e Gestão

Gabriela Sponton Sesti

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Lucas Santos Watanabe

Graduando em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Julia Helena Estrella

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Gustavo de Lima Soares

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Beatriz Ariza Soares

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Nicole Araújo Martinez

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Ynahe Cristine de Fontes Pereira

Enfermeira pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP, especialista em UTI geral e gestão da assistência intensiva ao paciente crítico - FAVENI, SAÚDE DA FAMÍLIA - UNASP.

Introdução: Nas últimas décadas, a cirurgia minimamente invasiva (CMI) tem ganhado destaque por reduzir a dor pós-operatória, diminuir o tempo de internação, acelerar a recuperação e proporcionar melhores resultados estéticos. Paralelamente, além dos benefícios físicos, a importância dos cuidados em saúde mental e fatores psicossociais têm sido cada vez mais reconhecidos na avaliação dos resultados pós-cirúrgicos, com impacto direto na satisfação e bem-estar dos pacientes. Estudos em diversas áreas mostram que pacientes com melhor saúde mental prévia e suporte social adequado tendem a apresentar melhores resultados funcionais e maior satisfação após a CMI. Diante disso, reconhecer a relação dinâmica entre os aspectos mentais e físicos da recuperação, integrando técnicas cirúrgicas minimamente invasivas com suporte psicossocial, é essencial para avançar em direção a um modelo de cuidado mais completo e eficaz. Essa abordagem amplia o foco para além da recuperação física, promovendo também o bem-estar psicológico e social do paciente, com ganhos significativos na qualidade de vida e nos desfechos clínicos. Essa interdependência entre saúde física e mental tem impulsionado uma mudança de paradigma na prática médica, orientando o cuidado para uma perspectiva mais holística. No contexto da CMI, essa integração é especialmente relevante: a própria natureza menos invasiva da técnica favorece uma recuperação mais rápida, o que pode gerar impactos positivos na saúde emocional do paciente. Ao mesmo tempo, um estado mental fragilizado pode comprometer a resposta fisiológica à cirurgia, dificultar o manejo da dor e prolongar a convalescença. **Objetivo:** Explorar como a integração entre cuidados de saúde mental e técnicas de cirurgia minimamente invasiva pode contribuir para um modelo de cuidado mais holístico e eficaz. **Materiais e métodos:** A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, SciELO, Google Scholar e LILACS, utilizando os seguintes descritores em português e inglês, combinados por operadores booleanos (“AND” e “OR”): “Saúde mental” OR “Mental health” AND “Cirurgia minimamente invasiva” OR “Minimally invasive surgery” AND “Cuidado integrado” OR “Integrated care”. **Resultados e discussão:** A presente análise investigou a relação entre saúde mental pré-operatória, cirurgias minimamente invasivas (CMI) e qualidade de vida no pós-operatório, considerando diferentes especialidades cirúrgicas. Os resultados revelaram que, isoladamente, indicadores de saúde mental prévia, como sintomas de ansiedade e depressão, não foram preditores consistentes dos desfechos pós-operatórios. Tal achado sugere que a condição emocional anterior à cirurgia não determina, por si só, a evolução clínica no período subsequente ao procedimento. Por outro lado, a presença de dor crônica e limitações funcionais pré-operatórias emergiu como fator determinante nos resultados. A

dor, especialmente quando persistente e incapacitante, mostrou forte correlação com impactos negativos tanto na saúde física quanto na saúde mental. Após a realização da CMI, a redução significativa da dor contribuiu diretamente para a melhora do bem-estar psicológico e funcional dos pacientes, reforçando o papel central do alívio sintomático na recuperação global. Pacientes que apresentavam quadros de ansiedade ou depressão antes da cirurgia relataram melhora desses sintomas no pós-operatório imediato e tardio, o que pode ser atribuído, em parte, ao efeito positivo do alívio da dor e da retomada das atividades diárias. Essa observação corrobora estudos que destacam a bidirecionalidade entre dor e sofrimento psíquico, onde a redução de um fator pode atenuar o outro. **Considerações Finais:** A articulação entre os cuidados psicológicos e as técnicas minimamente invasivas é muito promissora para um cuidado mais humano e eficaz. Integrar o bem-estar emocional com a recuperação do bem-estar físico potencializa os benefícios terapêuticos. Investir nesta abordagem conjugada tem o potencial de ter um impacto positivo sobre os desfechos cirúrgicos. O futuro da medicina tende a um olhar mais holístico e centrado no paciente.

Palavras-chave: *Cirurgia minimamente invasiva; Integridade; Saúde mental;*

Referências:

ASHER, R.; MASON, A. E.; WEINER, J.; FESSLER, R. G. The relationship between preoperative general mental health and postoperative quality of life in minimally invasive lumbar spine surgery. *Neurosurgery*, [S. l.], v. 76, n. 6, p. 672–679, jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1227/NEU.0000000000000695>. Acesso em: 4 jun. 2025.

LALINDE, J. D.; CAICEDO, L.; CALDERÓN, P.; SANCHEZ, R.; PAREJA, R. Qualidade de vida em pacientes submetidos à cirurgia minimamente invasiva. *International Journal of Gynecological Cancer*, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 89–93, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/ijgc-2022-003931>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MEVES, R. M.; COURI, P. C.; ANTONIOLI, E.; GOTFRYD, A. O. Prospective study of the assessment of anxiety symptoms after minimally invasive lumbar decompression. *Revista Brasileira de Ortopedia*, [S. l.], v. 59, n. 3, p. 372–377, maio 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0044-1786727>. Acesso em: 4 jun. 2025.

RYU, W. H. A.; CHEONG, M.; PLATT, A.; MOSES, Z.; O'TOOLE, J. E.; FONTES, R.; FESSLER, R. G. Satisfação do paciente após cirurgias minimamente invasivas e abertas para deformidade da coluna vertebral em adultos. *World Neurosurgery*, [S. l.], v. 155, p. e301–e314, nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.wneu.2021.08.047>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SHI, T.; WANG, Q.; SHEN, S.; et al. The influence of different THA surgical approaches on patient's early postoperative anxiety and depression. *BMC Musculoskeletal Disorders*, [S. l.], v. 22, p. 858, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12891-021-04746-z>. Acesso em: 4 jun. 2025.

**EIXO: MEDICALIZAÇÃO: EXPRESSÕES CONTEMPORÂNEAS
DO SOFRIMENTO SOCIAL**

A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE: IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS E DESAFIOS PARA A SAÚDE MENTAL COLETIVA

Eixo: Medicalização: Expressões Contemporâneas de Sofrimento Social

Rafael Bittencourt Friedrich

Graduando em Medicina pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul RS

Paola Andrea Beltran Alvarez

Médica formada pela Universidade Privada Abierta Latinoamericana, Bolívia

Introdução: A medicalização da infância e juventude refere-se ao processo pelo qual questões complexas de ordem social, educacional ou comportamental são interpretadas como distúrbios médicos, cuja resposta predominante recai sobre o uso de psicofármacos. Essa lógica tem se intensificado nas últimas décadas, sobretudo em ambientes escolares e institucionais, nos quais comportamentos tidos como “indesejados” são prontamente classificados como patológicos. Esse fenômeno suscita preocupações no campo da saúde mental coletiva, uma vez que reduz a complexidade da subjetividade infantojuvenil a diagnósticos clínicos e tratamentos medicamentosos, desconsiderando os determinantes sociais e culturais do sofrimento psíquico. A crítica à medicalização, portanto, propõe um olhar ampliado que envolva políticas públicas intersetoriais e estratégias de cuidado fundamentadas nos princípios da Reforma Psiquiátrica e dos direitos humanos. **Objetivo:** Analisar os impactos da medicalização na infância e adolescência brasileira, com foco nas práticas escolares, nos espaços de cuidado e nas implicações sociais e subjetivas associadas ao uso excessivo e não prescrito de psicofármacos entre crianças e jovens. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura realizada nas bases SciELO, LILACS e PubMed. Foram utilizados os descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Medicalização”, “Infância”, “Adolescência”, “Saúde Mental” e “Serviços de Saúde”, combinados com os operadores booleanos AND e OR. O recorte temporal foi de 2014 a 2024, com inclusão de publicações nos idiomas português, inglês e espanhol. Os critérios de inclusão foram: artigos disponíveis na íntegra, com acesso gratuito e alinhamento temático com a proposta do estudo. Foram excluídos artigos duplicados. **Resultados e discussão:** Após aplicação dos critérios de elegibilidade, foram selecionados 4 artigos para análise final. A literatura aponta que o ambiente escolar é um dos principais contextos em que a medicalização se manifesta, especialmente por meio de encaminhamentos de crianças com dificuldades de aprendizagem ou comportamento para avaliação psiquiátrica, muitas vezes sem esgotar alternativas pedagógicas. Observa-se que os profissionais da educação, pressionados por exigências de rendimento e disciplina, tendem a atribuir desvios de conduta a transtornos mentais, desconsiderando fatores como vulnerabilidade social, desigualdade e violências estruturais. O Conselho Tutelar também aparece como uma instância reforçadora do processo medicalizante, ao mediar conflitos escolares e familiares por meio da recomendação de intervenções clínicas. Essa prática, ainda que bem-intencionada, acaba por legitimar um modelo centrado na normatização do comportamento infantil, em detrimento de abordagens educativas e comunitárias. Nos espaços de internação de adolescentes em conflito com a lei, o uso de psicofármacos aparece como recurso frequente para o controle da agressividade, do sofrimento emocional e da adaptação ao ambiente institucional. Estudos apontam que há prescrição sistemática de medicamentos psicoativos a jovens privados de liberdade, sem avaliação adequada da necessidade terapêutica, o que configura um mecanismo de silenciamento das demandas subjetivas. Além disso, dados epidemiológicos indicam um aumento preocupante do consumo não prescrito de tranquilizantes entre estudantes adolescentes brasileiros, especialmente do sexo feminino. A banalização do uso dessas substâncias está associada a pressões sociais, estresse escolar, conflitos familiares e acesso facilitado aos medicamentos no ambiente doméstico. **Considerações Finais:** A medicalização da infância e juventude é um fenômeno multifacetado que envolve atores institucionais, dispositivos de controle social e a indústria farmacêutica. Seus efeitos

vão além da esfera clínica, pois impactam a constituição subjetiva, a autonomia e os direitos de crianças e adolescentes. Reduzir o sofrimento psíquico a diagnósticos psiquiátricos e medicamentos ignora as singularidades dos sujeitos e suas condições sociais de existência. É necessário fortalecer políticas públicas intersetoriais que articulem saúde, educação, assistência social e justiça, promovendo ações de cuidado que respeitem a diversidade, a escuta sensível e a construção coletiva de soluções. A formação crítica de profissionais e a ampliação de espaços de diálogo com famílias e comunidades são estratégias fundamentais para enfrentar a lógica medicalizante e consolidar uma abordagem ética, inclusiva e cidadã da saúde mental na infância e juventude.

Palavras-chave: Infância; Juventude; Medicalização; Saúde Mental.

Referências:

BELTRAME, R. L.; GESSER, M.; SOUZA, S. V. DE .. DIÁLOGOS SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA. *Psicologia em Estudo*, v. 24, p. e42566, 2019.

COSTA, N. DO R.; SILVA, P. R. F. DA .. A atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 5, p. 1467–1478, maio 2017.

OPALEYE, E. S. et al.. Nonprescribed use of tranquilizers and use of other drugs among Brazilian students. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 36, n. 1, p. 16–23, jan. 2014.

WERLANG, E. M.; PEREIRA, D. P.; BETT, G. DE C.. MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA, FRACASSO ESCOLAR E CONSELHO TUTELAR: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CULTURAL. *Psicologia em Estudo*, v. 29, p. e55625, 2024.

ESTIGMAS, TRANSTORNOS MENTAIS E CIRURGIA BARIÁTRICA: DESAFIOS DA PSIQUIATRIA FRENTE À MEDICALIZAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL

Eixo: Medicalização: expressões contemporâneas do sofrimento social

Vitoria Lopes Ribeiro Pessoa

Graduanda em Medicina pela Faculdade de Medicina de Olinda – FMO, Olinda PE

Rafaely da Silva Juvenal

Graduanda em Medicina pela Faculdade de Medicina de Olinda – FMO, Olinda PE

Angela Cavalcanti Marcondes

Graduada em Psicologia e Licenciatura Plena em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda -FACHO,
Olinda, Pernambuco

Orientadora da Liga de Psiquiatria e Saúde Mental na Faculdade de Medicina de Olinda –FMO, Olinda, Pernambuco

Introdução: Nos últimos 50 anos, a prevalência de obesidade aumentou em todo o mundo, atingindo níveis de pandemia. No Brasil, dados de 2021 demonstraram que o excesso de peso alcança cerca de 80% da população. Essa condição resulta de fatores biológicos, sociais e comportamentais, sendo também percebida como uma marca social e moral indesejável. Tal estigma pode causar limitações psicossociais relacionadas ao preconceito, exclusão social e culpa, afetando o bem-estar dos pacientes. A crescente valorização da estética exerce forte influência na qualidade de vida e na satisfação com a imagem corporal. O ideal estético, amplamente veiculado por mídias, moda e redes sociais, impõe padrões muitas vezes inatingíveis, contribuindo para o desenvolvimento de transtornos alimentares, depressão, ansiedade e baixa autoestima. Frente à baixa eficácia dos tratamentos conservadores a longo prazo, a cirurgia bariátrica tornou-se uma alternativa eficaz para controle da obesidade e comorbidades. No entanto, o procedimento provoca mudanças significativas no corpo, hábitos alimentares e estilo de vida, exigindo adaptação emocional. A cirurgia, muitas vezes, é motivada por fatores psicossociais, como o desejo de aceitação social, melhora da autoestima e reintegração à vida cotidiana. Pacientes relatam impactos positivos na saúde física e autoimagem, mas também enfrentam desafios emocionais no pós-operatório, como recaídas, compulsão alimentar e depressão. Diante disso, é fundamental considerar a saúde mental como eixo central no cuidado ao paciente bariátrico. **Objetivo:** Analisar o papel do estigma social como motivador para a cirurgia bariátrica, refletir sobre seus impactos na decisão cirúrgica e destacar a importância do cuidado contínuo em saúde mental nesse contexto. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa, realizada por meio da leitura e revisão de artigos científicos disponíveis nas bases SciELO, PubMed e LILACS. Foram incluídas publicações entre 2021 e 2025, em português, abordando aspectos psicossociais da obesidade, estímulos que levam a cirurgia bariátrica e seus efeitos na saúde mental, os critérios de inclusão abrangeram artigos dos últimos 5 anos, sendo todos textos completos em português, que abordassem as motivações para a cirurgia bariátrica e sua relação com estigmas sociais, imagem corporal e como critérios de exclusão as populações pediátricas ou adolescentes, textos não completos e artigos que abordassem critérios técnicos do procedimento cirúrgico. **Resultados e discussão:** Os estudos demonstram que, além das razões fisiológicas, muitos pacientes procuram a cirurgia bariátrica como uma tentativa de reduzir os impactos de uma mancha social constante. A pressão por um corpo irreal e o sentimento de inadequação social levam à insatisfação com a imagem corporal, particularmente entre mulheres. Essa pressão estética, somada ao preconceito vivido, move boa parte da busca por uma mudança corporal mais rápida e visível, o que contribui para o aumento da procura pela cirurgia. Os próprios pacientes comentam que a cirurgia representa uma possibilidade de se ajustarem aos padrões sociais, o que reforça a estética e o reconhecimento social como os principais fatores na tomada de decisão. Entretanto, os impactos emocionais não desaparecem junto à perda de peso. Estudos mostram que sintomas como depressão, ansiedade e

compulsão alimentar podem surgir ou se intensificar após a cirurgia, especialmente na ausência de cuidados com a saúde mental. Já foi evidenciado que a avaliação psiquiátrica no pré-operatório é indispensável para identificar transtornos que possam colocar em risco os resultados e que o suporte contínuo da equipe multidisciplinar — incluindo psicólogos e psiquiatras — favorece a adesão ao tratamento e melhora o bem-estar do paciente. Assim, o sucesso da cirurgia vai além da dimensão corporal, necessitando de uma abordagem integrada, sensível às vulnerabilidades emocionais e sociais dos indivíduos obesos. **Considerações Finais:** A obesidade, mais do que uma condição de saúde física, é um fenômeno social demasiadamente marcado por estigmas e julgamentos. A cirurgia bariátrica, mesmo que comprovadamente eficaz na redução de peso, não resolve sozinha os enfrentamentos emocionais e sociais que acompanham o paciente obeso. O meio social se apresenta como um dos principais motivadores para a cirurgia e precisa ser reconhecido como parte do processo terapêutico. A integração da saúde mental como parte central do cuidado garante não apenas melhores desfechos clínicos, mas contribui para uma reabilitação mais humana, ética e efetiva.

Palavras-chave: Cirurgia Bariátrica; Estigma Social; Obesidade; Psiquiatria; Saúde Mental.

Referências:

ANDRADE, Rebecca Soares de; CESSE, Eduarda Ângela Pessoa; FIGUEIRÓ, Ana Cláudia. Cirurgia bariátrica: complexidades e caminhos para a atenção da obesidade no SUS. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 138, p. 641–657, jul./set. 2023.

GODOI, Myllena Pereira Bispo de; PINTO, Katiely Vieira; CARDOSO, Lahís Alves Lopes. A influência da estética para mulheres e a qualidade de vida na satisfação com a autoimagem corporal. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 10, n. 6, p. 962–973, jun. 2024.

JAIME, Alessandra et al. Impacto da cirurgia bariátrica na saúde mental: avaliação psiquiátrica pré e pós-operatória. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 4, p. 1238–1251, 2025.

MEDEIRO, Sandra Aparecida; FRANÇA, Lucia Helena de F. P.; MENEZES, Ione Vasques. Motivos psicossociais para cirurgia bariátrica em adultos jovens e mais velhos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, e222218, p. 1–16, 2021.

EIXO: POLÍTICAS DE DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS

AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO EM NÍVEL MUNICIPAL

Eixo: Políticas Públicas voltadas para a Saúde Mental

Rafael Bittencourt Friedrich

Graduando em Medicina pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul RS

Paola Andrea Beltran Alvarez

Médica formada pela Universidade Privada Abierta Latinoamericana, Bolívia

Introdução: A Política Nacional de Saúde Mental do Brasil, consolidada desde a reforma psiquiátrica, busca a substituição progressiva do modelo manicomial por uma rede comunitária integrada. Nas últimas décadas, observou-se expansão dos serviços de atenção psicossocial, com destaque para os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), mas ainda persistem desafios na sua consolidação e articulação intersetorial. A região Nordeste, apesar das iniciativas locais, carece de dados sistemáticos sobre a efetividade das políticas implantadas. Ademais, os recentes retrocessos políticos, incluindo propostas de centralização, ameaçam os avanços alcançados. Diante disso, torna-se imprescindível avaliar os impactos das políticas implantadas no âmbito municipal, identificando progressos e lacunas na estrutura, governança e financiamento. **Objetivo:** Analisar os principais avanços e desafios na implementação municipal da Política Nacional de Saúde Mental no Brasil, a partir de evidências publicadas sobre a rede assistencial e os aspectos críticos do processo político. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com base em quatro estudos indexados nas bases MedLine, SciELO e BMC Public Health, que abordam a avaliação de políticas públicas em saúde mental no Brasil, especialmente em nível municipal. Utilizaram-se os descritores controlados “Política Nacional de Saúde Mental”, “Serviços de Saúde Mental”, “Atenção Primária à Saúde” e “Gestão em Saúde”, combinados pelos operadores booleanos AND e OR, com o objetivo de refinar os resultados. **Resultados e discussão:** Os estudos analisados indicam que, no Nordeste brasileiro, há escassez de investigações sistemáticas sobre os efeitos diretos das políticas de saúde mental nos municípios, embora se reconheça o avanço na ampliação de dispositivos da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) e da cobertura em atenção básica. Também foram identificados riscos associados à centralização de decisões em saúde mental e às propostas de revalorização do modelo hospitalar, o que pode comprometer os princípios da Reforma Psiquiátrica e a autonomia das gestões locais. Em avaliações aplicadas em estados brasileiros, observou-se que a maioria dos municípios apresenta níveis apenas parciais de implementação da rede, com maiores deficiências em infraestrutura hospitalar de retaguarda, informatização dos sistemas e qualificação permanente das equipes. O subfinanciamento, a falta de articulação intersetorial e a governança fragilizada foram fatores recorrentes, dificultando a sustentabilidade das políticas públicas. Por outro lado, as experiências bem-sucedidas envolveram maior participação social, gestão compartilhada e articulação entre atenção primária e especializada, demonstrando que avanços são possíveis mesmo em contextos adversos. **Considerações Finais:** A implementação da Política Nacional de Saúde Mental em nível municipal tem promovido avanços importantes na descentralização do cuidado e na consolidação de serviços territorializados. Contudo, persistem desafios significativos relacionados à governança local, financiamento, qualificação das equipes e integração das ações entre os diferentes níveis de atenção. O fortalecimento da RAPS exige estratégias intersetoriais, investimentos contínuos, e garantia de autonomia dos municípios para adaptar as diretrizes nacionais à realidade de seus territórios. A preservação dos princípios da Reforma Psiquiátrica e o aprimoramento das políticas públicas são essenciais para garantir um cuidado humanizado, equitativo e baseado na cidadania. Além disso, é necessário fomentar espaços de participação social e ampliar a utilização de ferramentas avaliativas, garantindo maior efetividade e justiça social nas ações em saúde mental.

Palavras-chave: Atenção Psicossocial; Implementação; Saúde Mental.

Referências:

ALMEIDA, J. M. C. Mental health policy in Brazil: what's at stake in the changes currently under way. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 11, e00129519, out. 2019.

COELHO, V. A. A. et al. Community mental health care network: an evaluative approach in a Brazilian state. *International Journal of Mental Health Systems*, Londres, v. 17, n. 1, p. 9, abr. 2023.

JUNUÁRIO, S. S. S. et al. Mental health and public policies implemented in the Northeast of Brazil: a systematic review with meta-analysis. *International Journal of Social Psychiatry*, Londres, v. 63, n. 1, p. 21–32, fev. 2017.

SANTOS, T. et al. Towards comprehensive mental health care: experiences and challenges in the implementation of the Psychosocial Care Network in Brazil. *BMC Public Health*, Londres, v. 21, p. 11397, 2021.

REDUÇÃO DE DANOS: ESTRATÉGIAS PARA PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA

Eixo: Políticas de drogas e redução de danos

Maíra Saenne Luz Lira

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Nildes Dariane Pinheiro Santos

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Amanda Júlia Sousa de Oliveira

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Ana Carolina Oliveira do Rêgo

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Lara Beatriz de Araújo Sousa

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Aline Raquel De Sousa Ibiapina

Bacharel em Enfermagem. Doutorado e Mestrado em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí - UFPI.
Professora Adjunta do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Piauí- Campus Senador

Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)- Picos- PI.

Introdução: A Redução de Danos é uma abordagem prática que tem como objetivo mitigar as consequências negativas do consumo de substâncias, tanto para a saúde quanto para a sociedade, sem impor a abstinência como condição. O consumo de substâncias psicoativas está presente em diferentes culturas e épocas históricas, desde cerimônias religiosas com plantas sagradas até o uso recreativo contemporâneo, as drogas sempre fizeram parte da experiência humana. a Redução de Danos (RD) surge como uma alternativa mais pragmática e humanizada para minimizar os impactos causados. No entanto, na atenção básica ainda é possível observar barreiras relacionadas à falta de informação, estigmas sociais e resistência por parte das equipes profissionais. **Objetivo:** Refletir sobre o papel da Redução de Danos no cuidado aos usuários de substâncias psicoativas na Atenção Básica, destacando a importância da qualificação dos profissionais e identificar os principais desafios e possibilidades para a efetivação dessa prática no território. **Materiais e métodos:** Revisão narrativa da literatura realizada no período de maio a junho de 2025, nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando os descritores “Redução do Dano”, “Atenção Primária à saúde”, “Usuários de Drogas”, combinados entre si através dos operadores booleanos AND e OR. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, que abordassem a temática, publicados entre os anos de 2019 e 2023, nos idiomas português, inglês ou espanhol. Foram encontrados 22 artigos, em seguida, aplicados os critérios de elegibilidade, e ficando ao final um total de 12 artigos que contemplaram a temática. **Resultados e discussão:** A prática de Redução de Danos ainda enfrenta resistências devido a interpretações equivocadas, sendo muitas vezes confundida com um suposto incentivo ao consumo de drogas. Essa visão distorcida, enraizada em preconceitos e desconhecimento, acaba por prejudicar a adoção de práticas de saúde mais acolhedoras, humanizadas e efetivas no território para pacientes que sofrem com esse estigma. A educação em saúde voltada para a Redução de Danos é uma ferramenta essencial para transformar essa realidade. Ademais, a realização de ações multiprofissionais é indispensável para fortalecer e humanizar ainda mais o acolhimento oferecido aos usuários. Trabalhando em conjunto com a assistência social, educação, cultura e segurança pública, promovendo redes de apoio que ampliam o alcance das ações e proporcionam alternativas de cuidado, lazer, trabalho e reinserção social para os usuários. Não obstante, os estudos que evidenciam a importância e a eficácia da Redução de Danos no uso de drogas, os profissionais ainda enfrentam desafios significativos, como o preconceito institucional, a falta de insumos adequados para promover essa atividade para o paciente e o medo, frequentemente associado ao estigma, no cuidado e no vínculo com os usuários, o que pode dificultar a oferta de um cuidado humanizado e livre de julgamentos. **Considerações**

Finais: Logo, a redução de Danos é uma estratégia potente, ética e humanizada que deve ser fortalecida na Atenção Básica. Superar preconceitos e investir na formação adequada das equipes são passos fundamentais para garantir um cuidado integral e de qualidade aos usuários. É imprescindível que as políticas públicas de saúde reconheçam e implementem a Redução de Danos como uma abordagem fundamental para com a autonomia dos usuários. A consolidação dessa estratégia na Atenção Básica representa um avanço crucial na construção de um modelo de saúde mais humano e inclusivo, capaz não apenas de reduzir os danos associados ao uso de substâncias, mas também de promover a cidadania e a dignidade desses indivíduos.

Palavras-chave: Atenção Primária à saúde; Redução de danos; Usuários de Drogas;

Referências:

COSTA, Pedro Henrique Antunes da. Há espaço para a redução de danos em políticas antidrogas?.

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 7, n. 1, p. 226–242, 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

MOREIRA, Carla Regina; SOARES, Cassia Baldini; CAMPOS, Celia Maria Sivalli; LARANJA, Thai Helena Mourão. Redução de danos: tendências científicas recentes e desafios nas políticas de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 72,supl. 3, p. 312-320, dez. 2019.

SOARES, Nayana Santos Arêa et al. Política de redução de danos: conhecimento e prática profissional na estratégia saúde da família. **Contribuciones a las ciencias sociales**, v. 16, n. 10, p. 20056-20071, 2023

**EIXO: PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DAS
DOENÇAS MENTAIS**

A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL ATRAVÉS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Mentais

Sara de Moura Andrade Santos

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Alanna Maria de Moura Gomes

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí– UFPI, Picos PI)

Aline Raquel de Sousa Ibiapina

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Introdução: Eventos como a Pandemia da COVID-19 e os avanços tecnológicos são responsáveis pela mudança dos hábitos de vida tornando as pessoas cada vez mais sedentárias e, paradoxalmente a isso, imediatistas. Frente a isso, observa-se uma crescente tentativa de difundir a ideia de que a prática de exercício físico tem impacto positivo no sedentarismo e, para além disso, na redução de fatores estressantes que induzem o surgimento de transtornos mentais. Assim, a atividade física passa a ser uma aliada à promoção da saúde mental e não somente como mecanismo ocupacional e/ou de lazer. Com isso, essa pesquisa foi realizada para promover a discussão dessa temática e sua aplicação em prática. **Objetivo:** Levantar o que está descrito na literatura sobre a importância da prática de exercícios físicos para a promoção da saúde mental. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa com abordagem qualitativa. Para a formulação da pergunta de pesquisa, adotou-se o acrônimo PICO, onde P representa o P (Promoção à saúde), I o Interesse (exercício físico) e Co o Contexto (saúde mental). Assim, a pergunta de pesquisa formulada foi: Como a prática de exercício físico influencia na promoção da saúde mental? O levantamento bibliográfico foi realizado no mês julho de 2025, por meio das bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line* (MEDLINE/PubMed®), e Base de Dados em Enfermagem (BDENF). Foram empregados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) controlados: “Promoção da Saúde”, “Saúde Mental”, “Exercício Físico” e não controlados: “Promoção do Bem-Estar”, “Atividade Física”, consultados no Medical Subject Headings e o operador booleano utilizado foi “AND”. Foram incluídos estudos primários que investigaram a importância da prática de exercício físico para a promoção da saúde mental. A pesquisa se deu sem delimitação de idioma, nos anos de 2020 a 2025. Foram excluídos editoriais, teses, dissertações e trabalhos que não se enquadravam no escopo da pesquisa. Os estudos foram selecionados com base no Fluxograma PRISMA 2020. Após a leitura de títulos e resumos ficaram nove, e para compor a revisão selecionou-se cinco artigos para análise final, na qual se adequavam ao objetivo do trabalho. Os demais artigos foram descartados mediante a abordagem dos trabalhos apresentadas nos resumos e no corpo do texto, por fim dando prioridade aos trabalhos que tratavam a temática de forma mais objetiva e atendendo ao quantitativo de referências proposto. O software Rayyan® foi utilizado para eliminar duplicatas e gerenciar os artigos. **Resultados e discussão:** A literatura apresentou a correlação positiva entre a prática de exercício físico e a saúde mental positiva, visto que pessoas ativas fisicamente estão em um nível de maior proteção contra transtornos mentais, quando comparadas com pessoas menos ativas isso pode ser explicado pelo bem-estar emocional, reduzindo sintomas ansiosos e depressivos. Em rotinas cansativas e de alta cobrança, como a universitária, praticar exercício físico se torna uma modalidade terapêutica ao mesmo momento que propicia o contato com a natureza, com outras pessoas e a liberação de certos hormônios no momento da prática contribuindo para a regulação de humor. Esse recorte da área da saúde tem instigado o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas que incentivam o bem-estar. A exemplo disso, a Estratégia de Saúde da Família, a qual por buscar o cuidado holístico do ser humano vê como aliada a prática de atividade física que traz como consequência a melhoria da qualidade de vida dos usuários e traz outro benefício que é a redução da necessidade de busca por serviços de saúde – como o psicossocial- priorizando, assim, a

promoção e prevenção da saúde. Como os benefícios do exercício físico são integrais, considera-se a relação entre corpo e mente, funcionando ambos como reguladores um do outro. **Considerações Finais:** É importante considerar, portanto, que a literatura evidenciou a importância da prática de exercício físico como sendo um pilar para a promoção saúde de modo totalitário. Nessa linha de raciocínio considera-se necessária a atuação dos serviços de educação em saúde para promover, a fim de propagar este hábito com base nas consequências positivas interligadas a esse cenário. Somado a isso, significar as repercussões sobre o sistema nervoso evidenciado pela diminuição de sintomas associados aos transtornos mentais, melhorando a qualidade de vida e interferindo positivamente na rotina dos praticantes, como as relações interpessoais destes.

Palavras-chave: Exercício Físico; Promoção da Saúde; Saúde Mental

Referências:

ARIMON, Marta Prats *et al.* Uma intervenção interdisciplinar baseada na prescrição de atividade física, dieta e saúde mental positiva para promover um estilo de vida saudável em pacientes com obesidade: um ensaio clínico randomizado. **Revista Nutrientes**, [s.l.] v. 16, n. 16, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/nu16162776>. Acesso em: 12 jul 2025.

DIAS, Raphael Ritti *et al.* Atividade física para adultos: Guia de Atividade Física para a População Brasileira. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Florianópolis, SC, jul/2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12820/rbafs.26e0215>. Acesso em: 12 jul 2025

GUO, Zhifeng ; ZHANG, Yiyang. Estudo sobre os Fatores Interativos entre Exercício Físico e Promoção da Saúde Mental de Adolescentes. **Revista J Healthc Eng**, [s.l], jan/2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1155/2022/4750133>. Acesso em: 12 jul 2025.

LEGRAND, Fernando Dias.; *et al.* O exercício físico para a saúde mental: mecanismos, recomendações, pesquisas. *Revista Elsevier* v. 49, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.encep.2023.03.004>. Acesso em: 12 jul 2025.

LIMA, Gleisson Ferreira *et al.* Atividade física e saúde mental: intervenção no contexto da residência multiprofissional em saúde da família. **Revistas Unipar**, v. 27, n. 6, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25110/arqsaude.v27i6.2023-013>. Acesso em: 12 jul 2025.

DESAFIOS NA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DOS TRANSTORNOS DE ANSIEDADE EM ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Mentais

Rafael Bittencourt Friedrich

Graduando em Medicina pela Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul RS

Paola Andrea Beltran Alvarez

Médica formada pela Universidade Privada Abierta Latinoamericana, Bolívia

Introdução: Os transtornos de ansiedade estão entre os distúrbios mentais mais prevalentes no mundo e frequentemente se manifestam de forma insidiosa, impactando significativamente a qualidade de vida dos indivíduos. Embora a atenção primária à saúde (APS) seja reconhecida como o nível ideal para a detecção precoce e o manejo inicial de transtornos mentais, a identificação oportuna dos transtornos de ansiedade ainda é limitada por diversos fatores. Essas limitações comprometem o início precoce de intervenções eficazes e contribuem para a cronicidade dos sintomas e a deterioração da qualidade de vida dos pacientes. Nesse cenário, torna-se relevante investigar os desafios enfrentados pelos profissionais da APS na detecção precoce da ansiedade e compreender estratégias que potencializem o reconhecimento e o cuidado adequado dessas condições no ambiente da atenção básica. **Objetivo:** Identificar os principais desafios para o diagnóstico precoce dos transtornos de ansiedade na atenção primária e discutir possíveis estratégias de enfrentamento. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e BVS, utilizando os operadores booleanos “AND” e “OR”, com os seguintes descritores DeCS/MeSH: “Transtornos de Ansiedade”; “Atenção Primária à Saúde”; “Diagnóstico precoce”; “Triagem”. Foram incluídos artigos publicados entre 2014 e 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol. Os critérios de inclusão foram: estudos completos disponíveis online, abordando especificamente a identificação de ansiedade na APS. Excluíram-se teses, editoriais, cartas e artigos que não enfocassem o diagnóstico na atenção primária. Após leitura dos títulos, resumos e textos completos, selecionaram-se quatro artigos relevantes ao tema. **Resultados e discussão:** A análise dos estudos evidenciou múltiplos fatores que dificultam o reconhecimento precoce dos transtornos de ansiedade na atenção primária. Entre os mais citados, destacam-se: a escassez de formação específica dos profissionais da APS para o manejo de saúde mental; a elevada carga de trabalho e o tempo reduzido por consulta; a persistência do estigma em relação aos transtornos mentais, tanto por parte dos usuários quanto dos profissionais; e a apresentação clínica pouco específica dos transtornos de ansiedade, frequentemente confundida com queixas somáticas ou condições clínicas comuns, como dores musculares, insônia e desconfortos gastrointestinais. Além disso, a baixa utilização de instrumentos validados de triagem e a fragilidade no vínculo longitudinal com os usuários dificultam uma escuta qualificada e a detecção de sinais precoces. Tais desafios refletem não apenas limitações formativas, mas também estruturais e organizacionais do sistema de saúde. **Considerações Finais:** A identificação precoce dos transtornos de ansiedade na atenção primária à saúde está comprometida por um conjunto de fatores inter-relacionados que abrangem deficiências na formação profissional, obstáculos estruturais das unidades de saúde, limitações na comunicação com os usuários e barreiras culturais e sociais. Para superar essas dificuldades, é necessário investir em capacitação contínua da equipe de saúde, implementar protocolos clínicos com ferramentas de rastreamento sensíveis e específicas, promover estratégias de desestigmatização e fortalecer o vínculo entre profissionais e usuários. Tais medidas são essenciais para qualificar o cuidado em saúde mental na APS, ampliar o acesso ao diagnóstico precoce e reduzir os impactos dos transtornos de ansiedade na população.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde; Diagnóstico Precoce; Saúde Mental; Transtornos de Ansiedade.

Referências:

COSTA, C. O. DA . et al.. Prevalência de ansiedade e fatores associados em adultos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 68, n. 2, p. 92–100, abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/PSrDy4ZFSGDCzNgJfJwVRxz/> Acesso em: 14 jul. 2025.

O’CONNOR, E. A. et al. Screening for Anxiety Disorders in Adults: US Preventive Services Task Force Recommendation Statement. *JAMA*, 329(24):2163-2170. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37338866/> Acesso em: 18 jul. 2025.

OLARIU, E. et al. Detection of anxiety disorders in primary care: a meta-analysis. *Depression and Anxiety*, v. 32, n. 6, p. 471–484, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25826526/> Acesso em: 15 jul. 2025.

PARKER, G. B. et al. Contemporary treatment of anxiety in primary care: a systematic review and meta-analysis. *BMC Primary Care*, London, v. 22, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33992082/> Acesso em: 18 jul. 2025.

ANSIEDADE, DOR E RECUPERAÇÃO: A PSICOLOGIA COMO ALIADA NA CIRURGIA MINIMAMENTE INVASIVA.

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Mentais

Mariana Costa Cecilio

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Gustavo de Lima Soares

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Julia Helena Estrella

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Victoria Lobão Bentes Souza

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Beatriz Ariza Soares

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Isadora Zanon de Sant' Anna Vitor

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Gabriela Sponton Sesti

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Ynahe Cristine de Fontes Pereira

Enfermeira pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP, especialista em UTI geral e gestão da assistência intensiva ao paciente crítico - FAVENI, SAÚDE DA FAMÍLIA - UNASP

Introdução: Os avanços nas técnicas cirúrgicas, especialmente com a consolidação da cirurgia minimamente invasiva (CMI), têm revolucionado a prática médica ao oferecer intervenções menos traumáticas, com menor tempo de internação e recuperação mais rápida. Contudo, mesmo diante dos benefícios físicos, é crescente a compreensão de que fatores psicológicos, como a ansiedade pré-operatória e a percepção da dor, influenciam diretamente os desfechos clínicos e a experiência do paciente no período perioperatório (CHEN et al., 2024; COSTA JUNIOR et al., 2012). Estudos indicam que altos níveis de ansiedade antes da cirurgia podem estar associados a maior intensidade de dor no pós-operatório, maior necessidade de analgesia e recuperação mais lenta (FELIX et al., 2019; LIU et al., 2023). Nessa perspectiva, a psicologia surge como aliada essencial na abordagem do paciente cirúrgico, promovendo intervenções que visam reduzir o estresse emocional, melhorar a adesão ao tratamento e favorecer um processo de recuperação mais humanizado e eficaz (SEBASTIANI; MAIA, 2005; TURRA et al., 2011). Assim, este artigo propõe discutir a inter-relação entre ansiedade, dor e recuperação no contexto da cirurgia minimamente invasiva, destacando as contribuições da psicologia no preparo e acompanhamento de pacientes submetidos a esse tipo de procedimento. **Objetivo:** Analisar o papel da psicologia na redução da ansiedade, manejo da dor e melhora da recuperação em pacientes submetidos a cirurgias minimamente invasivas. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo de revisão narrativa de literatura, com abordagem qualitativa, que teve como objetivo identificar e analisar contribuições recentes da psicologia no contexto cirúrgico, especialmente no manejo da ansiedade, dor e recuperação. A busca foi realizada em bases de dados eletrônicas como SciELO, PePSIC, BVSMs, entre outras fontes relevantes da área da saúde e psicologia. Foram utilizados operadores booleanos como *AND* e *OR* para ampliar a sensibilidade da busca, com combinações de descritores como: "ansiedade pré-operatória", "intervenção psicológica", "psicologia da saúde", "recuperação pós-cirúrgica" e "dor". O recorte temporal não foi previamente delimitado, priorizando-se artigos recentes, com acesso completo e gratuito para leitura. Como critérios de inclusão, foram considerados: estudos disponíveis na íntegra; escritos em português, inglês ou espanhol; com abordagem relacionada à assistência psicológica no contexto cirúrgico e saúde mental; publicados em periódicos científicos reconhecidos. Foram excluídos artigos com foco exclusivo em aspectos técnicos da cirurgia, sem interface com aspectos psicológicos, ou com acesso restrito. Não foi utilizado tratamento estatístico

formal, visto que se trata de uma revisão qualitativa. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa e descritiva, considerando os principais eixos temáticos emergentes dos textos.

Resultados e discussão: A análise dos artigos destaca a ansiedade pré-operatória como fator relevante na experiência e nos desfechos clínicos de pacientes cirúrgicos. Embora ela não aumente as complicações cirúrgicas, ela causa o aumento da dor, náuseas, elevação dos níveis de cortisol, distúrbios do sono e aumento de internações hospitalares. Intervenções não farmacológicas, como realidade virtual, relaxamento guiado e outras estratégias, mostraram eficácia na redução da mesma, dessa forma a literatura reforça a importância da presença do psicólogo escutando, acolhendo, e preparando emocionalmente o paciente. **Considerações Finais:** A união dos métodos emocionais com o sistema hospitalar é um desenvolvimento do cuidado centrado na pessoa. Os profissionais da saúde mental colaboram de modo efetivo para que a jornada cirúrgica ocorra de uma maneira mais tranquila e positiva. As técnicas terapêuticas atuam em favor da estabilidade interior e em favor da ampliação do bem-estar. O cruzamento dos saberes amplia as frentes para a atuação clínica. Sintetizar suporte humano qualificado é fundamental para que haja melhores resultados em saúde.

Palavras-chave: *Ansiedade; Cirurgia minimamente invasiva; Psicologia;*

Referências:

CHEN, Maohui; HUANG, Yizhou; ZHANG, Jiaoxia; WU, Zhihui; LIN, Chuanquan; ZHENG, Bin; CHEN, Chun; LI, Wei. Impacto da ansiedade pré-operatória nos resultados pós-operatórios em pacientes submetidos à cirurgia toracoscópica minimamente invasiva: um estudo de coorte prospectivo. *European Journal of Surgical Oncology*, [S. l.], v. 50, n. 10, p. 108605, out. 2024. DOI: 10.1016/j.ejso.2024.108605. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39151308/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

COSTA JUNIOR, Áderson Luiz et al. Preparação psicológica de pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos. *Estudos de Psicologia* (Campinas), v. 29, n. 2, p. 271–284, abr. 2012. DOI: 10.1590/S0103-166X2012000200013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000200013>. Acesso em: 13 jun. 2025.

FELIX, Márcia Marques dos Santos et al. Terapia de relaxamento com imagem guiada sobre a ansiedade pré-operatória: ensaio clínico randomizado. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, [S. l.], v. 26, p. e3101, 2019. DOI: 10.1590/1518-8345.2850.3101. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rlae/article/view/156192>. Acesso em: 13 jun. 2025.

LIU, Y. et al. Virtual reality psychological intervention helps reduce preoperative anxiety in patients undergoing carotid artery stenting: a single-blind randomized controlled trial. *Frontiers in Psychology*, v. 14, p. 1193608, 29 jun. 2023. DOI: 10.3389/fpsyg.2023.1193608. PMID: 37457093; PMCID: PMC10342209. Acesso em: 13 jun. 2025.

SEBASTIANI, R. W.; MAIA, E. M. C. Contribuições da psicologia da saúde-hospitalar na atenção ao paciente cirúrgico. *Acta Cirúrgica Brasileira*, v. 20, p. 50–55, 2005. DOI: 10.1590/S0102-86502005000700010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-86502005000700010>. Acesso em: 13 jun. 2025.

O ESTIGMA COMO OBSTÁCULO AO DIAGNÓSTICO PRECOCE DOS TRANSTORNOS MENTAIS: IMPLICAÇÕES PARA A PSICOLOGIA

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Mentais;

Graziela Cavalcanti de Albuquerque

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Recife – Recife PE.

Thiago Silva Lacerda

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife PE.

Introdução: Identificar precocemente os transtornos psicopatológicos é essencial para prevenir o agravamento do sofrimento psíquico e limitar os impactos econômicos e sociais sobre indivíduos e comunidades. Ainda que existam recursos terapêuticos eficazes, muitos sujeitos que começam a perceber indícios de sofrimento emocional acabam postergando ou evitando a busca por ajuda especializada, o que tende a agravar os quadros clínicos e torna as intervenções subsequentes mais complexas. Um dos fatores que alimentam essa resistência é o estigma, que associa o transtorno mental à ideia de fragilidade ou inadequação, provocando receio de julgamento, discriminação ou afastamento social. Em contextos culturais marcados pela valorização do rendimento e do autocontrole emocional, o estigma atua tanto de maneira social quanto individual, criando barreiras para a procura de serviços especializados em saúde mental. **Objetivo:** Analisar de que forma o estigma atua como obstáculo ao diagnóstico precoce dos transtornos mentais, apontando repercussões para a prática da psicologia na área de saúde mental. **Materiais e métodos:** Este trabalho consiste em uma revisão narrativa da literatura científica, cujas publicações foram selecionadas nas bases SciELO e PubMed, além de documentos institucionais e materiais de campanhas públicas disponibilizados por organizações como o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). A busca foi realizada com o auxílio dos operadores booleanos “AND” e “OR”, e foram incluídas publicações prioritariamente entre 2010 e 2024, embora estudos anteriores tenham sido considerados em razão de sua relevância teórica. Foram selecionados trabalhos nacionais e internacionais que abordaram a relação entre estigma, diagnóstico precoce e barreiras de acesso aos serviços em saúde mental. Foram excluídos textos cujo foco se restringia exclusivamente a tratamentos ou intervenções farmacológicas, sem relação direta com a temática do diagnóstico. **Resultados e discussão:** Os dados analisados evidenciam que o estigma exerce um impacto relevante tanto no reconhecimento inicial dos sintomas pelos próprios indivíduos quanto na decisão de buscar avaliação profissional. O medo de ser rotulado contribui para adiar ou evitar o contato com serviços de saúde mental, motivado pelo temor de exclusão social e pela internalização de percepções negativas sobre si mesmo. Além disso, identificou-se que práticas e discursos presentes nos próprios serviços de saúde podem dificultar o acolhimento efetivo e o diálogo empático, perpetuando o distanciamento entre profissionais e usuários. O estigma institucional manifesta-se, por exemplo, quando profissionais minimizam relatos de sofrimento, atribuindo-os a fragilidades individuais ou adotando posturas excessivamente formais, o que dificulta o vínculo terapêutico. Também é relevante considerar fatores culturais que definem o que é ou não aceito socialmente em termos de sofrimento mental, influenciando diretamente a decisão de procurar diagnóstico precoce. Nesse contexto, a psicologia se configura como uma área estratégica, tanto para oferecer suporte clínico quanto para contribuir na transformação de crenças que sustentam estigmas. A literatura indica que ações educativas, especialmente quando adaptadas às especificidades culturais, podem ajudar a modificar percepções cristalizadas, ampliar o acesso à informação e fortalecer redes de apoio, facilitando a busca por avaliação especializada ainda nos estágios iniciais do sofrimento. **Considerações Finais:** O estigma emerge como uma barreira multifatorial ao diagnóstico precoce dos transtornos mentais, exigindo respostas articuladas em diferentes esferas sociais e institucionais. Para superar essa circunstância, é necessário rever discursos, práticas e políticas que perpetuam visões restritivas sobre a saúde mental. A psicologia

desempenha um papel central nesse processo, ao promover reflexões críticas, propor intervenções sensíveis às singularidades humanas e colaborar para que o sofrimento psíquico seja reconhecido em sua complexidade, evitando que barreiras estigmatizantes desencorajem indivíduos a buscar acompanhamento especializado.

Palavras-chave: Diagnóstico Precoce; Estigma Social; Psicologia; Saúde Mental.

Referências:

AHMEDANI, B. K. Mental health stigma: society, individuals, and the profession. **Journal of Social Work Values and Ethics**, v. 8, n. 2, p. 4-14-16, 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3248273/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

BRASIL. **Saúde mental**. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CORRIGAN, P. How stigma interferes with mental health care. **American Psychologist**, v. 59, n. 7, p. 614-625, 2004. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15491256/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CORRIGAN, P. W.; DRUSS, B. G.; PERLICK, D. A. The impact of mental illness stigma on seeking and participating in mental health care. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 15, n. 2, p. 37-70, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26171956/>. Acesso em: 27 jun. 2025.

MASCAYANO, F. *et al.* Stigma toward mental illness in Latin America and the Caribbean: a systematic review. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 38, n. 1, p. 73-85, 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7115468/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Campanha de Redução do Estigma na Saúde Mental**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/campanhas/faca-sua-parte>. Acesso em: 26 jun. 2025.

YANG, L. H. *et al.* Culture and stigma: adding moral experience to stigma theory. **Social Science & Medicine**, v. 64, n. 7, p. 1524-1535, 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17188411/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

IMPACTO DO ESTIGMA SOCIAL NO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE DOENÇAS MENTAIS

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Mentais

Beatriz Ariza Soares

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Julia Helena Estrella

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Isadora Zanon de Sant' Anna Vitor

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Nicole Araújo Martinez

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Mariana Costa Cecilio

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Guilherme Ribeiro Matos

Graduando em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Aleff Roosevelt Custodio de Farias

Graduando em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo SP

Ynahe Cristine de Fontes Pereira

Enfermeira pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP, especialista em UTI geral e gestão da assistência intensiva ao paciente crítico - FAVENI, SAÚDE DA FAMÍLIA - UNASP

Introdução: O estigma relacionado às doenças mentais é uma das principais barreiras para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado desses transtornos. De modo geral, ele pode ser definido como um processo de desvalorização social que atribui características negativas e enseja comportamentos discriminatórios direcionados a determinados grupos da sociedade. Esse fenômeno se manifesta em diversos níveis, individual (autoestigmatização), interpessoal e estrutural, influenciando desde a percepção dos pacientes sobre sua própria condição e a forma como são tratados pela sociedade até a atuação de profissionais de saúde e a formulação de políticas públicas. Essa complexa rede de estigmatização não apenas perpetua visões negativas sobre os transtornos mentais, mas também aprofunda desigualdades no acesso à saúde, com impacto direto na qualidade de vida dos indivíduos afetados. O medo da rotulação, a expectativa de discriminação e os estereótipos sociais relacionados aos transtornos psiquiátricos podem contribuir significativamente para atrasos na busca por atendimento e baixa adesão a tratamentos. Esses efeitos são mais evidentes em grupos historicamente marginalizados, como jovens, minorias sexuais e indivíduos diagnosticados com condições psiquiátricas mais severas, como a esquizofrenia e os transtornos de personalidade. Adicionalmente, aspectos estruturais e culturais do estigma são reforçados por práticas classificatórias e terminologias clínicas que, mesmo dentro do meio profissional, podem carregar conotações pejorativas e contribuir para visões reducionistas sobre os pacientes. Dessa forma, compreender o impacto do estigma na saúde mental, em suas múltiplas formas e contextos, é uma etapa fundamental para o aprimoramento das políticas públicas, a qualificação dos serviços de saúde e a promoção de um acesso equitativo à saúde mental, melhorando os desfechos clínicos dos pacientes. Este trabalho busca reunir evidências sobre os efeitos do estigma no diagnóstico e tratamento de doenças mentais, destacando como essas dinâmicas afetam diretamente a eficácia do cuidado e a equidade no acesso à saúde. **Objetivo:** Analisar os efeitos do estigma social sobre o diagnóstico e o tratamento de doenças mentais. **Materiais e métodos:** Este estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão integrativa da literatura. Para isso, foram selecionados seis artigos científicos publicados entre os anos de 2021 e 2025, obedecendo a critérios rigorosos de inclusão. A escolha dos artigos considerou, prioritariamente, estudos empíricos com metodologias quantitativas ou qualitativas que abordassem o estigma em contextos clínicos e sociais diversos, como HIV, transtornos mentais, e população jovem. A análise dos estudos seguiu uma abordagem descritiva e

comparativa, com foco na identificação de pontos em comum entre os achados, como a influência negativa do estigma na saúde mental, a presença de autoestigmatização e os obstáculos impostos à adesão ao tratamento. A síntese dos dados foi realizada por meio de leitura crítica e categorização temática, permitindo uma compreensão ampla dos impactos do estigma em contextos clínicos variados. **Resultados e discussão:** A revisão apontou que o estigma social é um fator decisivo na dificuldade de diagnóstico e adesão ao tratamento de doenças mentais. Foram observados efeitos negativos tanto do estigma externo (discriminação social) quanto do interno (autoestigmatização), resultando em atrasos na procura por ajuda, abandono de tratamento e piora do quadro clínico. Jovens, pessoas vivendo com HIV e indivíduos com transtornos de personalidade foram especialmente afetados, demonstrando maior resistência ao tratamento devido ao medo de julgamento e rotulagem. Os estudos destacaram ainda que o estigma está presente em ambientes acadêmicos e entre profissionais da saúde, o que contribui para a manutenção de estereótipos e dificulta o acolhimento adequado. Estratégias como campanhas educativas e mudanças na linguagem diagnóstica têm sido propostas, mas ainda carecem de maior alcance e efetividade. Em síntese, o estigma compromete o acesso ao cuidado, a aceitação do diagnóstico e a eficácia terapêutica, revelando-se um obstáculo significativo à promoção da saúde mental. **Considerações Finais:** Com base nos estudos analisados, é possível concluir que o estigma social exerce um impacto significativo e multifacetado sobre o diagnóstico e o tratamento das doenças mentais. Evidências apontam que tanto o estigma externo, manifestado em atitudes discriminatórias da sociedade, tais quanto o autoestigma, internalizado pelos próprios indivíduos, comprometem o reconhecimento dos sintomas, dificultam a busca por ajuda profissional e influenciam negativamente a adesão ao tratamento, como observado em populações vulneráveis, incluindo pessoas vivendo com HIV e jovens em contextos acadêmicos. Além disso, a rotulação dos transtornos mentais e os modelos diagnósticos utilizados também contribuem para percepções estigmatizantes que afetam a forma como os indivíduos se relacionam com suas condições e com os serviços de saúde. Portanto, estratégias de intervenção devem contemplar não apenas o aspecto clínico, mas também a desconstrução de estigmas culturais e institucionais, promovendo ambientes mais acolhedores, informados e inclusivos. Essas ações são essenciais para garantir acesso equitativo ao cuidado em saúde mental e favorecer melhores desfechos terapêuticos.

Palavras-chave: Estigma social, Saúde mental, Transtornos mentais

Referências:

ALCKMIN-CARVALHO, F. *et al.* Associações entre estigma, depressão e adesão à terapia antirretroviral em homens brasileiros que fazem sexo com homens vivendo com HIV. **European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education**, v. 14, n. 6, p. 1489-1500, 23 maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/ejihpe14060098>. PMID: 38921064; PMCID: PMC11202413. Acesso em: 11 jul. 2025.

ATIENZA-CARBONELL, B. *et al.* Stigmatizing attitudes towards mental illness among university students: a comparative study with the general population. **Trends in Psychiatry and Psychotherapy**, v. 46, p. e20230708, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47626/2237-6089-2023-0708>. Acesso em: 11 jul. 2025.

GONZALEZ SEPULVEDA, J. M. *et al.* Self-stigmatization and treatment preferences: measuring the impact of treatment labels on choices for depression medications. **PLoS One**, v. 19, n. 9, p. e0309562, 3 set. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0309562>. PMID: 39226275; PMCID: PMC11371228. Acesso em: 11 jul. 2025.

HEIN, K. E. *et al.* Perception of stigma across diagnostic models of personality pathology. **Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment**, v. 15, n. 5, p. 332-340, set. 2024. DOI:

<https://doi.org/10.1037/per0000678>. PMID: 39235917; PMCID: PMC11801693. Acesso em: 11 jul. 2025.

PRICE, M. A.; HOLLINSAID, N. L. Future directions in mental health treatment with stigmatized youth. **Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology**, v. 51, n. 5, p. 810-825, set./out. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/15374416.2022.2109652>. Acesso em: 11 jul. 2025.

**EIXO: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SAÚDE
MENTAL**

AUTISMO EM PERNAMBUCO SEGUNDO O CENSO 2022: DESAFIOS E CAMINHOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL

Eixo: Políticas Voltadas para a Saúde Mental

Franklin Teixeira Regis

Estudante de Medicina pela Faculdade de Medicina de Olinda -FMO,
Olinda, Pernambuco

Joel Cruz de Freitas

Estudante de Medicina pela Faculdade de Medicina de Olinda -FMO,
Olinda, Pernambuco

Angela Cavalcanti Marcondes

Graduada em Psicologia e Licenciatura Plena em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas de Olinda -FACHO,
Olinda, Pernambuco

Orientadora da Liga de Psiquiatria e Saúde Mental na Faculdade de Medicina de Olinda -FMO, Olinda, Pernambuco

Introdução: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento neurológico que afeta a forma como a pessoa se comunica, interage socialmente e se comporta, sendo comum a presença de interesses restritos e ações repetitivas. Pela primeira vez, o Censo Demográfico de 2022, conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluiu uma pergunta específica sobre o diagnóstico de TEA. Essa medida representou um marco importante na ampliação do reconhecimento e da compreensão sobre essa condição no Brasil, permitindo levantar informações detalhadas sobre essa parcela da população e contribuindo para a elaboração de políticas públicas mais direcionadas às suas necessidades. Entre os estados brasileiros, Pernambuco se destacou pelo número expressivo de pessoas identificadas com TEA, dentro de uma população que ultrapassa nove milhões de habitantes. A análise detalhada desses dados é essencial para o planejamento de ações voltadas à inclusão, à equidade no acesso aos serviços e à ampliação da rede de apoio à saúde mental e à educação especializada. **Objetivo:** Analisar o perfil sociodemográfico das pessoas com TEA em Pernambuco e discutir suas implicações para políticas públicas em saúde mental. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo de levantamento, com abordagem quantitativa e descritiva, baseado em dados secundários do Censo Demográfico 2022, disponibilizados pelo IBGE por meio da plataforma SIDRA. Foram extraídas informações sobre o número de pessoas com diagnóstico de TEA no estado de Pernambuco, com recortes por sexo, faixa etária, cor/raça, grau de escolaridade, localização geográfica e município de residência. O recorte temporal refere-se aos dados coletados em 2022 e divulgados oficialmente em 2025. A extração dos dados foi realizada por meio da seleção de variáveis específicas sobre TEA, com filtros aplicados ao estado de Pernambuco. A população-alvo incluiu todos os residentes no estado identificados com TEA, sem restrições de idade, sexo ou localização. Não houve aplicação de critérios de exclusão. Por se tratar de uma análise descritiva com base em dados censitários, não foram utilizados métodos estatísticos inferenciais. **Resultados e discussão:** De acordo com o Censo Demográfico 2022, aproximadamente 105.852 pessoas em Pernambuco declararam ter recebido diagnóstico de TEA, representando cerca de 1,2% da população estadual. A análise por sexo revelou predominância entre indivíduos do sexo masculino (1,5%) em comparação ao feminino (0,9%), seguindo o padrão observado em estudos nacionais e internacionais, que apontam maior frequência de diagnóstico entre meninos. As faixas etárias com maior percentual de pessoas com TEA foram de 5 a 9 anos (2,8%) e de 0 a 4 anos (2,1%), destacando a importância de estratégias de detecção precoce, especialmente nos primeiros anos de vida, quando as intervenções têm maior impacto. Quanto ao recorte por cor ou raça, a prevalência foi maior entre pessoas brancas (1,3%) e pardas (1,1%), o que reflete a distribuição étnica predominante no estado. Em relação à escolaridade, os dados apontam que 46,1% dos adultos autodeclarados com TEA não completaram o ensino fundamental, evidenciando desafios na inclusão e permanência escolar dessa população. Geograficamente, os maiores números absolutos de pessoas com TEA foram registrados nos

municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes e Petrolina, os mais populosos do estado. No entanto, em termos proporcionais, municípios menores como Altinho e Quipapá apresentaram os índices mais elevados. Essa distribuição desigual sugere barreiras no acesso ao diagnóstico e aos serviços especializados, sobretudo em áreas do interior, onde a rede de apoio tende a ser mais limitada. Tais disparidades não são exclusivas de Pernambuco, refletindo um cenário recorrente em diversas regiões do país. Estudos de outros estados apontam tendências semelhantes, reforçando a necessidade de políticas públicas descentralizadas, sensíveis às especificidades regionais e capazes de reduzir desigualdades no acesso à saúde, educação e suporte psicossocial. **Considerações finais:** A presença do TEA no questionário do Censo 2022 representa um marco na coleta de dados populacionais sobre transtornos do neurodesenvolvimento no Brasil. Os resultados para Pernambuco permitiram traçar um panorama sociodemográfico relevante, evidenciando tanto a dimensão da população com TEA quanto as desigualdades existentes em sua distribuição territorial, acesso ao diagnóstico e trajetória educacional. O objetivo deste estudo foi plenamente alcançado, ao revelar características-chave dessa população e apontar os principais desafios enfrentados. As informações obtidas são fundamentais para orientar políticas públicas eficazes, que promovam o diagnóstico precoce, a formação de profissionais da saúde e da educação, a ampliação dos serviços especializados e a garantia da inclusão plena de pessoas com autismo nos diferentes contextos sociais.

Palavras-chave: Autismo; Censo; Políticas públicas; Pernambuco; Saúde mental.

Referências:

BRASIL. *Censo demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista – resultados do universo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv102178.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL. *Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtorno do Espectro Autista e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Transtorno do Espectro Autista*. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>. Acesso em: 28 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Autism spectrum disorders & other developmental disorders: from raising awareness to building capacity*. Geneva: WHO, 2013. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/103312/9789241506618_eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 28 jun. 2025.

EIXO: TRANSVERSAL

A IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM DA TEMÁTICA “SAÚDE MENTAL” PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Eixo: Eixo Transversal

Francisco Araujo Pontes

Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA – UNINTA, Sobral CE

Annia Stefany Pessa Silva

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA – UNINTA, Sobral CE

Carlos Victor Fontenele Pinheiro

Enfermeiro. Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Sobral CE

Introdução: A saúde mental é compreendida como um estado de bem-estar no qual o indivíduo reconhece suas habilidades, enfrenta os desafios da vida, trabalha de forma produtiva e contribui para sua comunidade. Entre os profissionais da saúde, essa dimensão tem ganhado cada vez mais destaque, especialmente diante das pressões enfrentadas no ambiente de trabalho, que vão desde a sobrecarga de tarefas até o contato frequente com o sofrimento alheio. A pandemia de Covid-19 (de 2020 a 2023) evidenciou ainda mais essa realidade, impondo um cenário de medo, incerteza, exaustão e perda. Muitos profissionais tiveram que abrir mão do convívio familiar, suportar jornadas prolongadas e tomar decisões difíceis sob pressão. Apesar disso, é comum que esses trabalhadores ignorem sinais de sofrimento psíquico, negligenciem o autocuidado e só procurem ajuda quando a situação já está agravada. Diante desse contexto, torna-se fundamental desenvolver ações que promovam a conscientização sobre a importância da saúde mental e incentivem práticas de autocuidado como parte da rotina profissional. **Objetivo:** Ressaltar a importância de abordar a saúde mental dos profissionais de saúde, promovendo a valorização do autocuidado, incentivando a reflexão sobre emoções e práticas cotidianas, e fortalecendo os vínculos interpessoais no ambiente de trabalho. **Materiais e métodos:** Este é um relato de experiência de natureza descritiva, com abordagem qualitativa, desenvolvido por discentes do curso de Enfermagem em um Centro de Saúde da Família (CSF) no município de Sobral, Ceará. A ação aconteceu em 2 de maio de 2025 e contou com a participação de 20 profissionais da saúde, com idades entre 25 e 60 anos. A intervenção foi dividida em três momentos. Primeiro, foi realizada uma exposição dialogada sobre o tema, abordando os desafios emocionais enfrentados na prática profissional. Depois, os participantes tiveram um momento de reflexão individual, onde identificaram aspectos prazerosos e desgastantes de sua rotina de trabalho. Em seguida, foi aplicada a “Dinâmica do Espelho”: uma caixa fechada, contendo um espelho, foi apresentada como algo “muito importante que não pode ser esquecido”. Ao abrir a caixa, cada um via seu próprio reflexo, o que levou à reflexão de que o autocuidado deve ser uma prioridade. Essa dinâmica foi realizada em três grupos diferentes, seguindo as mesmas etapas e abordagem. Ao final, foram distribuídos brindes simbólicos como forma de agradecimento e reconhecimento pela participação de todos. **Resultados e discussão:** A intervenção obteve ampla aceitação e engajamento por parte dos profissionais participantes. Os indivíduos demonstraram disposição para compartilhar experiências e refletir sobre suas emoções e práticas cotidianas, indicando uma receptividade positiva à abordagem adotada. A dinâmica do espelho, em particular, promoveu momentos de introspecção e emocionalidade, levando muitos participantes a reconsiderar suas atitudes relacionadas ao autocuidado e à gestão dos desafios diários inerentes à prática profissional. A troca de vivências contribuiu para a criação de um espaço de apoio mútuo e escuta qualificada, favorecendo o fortalecimento dos vínculos interpessoais entre os profissionais e promovendo um ambiente de trabalho mais empático. Para os discentes responsáveis pela organização, a experiência proporcionou o desenvolvimento de competências em comunicação, organização e sensibilidade às necessidades emocionais do público atendido. **Considerações Finais:** É perceptível que a intervenção atingiu seus objetivos ao proporcionar um espaço de acolhimento e valorização da saúde mental dos profissionais de saúde. A proposta foi

eficaz ao estimular reflexões significativas sobre o autocuidado e ao fortalecer os vínculos entre os profissionais envolvidos. Também evidenciou a relevância de estratégias educativas voltadas à promoção da saúde mental no ambiente de trabalho, contribuindo para a humanização da assistência e para a valorização do profissional de saúde enquanto ser humano integral. A experiência demonstrou que, mesmo com recursos simples, é possível gerar um impacto positivo e duradouro na vida dos trabalhadores da saúde. Dessa forma, ações como essa devem ser incorporadas às rotinas das instituições de saúde, integrando-se às estratégias de promoção do bem-estar e de prevenção do adoecimento psíquico. Cuidar de quem cuida é uma prática fundamental para garantir uma assistência mais humanizada, segura e eficaz.

Palavras-chave: Autocuidado; Profissionais de Saúde; Saúde Mental

Referências:

BRASÍLIA. Ministério da Saúde. Governo Federal. **Saúde Mental**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental> Acesso em: 02 maio 2025.

DANTAS, Eder Samuel Oliveira. Saúde mental dos profissionais de saúde no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 1-9, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/rCWq43y7mydk8Hjq5fZLpXg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 maio 2025.

SANTOS, B. V. dos; MIRANDA, F. M. de; SILVA, J. A. M. da; SATO, T. de O.; MININEL, V. A. Estratégias de promoção à saúde mental no trabalho de enfermagem hospitalar: revisão integrativa. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [S. l.], v. 13, p. e36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/74722> Acesso em: 02 maio 2025.

SILVA, Maria Clara Pereira da; QUEIROZ, Viviane Cordeiro de; ANDRADE, Smalyanna Sgren da Costa; SILVA, Cleyton César Souto; PEREIRA, Vagna Cristina Leite da Silva. Adoecimento mental entre os profissionais de saúde durante a pandemia pela COVID-19. **Enfermería Global**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 223-239, 1 jan. 2024. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Murcia. Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v23n73/pt_1695-6141-eg-23-73-206.pdf Acesso em: 02 maio 2025.

ENTRE GRADES E DESAFIOS: SAÚDE MENTAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Eixo: Transversal

Rithielli Piandzi Carlota da Conceição

Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário Unifacig– Unifacig, Igarassu PE.

Rayssa da Silva Cavalcanti

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Uninovo – Uninovo, Olinda PE.

Andreza Vitória da Silva

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Uninovo – Uninovo, Olinda PE.

Eric Olivio da Silva

Pós-graduado em Atenção ao Paciente Crítico: Urgência, Emergência e UTI pela FASUL EDUCACIONAL– FASUL, São Lourenço MG.

Introdução: A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que não se pode ignorar a saúde das mulheres privadas de liberdade, pois reflete diretamente na saúde pública quando negligenciada. Sendo assim, as Nações Unidas estabelecem regras para o tratamento de mulheres em privação de liberdade, garantindo-lhes o direito aos cuidados básicos e ao acompanhamento da saúde mental, visto que o isolamento e as condições prisionais ocasionam um aumento do sofrimento psíquico do público prisional. Contudo, tais direitos permanecem sendo desconsiderados e desassistidos, ocasionando desafios para sua efetivação. Estudos apontam que cerca de 10% a 15% da população presidiária apresenta adoecimento mental grave, enquanto apenas 2% da população geral atinge essas condições. No contexto prisional, as mulheres são as mais afetadas, desenvolvendo taxas elevadas de depressão, ansiedade e distúrbios do sono. **Objetivo:** Analisar, na literatura, os desafios e os impactos da privação de liberdade na saúde mental das mulheres. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa realizada em julho de 2025, utilizando as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *National Library of Medicine* (PubMed). Foram usados os descritores: “Mulheres privadas de liberdade” e “Saúde mental”, combinados pelo operador booleano *AND*. No total, foram analisados 6 artigos, com os seguintes critérios de inclusão: publicações no período de 2020 a 2025, disponíveis online, na íntegra, escritas em língua portuguesa que abordassem diretamente a temática proposta. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados resumos, relatos de caso e estudos que não apresentavam resultados pertinentes. A amostra final foi composta por 4 artigos, sendo 2 do “Lilacs”, 1 do “SciELO” e 1 do “PubMed”. **Resultados e discussão:** Em virtude da elevação na taxa de encarceramento feminino, os estudos evidenciaram que o perfil das mulheres encarceradas é composto, em sua maioria, por negras, com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. O cárcere pode ser caracterizado como um espaço de adoecimento mental, sendo o sistema prisional brasileiro ainda mais agravante, pois, além da privação de liberdade, os presídios apresentam condições insalubres, superlotação, alimentação inadequada e constante exposição à violência física e psicológica. Esses fatores favorecem o desenvolvimento ou o agravamento de transtornos mentais e, no caso das mulheres, o impacto é ainda mais severo. Nesse contexto, os estudos apontam que a prevalência de depressão em mulheres encarceradas é de 14,1%, enquanto entre os homens esse índice é de 10,2%. Esses dados reforçam a percepção de que o cárcere contribui para a (re)vitimização dessas mulheres, que, muitas vezes, já possuem histórico de exclusão social, traumas e abusos. Por representarem uma minoria em um sistema prisional estruturado historicamente para homens, as mulheres enfrentam desafios distintos, já que muitas instituições não oferecem suporte adequado à saúde sexual e reprodutiva, além de não oferecerem proteção contra a violência de gênero — lacunas que seguem invisibilizadas pelas políticas públicas. Embora existam redes de apoio à saúde, como a Rede de Atenção à Saúde (RAS), a assistência em saúde mental para mulheres encarceradas ainda é insuficiente, comprometendo a realização de um atendimento contínuo e de qualidade.

Considerações Finais: Diante do exposto sobre a saúde mental das mulheres em situação de privação de liberdade, observa-se um cenário crítico, marcado pela negligência e pela desigualdade de gênero, evidenciado pela alta prevalência de transtornos mentais, como ansiedade e depressão, que demonstram o impacto direto causado pelas más condições prisionais. E, embora existam políticas públicas, os resultados obtidos demonstram a fragilidade e a desarticulação entre os setores, o que dificulta a realização de um trabalho integral com essas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres; Pessoas Privadas de Liberdade; Saúde Mental.

Referências:

HIDAYATI, N. O. *et al.* Women behind bars: a scoping review of mental health needs in prison.

Iranian Journal of Public Health, v. 52, n. 2, p. 243–253, fev. 2023. Disponível em:

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10113576/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

LAURINDO, C. R. *et al.* Prevalência e fatores associados à ansiedade e depressão em mulheres adultas privadas de liberdade: revisão integrativa. **Rev. APS (Online)**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 673-690, 06 fev. 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1562476>.

Acesso em: 15 jul. 2025.

SCHULTZ, Á. L. V. *et al.* Limites e desafios para o acesso das mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nas Redes de Atenção à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 3, p. e300325, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/9ZG5kXknWnwXNJFkyTmBV9m/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SCHULTZ, Á. L. V. *et al.* Mulheres privadas de liberdade no sistema prisional: interface entre saúde mental, serviços sociais e vulnerabilidade. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. e36887, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/36887>.

Acesso em: 15 jul. 2025.

REPERCUSSÕES DA PANDEMIA DO COVID 19 NA SAÚDE MENTAL DOS ENFERMEIROS

Eixo: Transversal

Mariely Santos de Santana

Graduanda em Enfermagem pelo Centro universitário dos Guararapes - UNIFG, Recife PE

Emilly Vitória Silva de Moura

Graduanda em Enfermagem pelo Centro universitário dos Guararapes - UNIFG, Recife PE

Bárbara dos Santos Paulino

Mestre em Saúde Coletiva pela universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Natal RN

Introdução: A pandemia ocasionada pelo COVID-19 foi considerada a maior emergência de saúde pública enfrentada em décadas, afetando o cotidiano da população e o setor de saúde, especialmente os profissionais da enfermagem, gerando repercussões psicossociais (Queiroz *et al.*, 2021; Melo *et al.*, 2024). A COVID-19 gerou impactos diretos na saúde mental dos enfermeiros que estiveram na linha de frente do combate ao vírus. Uma Pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), apontaram que durante a pandemia houve aumento significativo de sintomas de transtornos psicológicos entre os enfermeiros, cerca de 60% dos profissionais apresentaram quadros de transtornos com destaque para a ansiedade, depressão e síndrome de burnout. Realizando um comparativo entre o período pré e pós pandêmico observa-se que antes apenas 20% apresentavam estas condições. (Lima, 2024). Além disso, estudos indicam que após turnos de 24h, os profissionais de enfermagem não apresentam concentração satisfatória, comprometendo a execução de tarefas inerentes à profissão (Góes *et al.*, 2022). Durante a pandemia, os enfermeiros enfrentaram um aumento significativo na jornada de trabalho, somado à escassez de recursos, risco de contaminação e a intensa pressão emocional em lidar com o sofrimento e morte em larga escala. Esses fatores contribuíram para a sobrecarga física e emocional vivenciada por esses profissionais. **Objetivo:** Analisar as repercussões da pandemia na saúde mental dos profissionais de enfermagem. **Materiais e métodos:** O presente estudo trata-se de uma revisão narrativa sobre as repercussões da pandemia sobre a saúde mental dos profissionais de enfermagem. As bases de dados utilizadas foram *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os seguintes descritores em ciências da saúde (deCS): “Saúde mental”, “Enfermagem” e “Pandemia”. Como critérios de inclusão foram escolhidos artigos publicados nos últimos cinco anos, no idioma português, com acesso ao texto completo e que abordassem como assunto principal a COVID 19 e seu impacto na saúde mental dos profissionais da enfermagem. Foram excluídos artigos que não abordavam a temática, de acesso restrito, texto incompleto e fora do recorte temporal. Inicialmente foram encontrados 78 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 6 artigos foram selecionados, os quais apresentam relevância científica para fundamentar o presente estudo. **Resultados e discussão:** Os profissionais de saúde estão mais suscetíveis ao adoecimento, seja de cunho físico ou psicológico. E dentre as condições mais frequentes está a depressão. Esta condição teve um agravamento durante a pandemia pelos enfrentamentos sofridos pelos profissionais (as perdas em massa de seus pacientes). Tal situação exigiu dos profissionais a capacidade de lidar com uma quantidade de mortes além do que era habitual. A autocobrança diante da incapacidade de solucionar os problemas ocasionados pela pandemia, levaram muitos profissionais ao estado de exaustão emocional. Outras repercussões bastante evidenciadas foram as dores musculoesqueléticas, principalmente nas regiões lombossacras e tornozelos, e a fadiga, o que ocasionou em prejuízo a saúde do profissional da enfermagem. Devido ao adoecimento de muitos profissionais, uma escassez de recursos humanos se instalou nos serviços de saúde, levando muitos a assumir uma dupla jornada o que resultou em um acentuamento das disfunções psicológicas. De acordo com os artigos analisados o perfil de maior adoecimento mental identificado foi o de enfermeiras, mulheres e mães. O estresse das atividades laborais,

somando às demandas do trabalho doméstico e filhos pode desencadear exaustão e repercussões na saúde mental dessas mulheres. Com o passar dos anos houve progressos sobre o papel da mulher na sociedade, no entanto o cuidado com os filhos ainda se encontra como uma responsabilidade feminina, portanto a necessidade de conciliação o trabalho e os cuidados domésticos, podem levar as mulheres à exaustão consequentemente a presença de adoecimento em saúde mental, interferindo na qualidade de sono, estresse e sintomas de ansiedade. **Considerações Finais:** As repercussões da pandemia ainda estão em latência atualmente. Portanto, para que haja uma eficácia na qualidade da assistência é necessário ações de promoção à saúde do trabalhador. Medidas de apoio psicológico, capacitação para reconhecimento de sinais e sintomas e medidas de auto regulação. Além de oferecer condições adequadas de trabalho.

Palavras-chave: COVID-19; Profissionais de Enfermagem; Saúde mental

Referências:

GÓES, F. G. B. *et al.* **Impacto da COVID-19 no trabalho de enfermagem em unidades de urgência/emergência.** Acta Paulista de Enfermagem, v. 35, p.eAPE01977, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/zHDDXhPvYPWtVfKcK5Gphhh/?lang=pt>. Acesso em: 12 de julho de 2025

ISHIGAMI, B. *et al.* **Ansiedade e depressão em trabalhadores de saúde de UTI COVID-19 em um hospital de referência.** Saúde em Debate, v. 48, n. 141, p. e8850, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/qYQMBL7kPMMbvRcCNdzz4VM/?lang=pt>. Acesso em: 14 de julho de 2025

FERREIRA, B. E. S. *et al.* **Os enfermeiros e a síndrome de burnout no contexto da pandemia da COVID-19.** Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/3208/3908>. Acesso em: 12 de julho 2025

OLIVEIRA DE LIMA, G. *et al.* **Os impactos na pandemia COVID-19 e o tratamento na saúde mental dos enfermeiros.** Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 4144–4157, 2024. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/4560>. Acesso em: 15 de julho de 2025

OLIVEIRA DE MELO, A. B. *et al.* **o impacto da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos profissionais da saúde.** Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 2339–2349, 2024. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/4430>. Acesso em: 13 de julho de 2025

QUEIROZ, A. M. *et al.* **O “NOVO” da COVID-19: impactos na saúde mental de profissionais de enfermagem?** Acta Paulista de Enfermagem, v. 34, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/OGVBNDKMPTrkYf6RRJ6ZRDC/>. Acesso em: 15 de julho de 2025

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DOS CASOS NOVOS DE TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO

Eixo: Eixo Transversal

Kaylane Moraes Gell

Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, Belém PA

Ana Beatriz de Sousa Mesquita

Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, Belém PA

Juliana Brito dos Santos Sousa

Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, Belém PA

Leonardo Cesar Sidonio Trindade

Graduando em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, Belém PA

Agostinho Domingues Neto

Mestrando em Ciências Políticas pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém PA

Bruna Rafaela Leite Dias

Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Pará - UEPA, Belém PA

Introdução: Os transtornos mentais ocupacionais têm se estabelecido como uma questão crítica de saúde pública no Brasil, especialmente em regiões caracterizadas por restrições no acesso a políticas de saúde mental e vigilância em saúde do trabalhador. Fatores como estresse laboral crônico, sobrecarga de trabalho, assédio moral e condições inadequadas no ambiente profissional representam determinantes significativos para o desenvolvimento de quadros de sofrimento psíquico entre os trabalhadores. No Estado do Pará, marcado por desigualdades socioeconômicas e limitações no acesso a serviços de saúde, torna-se essencial a caracterização epidemiológica dos trabalhadores acometidos por transtornos mentais relacionados ao trabalho, a fim de subsidiar estratégias de intervenção direcionadas à prevenção, mitigação dos agravos e promoção da saúde ocupacional. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico dos casos novos de transtornos mentais relacionados ao trabalho. **Materiais e métodos:** Trata-se de um epidemiológico, descritivo, baseado na análise secundária de dados extraídos do banco do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), acessado por meio da plataforma TABNET. Foram selecionadas notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no Estado do Pará, abrangendo o período de 2015 a 2024. As variáveis analisadas incluem sexo, faixa etária, escolaridade e raça/cor. Os dados foram sistematizados em tabelas e submetidos a análise descritiva, incluindo cálculos de frequências absolutas e relativas. Além disso, foi aplicada a análise estatística inferencial por meio do teste qui-quadrado, utilizando o *software* Bioestat, com nível de significância estabelecido em 0,05. **Resultados e discussão:** Entre 2015 e 2024, foram registradas 368 notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho no estado do Pará. A análise da variável sexo indicou predomínio de notificações entre mulheres, totalizando 254 casos (69%), enquanto os homens apresentaram 114 registros (31%). Esse achado reforça a crescente evidência de maior vulnerabilidade feminina a transtornos mentais ocupacionais, possivelmente associada à sobrecarga laboral e doméstica, desigualdades de gênero, assédio moral e maior busca por serviços de saúde. Quanto à faixa etária, a maior concentração ocorreu entre adultos em idade produtiva, com prevalência na faixa de 35 a 49 anos (175 casos, 47,55%), seguida por trabalhadores de 20 a 34 anos (128 casos, 34,78%). Essas faixas somam aproximadamente 82,3% das notificações, sugerindo que o impacto dos transtornos mentais é mais acentuado entre indivíduos em plena atividade laboral. A faixa de 50 a 64 anos representou 15,76% dos casos (58 notificações), enquanto grupos etários acima de 65 anos e adolescentes apresentaram percentuais inferiores a 1%, evidenciando baixa ocorrência nessas categorias. Um dado atípico foi a presença de três registros em menores de um ano, possivelmente decorrente de erros de preenchimento. Em relação à escolaridade, observou-se predomínio de trabalhadores com ensino superior completo, totalizando 179 notificações (48,64%), o que contraria

a expectativa de maior incidência entre indivíduos com menor nível educacional. Esse achado pode estar relacionado ao maior acesso de pessoas com nível superior aos serviços de saúde, além das exigências emocionais e cognitivas impostas por ocupações de maior especialização. O ensino médio completo apareceu como segundo grupo mais afetado (83 casos, 22,55%), seguido por ensino superior incompleto (31 casos, 8,42%) e registros com escolaridade ignorada ou em branco (57 casos, 15,49%). Níveis de ensino fundamental apresentaram baixas frequências, sugerindo possível subnotificação entre trabalhadores com menor escolaridade. A análise por raça/cor indicou maior incidência entre pessoas pardas (167 notificações, 45,4%), refletindo a composição étnico-racial da população paraense. A categoria "ignorado/branco" concentrou 131 casos (35,6%), enquanto a população branca representou 43 notificações (11,7%) e pessoas negras, 21 casos (5,7%). Indivíduos autodeclarados amarelos e indígenas apresentaram baixa frequência (1,08% e 0,54%, respectivamente), o que pode estar associado a barreiras no acesso à saúde e subnotificação. É válido mencionar que todas as variáveis apresentaram significância estatística. **Considerações finais:** Evidencia-se um preocupante quadro de adoecimento psíquico ocupacional, com maior incidência entre mulheres, adultos em idade produtiva, trabalhadores com ensino superior completo e pessoas pardas. Esses achados sugerem que o impacto da sobrecarga laboral, desigualdades estruturais e condições precárias de trabalho afetam diversos segmentos, embora alguns grupos sejam mais vulneráveis. A implementação de políticas públicas deve considerar essas especificidades, garantindo acesso equitativo aos serviços de saúde mental e fortalecendo mecanismos de notificação, acolhimento e intervenção precoce. A capacitação de profissionais para a identificação de sinais de sofrimento psíquico é fundamental para a promoção do cuidado integral e humanizado. Além disso, a melhoria na qualidade dos registros do SINAN, especialmente quanto à raça/cor e escolaridade, é essencial para aprimorar a precisão das análises e subsidiar estratégias eficazes de prevenção e mitigação dos agravos.

Palavras-chave: Epidemiologia descritiva; Saúde ocupacional; Transtornos mentais; Vigilância saúde do trabalhador.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de preenchimento e qualificação dos dados do SINAN**. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 06 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora: análise da situação de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 06 jun. 2025.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Desigualdades Raciais e o Mundo do Trabalho no Brasil**. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 06 jun. 2025.

MORAIS, J. C. *et al.* Perfil epidemiológico de trabalhadores com transtornos mentais relacionados ao trabalho nas regiões brasileiras entre 2019 e 2023: estudo ecológico. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 25, e19095, 2025. <https://doi.org/10.25248/reas.e19095.2025>

SAÚDE MENTAL DE IDOSOS: DEPRESSÃO E ANSIEDADE NA TERCEIRA IDADE

Eixo: Transversal

João Victor dos Santos dos Santos Carvalho

Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Coroatá MA

Vitória Wagner Yi

Graduanda em Fisioterapia pelo Centro Universitário Brasileiro-UNIBRA, Recife-PE

Nayane Pereira Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Coroatá MA

Adriele Souza Gomes

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Coroatá MA

Introdução: O crescimento da população idosa tem trazido à tona preocupações com a saúde mental na terceira idade, especialmente em relação à depressão e ansiedade. Esses transtornos comprometem a qualidade de vida dos idosos e têm se tornado cada vez mais frequentes, principalmente após a pandemia de COVID-19. Diante desse cenário, torna-se essencial compreender os fatores que contribuem para o sofrimento psíquico na velhice, além das condições clínicas comuns ao envelhecimento, e refletir sobre formas de cuidado que favoreçam um envelhecimento saudável. Durante a pandemia, a necessidade de distanciamento social intensificou esses fatores, ampliando a sensação de solidão e desamparo. Esses impactos foram identificados como agravantes para a saúde mental, aumentando a prevalência de depressão e ansiedade.

Objetivo: Analisar os impactos da depressão e ansiedade na qualidade de vida dos idosos pós pandemia. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa descritiva da literatura realizada em maio de 2025, a partir das bases de dados SCIELO, BDNF, LILACS e MEDLINE via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) utilizando os descritores do DeCS: “Saúde Mental” “Idosos” “Depressão” e “Ansiedade”, por meio do booleano AND. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos dos últimos 5 anos, textos completos disponíveis em português e inglês. Critérios de exclusão: tese, dissertação e artigos incompletos. A busca inicial identificou 8.995 artigos, após a aplicação dos critérios de elegibilidade esse número reduziu para 57 estudos, dos quais, 5 foram considerados elegíveis após análise dos títulos e resumos compondo a revisão final. **Resultados e discussão:** A depressão e a ansiedade na terceira idade se associam a multifatores, dentre eles mudanças físicas, sociais, perdas familiares, limitações de mobilidade, e fatores associados ao aspecto psicológico como, isolamento social, tristeza e solidão. Devido às medidas de isolamento social adotadas para reduzir os riscos de infecção e contaminação por COVID-19, a população idosa foi a mais afetada por fazer parte do grupo de risco, gerando estresse crônico e elevando os níveis de sofrimento emocional. Os impactos da ansiedade e depressão em idosos são consideráveis pois repercutem na qualidade de vida, gerando insônia, irritabilidade, medo e raiva, fragilizando o sistema imune que por sua vez acaba afetando doenças preexistentes. A ausência de interação social pode aumentar significativamente os riscos dessas doenças, assim como a falta de atividades físicas e sociais que contribuem para o declínio cognitivo podendo agravar o seu estado. Na época da pandemia muitos idosos tiveram muitas dificuldades adicionais, como a perda de autonomia e o isolamento forçado, dessa forma, intensificando o impacto desses transtornos na saúde mental. **Considerações Finais:** A depressão e a ansiedade afetam de maneira significativa a qualidade de vida dos idosos, prejudicando seu bem-estar físico, emocional e social. Isso evidencia a importância de intervenções focadas na saúde mental desse grupo. Nesse contexto, o contato regular com familiares e amigos, por meio de videochamadas ou telefonemas, desempenha um papel crucial nesse processo. Além disso, estimular a mente com atividades manuais, como pintura, artesanato, tricô, bordado e crochê, bem como assistir a filmes, ouvir música, ler, jogar cartas, fazer caça-palavras ou palavras cruzadas, são práticas altamente benéficas.

Palavras-chave: Ansiedade; Depressão; Idosos; Saúde mental.

Referências:

CANALI, A. L. P. *et al.* Saúde mental de pessoas idosas frente a COVID-19. **Research, society and development**, v. 10, n. 7, p. e50210716947-e50210716947, 2021.

Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16947>. Acesso em: 8 maio. 2025.

FILIPPIN, L. I. *et al.* A percepção do envelhecimento e seu impacto na saúde mental dos idosos
The perception of aging and its impact on the mental health of the elderly. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 8, p. 78.430-78.439, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n8-185. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/34112>. Acesso em: 8 maio. 2025.

DOMINGUES, L. J. *et al.* Desafios da saúde mental na idade avançada: depressão e ansiedade. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 7, p. 2090-2103, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n7p2090-2103. Disponível em: <https://bjihis.emnuvens.com.br/bjihis/article/view/2562>. Acesso em: 8 maio. 2025.

JÚNIOR, J. D. R. M. L. *et al.* Fatores associados à ansiedade e depressão em idosos: Uma revisão integrativa. **Nursing Edição Brasileira**, v. 26, n. 298, p. 9495-9508, 2023. DOI: 10.36489/nursing.2023v26i298p9495-9508. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/3071>. Acesso em: 8 maio. 2025.

SOUZA, E. C. S. *et al.* Saúde mental e qualidade de vida dos idosos no Brasil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 11, p. e6320-e6320, 2024. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/6320>. Acesso em: 8 maio. 2025.

A RELAÇÃO ENTRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E O ADOECIMENTO PSÍQUICO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Eixo: Transversal

Rayane Bastos Santana

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Aparício Carvalho - FIMCA, Porto Velho - RO,

Leticia Natalie Castriani

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Aparício Carvalho - FIMCA, Porto Velho - RO,

Michelle Juliana Vieira Gomes

Enfermeira, especialista em Auditoria em Enfermagem, Urgência e Emergência, Gestão em Saúde Pública e Docência em Ciências da Saúde. Docente e preceptora em estágios no curso de Enfermagem do Centro Universitário Aparício Carvalho - FIMCA, Porto Velho – RO,

Introdução: A profissão de enfermagem é essencial para a assistência à saúde, presente em cerca de 59% de toda a força de trabalho na área. Esses profissionais estão presentes desde o nascimento até a morte do indivíduo, atuando em diversas áreas, como atenção básica, atenção hospitalar, urgência e emergência, além de exercerem funções de administração e coordenação de equipes. No entanto, fatores como o déficit de profissionais, a carga de trabalho excessiva e os riscos ocupacionais comprometem a saúde física e mental desses trabalhadores. Entre os sintomas mais comuns estão a fadiga, o mau humor e a insônia, que podem evoluir para quadros de ansiedade, depressão e síndrome de burnout. **Objetivo:** Identificar os principais transtornos mentais e suas manifestações clínicas, bem como os fatores desencadeadores mais prevalentes entre os profissionais da equipe de enfermagem. **Materiais e Método:** Trata-se de uma revisão da literatura, realizada a partir de artigos disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os descritores utilizados foram “Enfermeiros”, “Transtornos Mentais” e “Condições de trabalho”, para combiná-los foram utilizados operadores booleanos “AND”. Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados entre 2018 e 2024, disponíveis na íntegra, e escritos em língua portuguesa ou inglesa. Por outro lado, foram excluídos qualquer publicação que não estivesse dentro de qualquer critério de inclusão. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 11 obras foram selecionadas para análise qualitativa, com os dados organizados em três temas principais: “Principais doenças mentais”, “Principais sinais e sintomas do adoecimento mental” e “Estratégias de enfrentamento”. A categorização foi realizada a partir das informações extraídas dos artigos, por meio de uma abordagem indutiva, conforme os padrões emergentes. **Resultados e discussão:** A análise dos estudos revelou que o estresse no ambiente de trabalho é o principal desencadeador para o desenvolvimento ou agravamento de doenças psíquicas, como ansiedade, depressão e síndrome de burnout, transtornos esses que aumentaram significativamente durante a pandemia de COVID-19, período em que, embora tenham surgido iniciativas institucionais voltadas para o apoio psicológico da equipe de enfermagem, mostraram-se insuficientes diante da determinada crise sanitária. O estresse é causado principalmente por conflitos com pacientes e colegas de trabalho, sobrecarga de trabalho, carência de recursos materiais e de infraestrutura, e desvalorização profissional. O impacto emocional foi visível por meio de sintomas como insônia, tristeza, enxaqueca, irritabilidade, fadiga, perda de concentração, deterioração da memória e exaustão mental, afetando, em sua maioria, mulheres e profissionais que atuam no turno noturno, quando comparados aos que atuam durante o dia. Por outro lado, bons métodos de enfrentamento do estresse e apoio social demonstram diminuição de doenças psíquicas e sintomas de somatização. **Considerações finais:** Portanto, este estudo demonstra o quanto os profissionais de enfermagem são afetados pelos transtornos mentais, o que evidencia a importância de intervenções voltadas para a melhoria das condições de trabalho desses profissionais, com o objetivo de prevenir o adoecimento mental. Entre essas intervenções, destaca-se o fortalecimento de políticas públicas em saúde mental mais específicas, como a criação de serviços de atenção psicossocial voltados aos profissionais de saúde, com a presença de psicólogos e psiquiatras nas unidades de serviço, além da promoção de um ambiente de trabalho

digno e seguro. E como forma de prevenção, recomenda-se expressar emoções com familiares e amigos, buscar apoio psicológico, praticar atividades físicas e manter uma alimentação saudável, visto que, a promoção da saúde e do bem-estar dos profissionais de enfermagem é essencial não apenas para a qualidade de vida desses trabalhadores, mas também para a excelência no atendimento prestado à população.

Palavras-chave: Condições de trabalho; Enfermeiros; Transtornos Mentais.

Referências:

ÁVILA, Beatriz Lorena Cardoso; PASSOS, Sandra Godoi de Passos. Saúde mental do enfermeiro que atua na urgência e emergência. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, p. 01-09, Ano 6, v. 07, n. 13, 2023. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/832>. Acesso em: 10 maio 2025.

ESTUQUI, Marina Ramos *et al.* Saúde Mental Do Enfermeiro Frente Ao Setor De Emergência e a Reanimação Cardiopulmonar. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, p. 1-10, v. 96, n. 38, 2022. Disponível em: <https://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/1316/1344>. Acesso em: 02 maio 2025.

LIMA, Giovanna Oliveira; LIMA, Salete Janes Silva. Os Impactos Na Pandemia Covid-19 E O Tratamento Na Saúde Mental Dos Enfermeiros. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, p. 4144-4157, V. 6, n. 11, 2024. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/4560>. Acesso em: 29 abr. 2025.

MARTINS, Ivani Pose *et al.* A Saúde Mental Do Profissional De Enfermagem No Ambiente Intra-hospitalar. **Lumen Et Virtus**, p. 8476-8489, v. XV, n. XLIII, 2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/LEV/article/view/2357v>. Acesso em: 03 maio 2025.

MOREIRA, Edvania da Silva *et al.* Fatores De Risco à Saúde Mental No Trabalho Dos Profissionais De Enfermagem. In: Contribuições da saúde coletiva para as redes de atenção. v. 1. São Paulo: **Editora Científica Digital**, p. 238-250, 2024. ISBN 978-65-5360-832-0. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.37885/241218460>. Acesso em: 05 maio 2025.

PAULINO, Thamillys Batemarque Benevides *et al.* Condições De Trabalho e Saúde Mental Em Profissionais de Enfermagem: Um Estudo Necessário. **Revista Ensino, Educação & Ciências Exatas**, p. 60-63, v. 05, Ed. Esp. Anais da V Jornada Científica do Grupo Educacional FAVENI, 2024. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/ensinoeducacaoociencias/article/view/2031>. Acesso em: 15 maio 2025.

QI, Xiaoyan; XU, Hong-Ning. *The impact of nurses' stress situation coping on somatization: a mediated moderation model*. **Peejr**, p. 1-21, 12:e18658, 2024. DOI 10.7717/peerj.18658. Disponível em: <https://peerj.com/articles/18658/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SANTOS, Katarina Márcia Rodrigues *et al.* Depressão e ansiedade em profissionais de enfermagem durante a pandemia da covid-19. **Escola Anna Nery**, v. 25, esp., e20200370, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/DfmDPNnHcwnVymcDsHDc6hp/>. Acesso em: 19 abr 2025.

SAÚDE MENTAL E IMPACTOS PSICOLÓGICOS NA ATUAÇÃO POLICIAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Eixo: Eixo Transversal

Rayssa da Silva Cavalcanti

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Uninovo – Uninovo, Olinda PE.

Eric Olivio da Silva

Pós-graduado em Atenção ao Paciente Crítico: Urgência, Emergência e UTI pela FASUL EDUCACIONAL– FASUL, São Lourenço MG.

Introdução: A atuação dos profissionais da segurança pública, como os policiais, apresenta uma maior probabilidade de causar danos à saúde mental do que em relação ao restante da sociedade, evidenciado pela presença de maiores índices de estressores na carreira, sendo vista como uma das mais perigosas do mundo devido ao alto grau de contato com a violência humana e episódios frequentes de grande impacto emocional para os profissionais. Portanto, torna-se uma profissão tanto mentalmente quanto fisicamente excruciante. Os policiais que trabalham em cargos com atuação direta na segurança pública, ou seja, em cargos operacionais, são os mais expostos a eventos traumáticos, como a tentativa de homicídio, confrontos com armas de fogo e testemunho de mortes brutais. Diante da vivência policial, a profissão torna-se uma das mais afetadas por sinais físicos e psicológicos. Assim, os profissionais da segurança pública estão vulneráveis a riscos psicossociais, como o desenvolvimento de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), distúrbios do sono, altos níveis de estresse, depressão e até podem manifestar pensamentos suicidas. **Objetivo:** Investigar, na literatura, a relação entre a atuação policial e os transtornos mentais a ela associados, avaliando o impacto causado na vida dos profissionais responsáveis pela segurança pública. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada em abril de 2025, utilizando as bases de dados *National Library of Medicine* (PubMed), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e a biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Por meio dos descritores em Ciência da saúde (DECS): “Saúde policial” e “Saúde mental” mediante a combinação com o operador booleano *AND*. No total foram encontrados 86 artigos e, a partir desses foram selecionados 12 artigos com o critério de inclusão: artigos no período de 5 anos (2020 a 2025), que abordem a temática, disponíveis online, na íntegra, contendo como assunto principal a saúde mental dos policiais atuantes em língua portuguesa e inglesa; e como critério de exclusão: artigos duplicados, teses, artigos de opiniões editoriais e resumos. 6 artigos compuseram a amostra final, sendo 2 do “SciELO”, 3 do “Lilacs” e 1 do “PubMed”. **Resultados e discussão:** Diante dos estudos analisados, foi possível avaliar os níveis dos impactos mentais que os policiais são submetidos. Tem-se como exemplo causador a ausência de reconhecimento por parte da população, longas jornadas de trabalho com retorno de uma baixa remuneração. Além disso, trata-se também de uma profissão que está frequentemente em contato direto com a violência da sociedade. A FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública – registrou, em 2019 e 2020, o quantitativo de mortes de policiais militares no Brasil por crimes letais, apresentando como resultado final da contabilização cerca de 418 óbitos de policiais militares, dos quais 26% dessa numeração foi ocasionada pelo suicídio. Nesse contexto, os profissionais convivem com o medo contínuo, tendo em vista os elevados níveis de vitimização dos policiais — que, em 2020, totalizaram 194 casos — e as experiências traumáticas vivenciadas no cotidiano, as quais afetam diretamente os hábitos comportamentais e os emocionais desse grupo. Tais fatores acabam por ocasionar sofrimentos psíquicos, como a depressão, já que os dados informam uma média em torno de 18,41% de casos entre policiais, podendo variar de país para país. Já no caso do suicídio entre policiais, pesquisas relatam que o risco é 7,6 vezes mais elevado. Ademais, o risco de situações que geram TEPT é avaliado de forma distinta entre policiais do sexo masculino e policiais do sexo feminino. Desse modo, os maiores índices de fatores que causaram TEPT em mulheres foram: lidar com o abuso infantil, presenciar mortes e acidentes fatais; já nos homens, foram: estar presente em trocas de tiros

e visualizar pessoas que foram agredidas. A partir desses fatores, a vida pessoal desses policiais pode sofrer impactos significativos e de alto risco, podendo, assim, apresentar problemas com raiva, alcoolismo, privação do sono, déficits cognitivos e psicomotores. **Considerações Finais:** Em conclusão, a presente revisão bibliográfica permitiu evidenciar a relação entre o trabalho policial e o adoecimento psíquico. Nesse contexto, os dados expostos e os fatores selecionados revelam a situação de vulnerabilidade desse grupo, já que notoriamente a rotina desses indivíduos é marcada por riscos constantes. Consequentemente, torna-se importante o desenvolvimento de pesquisas futuras para uma compreensão mais ampla dos impactos psicossociais associados à profissão e além disso, avaliar os resultados de métodos de intervenção. Tem-se como exemplo de intervenções a serem avaliadas, as estratégias institucionais e políticas públicas que considerem como prioridade o bem-estar mental dos policiais.

Palavras-chave: Polícia; Saúde Mental; Transtornos Mentais.

Referências:

MONTEIRO, Vanessa Ferreira; SILVA, Simone Souza da Costa. **Presença de risco de transtorno do estresse pós-traumático em policiais militares feridos por arma de fogo.** Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, p. e252098, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003252098>. Acesso em: 20 abr. 2025.

OLIVEIRA, Bruno Gonçalves de. *et al.* **Influência da qualidade do sono na qualidade de vida no trabalho de policiais militares.** Enfermería Actual em Costa Rica, [S.l.], n. 46, p. 1–15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15517/enferm.actual.cr.i46.54495>. Acesso em: 22 abr. 2025.

OLIVEIRA, Jacqueline Flores de. *et al.* **Association between burnout and quality of life in military police officers from two Brazilian corporations.** Revista de Enfermagem e Ciências da Saúde Interdisciplinar – RECI, v. 14, n. 2, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/reci.v14i2.19033>. Acesso em: 22 abr. 2025.

Policies to the police – mental health issues among police officers. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, v. 71, n. 4, p. 278–279, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000395>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SOUSA, Raphaela Campos de; BARROSO, Sabrina Martins; RIBEIRO, Ariadne Christie Silva. **Aspectos de saúde mental investigados em policiais:** uma revisão integrativa. Saúde e Sociedade, v. 31, n. 2, p. e201008pt, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/dK4NbsXDRCbbwYDXQRS9Mnk/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SYED, Shabeer. *et al.* **Global prevalence and risk factors for mental health problems in police personnel:** a systematic review and meta-analysis. Occupational and Environmental Medicine, [S.l.], v. 78, n. 12, p. 913–920, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1136/oemed-2020-106498>. Acesso em: 20 abr. 2025.

O IMPACTO DA ANSIEDADE MATERNA NA AUTOEFICÁCIA DA AMAMENTAÇÃO

Eixo: Transversal

Andreza Vitória da Silva

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Uninovo – Uninovo, Olinda PE.

Rayssa da Silva Cavalcanti

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Uninovo – Uninovo, Olinda PE.

Rithielli Piandzi Carlota da Conceição

Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário Unifacig– Unifacig, Igarassu PE.

Eric Olivio da Silva

Pós-graduado em Atenção ao Paciente Crítico: Urgência, Emergência e UTI pela FASUL EDUCACIONAL– FASUL, São Lourenço MG.

Introdução: A amamentação oferece inúmeros benefícios para a saúde do binômio mãe-bebê. Para o bebê, o leite materno oferece proteção contra infecções respiratórias, além de diminuir o risco de doenças crônicas, como obesidade, hipertensão e diabetes. Já para a mãe, o aleitamento reduz o risco de câncer de mama e de ovários, sendo essencial também para o fortalecimento do vínculo afetivo, além de favorecer na liberação de ocitocina, hormônio que contribui para a redução do estresse. Apesar desses benefícios, a prática da amamentação é influenciada por diversos fatores biopsicossociais. Dentre eles, destaca-se a autoeficácia na amamentação, conceituada como a confiança materna em sua habilidade de amamentar. Nesse contexto, a ansiedade materna pode interferir nessa confiança, o que dificulta o processo de amamentação e pode afetar negativamente o vínculo afetivo entre mãe e bebê. **Objetivo:** Analisar, na literatura, o impacto da ansiedade materna como um dos fatores que contribuem para a redução da autoeficácia na amamentação. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa realizada em julho de 2025, utilizando as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), *National Library Of Medicine* (PubMed) e da biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Por meio dos descritores: “Ansiedade materna” e “Amamentação”, combinados pelo operador booleano *AND*. No total, foram encontrados 485 artigos e, a partir desses foram selecionados 8 artigos com os seguintes critérios de inclusão: artigos de 2017 a 2025, disponíveis online, na íntegra, contendo como assunto principal a relação entre ansiedade materna e a autoeficácia da amamentação em língua portuguesa e inglesa; e como critério de exclusão: artigos duplicados, resumos e estudos que não apresentavam resultados pertinentes. 6 artigos compuseram a amostra final, sendo 3 do “Scielo”, 1 do “Lilacs” e 2 do “PubMed”. **Resultados e discussão:** Os estudos já comprovam que a ansiedade materna causa impactos negativos na amamentação, pois essa condição está relacionada à diminuição da autoeficácia no ato de amamentar, influenciando negativamente a continuidade e a exclusividade do aleitamento materno. Mulheres com baixos níveis de ansiedade costumam apresentar maior autoeficácia, enquanto nutrízes com diagnóstico de ansiedade exibem maiores chances de desmame precoce e menor duração do aleitamento. Além dos fatores emocionais, alterações fisiológicas decorrentes do estresse também interferem nesse processo. Como exemplo, destaca-se a secreção de ocitocina e prolactina, hormônios responsáveis pela produção e ejeção do leite materno, que podem ser limitados quando, em resposta ao estresse, o corpo estimula o eixo hipotálamo-hipófise-adrenal, aumentando a liberação de catecolaminas e, consequentemente, reduzindo a secreção hormonal necessária. Diante disso, é importante considerar que a amamentação pode ser prejudicada por alterações fisiológicas e psicológicas maternas, sendo necessária a avaliação da autoeficácia diretamente por quatro fatores: a experiência pessoal da parturiente, a experiência vicária, além da persuasão verbal e das respostas emocionais. Quando esses fatores são trabalhados de forma adequada, contribuem significativamente para o alcance da autoeficácia na amamentação. **Considerações Finais:** Diante dos estudos analisados, compreendeu-se a relação entre a ansiedade materna e o impacto causado por essa condição na

autoeficácia da amamentação. Sendo esta uma condição de alteração fisiológica e emocional, a qual deve ser acompanhada e estudada para a obtenção de melhores índices e respostas eficazes no ato de amamentar e, assim, garantir a manutenção da saúde, do conforto e dos benefícios para o binômio mãe-bebê.

Palavras-chave: Aleitamento materno; Ansiedade; Autoeficácia.

Referências:

ABUCHAIM, E. S. V. *et al.* **Ansiedade materna e sua interferência na autoeficácia para amamentação.** Acta Paulista de Enfermagem, v. 36, p. eAPE02301, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/BTSPFhT7Nr4KcZqsnzhnk3r/?lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CONDE, R. G. *et al.* **Autoeficácia na amamentação e duração do aleitamento materno exclusivo entre mães adolescentes.** Acta Paulista de Enfermagem, v. 30, n. 4, p. 383–389, jul. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201700057>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MELO, L. C. O. **Influência dos transtornos depressivo e de ansiedade na autoeficácia materna para amamentação.** 2020. 130 p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1381883>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MELO, L. C. O. *et al.* **Anxiety and its influence on maternal breastfeeding self-efficacy.** Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 29, p. e3485, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5104.3485>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MURO-VALDEZ, J. C. *et al.* **Breastfeeding-Related Health Benefits in Children and Mothers: Vital Organs Perspective.** Medicina (Kaunas), v. 59, n. 9, p. 1535, 25 ago. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37763654/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NOURIZADEH, R. *et al.* **The effect of psychological interventions on the anxiety and breastfeeding self-efficacy: a systematic review and meta-analysis.** Iranian Journal of Public Health, v. 52, n. 5, p. 937–949, maio 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37484712/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SÍNDROME DA MULHER-MARAVILHA: OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL ASSOCIADOS À BUSCA PELA PERFEIÇÃO E SOBRECARGA DA DUPLA JORNADA

Eixo: Transversal

Rayssa da Silva Cavalcanti

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Uninovo – Uninovo, Olinda PE.

Andreza Vitória da Silva

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Uninovo – Uninovo, Olinda PE.

Eric Olivio da Silva

Pós-graduado em Atenção ao Paciente Crítico: Urgência, Emergência e UTI pela FASUL EDUCACIONAL– FASUL, São Lourenço MG.

Introdução: Em 1941, por criação de William Moulton Marston, nascia a personagem fictícia conhecida como Mulher-Maravilha. Criada no período Pré-Segunda Guerra Mundial, a personagem, segundo o criador, representava um tipo de mulher que deveria prevalecer mundialmente, ilustrando nela todas as qualidades para retratar o modelo de mulher ideal: aquela que não se cansa, corajosa e invulnerável. A criação surgiu estrategicamente devido ao cenário da Segunda Guerra, com a participação dos EUA. Nesse sentido, a personagem também tinha como objetivo incentivar as mulheres a trabalharem nas fábricas. Esse movimento, aliado às lutas pelos direitos femininos, contribuiu para que as mulheres conquistassem o direito de frequentar o mercado de trabalho. Contudo, a participação da mulher em setores antes dominados por homens fez com que, não apenas as funções domésticas, mas também o trabalho fora de casa se tornasse fixos, pois não ocorreu uma mudança social referente à divisão de tarefas entre homens e mulheres. Assim, a mulher contemporânea tornou-se sobrecarregada com a dupla jornada e sofre com a pressão social para que se enquadre no modelo de perfeição inatingível, o qual apresenta uma mulher sobrecarregada e infeliz, mas capaz de lidar com tudo, permanecendo incansável e invulnerável. Esse modelo de mulher incansável foi reforçado durante a pandemia de Covid-19, que evidenciou a sobrecarga vivenciada por enfermeiras e médicas, chamadas de verdadeiras “Mulheres-Maravilha” no combate à doença. Assim, faz-se a analogia com a “Síndrome da Mulher-Maravilha”, que, embora não seja um termo médico oficial, é usado para explicar o adoecimento mental e emocional de mulheres que chegam ao seu limite para alcançar a perfeição em suas multitarefas, resultando em quadros de depressão, ansiedade e manifestações físicas pela sobrecarga. **Objetivo:** Investigar, na literatura, a origem da Síndrome da Mulher-Maravilha, compreendendo os impactos que a dupla jornada e a busca pela perfeição causam na saúde mental das mulheres. **Materiais e métodos:** Trata-se de uma revisão narrativa realizada em junho de 2025, utilizando as bases de dados *National Library of Medicine* (PubMed) e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Para buscas complementares, foi utilizado o *Google Scholar* (Google Acadêmico). Por meio dos descritores: “Síndrome da Mulher-Maravilha” e “Dupla jornada feminina”, combinados pelo operador booleano *AND*. No total, foram analisados 9 artigos com os seguintes critérios de inclusão: publicações no período de 2020 a 2025, disponíveis online, na íntegra, escritos em língua portuguesa e que abordassem de diretamente a temática proposta. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados resumos, relatos de caso e estudos que não apresentavam resultados pertinentes. A amostra final foi composta por 5 artigos, sendo 1 do “PubMed”, 2 do “Scielo” e 2 do “Google Acadêmico”. **Resultados e discussão:** Conforme uma pesquisa de 2015 realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o público masculino trabalha 40,8 horas semanais, enquanto as mulheres trabalham 34,9 horas semanais. Contudo, em 2017, o próprio IBGE revelou que 91,7% das mulheres declararam realizar atividades domésticas. Em contrapartida, 76,4% dos homens também declararam realizá-las. Ou seja, ao analisar o contexto da dupla jornada, envolvendo trabalho remunerado e afazeres domésticos, a carga total de trabalho das

mulheres torna-se superior. Esse acúmulo de funções gera uma questão preocupante: a habilidade do ser humano de efetuar múltiplas tarefas de forma simultânea. Pesquisas indicam que apenas 2% da população consegue realizar multitarefas de forma efetiva. Assim, o restante, principalmente as mulheres, tentam executá-las, mas perde-se a qualidade das atividades e, consequentemente, o público feminino sofre prejuízos na saúde mental ao tentar alcançar o êxito. A OMS (Organização Mundial da Saúde) expôs o aumento no número de casos de depressão, sendo o Brasil o quinto país com mais registros, com a maioria dos diagnósticos voltados para o público feminino. Os estudos apontam que nos últimos 40 anos, houve um aumento nos níveis de estresse e ansiedade entre as mulheres, surgindo a hipótese da causa principal ser justamente a fixação da dupla jornada na rotina feminina. Nesse contexto, mulheres sobrecarregadas tentam alcançar a perfeição em múltiplas tarefas e, diante das inevitáveis falhas, surgem queixas de culpa, cansaço, sobrecarga física e emocional. Essa realidade evidencia a pressão social representada pela “Síndrome da Mulher-Maravilha”, que não apenas escancara as influências socioculturais vivenciadas pelo público feminino, mas também revela a estrutura patriarcal e capitalista que ainda molda a sociedade contemporânea. **Considerações Finais:** Em conclusão, a presente revisão permitiu evidenciar a relação entre a dupla jornada feminina e o adoecimento mental decorrente da tentativa constante de alcançar uma perfeição inatingível nas multitarefas. Essa realidade é representada pela “Síndrome da Mulher-Maravilha”, que precisa de mais estudos e debates acerca do tema. Contudo, os dados já demonstram explicitamente, os impactos psicológicos associados ao esgotamento e ao cansaço que afetam a população feminina. Assim, torna-se importante analisar a divisão das tarefas desempenhadas entre homens e mulheres, além de reforçar a necessidade do cuidado contínuo com a saúde mental feminina.

Palavras-chave: Dupla Jornada de Trabalho; Perfeccionismo; Saúde Mental.

Referências:

BONALUME, C. R. **Mulheres, lazer e família:** atravessamentos. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 45, p. e20220065, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/rbce.45.e20220065>. Acesso em: 19 jun. 2025.

DEUS, M. D.; SCHMITZ, M. E. S.; VIEIRA, M. L. **Família, gênero e jornada de trabalho:** uma revisão sistemática de literatura. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36298/gerais202114e15805>. Acesso em: 19 jun. 2025.

GAVA, L. M. **Mulher-Maravilha ao longo da história:** ícone de empoderamento questionável. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/213741>. Acesso em: 14 jun. 2025.

KOIKE, M.; AIKAWA, L. **Muito Mais que Apenas Mulheres:** Mulheres Maravilha Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 119, n. 2, p. 317–318, ago. 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9363059/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

OLIVEIRA, L. B. M.; MOURA, R. G. **Síndrome da Mulher-Maravilha:** uma análise interseccional sobre os impactos na vida das mulheres negras brasileiras. Revista Magistro, [S. l.], v. 2, n. 30, p. 1–20, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/magistro/article/view/9096>. Acesso em: 14 jun. 2025.

RESUMOS EXPANDIDOS

**EIXO: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A SAÚDE
MENTAL**

SOFRIMENTO MENTAL EM ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Eixo: Políticas Públicas Voltadas para a Saúde Mental

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Resumo: Esta revisão integrativa tem como objetivo analisar a literatura científica sobre o sofrimento mental entre estudantes de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Foram realizadas buscas nas bases SciELO, LILACS e PubMed, utilizando descritores relacionados à saúde mental, sofrimento psíquico e pós-graduação. Os estudos selecionados apontam altas taxas de prevalência de ansiedade, depressão, exaustão emocional e ideação suicida entre esses estudantes. Entre os principais fatores desencadeadores do sofrimento destacam-se: sobrecarga acadêmica, incertezas quanto ao futuro profissional, precarização das condições de trabalho e conflitos na relação orientador-orientando. O ambiente acadêmico, permeado por uma lógica produtivista, competitivo e por vezes excludente, constitui-se como um determinante estrutural do sofrimento psíquico. A revisão evidencia a escassez de políticas de cuidado sistemáticas e a invisibilidade do sofrimento vivido por estudantes pertencentes a grupos minorizados. Conclui-se que o enfrentamento do sofrimento mental na pós-graduação demanda transformações institucionais profundas, com a promoção de políticas de saúde mental e a valorização de uma cultura do cuidado no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Ambiente Acadêmico; Pós-graduação; Saúde mental; Sofrimento Psíquico.

Introdução:

O ingresso na pós-graduação costuma ser marcado por um momento de expectativas quanto ao crescimento intelectual e à consolidação profissional. No entanto, ao longo da trajetória acadêmica, muitos estudantes enfrentam condições adversas que culminam em sofrimento psíquico, esgotamento emocional, ansiedade e até quadros depressivos. A literatura tem apontado para a prevalência crescente de transtornos mentais comuns nesse grupo, sinalizando uma crise silenciosa nos bastidores da produção científica (Café, 2025).

Diferente da graduação, a pós-graduação envolve um modelo de formação mais individualizado e autônomo, em que o estudante assume responsabilidades de pesquisa, ensino e, muitas vezes, de atuação profissional paralela. Esse acúmulo de funções, aliado à instabilidade financeira, à cobrança por resultados e à relação hierárquica com orientadores, pode contribuir para a intensificação de estados de sofrimento mental (Barros; Vieira; Lima, 2021).

Além dos fatores estruturais, os determinantes subjetivos e contextuais também influenciam a experiência dos pós-graduandos. A solidão acadêmica, a competitividade excessiva entre pares, a pressão por publicações em periódicos de alto impacto e a cobrança por produtividade contribuem para um ambiente psicologicamente hostil. Estudos apontam que a ausência de apoio institucional e a escassez de políticas públicas voltadas à saúde mental no ensino superior agravam esse cenário (Leão; Goto; Aurea, 2025).

Glatz *et al.* (2023) apontam que sintomas como ansiedade e estresse são amplamente recorrentes entre pós-graduandos, revelando um padrão quase universal nesse grupo. O estudo destaca fatores como o produtivismo acadêmico e as altas exigências como principais causadores do sofrimento psíquico. Além disso, identifica sentimentos ambíguos entre os estudantes, que vivenciam simultaneamente entusiasmo e frustração. Essa contradição expõe a complexidade da pós-graduação, ambiente que pode tanto estimular o crescimento pessoal quanto intensificar o adoecimento mental, exigindo atenção institucional e políticas de cuidado.

Diante desse panorama, é urgente discutir o papel das instituições de ensino e pesquisa na promoção da saúde mental, não apenas como resposta emergencial a casos extremos, mas como parte estruturante de uma política de cuidado contínuo. Estratégias como acolhimento psicológico, acompanhamento pedagógico, revisão de modelos avaliativos e promoção de uma cultura acadêmica mais saudável têm sido sugeridas como caminhos possíveis para a transformação do ambiente universitário (Gomes *et al.*, 2023).

Objetivo:

O presente estudo propõe-se a mapear e analisar a produção científica recente sobre o sofrimento mental de estudantes de pós-graduação.

Materiais e métodos:

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que seguiu seis etapas metodológicas: 1) formulação da questão de pesquisa; 2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; 3) busca nas bases de dados; 4) seleção dos estudos; 5) análise e extração dos dados; e 6) apresentação e discussão dos resultados.

A presente revisão foi orientada pela seguinte pergunta norteadora: quais fatores têm sido associados ao sofrimento mental de estudantes de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) na literatura científica recente? Para responder a essa questão, foram incluídos estudos publicados entre os anos de 2020 e 2025, com o objetivo de captar o panorama atual. Os critérios de inclusão abrangeram publicações disponíveis na íntegra, de acesso gratuito, redigidas em português, inglês ou espanhol, que tratassem especificamente do sofrimento mental, sofrimento psíquico ou saúde mental de estudantes de mestrado e doutorado, independentemente da área do conhecimento, desde que publicadas em periódicos científicos com revisão por pares.

Foram excluídos os estudos que abordavam exclusivamente a graduação ou a pós-graduação *lato sensu*, bem como relatos de experiência, editoriais, resumos de eventos, dissertações, teses e revisões sem metodologia explicitada.

A busca foi realizada nas bases de dados: SciELO, LILACS (via BVS), PubMed, Google

Scholar e no Portal de Periódicos da CAPES. A pesquisa ocorreu entre os meses de maio e junho de 2025, utilizando combinações de descritores controlados e palavras-chave livres. Os principais termos utilizados foram: Em português: “sofrimento mental”, “sofrimento psíquico”, “saúde mental”, “transtornos mentais”, “pós-graduação”, “mestrandos”, “doutorandos”, “estudantes de pós-graduação”. Em inglês: “mental health”, “psychological distress”, “graduate students”, “postgraduate education”, “master’s students”, “doctoral students”. Em espanhol: “salud mental”, “sufrimiento psíquico”, “posgrado”, “estudiantes de posgrado”. As combinações utilizaram operadores booleanos (AND, OR) para refinar os resultados. Exemplo de combinação em português: ("sofrimento mental" OR "saúde mental") AND ("estudantes de pós-graduação" OR "mestrandos" OR "doutorandos").

Os resultados foram inicialmente analisados por meio da leitura dos títulos e resumos, a fim de verificar sua adequação aos critérios estabelecidos. Os estudos selecionados nessa triagem inicial foram então lidos na íntegra para confirmação de sua inclusão. Para cada estudo incluído, foram extraídas informações como: autor(es), ano de publicação, país de origem, objetivo, tipo de estudo, população investigada, principais resultados e conclusões.

Resultados e discussão:

A análise dos estudos incluídos nesta revisão integrativa revelou um panorama alarmante quanto à saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil e em outros contextos. Diversas pesquisas apontam que o sofrimento mental nessa população tem se tornado recorrente, multifatorial e muitas vezes invisibilizado pelas instituições acadêmicas.

Estudos apontam que a prevalência de sintomas como ansiedade, depressão, estresse e exaustão emocional é elevada entre mestrandos e doutorandos. Uma meta-análise publicada em 2023 na base PubMed revelou que aproximadamente 34,8% dos pós-graduandos apresentam sintomas de ansiedade, com um aumento significativo no período pós-pandemia, saltando de 24,8% para 34,3% (Chi *et al.*, 2023). Já a pesquisa de Graner e Cerqueira (2019), ao analisar uma amostra nacional de estudantes universitários, apontou que 58% relataram sintomas de ansiedade, 45% referiram sensação de desânimo frequente e 32% sofreram com insônia; além disso, 4% apresentaram ideação suicida. Embora o estudo não tenha sido limitado à pós-graduação, os dados oferecem indícios de que os efeitos do sofrimento psíquico se estendem para além do ensino de graduação.

Quanto aos fatores associados a esse sofrimento, os estudos revisados evidenciaram que há uma intersecção entre elementos de ordem institucional, interpessoal e subjetiva. Segundo Graner e Cerqueira (2019), os principais estressores identificados em sua revisão sistemática foram a sobrecarga de tarefas acadêmicas, a pressão constante por produtividade, os conflitos com

orientadores e a insegurança quanto ao futuro profissional.

Nesse sentido, o modelo produtivista que rege a lógica acadêmica aparece como um dos principais fomentadores de sofrimento. Pereira e Moreira (2021), em revisão narrativa, discutem como o culto à produtividade, a competitividade e a cobrança por desempenho se associam ao isolamento, à solidão e à perda de sentido em relação ao projeto de formação. Esses autores alertam para a naturalização do sofrimento mental no ambiente acadêmico, o qual é muitas vezes compreendido como inerente à formação científica e tratado como um “preço a se pagar” para quem deseja seguir carreira na pesquisa.

A relação entre orientador e orientando, por sua vez, surge como um elemento ambíguo. Quando positiva, pode funcionar como um fator protetivo e de suporte emocional. No entanto, a maioria dos estudos revisados aponta que a relação é frequentemente marcada por assimetrias de poder, ausência de escuta e falhas na mediação de conflitos. Pereira e Moreira (2021) destacam que a falta de preparo dos orientadores para lidar com aspectos subjetivos da formação, bem como a ausência de canais institucionais para acolhimento das queixas, reforça o sentimento de abandono, o medo de retaliação e a solidão acadêmica.

A revisão também evidenciou que o sofrimento mental na pós-graduação não é homogêneo: ele se expressa de forma distinta a depender de marcadores sociais como gênero, raça, orientação sexual e classe. Embora nem todos os estudos abordem de forma aprofundada essas interseccionalidades, é possível afirmar que estudantes pertencentes a grupos historicamente minorizados enfrentam obstáculos adicionais, como o racismo institucional, a LGBTQIA+fobia e o sexismo, que se somam aos desafios estruturais da pós-graduação. Dessa forma, a invisibilização dessas experiências contribui para o silenciamento e para a negligência das singularidades no planejamento de ações institucionais de cuidado.

Por fim, a revisão reforça que o sofrimento mental dos pós-graduandos não é uma questão individual, mas sim social, institucional e política. É necessário reconhecer a centralidade do cuidado na formação científica, repensando a forma como se organizam os programas de pós-graduação, as exigências curriculares, os critérios de avaliação e, sobretudo, as relações interpessoais que compõem o cotidiano acadêmico. O enfrentamento do sofrimento mental exige, portanto, uma transformação das condições de produção do conhecimento, das estruturas de poder e da cultura institucional que ainda naturaliza o adoecimento como parte do percurso formativo.

Considerações Finais:

O presente estudo, por meio de uma revisão integrativa da literatura, permitiu evidenciar que o sofrimento mental entre estudantes de pós-graduação stricto sensu é um fenômeno crescente, multifacetado e atravessado por dinâmicas institucionais, políticas e subjetivas. Os dados analisados

apontam para a prevalência significativa de sintomas como ansiedade, depressão, estresse crônico, esgotamento emocional e ideação suicida, muitas vezes associados à lógica produtivista da academia, à sobrecarga de tarefas e às relações interpessoais marcadas por assimetrias de poder.

Verificou-se que a estrutura da pós-graduação, especialmente no Brasil, está assentada em exigências que nem sempre consideram os limites humanos, o cuidado com a saúde mental e o bem-estar dos estudantes. Elementos como a instabilidade financeira, a insegurança profissional, a pressão por produtividade e a relação com orientadores – quando permeada por negligência ou autoritarismo – atuam como gatilhos para o sofrimento psíquico. Tais condições não devem ser compreendidas como experiências individuais isoladas, mas como expressões de um modelo acadêmico que ainda valoriza o desempenho em detrimento da saúde.

Outro ponto importante diz respeito à invisibilização das particularidades e desigualdades que atravessam essa vivência. Estudantes negros, indígenas, LGBTQIA+, com deficiência, mulheres e aqueles de classes populares vivenciam o sofrimento mental de forma intensificada, por estarem inseridos em uma estrutura acadêmica predominantemente branca, elitista e excludente. A ausência de suporte institucional específico para esses grupos contribui para o aprofundamento da marginalização e do adoecimento.

Apesar da gravidade do cenário identificado, as respostas institucionais ainda são pontuais, fragmentadas e, muitas vezes, reativas. Poucos programas de pós-graduação possuem políticas claras de acolhimento, canais de escuta estruturados, suporte psicossocial contínuo ou ações preventivas voltadas à promoção da saúde mental. Isso revela um hiato entre o reconhecimento do problema e a efetivação de práticas de cuidado dentro das universidades.

Conclui-se, assim, que o enfrentamento do sofrimento mental na pós-graduação exige mudanças estruturais, intersetoriais e culturais, que coloquem o cuidado no centro da formação acadêmica e científica. Apenas por meio dessa transformação será possível garantir que a pós-graduação seja um espaço de produção de conhecimento, mas também de preservação da saúde, da dignidade e da vida de quem a constrói.

Referências:

ARAÚJO, M.A. et al. A saúde mental de mulheres negras na pós-graduação: desafios e resistências. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 2, p. 112-130, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/12944>.

BARROS, T.A e al. O sofrimento psíquico na pós-graduação: entre a exigência e o silêncio institucional. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 23-34, 2021. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v25-n2-barros-peixoto/1468>. Acesso em 20 de junho de 2025.

CAFÉ, A. L.P. Reflexões sobre o adoecimento mental de estudantes da pós-graduação stricto sensu

no Brasil: principais causas e sintomatologia mais frequentes. **Temática**, vol. 21, n. 3, março 2025. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8931.2025v21n3.73048.

CHI, T et al. Global prevalence and trend of anxiety among graduate students: A systematic review and meta-analysis. **Brain Behav**, v. 13, n. 4, 2023. DOI: 10.1002/brb3.2909

GLATZ, E.T.M.M et al. A saúde mental e o sofrimento psíquico de pós-graduandos: uma revisão de literatura em teses e dissertações. **Revista Educar Mais**, Pelotas, RS, v. 6, p. 255-272, 2022. DOI: 10.15536/reducarmais.6.2022.2719

GRANER, K. M; CERQUEIRA, A. T. DE A. R. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1327–1346, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018244.09692017

LEÃO, T.M; GOTO, C.S.I; AUREA, M.Z. Sofrimento psíquico na universidade e o campo da Saúde Mental Coletiva: uma revisão integrativa de 46 anos. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 30, n. 04, 2025. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/sofrimento-psiquico-na-universidade-e-o-campo-da-saude-mental-coletiva-uma-revisao-integrativa-de-46-anos/19075> Acesso em 20 de junho de 2025.

PEREIRA, L.H.M; MOREIRA, S.N.T. Adoecimento psíquico, assimetrias de gênero na Medicina e necessidade de intervenção: uma revisão de literatura. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. v. 26, 2022. DOI: 10.1590/interface.210426.

REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL MEDIADA PELA ARTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM USUÁRIOS DE UM CAPS

Eixo: Políticas Públicas voltadas para a Saúde Mental

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Resumo: Este relato descreve a experiência do projeto “Loucos Varridos por Dignidade”, desenvolvido no CAPS I de Barra de Santa Rosa/PB, com o objetivo de promover o protagonismo e a valorização da subjetividade de usuários em sofrimento psíquico, por meio da realização de oficinas de pintura. A iniciativa foi financiada por edital do Ministério da Saúde, destinando R\$ 15.000,00 para custear materiais artísticos, oficinairos e infraestrutura. Ao longo de três meses, foram realizadas atividades semanais, com a participação direta de 35 usuários, majoritariamente do sexo feminino. A metodologia adotada integrou rodas de conversa, livre expressão artística e acompanhamento multiprofissional, criando um espaço de escuta, acolhimento e ressignificação do sofrimento. Os resultados apontaram avanços significativos na autoestima dos participantes, no fortalecimento dos vínculos com o serviço e na percepção de si como sujeitos criativos e capazes. A culminância do projeto foi a realização de uma exposição aberta à comunidade, ampliando o reconhecimento social dos usuários. Contudo, a baixa participação familiar e a ausência de estratégias permanentes de financiamento e institucionalização das oficinas foram limitações observadas. A experiência reafirma o papel do CAPS como espaço de cuidado em liberdade e aponta a arte como ferramenta potente de reabilitação psicossocial. Sugere-se a continuidade e expansão de iniciativas semelhantes, bem como o desenvolvimento de políticas que assegurem sua sustentabilidade e articulação com a rede de atenção psicossocial.

Palavras-chave: Arte Terapia; Reabilitação Psicossocial; Saúde Mental.

Introdução:

A trajetória da atenção psicossocial no Brasil é marcada por um processo histórico de resistência, luta e transformação. A Reforma Psiquiátrica brasileira, impulsionada na década de 1980 por movimentos sociais, profissionais de saúde e familiares de usuários, visou romper com o modelo asilar, centrado no isolamento, na medicalização excessiva e na exclusão social de pessoas com transtornos mentais (Amarante, 2007). Esse movimento culminou na promulgação da Lei nº 10.216/2001, que consolidou os princípios de cuidado em liberdade, respeito aos direitos humanos e reintegração social dos sujeitos em sofrimento psíquico (Brasil, 2001).

Nesse contexto, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) emergem como dispositivos fundamentais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), oferecendo atenção diária, multiprofissional, baseada na construção de vínculos, na escuta qualificada e na promoção da autonomia dos usuários (Brasil, 2002). O CAPS I de Barra de Santa Rosa/PB, onde se desenvolveu o presente projeto, tem se posicionado como espaço ativo na efetivação dessas diretrizes, especialmente ao promover ações que valorizam a singularidade, a criatividade e a participação dos usuários em seus próprios processos de cuidado.

O projeto “Loucos Varridos por Dignidade”, que será descrito neste relato de experiência,

representa uma iniciativa concreta de operacionalização dos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Política Nacional de Saúde Mental. Financiado por edital do Ministério da Saúde, com repasse de R\$ 15.000,00, o projeto teve como objetivo central fomentar o protagonismo dos usuários e de seus familiares, por meio da realização de oficinas de pintura com abordagem terapêutica e expressiva. A proposta foi pensada como um espaço de acolhimento, expressão simbólica, fortalecimento da autoestima e (re)construção de vínculos entre os sujeitos e com o território.

A arte, especialmente a pintura, tem sido amplamente utilizada como instrumento terapêutico nos serviços substitutivos, por possibilitar a elaboração de vivências, a externalização de sentimentos e a afirmação da subjetividade de cada usuário (Coqueiro; Vieira; Freitas, 2023). Segundo Oliveira e Peres (2021), a expressão artística no contexto da saúde mental permite a ressignificação do sofrimento, favorecendo a construção de narrativas que escapam ao estigma e à medicalização. No caso das oficinas realizadas no projeto, foi possível observar usuários que, antes retraídos, passaram a compartilhar suas histórias por meio das cores e formas, revelando aspectos de sua identidade até então silenciados.

Entretanto, nem todos os desafios foram superados. A relação com as famílias permaneceu limitada, sendo marcada por uma postura de observação distante, sem um envolvimento mais ativo nas atividades propostas. Essa constatação dialoga com a literatura que aponta para a dificuldade de integrar as famílias nos processos de reabilitação psicossocial, seja por estigma, sobrecarga emocional ou falta de compreensão sobre o papel transformador do cuidado em liberdade (Mohr *et al.*, 2023). Mesmo com os convites e ações voltadas à participação familiar, percebeu-se que muitos familiares ainda enxergam o CAPS como “local de tratamento do outro”, e não como um espaço de construção coletiva do cuidado.

O título do projeto — “Loucos Varridos por Dignidade” — carrega intencionalmente uma provocação. Ao ressignificar o termo “louco”, tradicionalmente associado ao desprezo e à exclusão, e relacioná-lo à busca por dignidade, a proposta escancara as contradições de uma sociedade que ainda segrega, mesmo diante dos avanços legais e normativos. A escolha do título partiu dos próprios usuários, num gesto de afirmação identitária e política, como quem diz: “Sim, somos rotulados como loucos, mas exigimos respeito, espaço e escuta”. Essa dimensão simbólica do projeto revelou-se essencial para o fortalecimento do protagonismo, elemento central no campo da saúde mental coletiva.

A experiência relatada aqui busca contribuir com o debate sobre as práticas de cuidado que vão além do prescritivo, do biomédico e do centrado no diagnóstico. Ela aponta para a potência dos serviços de saúde mental quando há espaço para o sensível, o expressivo e o compartilhado. Retomar o lugar do sujeito — com suas dores, mas também com seus desejos, potências e saberes

— é um ato profundamente político em tempos de retrocessos nas políticas públicas e ameaças à Reforma Psiquiátrica.

Dessa forma, este relato se justifica não apenas como documentação de uma ação bem-sucedida, mas como dispositivo de resistência e inspiração. Ele reafirma a necessidade de políticas de financiamento que incentivem a criatividade e a autonomia dos usuários, bem como a importância de serviços que não apenas tratem, mas escutem, acolham e mobilizem a vida.

Objetivo:

Este relato tem como objetivo apresentar a experiência vivenciada no âmbito do projeto “Loucos Varridos por Dignidade”, destacando suas metodologias, resultados e desafios, com ênfase no uso da arte como ferramenta de cuidado em liberdade no contexto da saúde mental.

Materiais e métodos:

O Projeto “Loucos Varridos por Dignidade” foi desenvolvido no CAPS I do município de Barra de Santa Rosa/PB e financiado pelo Ministério da Saúde por meio de edital específico para incentivo a ações que promovessem o protagonismo de usuários e familiares. O recurso de R\$ 15.000,00 foi integralmente utilizado na aquisição de materiais artísticos, contratação de oficinairo e estruturação logística para a realização de oficinas de pintura com abordagem terapêutica e inclusiva.

A metodologia adotada teve como base os princípios da reabilitação psicossocial e da arte como instrumento de cuidado em liberdade. As oficinas aconteceram semanalmente, ao longo de três meses, conduzidas por um artista visual com experiência em educação popular, e acompanhadas por membros da equipe do serviço.

Cada encontro foi estruturado em dois momentos: rodas de conversa, nas quais os participantes compartilhavam sentimentos e ideias, seguidas da prática artística, orientada pela livre expressão. Os temas das pinturas surgiam a partir dessas rodas e não havia imposição de técnica ou forma, o que possibilitou uma produção criativa e subjetiva, respeitando os tempos e histórias de cada usuário.

Durante a execução do projeto, 35 usuários participaram ativamente das oficinas, sendo 22 mulheres e 13 homens. Essa expressiva participação feminina pode ser interpretada sob diferentes óticas: de um lado, evidencia o interesse das mulheres por espaços de cuidado coletivo; de outro, também pode apontar para uma maior adesão delas aos serviços da RAPS, como já observado em outros estudos (Rangel; Castro, 2025). A participação de familiares foi pontual, com presença esporádica em alguns encontros, especialmente nas etapas finais, a convite dos próprios usuários.

Os quadros pintados foram expostos no rol de entrada do auditório onde aconteceu o I Fórum de Saúde Mental do município.

Resultados e discussão:

A experiência gerou efeitos expressivos na autoestima e no senso de pertencimento dos participantes. Muitos usuários relataram, pela primeira vez, sentirem-se capazes de produzir algo “bonito e valioso”. Usuários que inicialmente apresentavam resistência às atividades foram, aos poucos, se integrando ao grupo e demonstrando mudanças no comportamento e no vínculo com o serviço. A socialização entre os participantes se intensificou, e o ambiente do CAPS tornou-se mais afetivo e colaborativo durante a execução do projeto. Essa mudança dialoga com estudos que apontam o uso da arte como mediador no processo de subjetivação e cuidado (Oliveira; Peres, 2021).

Apesar dos avanços na autonomia e no protagonismo dos usuários, a baixa participação familiar se manteve como um desafio. A maior parte dos familiares permaneceu distante, não reconhecendo a importância do seu envolvimento no processo terapêutico. Tal fato reforça o que já é apontado na literatura: a persistência do estigma e a crença de que o CAPS é espaço exclusivo para “tratamento do outro” (Maia *et al*, 2016).

Outro ponto de limitação foi a ausência de continuidade garantida para o projeto, uma vez que não há políticas permanentes de financiamento para esse tipo de iniciativa. A experiência mostrou que ações pontuais, mesmo quando bem-sucedidas, carecem de sustentação estrutural e política para que se consolidem como práticas regulares de cuidado.

Mesmo diante dessas dificuldades, o projeto reafirmou o papel central do CAPS como espaço de acolhimento e reinvenção do cuidado em saúde mental. A aposta na criatividade, na escuta e no vínculo demonstrou-se potente para (re)posicionar os sujeitos em seus territórios e para fortalecer práticas de cuidado menos medicalizadas e mais horizontais.

Considerações Finais:

A experiência desenvolvida no CAPS I de Barra de Santa Rosa/PB por meio do projeto “Loucos Varridos por Dignidade” reafirma o potencial transformador das práticas de cuidado baseadas na escuta, na expressão e na valorização da subjetividade. A realização de oficinas de pintura com usuários em sofrimento psíquico revelou-se uma estratégia potente de reabilitação psicossocial, permitindo que esses sujeitos pudessem não apenas expressar seus sentimentos, mas também construir novas narrativas sobre si, exercendo protagonismo e resgatando sua autoestima. Os relatos coletivos e individuais ao longo do projeto evidenciaram o impacto positivo da arte no cotidiano dos usuários do CAPS, contribuindo para o fortalecimento de vínculos, a resignificação

do sofrimento e a ampliação da noção de cuidado.

Ainda que os resultados tenham sido significativos, especialmente no que se refere ao envolvimento dos participantes e à mobilização afetiva e simbólica promovida pelas oficinas, a experiência também escancarou limites importantes. A participação dos familiares foi reduzida, o que aponta para a persistência do estigma e da visão de que o cuidado em saúde mental é responsabilidade exclusiva do serviço ou do profissional. Além disso, a ausência de políticas de financiamento continuado para esse tipo de ação, bem como a limitação dos instrumentos de registro institucional que valorizem práticas expressivas e coletivas, indicam a necessidade de avanços na gestão da RAPS e na formulação de políticas públicas comprometidas com a integralidade do cuidado.

O projeto mostrou que é possível, mesmo com recursos modestos, construir experiências potentes de cuidado, desde que se aposte na escuta qualificada, na criatividade e na valorização da autonomia dos sujeitos. As oficinas transformaram-se em um espaço de produção de sentido, rompendo com a lógica do tratamento centrado na medicalização e na heteronomia. Mais do que colorir telas, os participantes coloriram sua própria trajetória, reafirmando seu lugar no mundo e sua capacidade de criar, conviver e resistir.

Como encaminhamento, torna-se imprescindível refletir sobre formas de garantir a continuidade de ações desse tipo, tanto por meio de políticas públicas permanentes quanto por estratégias locais de gestão do cuidado. Sugerem-se ainda novos estudos que investiguem os efeitos de práticas expressivas no campo da saúde mental, que avaliem o impacto da arte na construção de autonomia, e que explorem caminhos para o fortalecimento da participação familiar no processo terapêutico. Também é recomendável que pesquisas futuras se debrucem sobre a sistematização de indicadores para avaliação de práticas não medicalizantes e comunitárias no contexto da RAPS, de modo a fortalecer sua legitimidade e ampliar sua replicabilidade.

O projeto “Loucos Varridos por Dignidade” representou, portanto, uma experiência singular e significativa, que contribuiu para ampliar o escopo do cuidado oferecido no CAPS e reforçar o papel da arte como instrumento de saúde, cidadania e resistência. Em tempos de ameaças aos direitos conquistados no campo da saúde mental, iniciativas como essa reafirmam que a dignidade e o protagonismo das pessoas em sofrimento psíquico não são favores, mas conquistas que precisam ser protegidas, reconhecidas e ampliadas.

Referências:

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. Disponível em: <https://taymarillack.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/09/212474750-amarante-p-saude-mental-e-atencao-psicossocial.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: <https://hpm.org.br/wp-content/uploads/2014/09/lei-no-10.216-de-6-de-abril-de-2001.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece critérios para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 fev. 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

COQUEIRO, N.F.; VIEIRA, F.R.R.; FREITAS, M.M.C. Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 23, n. 6, p. 859-862, 2010. DOI: 10.1590/S0103-21002010000600022.

MAIA, C. A. A.; OLIVEIRA, K. K. D.; RANGEL, C. T.; PESSOA JÚNIOR, J. M.; FERNANDES, R. L.; MIRANDA, F. A. N. Aspectos contextuais da participação da família nos Centros de Atenção Psicossocial. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 10, n. 4, p. 3676–3681, 2016. DOI: 10.5205/1981-8963-v10i4a11143p3676-3681-2016

OLIVEIRA, A. L. M; PERES, R. S. Oficinas Terapêuticas e Cuidado Psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41 (n.spe 4), e204609, 1-12, 2021. DOI: 10.1590/1982-3703003204609

MOHR, K., LAVALL, E., VIAN, A. C. W., LOHMANN, P. M., MEDEIROS, C. R. G., SILVA, F. M. DA, & MENEGALLI, V. Inserção e cuidado à família no centro de atenção psicossocial. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 13, n. 85, 12522–12535, 2023. DOI:10.36489/saudecoletiva.2023v13i85p12522-12535

RANGEL, S.P.A; CASTRO, A.M. Saúde mental: onde se colocam as questões de gênero? Os papéis das mulheres cisgêneras. **Saúde em Debate [online]**. v. 47, spe 1, 2025. DOI:10.1590/2358-28982023E19048I>.

ANÁLISE DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DA PARAÍBA: ESTRUTURA ASSISTENCIAL E PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS USUÁRIOS

Eixo: Políticas Públicas Voltadas para a Saúde Mental.

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da Paraíba a partir dos dados do monitoramento realizado no segundo semestre de 2018. A pesquisa, de caráter documental e abordagem quanti-qualitativa, teve como base o relatório produzido pela Coordenação Estadual de Saúde Mental, buscando compreender a configuração da rede, os tipos de serviços existentes, sua distribuição territorial e o perfil sociodemográfico dos usuários atendidos. Os resultados revelam uma rede ampla, composta por diferentes modalidades de cuidado, que atendeu, no período, mais de 37 mil pessoas. Observou-se que a maior parte dos usuários são mulheres, negras, em situação de pobreza, com baixa escolaridade e acesso limitado ao trabalho formal, o que evidencia os efeitos dos determinantes sociais no sofrimento psíquico. Além disso, a análise aponta fragilidades na articulação entre os serviços, déficits na composição das equipes multiprofissionais e persistência de práticas institucionalizantes, como internações psiquiátricas e privação de liberdade. A discussão articula esses achados com os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira e com o debate sobre interseccionalidade e justiça social. Conclui-se que, apesar dos avanços, a RAPS/PB exige investimentos sustentados, fortalecimento das equipes e ampliação dos espaços comunitários de cuidado para garantir atenção integral, equitativa e em liberdade.

Palavras-chave: Determinantes Sociais; Políticas públicas; Rede de Atenção Psicossocial; Saúde mental.

INTRODUÇÃO:

A consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) representa um dos pilares centrais da Reforma Psiquiátrica brasileira, ao propor uma lógica de cuidado pautada na territorialidade, na integralidade da atenção e na centralidade das pessoas em sofrimento psíquico. Na Paraíba, essa rede tem se estruturado como um campo potente de práticas e disputas, atravessado por avanços institucionais, desafios políticos e pelas múltiplas singularidades dos sujeitos que dela fazem uso. A trajetória de implantação e monitoramento da RAPS/PB revela um esforço contínuo de materialização dos princípios do SUS, especialmente da equidade e da universalidade, diante de um contexto nacional que frequentemente tensiona as bases dessa política.

O relatório de monitoramento referente ao segundo semestre de 2018 identificou a presença de 130 dispositivos distribuídos em diversas modalidades de serviços, como CAPS I, II, III, AD, Infantojuvenil, Unidades de Acolhimento, Consultórios na Rua, Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) e Leitos em Hospitais Gerais. Juntos, esses serviços atenderam cerca de 38 mil usuárias e usuários, compondo um retrato complexo e plural da população em sofrimento psíquico acompanhada pela rede no estado. Ao se debruçar sobre o perfil sociodemográfico desses sujeitos,

emergem marcadores importantes, como desigualdade social, baixa escolaridade, vulnerabilidade econômica e pertencimento a grupos historicamente marginalizados, como pessoas negras, mulheres, usuários de substâncias psicoativas e populações tradicionais.

Esses dados não apenas evidenciam a abrangência da RAPS/PB, mas também convocam reflexões mais profundas sobre o tipo de cuidado que tem sido ofertado e os sentidos produzidos no cotidiano dos serviços. O predomínio de pessoas pardas e pretas entre os usuários, por exemplo, demanda uma leitura interseccional do sofrimento mental, que considere o racismo estrutural como um determinante social da saúde. Do mesmo modo, o elevado percentual de desemprego e de dependência de programas assistenciais entre os usuários revela uma interface clara entre saúde mental e condições socioeconômicas adversas, sinalizando a necessidade de políticas públicas integradas que articulem cuidado, renda e cidadania.

Além disso, o monitoramento destaca assimetrias na distribuição territorial dos serviços e nas respostas às necessidades dos diferentes perfis populacionais. A subnotificação de dados sobre gênero, identidade sexual e raça nos prontuários — muitas vezes baseados na percepção de profissionais e não na autodeclaração dos sujeitos — aponta para lacunas que comprometem a qualificação do cuidado e o reconhecimento da diversidade dos modos de vida.

Assim, este artigo buscou evidenciar quem são essas pessoas, de onde vêm, como vivem e que demandas expressam nos territórios, busca-se contribuir para uma leitura crítica e situada da política de saúde mental no estado, reafirmando a importância da produção de dados como ferramenta de defesa e qualificação do cuidado em liberdade.

OBJETIVO:

Apresentar a configuração atual da RAPS no estado da Paraíba, destacando sua cobertura, tipos de serviços e distribuição regional, ao mesmo tempo em que traça um perfil sociodemográfico dos usuários atendidos

MATERIAIS E MÉTODOS:

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, de natureza descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, cuja fonte principal foi o Relatório do Monitoramento dos Serviços da Rede de Atenção Psicossocial da Paraíba – 2018.2, elaborado pela Coordenação Estadual de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES/PB). O relatório é fruto de um processo sistemático de coleta e análise de dados realizado nos serviços que compõem a RAPS no estado, com periodicidade semestral, e tem como objetivo subsidiar o planejamento, a avaliação e a defesa das políticas públicas de saúde mental em âmbito estadual.

Para fins deste artigo, foram analisadas as informações disponibilizadas no relatório acerca da cobertura da rede, da tipologia dos serviços existentes, da distribuição territorial dos dispositivos e do perfil sociodemográfico das usuárias e usuários atendidos. As variáveis consideradas incluíram sexo, faixa etária, cor/raça/etnia, estado civil, escolaridade, situação de trabalho e renda, bem como dados sobre hipóteses diagnósticas, uso de substâncias psicoativas e itinerários de cuidado na rede. Também foram examinados os dados sobre institucionalização, tentativas de suicídio e internações psiquiátricas, por fornecerem elementos relevantes sobre os limites e alcances do cuidado em liberdade.

O processo de análise dos dados seguiu uma lógica de leitura compreensiva e crítica do material, com foco na identificação de padrões, desigualdades e singularidades que atravessam a oferta de cuidado na RAPS/PB. Para tanto, optou-se por integrar a leitura dos indicadores quantitativos com interpretações de cunho qualitativo, considerando os atravessamentos sociais que incidem sobre o sofrimento psíquico e as formas de acesso aos serviços.

A escolha por utilizar dados secundários, oficialmente sistematizados por um órgão público estadual, garante ao estudo respaldo metodológico e relevância política, ao mesmo tempo em que impõe limites quanto à atualização dos dados e à profundidade de algumas variáveis, como identidade de gênero, orientação sexual ou condições subjetivas de vida dos usuários. Ainda assim, os dados analisados oferecem um panorama robusto da RAPS paraibana, permitindo compreender tendências e desafios estruturais da política de saúde mental no estado.

Por fim, a pesquisa respeitou os preceitos éticos da integridade acadêmica e da valorização das fontes públicas de informação, não se tratando de investigação com seres humanos e, portanto, dispensando apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O levantamento realizado pela Coordenação Estadual identificou, no segundo semestre de 2018, um total de 130 dispositivos que compunham a RAPS no estado. Desses, 107 responderam ao instrumento de monitoramento, evidenciando uma adesão significativa ao processo avaliativo e revelando o esforço das gestões municipais em manter a rede em funcionamento, mesmo diante de limitações estruturais e orçamentárias.

O número expressivo de 37.423 usuárias e usuários atendidos no período revela a capilaridade e a relevância da RAPS paraibana como estratégia substitutiva ao modelo manicomial. Contudo, ao traçar o perfil da população atendida, os dados evidenciam que o sofrimento psíquico recai majoritariamente sobre grupos em situação de vulnerabilidade social. Observou-se o predomínio de mulheres (principalmente nos CAPS I, II e III), de pessoas pretas e pardas (69,12%),

com baixa escolaridade (35,96% com fundamental incompleto e 18,1% analfabetas) e inseridas em contextos de pobreza: 36% da população atendida não possuía vínculo formal de trabalho e vivia com algum tipo de benefício social.

Tais dados corroboram com a literatura que aponta os determinantes sociais da saúde como fatores centrais para a compreensão do adoecimento mental. Segundo Lima (2017), ao considerar mulheres negras, por exemplo, é necessário analisar as opressões entrecruzadas de gênero, raça, classe e território. A interseccionalidade, portanto, não é apenas uma lente analítica, mas uma ferramenta para o cuidado em saúde mental que pretende ser integral, equitativo e comprometido com a justiça social.

A análise dos dados por tipo de serviço revelou padrões que dialogam com o perfil dos públicos atendidos: os CAPS AD e as Unidades de Acolhimento registraram maior presença masculina, o que se alinha com os dados nacionais sobre o uso abusivo de substâncias psicoativas, em que os homens aparecem em maior número. Ao mesmo tempo, o relatório aponta que as mulheres têm maior dificuldade de acesso a esses serviços, em virtude da dupla estigmatização: pelo uso de drogas e por desafiar normas de gênero que impõem um papel moral à figura feminina (Souza, 2018).

Outro aspecto relevante é a concentração de internações psiquiátricas na 1ª e 3ª Regiões de Saúde do estado, bem como o número ainda elevado de usuários em privação de liberdade ou cumprimento de medida socioeducativa, especialmente nos CAPS AD. Isso reforça o diagnóstico de que a política de saúde mental, embora tenha avançado na criação de dispositivos substitutivos, ainda convive com resquícios do modelo manicomial e com uma lógica punitiva, especialmente em relação à população que faz uso de substâncias psicoativas. O uso de álcool, tabaco e maconha, por exemplo, representa 79% das substâncias referidas pelos usuários da RAPS, o que exige ações mais contundentes de redução de danos e enfrentamento à criminalização.

Os dados também apontam para fragilidades na articulação da rede, revelando a centralidade dos CAPS como porta de entrada e a pouca utilização de fluxos regulados de referência e contrarreferência. Estudos como o de Rêgo *et al.* (2023), que investigaram a RAPS em Campina Grande, evidenciam essa fragmentação, em que o trabalho em rede ainda é mais idealizado do que efetivo. A precarização das estruturas físicas, a ausência de profissionais de referência, como terapeutas ocupacionais e a rotatividade de equipes dificultam a construção de vínculos e a efetivação de Projetos Terapêuticos Singulares (Reis, 2022).

Ainda assim, observa-se um esforço coletivo, especialmente por parte das equipes multiprofissionais, em sustentar práticas de cuidado em liberdade. O engajamento das e dos trabalhadores tem sido identificado como um dos principais fatores de resistência frente aos

retrocessos da política nacional de saúde mental. Conforme aponta Fonseca *et al.* (2022), os profissionais da RAPS atuam frequentemente no limite da exaustão, mas mantêm vivo o compromisso ético-político com a Reforma Psiquiátrica.

Os dados revelam, portanto, uma rede viva, tensionada, desigual e ainda em processo de consolidação. A RAPS/PB se afirma como espaço de cuidado essencial, mas precisa de investimentos contínuos, articulação intersetorial e vigilância política para que sua missão de promover saúde mental com liberdade, dignidade e justiça social não seja esvaziada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O presente estudo evidenciou que a Rede de Atenção Psicossocial da Paraíba constitui um importante arranjo institucional de cuidado em saúde mental, com ampla cobertura territorial, diversidade de dispositivos e expressiva capacidade de acolhimento à população em sofrimento psíquico. Os dados analisados revelam uma rede que, mesmo diante de limitações estruturais, orçamentárias e políticas, segue viva, operando com base nos princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira e na lógica do cuidado em liberdade.

Os resultados também apontam para desafios persistentes: a insuficiência de alguns dispositivos, como os Centros de Convivência e serviços de geração de renda; a fragilidade dos fluxos entre os pontos da rede; a rotatividade de profissionais; e o risco de retrocessos, diante de um cenário nacional que tem, por vezes, favorecido modelos hospitalocêntricos e comunidades terapêuticas em detrimento do cuidado comunitário e territorial.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer os avanços conquistados e o papel fundamental dos trabalhadores da saúde mental, cuja atuação ética e comprometida tem sido decisiva para manter a RAPS ativa e acolhedora. O engajamento dessas equipes deve ser apoiado por meio de investimentos em educação permanente, supervisão institucional, condições dignas de trabalho e fortalecimento da gestão participativa nos serviços.

Diante do exposto, reforça-se a urgência de ações que garantam o financiamento estável e contínuo da RAPS/PB, com especial atenção às habilitações ainda pendentes, à ampliação de dispositivos estratégicos e à consolidação dos espaços de matriciamento e intersetorialidade. A produção e análise periódica de dados, como a realizada no relatório de 2018.2, devem seguir sendo priorizadas como ferramentas de gestão, planejamento e defesa do SUS e da Reforma Psiquiátrica.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do SUS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS. **Diretrizes para organização dos serviços da RAPS**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Agenda de Ações Estratégicas para a Vigilância e Prevenção do Suicídio e Promoção da Saúde no Brasil**. Brasília: MS, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório do Monitoramento dos Serviços da Rede de Atenção Psicossocial da Paraíba – 2018.2**. João Pessoa: Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba, 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

FONSECA, R. M. G. S. *et al.* Rede de atenção psicossocial: análise dos desafios e perspectivas à luz da Reforma Psiquiátrica. **Saúde em Debate**, v. 46, n. spe3, p. 36-50, 2022. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E304>

LIMA, M. E. O. Saúde mental e interseccionalidades: o cuidado às mulheres negras na RAPS. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 100-118, 2017.

REIS, D. C. *et al.* Panorama da atuação de terapeutas ocupacionais na RAPS da Paraíba. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, **São Carlos**, v. 30, e3167, 2022. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO3167>

RÊGO, A. R. *et al.* Rede de atenção psicossocial: desafios e contradições do cuidado em liberdade no interior da Paraíba. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v. 6, n. 3, p. 686-702, 2022. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto19443>

SOUZA, N. R. **Gênero, raça e drogas: o cuidado a mulheres negras na RAPS**. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Cuidado em liberdade no SUS: a experiência da RAPS. Brasília: MS, 2018. p. 128-135.

SAÚDE MENTAL EM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS PARA O CUIDADO EM REDE

Eixo: Políticas Públicas Voltadas para a Saúde Mental.

Julia Rodrigues Sant'ana Prado

Graduanda em Enfermagem pela Universidade de São Paulo - EERP/USP, Ribeirão Preto SP

Carledúvia Cândido da Silva

Graduada em Enfermagem pela Faculdade Ieducare – FIED, Tianguá CE

Kariciene de Sousa Gomes

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Coroatá MA

Nayane Pereira Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Coroatá MA

Emelly Vitória Araújo Viana

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Aparício Carvalho – FIMCA, Porto Velho RO

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Resumo:

A saúde mental de populações em extrema vulnerabilidade social exige abordagens que superem modelos assistenciais tradicionais e priorizem a integralidade, a articulação em rede e o compromisso ético-político com os direitos humanos. No contexto das ruas, as dinâmicas de sofrimento psíquico se expressam de maneira complexa, entrelaçadas a processos de exclusão, invisibilidade institucional e descontinuidade do cuidado. A literatura revela que, mesmo diante da existência de dispositivos voltados à atenção psicossocial, persistem desafios significativos relacionados à fragmentação das ações, à escassez de práticas intersetoriais efetivas e à limitação do trabalho em equipe. O cuidado em saúde mental, nesses casos, demanda escuta sensível, construção de vínculo e reconhecimento das singularidades de sujeitos que, historicamente, foram colocados à margem das políticas públicas. Torna-se evidente a necessidade de um rearranjo das estratégias de atenção, com base em princípios da clínica ampliada, responsabilização compartilhada e territorialização do cuidado. Superar as barreiras de acesso e garantir intervenções qualificadas implica, sobretudo, em enfrentar os estigmas que atravessam essas existências, bem como fortalecer o papel articulador da atenção primária e das práticas de redução de danos. A análise dos achados aponta que a efetividade das redes de cuidado em saúde mental não está apenas na presença de serviços, mas na forma como esses dispositivos reconhecem, acolhem e se implicam nas trajetórias dos sujeitos.

Palavras-chave: Atenção psicossocial; Pessoas em situação de rua; Política de saúde; Saúde mental; Serviços de saúde comunitários.

Introdução:

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o conceito de saúde mental se dá por: “... estado de bem estar no qual o indivíduo percebe suas capacidades, lida com tensões normais da vida, trabalhando de forma produtiva e frutífera, contribuindo assim com a comunidade..”. No Brasil, estudos feitos pela Pesquisa Nacional em Saúde (PNS), apontam que, algo em torno de 20% da população brasileira manifesta sintomas de ansiedade ou depressão. Cerca de 18 milhões de brasileiros sofrem de transtornos mentais graves, a nível global 12% da população sofre de algum transtorno mental (Weber; Silva, 2025).

A Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), foi instituída pela lei nº 10.216/ 2001 e feita pelo Ministério da Saúde, consolidada pelo moldes de atenção integral à saúde mental, surge para proteger e defender os direitos humanos, tendo em vista a reabilitação psicossocial e reinserção dos indivíduos com sofrimento psíquico na sociedade (Brasil; Lacchini, 2021). A saúde mental no Brasil sofre de falhas, decorrentes da falta de políticas públicas, bem elaboradas e projetadas, para melhorar o acesso ao cuidado da população, apesar de possuir vários programas instituídos, apenas uma pequena parte da população recebe tratamento adequado (Weber; Silva, 2025).

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), instituída em 2009, retrata que, um grupo com características comuns de vulnerabilidade social e econômica, desorganização familiar, que utiliza espaços e áreas públicas sem condições e espaços adequados, são consideradas pessoas em situação de rua. Nos últimos anos houve um aumento significativo no número de pessoas em situação de rua, logo essas pessoas se encontram vulneráveis a diversos fatores, que causam impacto negativo na saúde mental e física, além de expor essas pessoas ao uso abusivo de álcool e drogas.

Entre a população em situação de rua, os transtornos mentais mais comuns são: ideação suicida, depressão e esquizofrenia (Vitorino; Vieira; Guimarães, 2024). A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) possui falhas estruturais, apesar da implantação de políticas que viabilizem o acesso garantido e equitativo, existem barreiras visíveis a serem transpostas pela equipe multidisciplinar (Gonçalves; Surjus, 2023). As equipes multiprofissionais que atuam nos Consultórios de Rua (CR) em conjunto com a Atenção Básica, encontram limitações que vão desde o despreparo profissional, às dificuldades de socializar com as pessoas em situação de rua.

Sendo a porta de entrada aos serviços de saúde para essa população, os CR elaboram projetos voltados aos cuidados desses indivíduos, desenvolvendo ações de educação em saúde, acompanhamento psicológico e vacinações (Borysow; Oda; Furtado, 2023). Tendo em vista a junção de programas em prol da população em situação de rua, este estudo foi guiado pela pergunta norteadora: Quais desafios são enfrentados para organizar e efetivar os cuidados em rede na saúde mental em pessoas em situação de rua? Buscou analisar na literatura evidências que corroboram com a nossa pesquisa.

Objetivo:

Analisar os desafios enfrentados para a organização e efetividade dos cuidados em rede na saúde mental de pessoas em situação de rua.

Materiais e métodos:

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de reunir produções científicas que abordam a saúde mental da população em situação de rua, considerando os desafios para o cuidado em rede. A busca foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando as bases de dados LILACS, BDNF, SciELO e PePSIC, por serem relevantes para as áreas da saúde coletiva, da psicologia e da enfermagem.

Foram utilizados os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), combinados por operadores booleanos: (“saúde mental”) AND (“situação de rua” OR “população em situação de rua” OR “sem-teto” OR “pessoa em situação de rua”) AND (“atenção psicossocial” OR “cuidado em rede” OR “rede de atenção psicossocial”).

Os critérios de inclusão foram: recorte temporal de 2014 a 2024, artigos disponíveis em texto completo, no idioma português, que abordassem diretamente a temática proposta, especialmente aqueles que discutem a articulação entre os serviços da RAPS e demais dispositivos de cuidado. Aplicaram-se os filtros “tipo de estudo” (revisão de literatura e estudo qualitativo) e “assunto principal” (saúde mental). Foram excluídos os artigos duplicados, com textos incompletos, que não tratassem diretamente da temática ou apresentassem metodologias incompatíveis com os objetivos da revisão, revisões sistemáticas também foram excluídas.

Após a aplicação dos filtros, foram encontrados 939 artigos. Após leitura dos títulos, resumos e aplicação dos critérios de elegibilidade, 7 artigos foram selecionados para compor a amostra final desta revisão.

Como se trata de uma revisão de literatura, este trabalho não envolveu seres humanos diretamente, sendo, portanto, isento de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados e discussão:

Os estudos de Araújo e Pupo (2023) e Araújo (2022) dialogam sobre o distanciamento dos serviços de saúde em relação aos indivíduos em situação de rua. Esses trabalhos destacam que as Unidades Básicas de Saúde (UBS), enquanto porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), estão concentradas, em sua maioria, em bairros periféricos, enquanto a População em Situação de Rua (PSR) se encontra predominantemente nas regiões centrais. Essa distribuição tem resultado na atuação das UBS como um meio secundário para essa população, devido à ausência de estratégias eficazes de rastreamento e busca ativa que contemplem suas necessidades específicas. A falta de profissionais para compor equipes de CR, impossibilita o reconhecimento dos cuidados a serem prestados, afetando assim as demandas para esse público.

As dificuldades descritas no estudo anterior se contrapõem ao estudo de (Van; Mângia, 2019), onde foram identificadas ações de atendimento local, construção de vínculo entre

profissionais e usuários, articulação de assistências básicas de saúde com diminuição dos danos, defesa aos direitos humanos e cidadania, mapeamento territorial e intervenções clínicas em contextos de sofrimento psíquico, abordagens que visam um atendimento centrado, seguindo as especificidades da PSR como horários e locais, conforme a dificuldade de locomoção deles a partir da visita profissional, além de contribuir para uma escuta qualificada e ativa multiprofissional, promovendo a integralidade do cuidado, respeitando singularidades e autonomia. Resultados frutos de projetos como os CR, Agentes na Rua e Saúde em Movimento nas Ruas em que os agentes comunitários da saúde desempenham papel chave na criação de vínculos e compreensão do território.

A ineficiência da RAPS com relação a saúde mental da PSR, não se restringe ao financiamento desqualificado e a negligência, indo além dos paradigmas com a limitação da assistência prestada, focando em dependências químicas, não priorizando as demandas psicossociais recorrentes, como depressão, transtornos esquizofrênicos, bipolaridade, traumas decorrentes da violência aos quais estão expostos, principalmente em mulheres, contribuindo para a desassitibilidade do Núcleo de Violência da Secretaria Municipal de Saúde e os Centro de Atenção Psicossociais (CAPS) infantojuvenil e adulto (Araújo; Pupo, 2023).

A fragilidade da rede com estruturas deficientes, devido à escassez de atendimentos noturnos, recursos humanos e físicos para o cuidado, como também uma institucionalização de serviços pouco definidos, ainda são barreiras frequentemente identificadas contradizendo os discursos que afirmam promover autonomia e cidadania, mas que agem de modo assistencialista, autoritário e impositivo diante do cuidado, impondo assim seus valores e descartando as trajetórias e desejos da PSR Van; Mângia, 2019).

Em complemento ao discorrido, há os impactos gerados aos profissionais, com relatos de sofrimento emocional e sobrecarga, resultantes do contato direto com as vulnerabilidades, desamparo institucional e a falha no manejo da resolutividade dos casos e seus limites, havendo o risco de internações compulsórias de usuários, o que revela a necessidade de uma atenção de fato efetiva e integrada às singularidades da PSR (Van; Mângia, 2019).

Paiva e Guimarães (2021), relatam em seu trabalho a estigmatização referente à PSR, o que desafia o cuidado da rede, por tornar ingênuo o cidadão, ao invés de promover sua autonomia, o estudo também relata a desestruturação e falta de articulação da RAPS, em manter a integralidade dos fluxos e serviços que não se conectam, o que decorre da falta de gerenciamento e no excesso de burocracia. A falta de fluidez, organização e referência são entraves para a efetividade dos cuidados em rede, bem como a luta diária das equipes em atender os usuários sem os materiais necessários, não adesão do público alvo e falta de apoio das instituições.

Grande parte da população em situação de rua é formada por homens com idade média de 34,93 anos, o estudo feito por Patrício *et al.*, 2019, sobre os transtornos mentais mais comuns elencou as principais causas, salientando o auxílio enfraquecido em países subdesenvolvidos, onde não possuem serviços sociais adequados para disponibilizar aos mesmos. Os entraves sociais advindos dos rótulos a eles impostos, aos poucos criam uma autodepreciação de sua imagem, o que favorece e evidencia os tabus, acarretando em sofrimento mental e segregação social, afetando diretamente na assistência em saúde prestada Brito e Silva, (2022). O preconceito e o descrédito que é atrelado às PSR impactam na invisibilidade e privações, que acarreta em afetos negativos, fragilizando o convívio, a autonomia e a autoconfiança, provocando um distanciamento a quem oferece ajuda Júnior; Santos e Filho, (2024).

Considerações Finais:

Com base nos resultados e discussões apresentados, é possível afirmar que os objetivos propostos neste estudo foram plenamente alcançados. A análise revelou que os cuidados em rede voltados à saúde mental da população em situação de rua enfrentam obstáculos estruturais, institucionais e sociais que comprometem sua efetividade e organização.

As dificuldades na articulação dos serviços, a ausência de ações territorializadas contínuas e a escassez de recursos humanos e materiais evidenciam um cenário em que o cuidado ainda é fragmentado e, por vezes, incompatível com as necessidades e singularidades desse grupo. A pesquisa demonstrou que, embora existam iniciativas exitosas voltadas para o fortalecimento do vínculo, da escuta qualificada e do respeito à autonomia, essas práticas ainda são exceções dentro de uma rede marcada por contradições, burocracias e estigmas.

Ficou evidente que a RAPS, apesar de seu propósito integrador, não tem conseguido garantir de forma plena o acesso, a continuidade e a resolutividade do cuidado para essa população, revelando uma lacuna entre o discurso e a prática institucional. Além disso, as vivências dos profissionais de saúde também indicam a necessidade de suporte emocional, formação contínua e melhores condições de trabalho para lidar com as complexidades que envolvem o cuidado em saúde mental na rua.

Dessa forma, conclui-se que, os desafios enfrentados para a organização e efetividade dos cuidados em rede na saúde mental de pessoas em situação de rua, estão profundamente enraizados em fatores que exigem transformações políticas, administrativas e culturais. É urgente um olhar mais sensível, comprometido e intersetorial que valorize a escuta, a territorialidade e a dignidade humana, como pilares fundamentais para a construção de uma atenção verdadeiramente integral e justa.

Referências:

- ARAÚJO, Isabela Dias Mendonça de. Articulação intersetorial entre a atenção psicossocial e o Sistema Único de Assistência Social: o cuidado ofertado à população em situação de rua em Franco da Rocha/SP [Monografia]. São Paulo: **Instituto de Saúde**, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, 2022.
- ARAÚJO, Isabela Dias Mendonça de; PUPO, Ligia Rivero. Articulação intersetorial entre a Atenção Psicossocial e o Sistema Único de Assistência Social: o cuidado ofertado à população em situação de rua em Franco da Rocha/SP. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 149–156, 2023. Disponível em: https://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/bis/2023/bis_v24n1_artigo14.pdf. Acesso em: 8 julho, 2025.
- BRASIL, Dayane Degner Ribeiro; LACCHINI, Annie Jeanninne Bisso. Reforma Psiquiátrica Brasileira: dos seus antecedentes aos dias atuais. **Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, Curitiba, Brasil, v. 10, n. 1, p. 14–32, 2021. Disponível em: <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/343>. Acesso em: 3 jun. 2025.
- BRITO, Cláudia; SILVA, Lenir Nascimento da. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 151-160, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022271.19662021.
- BORYSOW, Igor; ODA, Wagner; FURTADO, Juarez. Avaliação da implantação do Consultório na Rua: um estudo de caso. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. 2023. 33 <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333042>
- ESMERALDO, Andréa Ferreira Lima; XIMENES, Verônica Moraes. Mulheres em situação de rua: implicações psicossociais de estigmas e preconceitos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 42, e235503, 2022. DOI: 10.1590/1982-3703003235503.
- GONÇALVES, Hellen Matos; SILVA SURJUS, Luciana Togni de Lima e. Sofrimento psíquico de pessoas em situação de rua: cotidiano de quem sofre e estratégias para o cuidado: Psychological suffering of homeless people: daily life of those who suffer and strategies for care. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**, [S. l.], v. 7, n. 4, 2023. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto58577. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/58577>. Acesso em: 3 jun. 2025.
- LEITE JUNIOR, Nilson de Jesus Oliveira et al. População em situação de rua e saúde mental: uma análise psicossocial da vida nas ruas. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 109-117, 2023.
- PAIVA, Irismar Karla Sarmiento de; GUIMARÃES, Jacileide. População em situação de rua e Rede de Atenção Psicossocial: na corda bamba do cuidado. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, e320408, 2022. DOI: 10.1590/S0103-73312022320408.
- PATRÍCIO, Anna Cláudia Freire de Araújo et al. Transtornos mentais comuns e resiliência de pessoas em situação de rua. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 72, n. 6, p. 1603-1610, 2019. DOI: 10.1590/0034-7167-2018-0541.

VAN WIJK, Livia Bustamante; MÂNGIA, Elisabete Ferreira. Atenção psicossocial e o cuidado em saúde à população em situação de rua: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 3357-3366, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018249.29872017.

VITORINO, Luciano Magalhães; VIEIRA, Regis Rodrigues; GUIMARÃES, Mário Vicente Campos. Prevalência de transtornos psiquiátricos de pessoas em situação de rua em um grande centro urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 46, p. 3697, 2024. DOI: 10.5712/rbmfc19(46)3697. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3697>. Acesso em: 3 jun. 2025.

WEBER, César Augusto Trinta; DA SILVA, Antônio Geraldo. Saúde mental no Brasil: desafios para as políticas públicas e legislação. **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1–11, 2025. DOI: 10.25118/2763-9037.2025.v15.1409. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/1409>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ZACARIAS, Valesca Gonçalves. Articulação intersetorial entre RAPS e SUAS: análise de caso em contexto urbano vulnerável. 2014. 175 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, São Paulo, 2014.

REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL MEDIADA PELA ARTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM USUÁRIOS DE UM CAPS

Eixo: Políticas Públicas voltadas para a Saúde Mental

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Resumo: Este relato descreve a experiência do projeto “Loucos Varridos por Dignidade”, desenvolvido no CAPS I de Barra de Santa Rosa/PB, com o objetivo de promover o protagonismo e a valorização da subjetividade de usuários em sofrimento psíquico, por meio da realização de oficinas de pintura. A iniciativa foi financiada por edital do Ministério da Saúde, destinando R\$ 15.000,00 para custear materiais artísticos, oficinairos e infraestrutura. Ao longo de três meses, foram realizadas atividades semanais, com a participação direta de 35 usuários, majoritariamente do sexo feminino. A metodologia adotada integrou rodas de conversa, livre expressão artística e acompanhamento multiprofissional, criando um espaço de escuta, acolhimento e ressignificação do sofrimento. Os resultados apontaram avanços significativos na autoestima dos participantes, no fortalecimento dos vínculos com o serviço e na percepção de si como sujeitos criativos e capazes. A culminância do projeto foi a realização de uma exposição aberta à comunidade, ampliando o reconhecimento social dos usuários. Contudo, a baixa participação familiar e a ausência de estratégias permanentes de financiamento e institucionalização das oficinas foram limitações observadas. A experiência reafirma o papel do CAPS como espaço de cuidado em liberdade e aponta a arte como ferramenta potente de reabilitação psicossocial. Sugere-se a continuidade e expansão de iniciativas semelhantes, bem como o desenvolvimento de políticas que assegurem sua sustentabilidade e articulação com a rede de atenção psicossocial.

Palavras-chave: Arte Terapia; Reabilitação Psicossocial; Saúde Mental.

Introdução:

A trajetória da atenção psicossocial no Brasil é marcada por um processo histórico de resistência, luta e transformação. A Reforma Psiquiátrica brasileira, impulsionada na década de 1980 por movimentos sociais, profissionais de saúde e familiares de usuários, visou romper com o modelo asilar, centrado no isolamento, na medicalização excessiva e na exclusão social de pessoas com transtornos mentais (Amarante, 2007). Esse movimento culminou na promulgação da Lei nº 10.216/2001, que consolidou os princípios de cuidado em liberdade, respeito aos direitos humanos e reintegração social dos sujeitos em sofrimento psíquico (Brasil, 2001).

Nesse contexto, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) emergem como dispositivos fundamentais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), oferecendo atenção diária, multiprofissional, baseada na construção de vínculos, na escuta qualificada e na promoção da autonomia dos usuários (Brasil, 2002). O CAPS I de Barra de Santa Rosa/PB, onde se desenvolveu o presente projeto, tem se posicionado como espaço ativo na efetivação dessas diretrizes, especialmente ao promover ações que valorizam a singularidade, a criatividade e a participação dos usuários em seus próprios processos de cuidado.

O projeto “Loucos Varridos por Dignidade”, que será descrito neste relato de experiência,

representa uma iniciativa concreta de operacionalização dos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Política Nacional de Saúde Mental. Financiado por edital do Ministério da Saúde, com repasse de R\$ 15.000,00, o projeto teve como objetivo central fomentar o protagonismo dos usuários e de seus familiares, por meio da realização de oficinas de pintura com abordagem terapêutica e expressiva. A proposta foi pensada como um espaço de acolhimento, expressão simbólica, fortalecimento da autoestima e (re)construção de vínculos entre os sujeitos e com o território.

A arte, especialmente a pintura, tem sido amplamente utilizada como instrumento terapêutico nos serviços substitutivos, por possibilitar a elaboração de vivências, a externalização de sentimentos e a afirmação da subjetividade de cada usuário (Coqueiro; Vieira; Freitas, 2023). Segundo Oliveira e Peres (2021), a expressão artística no contexto da saúde mental permite a ressignificação do sofrimento, favorecendo a construção de narrativas que escapam ao estigma e à medicalização. No caso das oficinas realizadas no projeto, foi possível observar usuários que, antes retraídos, passaram a compartilhar suas histórias por meio das cores e formas, revelando aspectos de sua identidade até então silenciados.

Entretanto, nem todos os desafios foram superados. A relação com as famílias permaneceu limitada, sendo marcada por uma postura de observação distante, sem um envolvimento mais ativo nas atividades propostas. Essa constatação dialoga com a literatura que aponta para a dificuldade de integrar as famílias nos processos de reabilitação psicossocial, seja por estigma, sobrecarga emocional ou falta de compreensão sobre o papel transformador do cuidado em liberdade (Mohr *et al.*, 2023). Mesmo com os convites e ações voltadas à participação familiar, percebeu-se que muitos familiares ainda enxergam o CAPS como “local de tratamento do outro”, e não como um espaço de construção coletiva do cuidado.

O título do projeto — “Loucos Varridos por Dignidade” — carrega intencionalmente uma provocação. Ao ressignificar o termo “louco”, tradicionalmente associado ao desprezo e à exclusão, e relacioná-lo à busca por dignidade, a proposta escancara as contradições de uma sociedade que ainda segrega, mesmo diante dos avanços legais e normativos. A escolha do título partiu dos próprios usuários, num gesto de afirmação identitária e política, como quem diz: “Sim, somos rotulados como loucos, mas exigimos respeito, espaço e escuta”. Essa dimensão simbólica do projeto revelou-se essencial para o fortalecimento do protagonismo, elemento central no campo da saúde mental coletiva.

A experiência relatada aqui busca contribuir com o debate sobre as práticas de cuidado que vão além do prescritivo, do biomédico e do centrado no diagnóstico. Ela aponta para a potência dos serviços de saúde mental quando há espaço para o sensível, o expressivo e o compartilhado. Retomar o lugar do sujeito — com suas dores, mas também com seus desejos, potências e saberes

— é um ato profundamente político em tempos de retrocessos nas políticas públicas e ameaças à Reforma Psiquiátrica.

Dessa forma, este relato se justifica não apenas como documentação de uma ação bem-sucedida, mas como dispositivo de resistência e inspiração. Ele reafirma a necessidade de políticas de financiamento que incentivem a criatividade e a autonomia dos usuários, bem como a importância de serviços que não apenas tratem, mas escutem, acolham e mobilizem a vida.

Objetivo:

Este relato tem como objetivo apresentar a experiência vivenciada no âmbito do projeto “Loucos Varridos por Dignidade”, destacando suas metodologias, resultados e desafios, com ênfase no uso da arte como ferramenta de cuidado em liberdade no contexto da saúde mental.

Materiais e métodos:

O Projeto “Loucos Varridos por Dignidade” foi desenvolvido no CAPS I do município de Barra de Santa Rosa/PB e financiado pelo Ministério da Saúde por meio de edital específico para incentivo a ações que promovessem o protagonismo de usuários e familiares. O recurso de R\$ 15.000,00 foi integralmente utilizado na aquisição de materiais artísticos, contratação de oficinairo e estruturação logística para a realização de oficinas de pintura com abordagem terapêutica e inclusiva.

A metodologia adotada teve como base os princípios da reabilitação psicossocial e da arte como instrumento de cuidado em liberdade. As oficinas aconteceram semanalmente, ao longo de três meses, conduzidas por um artista visual com experiência em educação popular, e acompanhadas por membros da equipe do serviço.

Cada encontro foi estruturado em dois momentos: rodas de conversa, nas quais os participantes compartilhavam sentimentos e ideias, seguidas da prática artística, orientada pela livre expressão. Os temas das pinturas surgiam a partir dessas rodas e não havia imposição de técnica ou forma, o que possibilitou uma produção criativa e subjetiva, respeitando os tempos e histórias de cada usuário.

Durante a execução do projeto, 35 usuários participaram ativamente das oficinas, sendo 22 mulheres e 13 homens. Essa expressiva participação feminina pode ser interpretada sob diferentes óticas: de um lado, evidencia o interesse das mulheres por espaços de cuidado coletivo; de outro, também pode apontar para uma maior adesão delas aos serviços da RAPS, como já observado em outros estudos (Rangel; Castro, 2025). A participação de familiares foi pontual, com presença esporádica em alguns encontros, especialmente nas etapas finais, a convite dos próprios usuários.

Os quadros pintados foram expostos no rol de entrada do auditório onde aconteceu o I Fórum de Saúde Mental do município.

Resultados e discussão:

A experiência gerou efeitos expressivos na autoestima e no senso de pertencimento dos participantes. Muitos usuários relataram, pela primeira vez, sentirem-se capazes de produzir algo “bonito e valioso”. Usuários que inicialmente apresentavam resistência às atividades foram, aos poucos, se integrando ao grupo e demonstrando mudanças no comportamento e no vínculo com o serviço. A socialização entre os participantes se intensificou, e o ambiente do CAPS tornou-se mais afetivo e colaborativo durante a execução do projeto. Essa mudança dialoga com estudos que apontam o uso da arte como mediador no processo de subjetivação e cuidado (Oliveira; Peres, 2021).

Apesar dos avanços na autonomia e no protagonismo dos usuários, a baixa participação familiar se manteve como um desafio. A maior parte dos familiares permaneceu distante, não reconhecendo a importância do seu envolvimento no processo terapêutico. Tal fato reforça o que já é apontado na literatura: a persistência do estigma e a crença de que o CAPS é espaço exclusivo para “tratamento do outro” (Maia *et al*, 2016).

Outro ponto de limitação foi a ausência de continuidade garantida para o projeto, uma vez que não há políticas permanentes de financiamento para esse tipo de iniciativa. A experiência mostrou que ações pontuais, mesmo quando bem-sucedidas, carecem de sustentação estrutural e política para que se consolidem como práticas regulares de cuidado.

Mesmo diante dessas dificuldades, o projeto reafirmou o papel central do CAPS como espaço de acolhimento e reinvenção do cuidado em saúde mental. A aposta na criatividade, na escuta e no vínculo demonstrou-se potente para (re)posicionar os sujeitos em seus territórios e para fortalecer práticas de cuidado menos medicalizadas e mais horizontais.

Considerações Finais:

A experiência desenvolvida no CAPS I de Barra de Santa Rosa/PB por meio do projeto “Loucos Varridos por Dignidade” reafirma o potencial transformador das práticas de cuidado baseadas na escuta, na expressão e na valorização da subjetividade. A realização de oficinas de pintura com usuários em sofrimento psíquico revelou-se uma estratégia potente de reabilitação psicossocial, permitindo que esses sujeitos pudessem não apenas expressar seus sentimentos, mas também construir novas narrativas sobre si, exercendo protagonismo e resgatando sua autoestima. Os relatos coletivos e individuais ao longo do projeto evidenciaram o impacto positivo da arte no cotidiano dos usuários do CAPS, contribuindo para o fortalecimento de vínculos, a resignificação

do sofrimento e a ampliação da noção de cuidado.

Ainda que os resultados tenham sido significativos, especialmente no que se refere ao envolvimento dos participantes e à mobilização afetiva e simbólica promovida pelas oficinas, a experiência também escancarou limites importantes. A participação dos familiares foi reduzida, o que aponta para a persistência do estigma e da visão de que o cuidado em saúde mental é responsabilidade exclusiva do serviço ou do profissional. Além disso, a ausência de políticas de financiamento continuado para esse tipo de ação, bem como a limitação dos instrumentos de registro institucional que valorizem práticas expressivas e coletivas, indicam a necessidade de avanços na gestão da RAPS e na formulação de políticas públicas comprometidas com a integralidade do cuidado.

O projeto mostrou que é possível, mesmo com recursos modestos, construir experiências potentes de cuidado, desde que se aposte na escuta qualificada, na criatividade e na valorização da autonomia dos sujeitos. As oficinas transformaram-se em um espaço de produção de sentido, rompendo com a lógica do tratamento centrado na medicalização e na heteronomia. Mais do que colorir telas, os participantes coloriram sua própria trajetória, reafirmando seu lugar no mundo e sua capacidade de criar, conviver e resistir.

Como encaminhamento, torna-se imprescindível refletir sobre formas de garantir a continuidade de ações desse tipo, tanto por meio de políticas públicas permanentes quanto por estratégias locais de gestão do cuidado. Sugerem-se ainda novos estudos que investiguem os efeitos de práticas expressivas no campo da saúde mental, que avaliem o impacto da arte na construção de autonomia, e que explorem caminhos para o fortalecimento da participação familiar no processo terapêutico. Também é recomendável que pesquisas futuras se debrucem sobre a sistematização de indicadores para avaliação de práticas não medicalizantes e comunitárias no contexto da RAPS, de modo a fortalecer sua legitimidade e ampliar sua replicabilidade.

O projeto “Loucos Varridos por Dignidade” representou, portanto, uma experiência singular e significativa, que contribuiu para ampliar o escopo do cuidado oferecido no CAPS e reforçar o papel da arte como instrumento de saúde, cidadania e resistência. Em tempos de ameaças aos direitos conquistados no campo da saúde mental, iniciativas como essa reafirmam que a dignidade e o protagonismo das pessoas em sofrimento psíquico não são favores, mas conquistas que precisam ser protegidas, reconhecidas e ampliadas.

Referências:

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. Disponível em: <https://taymarillack.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/09/212474750-amarante-p-saude-mental-e-atencao-psicossocial.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2001. Disponível em: <https://hpm.org.br/wp-content/uploads/2014/09/lei-no-10.216-de-6-de-abril-de-2001.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002. Estabelece critérios para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 fev. 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

COQUEIRO, N.F.; VIEIRA, F.R.R.; FREITAS, M.M.C. Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 23, n. 6, p. 859-862, 2010. DOI: 10.1590/S0103-21002010000600022.

MAIA, C. A. A.; OLIVEIRA, K. K. D.; RANGEL, C. T.; PESSOA JÚNIOR, J. M.; FERNANDES, R. L.; MIRANDA, F. A. N. Aspectos contextuais da participação da família nos Centros de Atenção Psicossocial. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 10, n. 4, p. 3676–3681, 2016. DOI: 10.5205/1981-8963-v10i4a11143p3676-3681-2016

OLIVEIRA, A. L. M; PERES, R. S. Oficinas Terapêuticas e Cuidado Psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41 (n.spe 4), e204609, 1-12, 2021. DOI: 10.1590/1982-3703003204609

MOHR, K., LAVALL, E., VIAN, A. C. W., LOHMANN, P. M., MEDEIROS, C. R. G., SILVA, F. M. DA, & MENEGALLI, V. Inserção e cuidado à família no centro de atenção psicossocial. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 13, n. 85, 12522–12535, 2023. DOI:10.36489/saudecoletiva.2023v13i85p12522-12535

RANGEL, S.P.A; CASTRO, A.M. Saúde mental: onde se colocam as questões de gênero? Os papéis das mulheres cisgêneras. **Saúde em Debate [online]**. v. 47, spe 1, 2025. DOI:10.1590/2358-28982023E19048I>.

SOFRIMENTO MENTAL EM ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Eixo: Políticas Públicas Voltadas para a Saúde Mental

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Resumo: Esta revisão integrativa tem como objetivo analisar a literatura científica sobre o sofrimento mental entre estudantes de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado). Foram realizadas buscas nas bases SciELO, LILACS e PubMed, utilizando descritores relacionados à saúde mental, sofrimento psíquico e pós-graduação. Os estudos selecionados apontam altas taxas de prevalência de ansiedade, depressão, exaustão emocional e ideação suicida entre esses estudantes. Entre os principais fatores desencadeadores do sofrimento destacam-se: sobrecarga acadêmica, incertezas quanto ao futuro profissional, precarização das condições de trabalho e conflitos na relação orientador-orientando. O ambiente acadêmico, permeado por uma lógica produtivista, competitivo e por vezes excludente, constitui-se como um determinante estrutural do sofrimento psíquico. A revisão evidencia a escassez de políticas de cuidado sistemáticas e a invisibilidade do sofrimento vivido por estudantes pertencentes a grupos minorizados. Conclui-se que o enfrentamento do sofrimento mental na pós-graduação demanda transformações institucionais profundas, com a promoção de políticas de saúde mental e a valorização de uma cultura do cuidado no espaço acadêmico.

Palavras-chave: Ambiente Acadêmico; Pós-graduação; Saúde mental; Sofrimento Psíquico.

Introdução:

O ingresso na pós-graduação costuma ser marcado por um momento de expectativas quanto ao crescimento intelectual e à consolidação profissional. No entanto, ao longo da trajetória acadêmica, muitos estudantes enfrentam condições adversas que culminam em sofrimento psíquico, esgotamento emocional, ansiedade e até quadros depressivos. A literatura tem apontado para a prevalência crescente de transtornos mentais comuns nesse grupo, sinalizando uma crise silenciosa nos bastidores da produção científica (Café, 2025).

Diferente da graduação, a pós-graduação envolve um modelo de formação mais individualizado e autônomo, em que o estudante assume responsabilidades de pesquisa, ensino e, muitas vezes, de atuação profissional paralela. Esse acúmulo de funções, aliado à instabilidade financeira, à cobrança por resultados e à relação hierárquica com orientadores, pode contribuir para a intensificação de estados de sofrimento mental (Barros; Vieira; Lima, 2021).

Além dos fatores estruturais, os determinantes subjetivos e contextuais também influenciam a experiência dos pós-graduandos. A solidão acadêmica, a competitividade excessiva entre pares, a pressão por publicações em periódicos de alto impacto e a cobrança por produtividade contribuem para um ambiente psicologicamente hostil. Estudos apontam que a ausência de apoio institucional e a escassez de políticas públicas voltadas à saúde mental no ensino superior agravam esse cenário (Leão; Goto; Aurea, 2025).

Glatz *et al.* (2023) apontam que sintomas como ansiedade e estresse são amplamente recorrentes entre pós-graduandos, revelando um padrão quase universal nesse grupo. O estudo destaca fatores como o produtivismo acadêmico e as altas exigências como principais causadores do sofrimento psíquico. Além disso, identifica sentimentos ambíguos entre os estudantes, que vivenciam simultaneamente entusiasmo e frustração. Essa contradição expõe a complexidade da pós-graduação, ambiente que pode tanto estimular o crescimento pessoal quanto intensificar o adoecimento mental, exigindo atenção institucional e políticas de cuidado.

Diante desse panorama, é urgente discutir o papel das instituições de ensino e pesquisa na promoção da saúde mental, não apenas como resposta emergencial a casos extremos, mas como parte estruturante de uma política de cuidado contínuo. Estratégias como acolhimento psicológico, acompanhamento pedagógico, revisão de modelos avaliativos e promoção de uma cultura acadêmica mais saudável têm sido sugeridas como caminhos possíveis para a transformação do ambiente universitário (Gomes *et al.*, 2023).

Objetivo:

O presente estudo propõe-se a mapear e analisar a produção científica recente sobre o sofrimento mental de estudantes de pós-graduação.

Materiais e métodos:

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que seguiu seis etapas metodológicas: 1) formulação da questão de pesquisa; 2) definição dos critérios de inclusão e exclusão; 3) busca nas bases de dados; 4) seleção dos estudos; 5) análise e extração dos dados; e 6) apresentação e discussão dos resultados.

A presente revisão foi orientada pela seguinte pergunta norteadora: quais fatores têm sido associados ao sofrimento mental de estudantes de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) na literatura científica recente? Para responder a essa questão, foram incluídos estudos publicados entre os anos de 2020 e 2025, com o objetivo de captar o panorama atual. Os critérios de inclusão abrangeram publicações disponíveis na íntegra, de acesso gratuito, redigidas em português, inglês ou espanhol, que tratassem especificamente do sofrimento mental, sofrimento psíquico ou saúde mental de estudantes de mestrado e doutorado, independentemente da área do conhecimento, desde que publicadas em periódicos científicos com revisão por pares.

Foram excluídos os estudos que abordavam exclusivamente a graduação ou a pós-graduação *lato sensu*, bem como relatos de experiência, editoriais, resumos de eventos, dissertações, teses e revisões sem metodologia explicitada.

A busca foi realizada nas bases de dados: SciELO, LILACS (via BVS), PubMed, Google

Scholar e no Portal de Periódicos da CAPES. A pesquisa ocorreu entre os meses de maio e junho de 2025, utilizando combinações de descritores controlados e palavras-chave livres. Os principais termos utilizados foram: Em português: “sofrimento mental”, “sofrimento psíquico”, “saúde mental”, “transtornos mentais”, “pós-graduação”, “mestrandos”, “doutorandos”, “estudantes de pós-graduação”. Em inglês: “mental health”, “psychological distress”, “graduate students”, “postgraduate education”, “master’s students”, “doctoral students”. Em espanhol: “salud mental”, “sufrimiento psíquico”, “posgrado”, “estudiantes de posgrado”. As combinações utilizaram operadores booleanos (AND, OR) para refinar os resultados. Exemplo de combinação em português: ("sofrimento mental" OR "saúde mental") AND ("estudantes de pós-graduação" OR "mestrandos" OR "doutorandos").

Os resultados foram inicialmente analisados por meio da leitura dos títulos e resumos, a fim de verificar sua adequação aos critérios estabelecidos. Os estudos selecionados nessa triagem inicial foram então lidos na íntegra para confirmação de sua inclusão. Para cada estudo incluído, foram extraídas informações como: autor(es), ano de publicação, país de origem, objetivo, tipo de estudo, população investigada, principais resultados e conclusões.

Resultados e discussão:

A análise dos estudos incluídos nesta revisão integrativa revelou um panorama alarmante quanto à saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil e em outros contextos. Diversas pesquisas apontam que o sofrimento mental nessa população tem se tornado recorrente, multifatorial e muitas vezes invisibilizado pelas instituições acadêmicas.

Estudos apontam que a prevalência de sintomas como ansiedade, depressão, estresse e exaustão emocional é elevada entre mestrandos e doutorandos. Uma meta-análise publicada em 2023 na base PubMed revelou que aproximadamente 34,8% dos pós-graduandos apresentam sintomas de ansiedade, com um aumento significativo no período pós-pandemia, saltando de 24,8% para 34,3% (Chi *et al.*, 2023). Já a pesquisa de Graner e Cerqueira (2019), ao analisar uma amostra nacional de estudantes universitários, apontou que 58% relataram sintomas de ansiedade, 45% referiram sensação de desânimo frequente e 32% sofreram com insônia; além disso, 4% apresentaram ideação suicida. Embora o estudo não tenha sido limitado à pós-graduação, os dados oferecem indícios de que os efeitos do sofrimento psíquico se estendem para além do ensino de graduação.

Quanto aos fatores associados a esse sofrimento, os estudos revisados evidenciaram que há uma intersecção entre elementos de ordem institucional, interpessoal e subjetiva. Segundo Graner e Cerqueira (2019), os principais estressores identificados em sua revisão sistemática foram a sobrecarga de tarefas acadêmicas, a pressão constante por produtividade, os conflitos com

orientadores e a insegurança quanto ao futuro profissional.

Nesse sentido, o modelo produtivista que rege a lógica acadêmica aparece como um dos principais fomentadores de sofrimento. Pereira e Moreira (2021), em revisão narrativa, discutem como o culto à produtividade, a competitividade e a cobrança por desempenho se associam ao isolamento, à solidão e à perda de sentido em relação ao projeto de formação. Esses autores alertam para a naturalização do sofrimento mental no ambiente acadêmico, o qual é muitas vezes compreendido como inerente à formação científica e tratado como um “preço a se pagar” para quem deseja seguir carreira na pesquisa.

A relação entre orientador e orientando, por sua vez, surge como um elemento ambíguo. Quando positiva, pode funcionar como um fator protetivo e de suporte emocional. No entanto, a maioria dos estudos revisados aponta que a relação é frequentemente marcada por assimetrias de poder, ausência de escuta e falhas na mediação de conflitos. Pereira e Moreira (2021) destacam que a falta de preparo dos orientadores para lidar com aspectos subjetivos da formação, bem como a ausência de canais institucionais para acolhimento das queixas, reforça o sentimento de abandono, o medo de retaliação e a solidão acadêmica.

A revisão também evidenciou que o sofrimento mental na pós-graduação não é homogêneo: ele se expressa de forma distinta a depender de marcadores sociais como gênero, raça, orientação sexual e classe. Embora nem todos os estudos abordem de forma aprofundada essas interseccionalidades, é possível afirmar que estudantes pertencentes a grupos historicamente minorizados enfrentam obstáculos adicionais, como o racismo institucional, a LGBTQIA+fobia e o sexismo, que se somam aos desafios estruturais da pós-graduação. Dessa forma, a invisibilização dessas experiências contribui para o silenciamento e para a negligência das singularidades no planejamento de ações institucionais de cuidado.

Por fim, a revisão reforça que o sofrimento mental dos pós-graduandos não é uma questão individual, mas sim social, institucional e política. É necessário reconhecer a centralidade do cuidado na formação científica, repensando a forma como se organizam os programas de pós-graduação, as exigências curriculares, os critérios de avaliação e, sobretudo, as relações interpessoais que compõem o cotidiano acadêmico. O enfrentamento do sofrimento mental exige, portanto, uma transformação das condições de produção do conhecimento, das estruturas de poder e da cultura institucional que ainda naturaliza o adoecimento como parte do percurso formativo.

Considerações Finais:

O presente estudo, por meio de uma revisão integrativa da literatura, permitiu evidenciar que o sofrimento mental entre estudantes de pós-graduação stricto sensu é um fenômeno crescente, multifacetado e atravessado por dinâmicas institucionais, políticas e subjetivas. Os dados analisados

apontam para a prevalência significativa de sintomas como ansiedade, depressão, estresse crônico, esgotamento emocional e ideação suicida, muitas vezes associados à lógica produtivista da academia, à sobrecarga de tarefas e às relações interpessoais marcadas por assimetrias de poder.

Verificou-se que a estrutura da pós-graduação, especialmente no Brasil, está assentada em exigências que nem sempre consideram os limites humanos, o cuidado com a saúde mental e o bem-estar dos estudantes. Elementos como a instabilidade financeira, a insegurança profissional, a pressão por produtividade e a relação com orientadores – quando permeada por negligência ou autoritarismo – atuam como gatilhos para o sofrimento psíquico. Tais condições não devem ser compreendidas como experiências individuais isoladas, mas como expressões de um modelo acadêmico que ainda valoriza o desempenho em detrimento da saúde.

Outro ponto importante diz respeito à invisibilização das particularidades e desigualdades que atravessam essa vivência. Estudantes negros, indígenas, LGBTQIA+, com deficiência, mulheres e aqueles de classes populares vivenciam o sofrimento mental de forma intensificada, por estarem inseridos em uma estrutura acadêmica predominantemente branca, elitista e excludente. A ausência de suporte institucional específico para esses grupos contribui para o aprofundamento da marginalização e do adoecimento.

Apesar da gravidade do cenário identificado, as respostas institucionais ainda são pontuais, fragmentadas e, muitas vezes, reativas. Poucos programas de pós-graduação possuem políticas claras de acolhimento, canais de escuta estruturados, suporte psicossocial contínuo ou ações preventivas voltadas à promoção da saúde mental. Isso revela um hiato entre o reconhecimento do problema e a efetivação de práticas de cuidado dentro das universidades.

Conclui-se, assim, que o enfrentamento do sofrimento mental na pós-graduação exige mudanças estruturais, intersetoriais e culturais, que coloquem o cuidado no centro da formação acadêmica e científica. Apenas por meio dessa transformação será possível garantir que a pós-graduação seja um espaço de produção de conhecimento, mas também de preservação da saúde, da dignidade e da vida de quem a constrói.

Referências:

ARAÚJO, M.A. et al. A saúde mental de mulheres negras na pós-graduação: desafios e resistências. **Revista Feminismos**, v. 8, n. 2, p. 112-130, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/12944>.

BARROS, T.A e al. O sofrimento psíquico na pós-graduação: entre a exigência e o silêncio institucional. **Revista Brasileira de Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 23-34, 2021. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v25-n2-barros-peixoto/1468>. Acesso em 20 de junho de 2025.

CAFÉ, A. L.P. Reflexões sobre o adoecimento mental de estudantes da pós-graduação stricto sensu

no Brasil: principais causas e sintomatologia mais frequentes. **Temática**, vol. 21, n. 3, março 2025. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8931.2025v21n3.73048.

CHI, T et al. Global prevalence and trend of anxiety among graduate students: A systematic review and meta-analysis. **Brain Behav**, v. 13, n. 4, 2023. DOI: 10.1002/brb3.2909

GLATZ, E.T.M.M et al. A saúde mental e o sofrimento psíquico de pós-graduandos: uma revisão de literatura em teses e dissertações. **Revista Educar Mais**, Pelotas, RS, v. 6, p. 255-272, 2022. DOI: 10.15536/reducarmais.6.2022.2719

GRANER, K. M; CERQUEIRA, A. T. DE A. R. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1327–1346, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018244.09692017

LEÃO, T.M; GOTO, C.S.I; AUREA, M.Z. Sofrimento psíquico na universidade e o campo da Saúde Mental Coletiva: uma revisão integrativa de 46 anos. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 30, n. 04, 2025. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/sofrimento-psiquico-na-universidade-e-o-campo-da-saude-mental-coletiva-uma-revisao-integrativa-de-46-anos/19075> Acesso em 20 de junho de 2025.

PEREIRA, L.H.M; MOREIRA, S.N.T. Adoecimento psíquico, assimetrias de gênero na Medicina e necessidade de intervenção: uma revisão de literatura. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. v. 26, 2022. DOI: 10.1590/interface.210426.

ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DE CUIDADO À SAÚDE MENTAL DE TRABALHADORES DO SUS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Eixo: Políticas Públicas voltadas para a Saúde Mental

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Resumo: A saúde mental dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido amplamente impactada pelas condições laborais adversas, intensificadas nos últimos anos pela pandemia da COVID-19. Este estudo teve como objetivo identificar e analisar as estratégias institucionais adotadas para o cuidado com a saúde mental desses profissionais, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases SciELO, BVS, Scopus e PubMed, utilizando descritores como “saúde do trabalhador”, “saúde mental” e “Sistema Único de Saúde”, com recorte temporal entre 2020 e 2025. Foram incluídos estudos em português, com acesso na íntegra, que abordassem diretamente ações institucionais de promoção, prevenção ou cuidado em saúde mental para trabalhadores do SUS. Os resultados demonstraram que, embora exista crescente preocupação com o tema, as ações ainda são majoritariamente pontuais, desarticuladas e sustentadas por iniciativas locais, sem planejamento contínuo. As estratégias mais comuns incluem apoio psicossocial no ambiente de trabalho, utilização de práticas integrativas, rodas de escuta, educação permanente e iniciativas intersetoriais. No entanto, a fragilidade institucional, a ausência de financiamento específico e a escassa articulação com a gestão dificultam a consolidação de políticas efetivas. Conclui-se que é urgente a institucionalização de práticas permanentes de cuidado em saúde mental, com base em planejamento, indicadores e compromisso político, de modo a garantir ambientes de trabalho mais saudáveis e sustentáveis. Sugere-se que pesquisas futuras avaliem a efetividade e a continuidade dessas estratégias em diferentes contextos do SUS.

Palavras-chave: Saúde Mental; Saúde do Trabalhador; Cuidado Institucional.

Introdução:

A saúde mental dos trabalhadores do SUS tem recebido maior atenção, especialmente após os impactos da pandemia de COVID-19, que agravou a sobrecarga laboral, a precarização e a falta de reconhecimento institucional. Esse cenário evidenciou os limites das estratégias de cuidado existentes e reforçou a necessidade de ações institucionais que promovam e protejam a saúde mental desses profissionais (Bezerra *et al.*, 2020).

A atuação dos profissionais de saúde, especialmente na atenção básica e nos serviços de urgência, impõe exigências emocionais, técnicas e éticas que, associadas à escassez de recursos, metas pressionadas e vínculos institucionais frágeis, favorecem o adoecimento. Oliveira *et al.* (2023) identificaram que, durante a pandemia, 68% dos trabalhadores de serviços essenciais não médicos apresentaram sintomas de ansiedade e estresse, associados a jornadas exaustivas e ausência de apoio psicológico. Inicialmente voltada à estrutura hospitalar e aos pacientes, a atenção se voltou, com o tempo, também aos impactos psicossociais vivenciados pelos próprios profissionais, evidenciando a necessidade de estratégias de cuidado voltadas à saúde mental dos trabalhadores do SUS.

Barcelos *et al.* (2024) destacam que, durante a pandemia de COVID-19, as políticas públicas voltadas à saúde mental dos trabalhadores foram formuladas de forma pontual e fragmentada, pouco articuladas às necessidades dos serviços. Ações como suporte psicológico e prevenção do burnout mostraram baixa integração com a gestão, limitando sua efetividade e continuidade. Esses limites evidenciam a urgência de estratégias institucionais mais robustas, intersetoriais e permanentes.

Perez *et al.* (2017) evidenciam a desconexão entre diretrizes e práticas no cuidado à saúde mental dos trabalhadores do SUS. Ao analisarem a articulação entre a PNSTT e a RAPS, os autores apontam que, apesar de portarias como a nº 3.088/2011 e a nº 1.823/2012 reconhecerem essa demanda, ainda há fragilidade na integração entre as áreas técnicas, o que contribui para a invisibilidade do sofrimento psíquico nos serviços (Brasil, 2011; Brasil, 2012).

A Educação Permanente em Saúde (EPS) surge como estratégia promissora para o cuidado institucional. Pinheiro e Emerich (2023) destacam que ações de EPS com foco em saúde mental, diálogo sobre o trabalho e escuta mútua fortalecem vínculos institucionais e promovem uma cultura mais acolhedora. Quando integradas à rotina dos serviços, essas práticas ajudam a prevenir o adoecimento e reconhecem os trabalhadores como protagonistas do cuidado.

Outro aspecto importante é a articulação entre os níveis de atenção e gestão. Garbin *et al.* (2021) defendem que o cuidado à saúde mental dos trabalhadores do SUS deve ir além do atendimento em situações de crise, integrando-se à lógica organizacional. Isso inclui a inserção do tema nos planos de saúde, nas metas institucionais, nas supervisões e na criação de fluxos formais de escuta e cuidado.

Apesar dos avanços normativos e científicos, faltam estudos que avaliem sistematicamente a efetividade das estratégias institucionais e considerem a voz dos trabalhadores. Por isso, este estudo realiza uma revisão integrativa da literatura nacional (2020-2025) com intuito de fortalecer práticas de cuidado na saúde pública, valorizando a subjetividade, prevenindo o sofrimento psíquico e reconhecendo a saúde mental como parte essencial da saúde do trabalhador.

Objetivo:

A presente pesquisa tem a finalidade de identificar e analisar as principais estratégias institucionais adotadas para o cuidado com a saúde mental dos trabalhadores do SUS.

Materiais e métodos:

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, modalidade metodológica que permite reunir e sintetizar de forma sistemática os achados de pesquisas empíricas e teóricas sobre determinado fenômeno, contribuindo para a ampliação do conhecimento e para o embasamento de práticas e políticas no campo da saúde. A revisão integrativa foi escolhida por sua capacidade de

incluir diferentes delineamentos metodológicos, sendo especialmente útil em áreas que envolvem múltiplas abordagens, como a saúde mental dos trabalhadores do SUS.

A elaboração da revisão seguiu as etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2010): formulação da pergunta de pesquisa, definição dos critérios de inclusão e exclusão, seleção dos estudos, extração e categorização dos dados, análise crítica e síntese dos resultados. A pergunta norteadora deste estudo foi: Quais estratégias institucionais têm sido utilizadas para promover o cuidado com a saúde mental dos trabalhadores do SUS no período de 2020 a 2025?

A busca dos artigos foi realizada entre abril e junho de 2025, nas bases de dados SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e Scopus, considerando a amplitude e a relevância científica dessas plataformas no campo da saúde coletiva. Foram utilizados os seguintes descritores, com base nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “saúde do trabalhador”, “saúde mental”, “Sistema Único de Saúde”, “cuidado institucional” e “trabalhadores da saúde”. Os termos foram combinados com os operadores booleanos AND e OR para ampliar e refinar a estratégia de busca.

Foram incluídos artigos publicados entre 2020 e 2025, disponíveis na íntegra, redigidos em língua portuguesa e que abordassem explicitamente estratégias institucionais voltadas à promoção, prevenção ou cuidado em saúde mental para trabalhadores do SUS. Foram excluídas publicações que abordavam exclusivamente estudantes, profissionais da saúde suplementar ou que tratassem da saúde mental de forma tangencial, sem foco em ações institucionais sistematizadas.

A triagem dos artigos ocorreu em duas etapas. Na primeira, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para identificar a aderência à pergunta de pesquisa e aos critérios de elegibilidade. Na segunda etapa, os textos potencialmente relevantes foram lidos na íntegra para confirmação da inclusão. A seleção seguiu as diretrizes do modelo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), conforme recomendação de Galvão, Tiguman, Sarkis-Onofre (2022), buscando garantir a transparência e a qualidade metodológica do processo.

Ao todo, foram identificados 184 artigos nas bases consultadas. Após a leitura de títulos e resumos, 129 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade. Os 55 artigos restantes foram lidos na íntegra, sendo 38 excluídos por não abordarem diretamente estratégias institucionais voltadas à saúde mental de trabalhadores do SUS. A amostra final foi composta por 17 artigos.

Para assegurar o rigor da análise, os estudos selecionados foram submetidos a uma avaliação metodológica conforme seu delineamento. Os estudos qualitativos foram analisados segundo os critérios de credibilidade, transferibilidade, dependência e confirmabilidade, de acordo com as orientações de Guba e Lincoln (1989). Já os estudos quantitativos foram avaliados quanto à clareza dos objetivos, validade dos instrumentos, adequação das análises e consistência dos resultados.

Os dados extraídos de cada artigo incluíram: nome dos autores, ano de publicação, local de realização do estudo, tipo de pesquisa, população investigada, estratégias institucionais identificadas e principais resultados. Essas informações foram organizadas em um quadro comparativo, a fim de sistematizar os achados e favorecer a interpretação crítica, com base nas convergências, singularidades e lacunas entre os estudos.

Essa abordagem metodológica permitiu mapear não apenas as estratégias adotadas, mas também os desafios enfrentados na implementação do cuidado institucional em saúde mental no âmbito do SUS, fornecendo subsídios para o aperfeiçoamento das práticas de gestão e cuidado voltadas aos trabalhadores da saúde pública no Brasil.



Considerações Finais:

Esta revisão integrativa mapeou estratégias institucionais para a saúde mental dos trabalhadores do SUS entre 2020 e 2025, evidenciando reconhecimento crescente da importância do tema, especialmente após a pandemia. Contudo, observa-se lacuna entre políticas formuladas e sua implementação, que ocorre de forma fragmentada, descontinuada e dependente de iniciativas individuais.

Práticas como grupos de escuta, PICS e educação permanente mostram bons resultados, mas enfrentam desafios como falta de apoio técnico, financiamento e articulação institucional. É urgente reconhecer a saúde mental como responsabilidade institucional, incorporando ações permanentes nos planos de saúde, fortalecendo CERESTs e ampliando a educação para dimensões subjetivas e emocionais do trabalho em saúde.

A integração entre políticas, como PNSTT e RAPS, precisa ser fortalecida para superar a fragmentação atual. Limita-se o estudo pela escassez de avaliações longitudinais e mensuráveis. Recomenda-se aprofundar pesquisas sobre a efetividade e replicabilidade das estratégias, com foco em diferentes contextos regionais e em saúde mental como indicador institucional.

Cuidar da saúde mental dos trabalhadores do SUS é compromisso ético e político, essencial para um sistema de saúde mais humano, democrático e sustentável.

Referências:

BARCELOS, J. C. et al. Emergências sanitárias e a saúde mental dos trabalhadores no contexto da pandemia de COVID-19: desafios e propostas de políticas públicas. **Europub Journal of Health Research**, v.5, n.2, p. 01-18, 2024. DOI: DOI: 10.54747/ejhrv5n2-074.

BEZERRA, G.D; SENA A.S.R, BRAGA, S.T; SANTOS, M.E.N, CORREIA, L.F.R; CLEMENTINO, K.M.F; CARNEIRO, Y.V.A; PINHEIRO, W.R. O impacto da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos profissionais de saúde: uma revisão integrativa. **Rev. Enferm. Atual In Derme [Internet]**, v. 93, especial covid-19, 2020. DOI: doi.org/10.31011/read-2020-v.93-n.0-art.758.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Promoção da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html. Acesso em: 25 mai. 2025.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011.html. Acesso em: 25 mai. 2025.

GALVÃO, T.F; TIGUMAN, G.M; SARKIS-ONOFRE, R. A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para o relato de revisões sistemáticas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, n. 2, e2022364, 2022. DOI: 10.1590/SS2237-9622202200011

GARBIN, A.C et al. Loucura e o trabalho: integralidade e cuidado em rede no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. v. 26, n. 12, p. 5977-5985, 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212612.15142021.

GUBA, E. G; LINCOLN, Y. S. **Fourth generation evaluation**. Newbury Park: Sage Publications, 1989.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 758–764, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2025.

OLIVEIRA, F. G. et al. A saúde mental dos trabalhadores de serviços essenciais não médicos durante a pandemia da Covid-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 7, 2023. DOI:10.25248/reas.e12597.2023

PEREZ, K. V.; BOTTEGA, C. G.; MERLO, A. R. C. Análise das políticas de saúde do trabalhador e saúde mental: uma proposta de articulação. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. Especial, P. 287-298, 2017. DOI: 10.1590/0103-11042017S224

PINHEIRO, L. P.; EMERICH, F. B. Cuidado compartilhado em saúde mental: o que dizem os trabalhadores? **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 28, e230324, 2024. DOI: 10.1590/interface.230324

**EIXO: PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DAS
DOENÇAS MENTAIS**

DEPRESSÃO PERINATAL: FATORES DE RISCO, IMPACTOS E ESTRATÉGIAS DE CUIDADO NO CONTEXTO DA MATERNIDADE

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Mentais

Mikaelly Fabianny Honorato

Graduanda de Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz – FWB, Itajubá- MG

Isabella Pereira Gadelha

Graduada em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, Belém, PA

Eduarda Possebom

Graduanda de Psicologia pela Universidade de Passo Fundo - UPF, Passo Fundo - RS

Nayane Pereira Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, Coroatá- MA

Flávia Karolyne Aiambo Tralde

Bacharel em Enfermagem-FAMETRO-AM, Especialização em Dermatologia-FAVENI, Prestadora de serviço Perito-JFRS.

Resumo: A depressão perinatal é um transtorno de humor que pode ocorrer durante a gestação ou no período pós-parto, afetando a saúde física e emocional da mãe e o desenvolvimento do bebê. Por ser uma doença multicausal, o diagnóstico é feito tardiamente, pois requer uma investigação de forma holística. Este estudo objetivou investigar, quais fatores se associam aos impactos da depressão perinatal na gestação e puerpério, analisando quais estratégias de prevenção e cuidado são ofertadas na maternidade. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, feita em maio de 2025, nas bases de dados PubMed e BVS, através dos descritores em saúde “*Maternity*”, “*Mental Health*” e “*Perinatal*” intercalados ao booleano AND. A busca inicial resultou em 100 artigos aos quais foram aplicados os seguintes critérios de inclusão: artigos completos, gratuitos, dos últimos 5 anos, dessa forma os critérios de exclusão foram: estudos fora da temática, duplicados e pagos. Após a leitura na íntegra, 10 artigos foram escolhidos para compor o estudo. A pesquisa evidenciou a ausência de políticas públicas efetivas, decorrente da subnotificação dos casos de depressão pós-parto. Mulheres múltiparas, com baixa adesão ao pré-natal, presença de transtornos psicológicos, gravidez não planejada, insatisfação nas relações afetivas e histórico de agressões psicológicas apresentam maior vulnerabilidade para o desenvolvimento desse transtorno. Além disso, a ausência de uma rede de apoio e a negligência das instituições responsáveis contribuem para o atraso no diagnóstico e na implementação de intervenções adequadas, nesse contexto, ressalta-se a importância da equipe multidisciplinar na assistência integral à mulher. As terapias de escolha para o tratamento são Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) e a Terapia Interpessoal (TIP) somadas à prática mindfulness. Conclui-se que a depressão perinatal é prevalente, multifatorial e subdiagnosticada, exigindo rastreamento, apoio multiprofissional e intervenções como a Terapia Cognitivo-Comportamental, com foco na atenção integral à saúde mental em populações vulneráveis.

Palavras-chave: Disforia Pós-Parto; Gestante; Puerpério; Saúde Mental; Transtorno Depressivo.

Introdução:

A depressão perinatal, refere-se a um transtorno mental que ocorre no indivíduo durante o período de gestação ou até o primeiro ano pós-parto, é considerada um problema mundial de saúde pública materna, por dispor de desfechos negativos na saúde materno-infantil. Por ser potencialmente grave, é um problema de saúde pública materna no mundo todo. Sob esse prisma, a depressão perinatal é associada a diversas consequências negativas para a gestação, como

complicações obstétricas, risco de suicídio materno, atraso no desenvolvimento da criança, prejuízo no aleitamento materno e dificuldade na criação do vínculo entre mãe e filho. A prevalência dessa patologia é de 1 em cada 7 mulheres, a sintomatologia inclui, tristeza permanente, baixa autoestima, inapetência, irritabilidade, sentimentos de autculpa e humilhação, além de distúrbios do sono (Araujo; Cerqueira-Santos, 2022; Carlson *et al.*, 2025).

Apesar disso, a depressão perinatal continua sendo uma condição estigmatizada e, por isso, muitas vezes não é diagnosticada pelos profissionais de saúde, podendo até ser confundida com apenas uma tristeza passageira ou com o chamado "*baby blues*", que comumente ocorre no período do puerpério. Ademais, a etiologia da doença ainda não é totalmente elucidada, mas acredita-se que é decorrente da combinação de vários fatores, como os hormonais, predisposição genética, histórico obstétrico, estilo de vida e fatores socioambientais. Portanto, é importante investigar se a gestante possui fatores sociais, ambientais, psicológicos e biológicos que aumentam o risco de depressão durante esse período (Carlson *et al.*, 2025).

As consequências ligadas a depressão e ansiedade perinatal são bastante conhecidas, como: complicações obstétricas, desmame precoce, vínculo entre o binômio mãe-bebê prejudicado, consequentemente interferindo no desenvolvimento do bebê, risco de suicídio materno, dentre outros. Há uma necessidade da implementação de ações educativas e programas assistenciais psicológicos, que visem a prevenção desse transtorno, a fim de se reduzir os níveis crescentes desse transtorno (Araujo; Cerqueira-Santos, 2022)

Desse modo, é essencial que durante o acompanhamento multiprofissional perinatal seja feita a investigação de risco de depressão ou se já existe o transtorno, visto que é o transtorno psicológico mais frequente em gestantes e puérperas. A sintomatologia é quase idêntica à da depressão fora do período perinatal e, caso não receba a devida atenção, pode causar um episódio depressivo mais grave no futuro. Assim sendo, é importante utilizar algumas ferramentas validadas nas rotinas das consultas, como a Escala de Depressão Pós-natal de Edimburgo (EPDS), por exemplo (Carlson *et al.*, 2025).

Objetivo:

Investigar os fatores e impactos da depressão perinatal nas mulheres durante a gestação e o puerpério, bem como analisar as estratégias de prevenção e cuidado oferecidas no contexto da maternidade.

Materiais e métodos:

Esta revisão integrativa da literatura foi realizada em maio de 2025, por meio das bases de dados eletrônicas PubMed e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A busca bibliográfica foi

conduzida utilizando os descritores “*Maternity*”, “*Mental Health*” e “*Perinatal*”, selecionados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), em inglês, combinados pelo operador booleano “AND”. Os critérios de inclusão contemplaram artigos completos, com acesso gratuito, publicados nos últimos cinco anos (de 2020 a 2025), nos idiomas inglês e português. Foram excluídos estudos que não abordassem a temática ou não respondessem à pergunta norteadora, artigos duplicados e aqueles de acesso restrito. A busca inicial resultou em 100 referências, que foram submetidas à triagem de títulos e resumos, considerando a pertinência ao tema. Após essa etapa, 10 artigos foram selecionados para leitura integral. Posteriormente, com base na análise detalhada onde todos os 10 estudos foram incluídos na revisão final por atenderem aos critérios de relevância e qualidade. Usando como pergunta norteadora: Como a depressão perinatal se manifesta no contexto da maternidade e quais são os desafios e estratégias para sua identificação, prevenção e manejo adequado?

Resultados e discussão:

De acordo com o estudo conduzido por Contreras-Carreto *et al.* (2022), a depressão perinatal frequentemente passa despercebida pelos profissionais de saúde e é subnotificada nas estatísticas oficiais, o que contribui para a falta de políticas públicas eficazes voltadas à prevenção e ao cuidado em saúde mental materna. Os autores evidenciam que essa condição tem prevalência elevada em países da América Latina, com índices que podem chegar a 30% das mulheres em algum momento entre a gestação e o primeiro ano após o parto. O estudo também destaca que há prevalência aumentada de risco da depressão perinatal entre mulheres de baixa renda, com barreiras no acesso ao diagnóstico e tratamento, seja psicoterápico ou farmacológico. Diante desta realidade reforça-se a necessidade de estratégias de cuidado que considerem os aspectos culturais, estruturais e regionais na formulação e implementação de políticas públicas de saúde mental materna.

Os fatores associados ao desenvolvimento da depressão perinatal são múltiplos e de natureza biopsicossocial. No estudo realizado por Oliveira *et al.* (2022), que avaliou 315 mulheres durante o pré-natal e o puerpério imediato com a Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS), foram identificadas como variáveis de risco a baixa renda familiar, múltiplas gestações, menor número de consultas pré-natal, histórico de transtornos psicológicos, insatisfação com a gravidez, relacionamento amoroso conflituoso e experiências de agressão psicológica. Tais achados evidenciam como a rede de apoio, às experiências sociais e o histórico psicológico da mulher influenciam diretamente sua saúde emocional durante a maternidade.

Ademais, o estudo de Suzuki (2024) ressalta a necessidade de abordagens interdisciplinares e contínuas no cuidado perinatal, apontando que a ausência de suporte institucional e profissional

contribui para o agravamento dos quadros de depressão. O autor observa que a falta de comunicação entre os setores da saúde, assistência social e educação compromete a eficácia do acolhimento às gestantes em sofrimento psíquico. Nesse contexto, destaca-se a relevância da atuação de enfermeiras obstétricas, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e familiar, sempre valorizando a rede de atenção integral como um fator protetivo.

As manifestações variam em intensidade e formato, podendo incluir sintomas somáticos como dores físicas, cansaço e insônia, sintomas afetivos dentre eles a tristeza persistente, desesperança, anedonia e alterações comportamentais tais como irritabilidade, isolamento, negligência com os cuidados pessoais e com o bebê. Em muitos casos, esses sinais são desmerecidos tanto por familiares quanto por profissionais, o que posterga o diagnóstico e o início do tratamento, além de muitas vezes agravar as condições Suzuki (2024).

No estudo de Oliveira *et al.* (2022) observou-se que muitas mulheres relataram desejo de aborto no início da gestação, má relação com o parceiro e sensação de falta de acolhimento, questões que se mostraram estatisticamente contribuintes para a presença de sintomas depressivos. Os impactos da depressão perinatal vão além da saúde mental da mãe. Segundo os materiais analisados, esse transtorno pode afetar também a capacidade da mulher de cuidar do recém-nascido, dificultar o estabelecimento do vínculo mãe-bebê e comprometer o desenvolvimento emocional, cognitivo e físico da criança. Bebês de mães deprimidas apresentam maiores índices de irritabilidade, dificuldades de sono e alimentação, além de risco aumentado para transtornos comportamentais na infância e adolescência. A depressão materna também está associada à interrupção precoce da amamentação, aumento da morbidade infantil e, em casos extremos, negligência ou violência parental.

De acordo com os achados na literatura científica, a depressão perinatal se enquadra como uma condição multifatorial, com alta prevalência frequentemente subtratada e que necessita de estratégias consistentes de identificação, prevenção e cuidado (Dagher *et al.*, 2021). Para além das ferramentas psicométricas, as evidências recentes revelam o potencial do fator neurotrófico derivado do cérebro (BDNF) como biomarcador periférico. O BDNF é uma proteína da família das neurotrofinas que exerce papel fundamental para a sobrevivência, diferenciação e plasticidade neuronal, e diversos estudos identificaram níveis reduzidos de BDNF em gestantes e puérperas com sintomas depressivos, em especial no terceiro trimestre e nas primeiras semanas pós-parto, com isso o BDNF torna-se útil como marcador de risco. Além disso, os estudos recentes indicam que a deficiência de BDNF pode estar envolvida em desfechos obstétricos adversos, como baixo peso ao nascer e parto prematuro, o que destaca o potencial papel do BDNF não apenas como marcador de

risco para depressão, mas também como elemento-chave na saúde perinatal como um todo (Singh *et al.*, 2023).

Do ponto de vista preventivo, a insônia perinatal pode ser tanto um sintoma quanto um fator de risco para o desenvolvimento da depressão pós-parto. Sintomas de insônia no final da gestação revelaram-se preditores de depressão nas semanas futuras ao parto, ainda mais prevalente em mulheres com histórico de transtornos do humor. Com base nisto, manejo baseado em Terapia Cognitivo-Comportamental para Insônia, associado a estratégias de mindfulness e atividade física leve, mostram-se efeitos protetores contra sintomas depressivos. Quanto às estratégias de tratamento, os resultados demonstram que intervenções psicoterapêuticas, como a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e a Terapia Interpessoal (TIP), são padrão ouro e altamente recomendadas, entretanto vale ressaltar que apesar da eficácia reconhecida das terapias psicológicas, há uma lacuna no acesso e continuidade do cuidado, principalmente em populações socioeconomicamente vulneráveis (Swanson *et al.*, 2020).

Considerações Finais:

A partir da análise dos estudos selecionados, conclui-se que a depressão perinatal é uma condição prevalente, multifatorial e frequentemente subdiagnosticada. Os achados demonstram que fatores sociais, emocionais, históricos e biológicos desempenham papel relevante no desencadeamento dos sintomas, os quais impactam tanto a saúde materna quanto o desenvolvimento infantil. As estratégias de prevenção e manejo incluem o uso de escalas de rastreio, atuação multiprofissional, fortalecimento da rede de apoio e intervenções psicoterapêuticas, sendo a Terapia Cognitivo-Comportamental a mais recomendada. Conclui-se, portanto, que o objetivo da pesquisa foi alcançado, destacando-se a necessidade urgente de atenção integral à saúde mental perinatal, especialmente em contextos de vulnerabilidade social.

Referências:

- ARAUJO, Neuraci Gonçalves de; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. **Pré-natal psicológico na prevenção de depressão perinatal e ansiedade**. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 23, n. 2, p. 90-112, dez. 2022. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702022000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- BAUER, Annette; KNAPP, Martin; MATIJASEVICH, Alicia; OSÓRIO, Ana; SILVESTRE DE PAULA, Cristiane. **The lifetime costs of perinatal depression and anxiety in Brazil**. *Journal of Affective Disorders*, v. 319, p. 361–369, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36162663/>. Acesso em: 02 de maio de 2025.
- CARLSON, Karen *et al.* **Perinatal Depression**. Treasure Island (FL): StatPearls Publishing, 2025. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK519070/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CONTRERAS-CARRETO, Nilson A.; VILLALOBOS-GALLEGOS, Luis; MANCILLA-RAMÍREZ, Javier. **Epidemiological analysis of perinatal depression**. *Cirugía y Cirujanos*, México, v. 90, n. 1, p. 128–132, fev. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35120112/>. Acesso em 02 de maio de 2025.

DAGHER, Rada K. *et al.* Perinatal depression: challenges and opportunities. **Journal of Women's Health (Larchmt)**, v. 30, n. 2, p. 154–159, fev. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33156730/>. Acesso em: 02 maio de 2025.

JAVADBAKHT, A. *et al.* **Ageing perspective on cognitive outcomes from reproductive hormone adjustments**. *Drug Discovery Today*, v. 28, n. 9, p. 103467, 2023. Disponível em: [Brain-derived neurotrophic factor \(BDNF\) in perinatal depression: Side show or pivotal factor? - PubMed](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33935170/). Acesso em: 02 maio de 2025.

HAGATULAH, Naela *et al.* **Perinatal depression and risk of mortality: nationwide, register based study in Sweden**. *BMJ*, v. 384, e075462, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38199643/>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

LIM, G. **Perinatal depression**. *Current Opinion in Anaesthesiology, Philadelphia*, v. 34, n. 3, p. 233–237, 1 jun. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33935170/>. Acesso em: 02 maio de 2025.

OLIVEIRA, Tenilson Amaral; LUZETTI, Guilherme Guarany Cardoso Magalhães; ROSALÉM, Márcia Maria Auxiliadora; NETO, Corintio Mariani. **Screening of perinatal depression using the Edinburgh Postpartum Depression Scale**. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria*, São Paulo, v. 44, n. 5, p. 452–457, maio 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35253138/>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

SUZUKI, Shunji. **Current strategies for perinatal mental health care in Japan**. *JMA J*, Tóquio, v. 7, n. 1, p. 5–9, 15 jan. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38314413/>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

SWANSON, Lisa M.; KALMBACH, Daniel A.; RAGLAN, Gayle B.; O'BRIEN, Lauren M. **Perinatal insomnia and mental health: a review of recent literature**. *Current Psychiatry Reports*, [s.l.], v. 22, n. 12, p. 73, out. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33104878/>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

YU, Hang; SHEN, Qing; BRÄNN, Emma; YANG, Yihui; OBERG, Anna Sara; VALDIMARS DÓTTIR, Unnur Anna; LU, Donghao. **Perinatal depression and risk of suicidal behavior**. *JAMA Network Open*, [s.l.], v. 7, n. 1, e2350897, 2 jan. 2024. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38194232/>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

SAÚDE MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO: UMA REVISÃO SOBRE A DEPRESSÃO E ANSIEDADE ENTRE OS TRABALHADORES

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Mentais

Rayane Bastos Santana

Graduanda em enfermagem pelo Centro Universitário Aparício Carvalho - FIMCA, Porto Velho RO

Paulo Brenno Sampaio Lima

Graduando em Enfermagem pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Feira de Santana BA

João victor dos Santos dos Santos Carvalho

Graduando em enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Coroatá MA

Julia Simons Gomes Ferreira

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Castelo Branco - UCB, Rio de Janeiro RJ

Carlos Alberto Gomes Pereira Junior

Graduando em Ciências Biológicas pela Universidade UniCesumar, Maringá PR

Michelle Juliana Vieira Gomes

Enfermeira, especialista em Auditoria em Enfermagem, Urgência e Emergência, Gestão em Saúde Pública e Docência em Ciências da Saúde. Docente e preceptora em estágios no curso de Enfermagem do Centro Universitário Aparício Carvalho - FIMCA, Porto Velho – RO

Resumo: A saúde mental é muito mais do que a ausência de doenças, ela é a base para que possamos enfrentar os desafios do dia a dia. O impacto da saúde mental no ambiente de trabalho é cada vez mais evidente, transtornos como ansiedade e depressão têm se tornado cada vez mais comuns, impulsionados por sobrecarga, cobrança excessiva, insegurança, longas jornadas e ausência de suporte institucional. Este estudo, por meio de uma revisão narrativa da literatura, analisou publicações disponíveis entre 2018 e 2024 nas bases de dados SciELO e Google Acadêmico, além de materiais do Ministério da Saúde, utilizando os descritores “Ansiedade”, “Depressão”, “Local de Trabalho”, “Saúde Mental” e “Trabalhador”. Os achados demonstram que ambientes laborais com condições adversas estão diretamente associados ao surgimento de sofrimento psíquico, com manifestações como estresse, irritabilidade, distúrbios do sono, burnout, queda de produtividade e aumento dos afastamentos. Além disso, os impactos extrapolam o ambiente profissional, afetando relações familiares, sociais e emocionais. O adoecimento mental não é apenas reflexo de questões individuais, mas sobretudo das condições laborais impostas. Diante disso, o estudo reforça a necessidade de medidas institucionais que priorizem o bem-estar, como apoio psicológico, práticas de promoção da saúde, flexibilização das jornadas e desenvolvimento de uma cultura organizacional mais empática.

Palavras-chave: Ansiedade; Depressão; Local de Trabalho; Saúde Mental; Trabalhador

Introdução:

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS), destaca que, a saúde mental é muito mais do que a ausência de doenças, ela é a base para que possamos enfrentar os desafios do dia a dia, reconhecer nossas próprias capacidades, aprender, trabalhar e contribuir com as pessoas ao nosso redor. Ela está profundamente ligada ao nosso bem-estar e à forma como nos relacionamos com o mundo. Ter saúde mental significa ter espaço para pensar com clareza, fazer escolhas com consciência, construir vínculos saudáveis e encontrar sentido na vida (OPAS; OMS, 2025).

O impacto da saúde mental no ambiente de trabalho é cada vez mais evidente, mais pessoas estão reagindo ao custo que o trabalho tem sobre sua saúde mental. Em um ambiente de trabalho caracterizado por quantidades insanas de esforço e responsabilidade, incerteza de um emprego seguro, horas longas e esgotantes para muitos trabalhadores, o sofrimento emocional acaba por ser um aspecto cotidiano da vida. A depressão e a ansiedade, de longe os dois resultados mais comuns da saúde mental, estão a aumentar em intensidade e frequência enquanto, simultaneamente, assumem um lugar cada vez maior nas discussões sobre qualidade de vida e bem-estar do trabalho (Brasil, 2018).

Estudos indicam que tais condições dificilmente são desenvolvidas de forma isolada, mas, no geral, são decorrentes de ambientes laborais doentios, caracterizados pela sobrecarga, exigência de metas inalcançáveis, conflitos de vida em sociedade e a falta de apoio institucional. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2022), cerca de 15% dos adultos em idade trabalhista convivem com algum transtorno mental. Muitos dos casos têm no ambiente de trabalho a principal causa desencadeadora ou agravante do quadro. Esse número foi potencializado no Brasil em decorrência da pandemia de COVID-19, o que resultou em uma carga emocional ainda mais extensa à população que se viu exposta a níveis astronômicos de estresse, insegurança e precarização do trabalho, principalmente os profissionais da linha de frente, como trabalhadores da saúde (Dias *et al.*, 2024).

Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (2022), os transtornos depressivos e de ansiedade aumentaram em mais de 25% no mundo inteiro no primeiro ano da pandemia, refletindo a ruptura dos vínculos sociais, o medo do adoecimento, a pressão ocupacional e a sobrecarga emocional vivida em diversos setores.

Dentro deste panorama, é necessário combater o estigma do tema relacionado à saúde mental e integrá-lo de maneira ativa e estratégica nas políticas institucionais. Cuidar do bem-estar emocional dos funcionários não é apenas uma questão de produtividade, mas de humanidade, dignidade e justiça social. Com base nisso, este estudo propôs uma revisão narrativa da literatura, com o intuito de promover reflexão sobre o modo como o ambiente de trabalho pode contribuir com o desenvolvimento e/ou agravamento de transtornos como a ansiedade e depressão e, a partir dessa análise, evidenciar as subdimensões propostas para um ambiente mais saudável e acolhedor (Godoy, 2024).

Objetivo:

Analisar, por meio de uma revisão de literatura, a ocorrência e os impactos dos transtornos de depressão e ansiedade entre profissionais no ambiente de trabalho, identificando fatores associados,

consequências para a saúde e produtividade, bem como estratégias de prevenção e de enfrentamento.

Materiais e métodos:

Essa pesquisa configura-se como um estudo do tipo revisão narrativa da literatura. Rother (2007) afirma que “os artigos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o 'estado da arte' de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual”. As referências foram obtidas na Plataforma Scielo, Google Acadêmico e Publicações Oficiais do Ministério da Saúde, a partir do uso dos descritores “Ansiedade”, “Depressão”, “Local de Trabalho”, “Saúde Mental” e “Trabalhador”, combinados a partir do Operador Booleano “AND”.

O recorte temporal adotado para este trabalho considerou publicações entre os anos de 2018 e 2024. Para a inclusão, foram selecionadas publicações científicas que abordassem a temática da saúde mental do trabalhador e/ou transtornos de depressão e ansiedade, publicadas em língua portuguesa e disponíveis na íntegra. Consequentemente, foram excluídas as publicações fora do período estabelecido, em língua estrangeira, incompletas ou duplicadas. Após a pesquisa e seleção, foram levantadas aproximadamente 09 publicações, entre manuais e artigos científicos que atenderam aos critérios de inclusão para esta revisão.

A análise das publicações foi realizada por meio de uma leitura criteriosa, buscando identificar convergências e conceitos pertinentes à temática desta pesquisa. Os principais achados foram categorizados por eixos temáticos relacionados à ansiedade, depressão e aos fatores de risco e de proteção para a saúde mental no trabalho. Esse processo teve como propósito fundamentar uma perspectiva crítica e científica sobre a saúde mental do trabalhador, bem como compreender os impactos do ambiente laboral no adoecimento psicológico e nas capacidades funcionais desses indivíduos.

Resultados e discussão:

A saúde mental no ambiente de trabalho é um tema de crescente relevância, pois transtornos como depressão e ansiedade afetam diretamente a qualidade de vida, a produtividade e a satisfação profissional (Ministério da Saúde, 2018). Nesse contexto, torna-se fundamental criar uma cultura organizacional que valorize o bem-estar mental e reconheça os sinais de sofrimento psicológico entre os colaboradores, promovendo ambientes mais saudáveis e acolhedores (OPAS; OMS, 2025).

A ansiedade no trabalho tende a se intensificar, por conta dos estresses físico e psicológico, seguindo de agravos mentais, as demandas emocionais intensas e falta de controle sobre as atividades diárias. Profissionais da saúde, por exemplo, enfrentam situações de alta pressão, o que

pode desencadear sintomas como por exemplo a irritabilidade, dificuldade de concentração e distúrbios do sono (Araújo *et al.*, 2023; Ferreira *et al.*, 2018). A falta de reconhecimento e o medo de perder o emprego também, o que aumenta o estresse e a ansiedade no âmbito de trabalho (Dapper; Sobrinho, 2023).

A depressão decorre do esgotamento profissional causando o burnout, caracterizado pela falta de motivação, baixa realização e sensação de fracasso tanto pessoal quanto profissional (Caixeta *et al.*, 2021). Esse quadro é comum em profissões que exigem contato constante com situações emocionais intensas e decisões rápidas a serem tomadas no cotidiano, como profissionais de saúde, segurança pública e educação (Dias *et al.*, 2024). Essa condição pode levar ao esgotamento, redução da produtividade e aumento do risco de afastamentos prolongados destes profissionais (Vieira; Santos, 2024).

As repercussões dos transtornos mentais no ambiente de trabalho ultrapassam os limites individuais, afetando diretamente o clima organizacional e a dinâmica entre equipes. É comum que trabalhadores sob pressão emocional apresentem queda no rendimento, dificuldades de comunicação e menor engajamento com as demandas do dia a dia. Em situações mais críticas, essas condições podem resultar em afastamentos prolongados ou até desligamentos, prejudicando não apenas o indivíduo, mas também a continuidade e a qualidade dos serviços prestados (Araújo *et al.*, 2023; Godoy, 2024).

Fora do ambiente profissional, os reflexos da saúde mental fragilizada se estendem às relações interpessoais. Conflitos familiares, distanciamento social e rompimentos conjugais são algumas das consequências possíveis quando o sofrimento psicológico não é reconhecido e tratado adequadamente. Diante disso, torna-se imprescindível compreender a saúde mental como uma responsabilidade coletiva, que envolve tanto o indivíduo quanto às instituições que o cercam (Caixeta *et al.*, 2021).

De acordo com Dapper e Sobrinho (2023), o instituto nacional do seguro social (INSS) aponta que os transtornos mentais comportamentais (TMC) já ocupam a terceira posição entre as principais causas de afastamento do trabalho por meio de pedidos de auxílio-doença. Esse cenário acaba, inevitavelmente, afastando muitos profissionais de suas atividades. Segundo especialistas, essas situações geralmente são provocadas por ambientes de trabalho mentalmente desgastantes, onde os colaboradores são expostos constantemente a pressões emocionais, levando ao surgimento de queixas psicossomáticas e sintomas relacionados à saúde mental.

Para mitigar esses efeitos, é essencial que as empresas desenvolvam uma cultura organizacional que valorize o bem-estar e reconheça os sinais de sofrimento psicológico entre os colaboradores, oferecendo apoio psicológico, promovendo equilíbrio entre trabalho e vida pessoal,

flexibilizando as jornadas e incentivando práticas que fortaleçam as relações interpessoais, visando a criação de ambientes mais saudáveis e acolhedores (Godoy *et al.*, 2024).

Portanto, fica evidente que investir na saúde mental dos profissionais transcende a mera questão de produtividade, configurando-se como um imperativo da humanidade. Ambientes que promovem a saúde mental fomentam o bem-estar duradouro e, conseqüentemente, estabelecem relações profissionais mais equilibradas (Ministério da Saúde, 2018).

Considerações Finais:

A presente pesquisa atingiu o objetivo inicialmente proposto, de analisar como o ambiente laboral influencia diretamente na saúde mental dos trabalhadores e, adicionalmente, evidenciou a complexidade e a urgência do tema na contemporaneidade. Ao analisar os principais fatores contextuais relacionados ao sofrimento psíquico no trabalho, a revisão demonstrou que os transtornos como ansiedade e depressão são mais do que reações individuais: eles refletem, sobretudo, a estrutura organizacional, as condições laborais e a ausência de políticas institucionais voltadas ao cuidado emocional.

As evidências teóricas analisadas indicam a necessidade de uma mudança paradigmática nas relações de trabalho, em que o bem-estar mental deixe de ser visto como responsabilidade exclusiva do indivíduo e passe a ser compreendido como um compromisso coletivo e organizacional. A atuação preventiva, com foco na promoção da saúde e na escuta qualificada, deve ser parte integrante das práticas de gestão, especialmente em contextos de alta pressão emocional.

Valorizar a saúde mental no trabalho é, portanto, investir em produtividade sustentável, em vínculos laborais mais humanos e na construção de uma cultura organizacional comprometida com a dignidade do sujeito que trabalha. Medidas como a capacitação contínua de líderes para o reconhecimento do sofrimento psíquico, a implementação de ginástica laboral preventiva e a promoção de práticas intersetoriais são estratégias que se mostram potencialmente eficazes para mitigar o adoecimento mental. Essas ações devem fazer parte de uma política institucional mais ampla, comprometida não apenas com os indicadores de desempenho, mas com a qualidade de vida dos trabalhadores. Não há saúde do trabalhador sem a devida atenção à dimensão psíquica da experiência laboral.

Referências:

ARAÚJO, F. G.; SOBREIRA, P. T. M.; VALÉRIO, E. A.; SOUZA, A. C.; SILVA, M. L.; BRAGA, T. R. O. Técnicas de manejo da ansiedade no ambiente de trabalho: uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 8, p. 1807–1815, ago. 2023. ISSN 2675-3375. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i8.10927>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. *Saúde do trabalhador e da trabalhadora: cadernos de atenção básica, nº 41*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018. 136 p. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/cadernoab_saude_do_trabalhador.pdf. Acesso em: 24 maio 2025.

CAIXETA, N. C.; SILVA, G. N.; QUEIROZ, M. S. C.; NOGUEIRA, M. O.; LIMA, R. R.; QUEIROZ, V. A. M.; ARAÚJO, L. M. B.; AMÂNCIO, N. F. G. A síndrome de Burnout entre as profissões e suas consequências/Burnout syndrome between professions and their consequences. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 593–610, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n1-051. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/22804>. Acesso em: 25 jun. 2025.

DAPPER, A. P.; SOBRINHO, J. B. M. Saúde mental no trabalho: aspectos que afetam o indivíduo no ambiente de trabalho. *Revista Foco*, v. 16, n. 12, e3857, dez. 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n12-048.

DIAS, G. N.; JUNIOR, W. M.; FILHO, L. G. C. Impacto da pandemia da COVID-19 na saúde mental dos profissionais da atenção primária. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, [S. l.], v. 24, n. 9, e16870, 20 set. 2024. DOI: 10.25248/reas.e16870.2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/16870>. Acesso em: 24 maio 2025.

FERREIRA, A. P.; GRAMS, M. T.; ERTHAL, V. R. G.; GIRIANELLI, V. R.; OLIVEIRA, M. H. B. Revisão da literatura sobre os riscos do ambiente de trabalho quanto às condições laborais e o impacto na saúde do trabalhador. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, v. 16, n. 3, p. 360–370, 2018. DOI: 10.5327/Z1679443520180267. Acesso em: 24 maio 2025.

GODOY, L. M. Ansiedade e depressão: psicopatologias que afetam o ambiente laboral. *Revista Tópicos*, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.14025197. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/ansiedade-e-depressao-psicopatologias-que-afetam-o-ambiente-laboral>. Acesso em: 24 maio 2025.

Organização Pan-Americana da Saúde; Organização Mundial da Saúde. Saúde mental. 2025. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre saúde mental: transformando a saúde mental para todos. Genebra: OMS, 2022. 296 p. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338>. Acesso em: 25 maio 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Pandemia de COVID-19 provoca aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão no mundo. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/02-03-2022-covid-19-pandemic-triggers-25-increase-in-prevalence-of-anxiety-and-depression-worldwide>. Acesso em: 29 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Saúde mental: fortalecendo nossa resposta. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acesso em: 26 maio 2025.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5–6, jun. 2007. DOI: 10.1590/S0103-21002007000200001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 25 maio 2025.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; SANTOS, Nayara Cristina Teixeira. Fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho: uma análise contemporânea. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 49, edsmsubj1, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/35222pt2024v49edsmsubj1>. Acesso em: 11 jul. 2025.

O USO TERAPÊUTICO DO CANABIDIOL NO MANEJO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE: BENEFÍCIOS E IMPLICAÇÕES CLÍNICAS

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças

Geniffer Rhanná de Lima Mota

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Ana Karolina Alves dos Santos

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Hellen Juliane Oliveira Gomes

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Jéssica Andréia Pereira Barbosa

Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife PE

Maria Clara de Andrade Dias

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Thayanne de Azevedo Falcão

Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Marllon Alex Nascimento Santana

Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Resumo: O transtorno de ansiedade tem sido alvo de crescente atenção científica por sua prevalência e impacto significativo na qualidade de vida. Entre as terapias disponibilizadas atualmente, os ansiolíticos tradicionais apresentam limitações significativas, como efeitos colaterais exacerbados e potencial para dependência, impulsionando assim a busca por opções terapêuticas de maior segurança. Nesse contexto, o canabidiol (CBD), fitocanabinoide não psicoativo oriundo da *Cannabis sativa*, tem se revelado como uma promissora opção no manejo desse transtorno. Esse estudo teve como objetivo reunir evidências científicas sobre o uso terapêutico do CBD no manejo do transtorno de ansiedade, ressaltando seus benefícios e implicações clínicas. Neste artigo utilizou-se uma revisão integrativa da literatura que ocorreu através de buscas nas bases BVS, PubMed, LILACS e CAPES, utilizando descritores combinados com o operador booleano “AND”, resultando inicialmente em 43 artigos publicados no intervalo de cinco anos. Através de análise crítica, foram selecionadas as publicações em língua portuguesa e inglesa que abordavam o uso terapêutico do composto no transtorno ansioso. Com base na análise da atual literatura científica, notou-se que o CBD contém um importante potencial ansiolítico e um maior perfil de segurança em comparação aos medicamentos convencionais. Estudos apontam melhora em quadros de ansiedade generalizada, social, obsessivo-compulsiva e pós-traumática, acompanhados de relatos de redução nos sintomas e aumento do bem-estar. Tais efeitos terapêuticos parecem estar associados à interação do composto com o sistema endocanabinoide e em receptores serotoninérgicos, modulando respostas ao estresse. Embora os mecanismos de atuação ainda não estejam totalmente claros, os achados respaldam o papel do CBD como alternativa promissora na prática clínica e ratificam a necessidade de continuidade das pesquisas.

Palavras-chave: Ansiedade; Ansiolíticos; *Cannabis Sativa*; Canabidiol; Transtorno De Ansiedade.

Introdução:

A ansiedade é definida como uma resposta natural do cérebro diante da percepção de ameaças e eventos, sejam eles reais ou não, e costuma vir acompanhada de manifestações clínicas como tensão, apreensão, desconforto e sinais autonômicos. Estes sinais estão associados à atuação de neurotransmissores como norepinefrina, dopamina, serotonina e ácido gama-aminobutírico

(GABA) (Aguiar et al., 2023). No entanto, essa resposta pode se tornar mal adaptativa quando se manifesta de modo excessivo ou inadequado, principalmente na falta de estímulos ameaçadores significativos (Rodrigues; Alvarenga; Aguiar, 2022).

Em síntese a ansiedade pode manifestar-se de modo fisiológico ou patológico (Ribeiro et al., 2021 apud Aguiar et al., 2023). A forma fisiológica constitui uma resposta normal frente a cenários de ameaça ou estresse psicológico, desencadeando sentimentos de medo, preocupação ou nervosismo, associados ao desconforto diante do desconhecido. Por outro lado, assume caráter patológico no instante em que promove reações desproporcionais aos estímulos ansiogênicos, envolvendo alterações em aspectos cognitivos e fisiológicos, superexcitando o sistema nervoso autônomo, comprometendo o equilíbrio emocional, o desempenho diário e a qualidade de vida do indivíduo (Bueno & Ortiz, 2021 apud Vasconcelos & Serrão, 2024).

Consoante Aguiar et al. (2023) e Wright, Di Ciano e Brands (2020), os principais tratamentos disponibilizados no mercado baseiam-se em inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS), inibidores da recaptação de serotonina/norepinefrina (ISRSNs), benzodiazepínicos, inibidores da monoamina oxidase, antidepressivos tricíclicos, e agonistas parciais do receptor de 5-hidroxitriptamina 1A (5-HT1AA). Entretanto, apesar da disponibilidade de alternativas farmacológicas para o tratamento de transtornos de ansiedade, no geral, as opções estão correlacionadas a sua ineficiência terapêutica e costumam desencadear efeitos colaterais que antecedem os efeitos terapêuticos atrasados (Szuhany & Simon, 2022 apud Simeí et al., 2024). Além disso, uma parcela significativa dos pacientes não atinge a remissão completa dos sintomas (Wright, Di Ciano e Brands, 2020).

Diante desse cenário, o canabidiol (CBD), um dos compostos ativos derivados da planta *Cannabis sativa*, ganhou notoriedade como uma opção terapêutica viável para o tratamento dos mais diversos transtornos neuropsiquiátricos, entre eles a ansiedade, a depressão, o transtorno de estresse pós-traumático e a esquizofrenia (Wright; Di Ciano; Brands, 2020; Levada et al., 2024). Sua atuação se dá por intermédio da interação com o sistema endocanabinoide, responsável por realizar a regulação, equilíbrio e modulação da transmissão sináptica relacionada às emoções, ao estresse e à cognição (Carvalho et al., 2023 apud Vasconcelos & Serrão, 2024), contribuindo significativamente para a minimização dos sintomas ansiosos.

Assim, tendo em vista a ampla prevalência dos transtornos ansiosos e os prejuízos que esses quadros podem ocasionar à vida dos sujeitos acometidos, associados ao acesso limitado a serviços de saúde mental e à predominância de diagnósticos fundamentados em sintomas, seguidos por intervenções terapêuticas muitas vezes ineficazes, torna-se urgente a ampliação de investigações acerca da temática.

Objetivo:

Compreender o uso terapêutico do canabidiol (CBD) no manejo do transtorno de ansiedade, com base em evidências científicas recentes, destacando seus benefícios e implicações clínicas frente às limitações dos tratamentos farmacológicos convencionais.

Materiais e métodos:

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, sobre o uso do canabidiol no manejo do transtorno de ansiedade, destacando seus benefícios e implicações clínicas.

A busca e seleção dos estudos foram realizadas no mês de abril de 2025, com a extração de referências oriundas das principais bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), PubMed e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

Para seleção das produções científicas mais alinhadas ao foco da pesquisa, foram utilizados os seguintes termos extraídos dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “ansiedade”, “ansiolíticos”, “cannabis sativa”, “canabidiol” e “transtorno de ansiedade” combinados entre si por meio do operador booleano "AND". Assim, foram realizados os seguintes cruzamentos: “Ansiedade AND Canabidiol” “Ansiolíticos AND Canabidiol”, “Transtorno de ansiedade AND Canabidiol”, “Ansiedade AND Cannabis Sativa”, “Cannabidiol AND Anxiety”, “Cannabidiol AND Anxiolytics”.

Foram adotados como critérios de inclusão, artigos que apresentavam aderência ao tema, disponíveis na íntegra, redigidos em língua portuguesa ou inglesa e publicados entre os anos de 2020 e 2025. Para os critérios de exclusão, por sua vez, foram desconsiderados artigos que não se alinhavam com a temática proposta, indisponíveis na íntegra, duplicados entre as bases e fora do recorte temporal de cinco anos.

Essa metodologia permitiu uma seleção criteriosa e abrangente das evidências científicas disponíveis, assegurando a relevância e a qualidade dos estudos inclusos na presente revisão.

Resultados e discussão:

Foram encontrados inicialmente 43 artigos nas bases de dados selecionadas. Após o uso dos critérios de inclusão e exclusão, 27 estudos foram considerados elegíveis a partir da análise dos resumos. Desses, foram selecionados os estudos mais relevantes, restando apenas 8 artigos utilizados para integrar a seguinte revisão de literatura. A análise dos artigos evidenciou uma crescente inserção do canabidiol na prática clínica, principalmente em virtude dos seus efeitos, como a minimização de comportamentos ansiosos. Ademais, os estudos analisados também

sugerem que o CBD apresenta um perfil mais seguro em relação às terapias ansiolíticas convencionais, como benzodiazepínicos, tendo em vista o risco reduzido de dependência e tolerância, salientando assim, a importância de investigações acerca do composto como uma alternativa terapêutica promissora.

A pesquisa de Han et al. (2024) aborda que o canabidiol (CBD), um fitocanabinoide proveniente da *Cannabis sativa*, tem recebido crescente atenção nos últimos anos devido ao seu potencial terapêutico no tratamento de transtornos relacionados à ansiedade. Segundo os achados do autor, esse potencial ansiolítico está relacionado à atividade do CBD em receptores cerebrais como o 5-HT1A (serotonina), CB1R (canabinoide tipo 1) e TRPV1 (receptor de potencial transitório vanilóide tipo 1).

Em consonância com esse panorama, Vasconcelos e Serrão (2024) enfatizam que estudos clínicos realizados na última década apontam que o canabidiol, substância não psicoativa, apresenta efeitos adversos mínimos e boa tolerância, sendo considerado uma estratégia terapêutica complementar.

Com base nesse contexto, o sistema endocanabinoide (ECS) tem se mostrado um alvo terapêutico promissor para tratar a ansiedade, por sua possível ação na modulação da plasticidade sináptica e da atividade neuronal relacionada às respostas ansiogênicas (Rodrigues; Alvarenga; Aguiar, 2022). Essa modulação acontece principalmente por intermédio dos receptores CB1 e CB2 acoplados a proteína G, que são ativados pela ligação com substâncias endocanabinoides (Peixoto et al, 2020). Segundo Ruiz, Granja e Rangel (2023), o receptor CB1 está amplamente distribuído no SNC com efeitos psicotrópicos, e quando ativado, desencadeia a hiperpolarização dos neurônios, regulando a liberação de neurotransmissores como glutamato, GABA, noradrenalina, serotonina e dopamina, o que influencia diretamente na percepção e cognição. Por outro lado, o CB2 atua predominantemente nas células do sistema imune (Aguiar et al., 2023).

Aguiar et al. (2023) afirmam que tais receptores desempenham papel semelhante aos endocabinoides produzidos endogenamente pelo ser humano, como a anandamida, exercendo diversas ações essenciais na modulação de atividades fisiológicas, incluindo nocicepção, atividade cardiovascular, e respiratória, bem como atuando no controle da ansiedade. Neste último caso, a ação se dá principalmente em regiões cerebrais envolvidas nas respostas ansiogênicas, como o córtex pré-frontal, a amígdala e o hipocampo, contribuindo para a redução de estados de medo e preocupação

Ainda que o CBD não atue de forma direta sendo agonista desses receptores, ele modula o ECS de forma indireta. Um dos seus principais mecanismos é a inibir enzima FAAH (amida hidrolase de ácidos graxos), que é responsável por degradar a anandamida. Ao impedir essa

degradação, o CBD aumenta os níveis dessa substância no cérebro, prolongando seus efeitos ansiolíticos (Peng et. al, 2022 apud Silva Júnior; Pereira; Muller, 2024).

Embora os mecanismos de ação do CBD ainda não sejam inteiramente elucidados, sua interação no sistema endocanabinoide e em receptores serotoninérgicos 5-HT_{1A} é crucial para a mediação de efeitos como neuroproteção, atenuação de efeitos depressivos e ansiolíticos, propiciando assim base para sua aplicabilidade clínica no tratamento dos quadros de ansiedade, conforme indicado em estudos experimentais (Rodrigues; Alvarenga; Aguiar, 2022).

Em análise realizada por França et al. (2023), os autores observaram que o uso do canabidiol (CBD) no tratamento da ansiedade fornece diversos efeitos benéficos, entre os quais se destacam a redução de episódios ansiosos, a melhora do bem-estar geral e na habilidade de lidar com circunstâncias estressantes, além da indução de estados de calma e relaxamento, resultando, desse modo, na melhora da qualidade de vida.

Corroborando com essas evidências, a meta-análise conduzida por Han et al. (2024) forneceu suporte adicional para os efeitos ansiolíticos do canabidiol, indicando reduções estatisticamente significativas nas manifestações clínicas de diversos transtornos de ansiedade, incluindo transtorno de ansiedade generalizada (TAG), o transtorno de ansiedade social (TAS), o transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) e o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Estudos clínicos inclusos na meta-análise relataram que as maiores reduções ocorreram com uso contínuo do CBD, com melhora de até 25% dos sintomas após um mês de tratamento, conforme a escala utilizada. Já em protocolos de dose única (uso agudo), observaram-se reduções de 18% a 44% nos escores de ansiedade durante situações de estresse.

Diante disso, frente aos efeitos adversos relacionados às terapias farmacológicas convencionais para os transtornos de ansiedade, tais como os benzodiazepínicos e os antidepressivos, que incluem o risco de dependência, disfunção sexual e tolerância (Rodrigues; Alvarenga; Aguiar, 2022), torna-se clara a carência de opções terapêuticas mais seguras. A dependência aos benzodiazepínicos por exemplo, está diretamente ligada à modulação de determinados tipos de receptores GABAA, especialmente aqueles que contém a subunidade $\alpha 1$. Esses receptores estão implicados não somente na mediação dos efeitos ansiolíticos, mas também nos mecanismos de recompensa, tolerância e desenvolvimento de dependência, ainda que os processos moleculares exatos careçam de investigação mais ampla (Engin, 2023). Nesse contexto, o canabidiol (CBD) vem se destacando por seu perfil de segurança.

Consoante Peixoto et al. (2020) os efeitos desses fármacos convencionais, principalmente quando manejados de forma crônica por meses ou anos, podem desencadear a dependência química, comprometendo de forma severa a vida social do indivíduo devido ao quadro de abstinência, o qual

pode acarretar irritação, insônia em excesso, sudorese, dor corporal e em casos mais graves, convulsões. Em contrapartida, aparentemente isso não acontece com o uso do CBD. Várias investigações *in vivo* e *in vitro* sobre sua aplicação terapêutica em distintas concentrações da planta, não detectaram efeitos colaterais relevantes ou toxicidade significativa.

Segundo Rodrigues, Alvarenga e Aguiar (2022), não há relatos de overdose letal com o uso de fitocanabinoides. Ainda segundo os autores, a literatura também sugere efeitos adversos de caráter favorável e baixa interação medicamentosa quando comparado com outros meios terapêuticos; todavia, faz-se mister observar que existe a escassez de estudos investigando esses parâmetros.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, os achados de Silva Júnior, Pereira e Muller (2024), enfatizam esse panorama afirmando que o CBD se distingue de medicamentos ansiolíticos convencionais, pela falta de reações psicoativas, segurança e tolerabilidade positiva, além de demonstrar resultados benéficos em ensaios clínicos, sobretudo no que compete seu papel ansiolítico. Esses achados ressaltam o potencial do CBD como uma opção terapêutica de potencial no manejo dos transtornos ansiosos.

Considerações Finais:

A presente revisão possibilitou compreender a aplicação do canabidiol (CBD) como recurso terapêutico no enfrentamento do transtorno de ansiedade, atendendo plenamente ao objetivo proposto. A análise da literatura revelou que o fitocanabinoide se apresenta como uma possibilidade viável frente às limitações das terapias convencionais, ampliando as possibilidades no cuidado em saúde mental.

Além de favorecer uma nova perspectiva sobre abordagens terapêuticas mais seguras, os achados reunidos reforçam a necessidade de mais investigações sobre o composto com maior rigor científico, considerando aspectos como posologia, procedimentos terapêuticos pertinentes e segurança a longo prazo. Embora, seus efeitos terapêuticos apresentem relevância, faz-se mister um corpo de evidências com respaldo científico mais robusto, assegurando assim, sua aplicação clínica com segurança e eficácia prolongada.

Evidencia-se, portanto, que fomentar a produção de novos conhecimentos por meio de estudos clínicos aprofundados, bem como estabelecer diretrizes regulatórias adequadas, é essencial para consolidar o CBD como uma opção complementar válida no manejo do transtorno de ansiedade, contribuindo para uma assistência mais humanizada, segura e embasada em evidências.

Por derradeiro, reafirma-se que o presente estudo agrega significativamente para o debate científico sobre novas estratégias terapêuticas em saúde mental. Os dados ampliam o entendimento

acerca do uso do CBD no tratamento da ansiedade e enfatizam a urgência de fortalecer a base científica que sustenta sua aplicabilidade clínica.

Referências:

AGUIAR, M. S. de *et al.* **Canabidiol (CBD) e seus efeitos terapêuticos para a ansiedade no ser humano.** *Research, Society and Development*, [S.l.], v. 12, n. 4, p. e28012441298, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41298>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ENGIN, Elif. **GABAA receptor subtypes and benzodiazepine use, misuse, and abuse.** *Frontiers in Psychiatry, Lausanne*, v. 13, art. 1060949, 12 jan. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36713896/>. Acesso em: 11 jul. 2025. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyt.2022.1060949>.

FRANÇA, G. de O. *et al.* **Uso terapêutico de óleo de *Cannabis* em pacientes com insônia e ansiedade: uma revisão.** *Brazilian Journal of Health Review*, [S.l.], v. 6, n. 6, p. 28321–28338, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/64853>. Acesso em: 1 jul. 2025.

HAN, K. *et al.* **Therapeutic potential of cannabidiol (CBD) in anxiety disorders: a systematic review and meta-analysis.** *Psychiatry Research*, v. 339, p. 116049, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2024.116049>. Acesso em: 1 jul. 2025.

PEIXOTO, L. dos S. F. *et al.* **Ansiedade: o uso da *Cannabis* sativa como terapêutica alternativa frente aos benzodiazepínicos.** *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 7, p. 50502–50509, jul. 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n7-631.

LEVADA, L. *et al.* **Uma revisão narrativa da literatura sobre o uso de canabidiol no tratamento da ansiedade.** *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 2257–2266, 2024. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1548>. Acesso em: 19 jun. 2025.

RODRIGUES, B. B.; ALVARENGA, L. C. R.; AGUIAR, C. **Uso terapêutico do canabidiol nos transtornos de ansiedade e insônia.** *Brazilian Journal of Development*, [S.l.], v. 8, n. 12, p. 79140–79152, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/55385>. Acesso em: 19 jun. 2025.

RUIZ, M. P.; GRANJA, A. J. P.; RANGEL, M. P. **Relação do uso do Canabidiol nos transtornos ansiosos: uma revisão.** *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 8938–8947, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n3-047. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/59522>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SILVA JÚNIOR, S. G. da; PEREIRA, L. O.; MULLER, S. D. **O uso do canabidiol (CBD) no manejo de transtornos de ansiedade: uma revisão narrativa sobre eficácia e segurança.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S.l.], v. 10, n. 12, p. 482–508, 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17433>. Acesso em: 2 jul. 2025.

SIMEI, J. L. Q. *et al.* **Cannabidiol in anxiety disorders: current and future perspectives.** International Review of Neurobiology, [S.l.], v. 177, p. 205–234, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/bs.irn.2024.05.003>. Acesso em: 1 jul. 2025.

VASCONCELOS, D. L. de; SERRÃO, C. K. R. **Atualizações sobre o uso de canabidiol em pacientes com transtorno de ansiedade.** Cognitionis Scientific Journal, [S.l.], v. 7, n. 2, p. e454, 2024. Disponível em: <https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/view/454>. Acesso em: 1 jul. 2025.

WRIGHT, M.; DI CIANO, P.; BRANDS, B. **Use of cannabidiol for the treatment of anxiety: a short synthesis of pre-clinical and clinical evidence.** Cannabis and Cannabinoid Research, New Rochelle, v. 5, n. 3, p. 191–196, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/can.2019.0052>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PLANTAS MEDICINAIS NO CUIDADO À SAÚDE MENTAL: ABORDAGENS TERAPÊUTICAS E LIMITES CLÍNICOS

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Mentais;

Ana Karolina Alves dos Santos

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Geniffer Rhanná De Lima Mota

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Hellen Juliane Oliveira Gomes

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Jéssica Andréia Pereira Barbosa

Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife PE

Maria Clara de Andrade Dias

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Thayanne de Azevedo Falcão

Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Marllon Alex Nascimento Santana

Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Imaculada Conceição do Recife – FICR, Recife PE

Resumo: Ao longo do tempo assuntos envolvendo a saúde mental passaram a ser abordados com mais seriedade decorrente ao aumento significativo de pessoas que sofrem com algum tipo de doença psicossomática. Decorrente disso, com a evolução da ciência algumas espécies de plantas passaram a ser estudadas com a finalidade de comprovar seus efeitos benéficos para doenças associadas a transtornos mentais. O estudo teve como objetivo descrever o uso de plantas medicinais no cuidado à saúde mental, destacando suas abordagens terapêuticas, benefícios potenciais e os limites clínicos para sua aplicação segura e eficaz. O método utilizado foi uma revisão integrativa da literatura, com busca realizada nas bases de dados Medline/PubMed, Portal de Periódicos da CAPES e Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando descritores combinados por operadores booleanos “AND” e “OR”. Como resultado, foram selecionados 35 artigos publicados nos últimos cinco anos. Por meio de uma avaliação criteriosa, foram selecionados estudos em língua portuguesa que abordavam a utilização das plantas medicinais para fins terapêuticos visando a melhora da saúde mental. Com base no estudo da literatura científica, constatou-se como algumas espécies de plantas apresentam benefícios significativos no controle de transtornos mentais devido aos seus compostos químicos que atuam exercendo função ansiolítica e calmante, além de apresentarem potenciais risco a saúde, sendo assim consideradas um meio de tratamento sem riscos significativos quando comparados aos fármacos sintéticos. Evidências indicam que, embora as plantas medicinais sejam amplamente utilizadas por serem consideradas “naturais”, seu uso exige cautela desde a identificação correta da espécie até o consumo, uma vez que o uso inadequado pode provocar intoxicações e efeitos adversos. Desse modo o manejo dessa prática deve ser acompanhado por um profissional da saúde para evitar danos ao organismo.

Palavras-chave: Efeitos adversos; Fitoterapia; Plantas medicinais; Saúde mental.

Introdução:

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS, 2023), a saúde mental é definida como uma condição de plenitude em que o indivíduo consegue usufruir da existência, desenvolver suas atividades laborais e participar ativamente do seu entorno, enquanto gerencia seus aspectos afetivos. Em outros termos, significa ter habilidade para enfrentar tanto experiências prazerosas

como felicidade, afeto e determinação quanto situações desafiadoras, incluindo melancolia, insegurança e desapontamentos.

Apesar dessa concepção abrangente de bem-estar, o cenário global revela um aumento significativo nos transtornos mentais. Consoante Selhorst et al. (2025), uma em cada oito pessoas no mundo convive com algum transtorno mental, com agravamento significativo desse quadro após a pandemia de COVID-19. A falta de tratamento adequado eleva os riscos de suicídio, exacerba comorbidades físicas e compromete severamente a qualidade de vida dos indivíduos afetados. Nesse contexto, os autores destacam o crescente interesse no uso de plantas medicinais como alternativa terapêutica mais acessível e culturalmente adaptada, especialmente para as populações vulneráveis.

Com base nesse panorama, torna-se relevante compreender como essas alternativas são definidas e regulamentadas. A Legislação Sanitária Brasileira afirma que as plantas medicinais são definidas como vegetais que apresentam princípios ativos com ação farmacológica em suas estruturas, como folhas, flores, raízes ou cascas (Brasil, 2025). De forma complementar, Pizano et al. (2024) destacam que seus benefícios terapêuticos derivam de compostos bioativos como alcaloides, flavonoides, terpenos e glicosídeos, cujas propriedades farmacológicas sustentam sua eficácia. Tais compostos possuem capacidade de interação fisiológica, sendo empregados para fins curativos, paliativos ou de manejo de patologias e desequilíbrios orgânicos (Brasil, 2025).

A partir de seus componentes ativos, diversas espécies vegetais vêm sendo amplamente utilizadas na medicina tradicional, especialmente no contexto da saúde mental. As plantas medicinais e fitoterápicos representam opções terapêuticas com histórico consolidado, sendo valorizadas por suas propriedades calmantes e ansiolíticas. Espécies como *Valeriana officinalis* (valeriana), *Melissa officinalis* (erva-cidreira) e *Passiflora incarnata* (maracujá) compõem formulações fitoterápicas reconhecidas no manejo da ansiedade. Além disso, a crescente aceitação social pelas terapias naturais reflete a demanda por terapias mais seguras e menos agressivas à saúde (Pizano et al., 2024).

Nesse contexto, o reconhecimento do potencial terapêutico das plantas medicinais por instituições internacionais reforça sua relevância na promoção da saúde. Desde a elaboração da Declaração de Alma-Ata, em 1978, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem incentivado a valorização das plantas medicinais, considerando que cerca de 80% da população mundial faz o uso desse tipo de recurso para o tratamento e cura de enfermidades. Essa valorização foi reafirmada na estratégia da OMS sobre medicina tradicional lançada entre 2002 e 2005, com o intuito de incentivar os países a desenvolverem políticas públicas voltadas a regulamentação e ao uso seguro das plantas medicinais. No Brasil, esse movimento resultou na construção da Política Nacional de

Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), em 3 de maio de 2006, através a Portaria nº 971, que aprovou a inclusão das plantas medicinais no âmbito do Sistema Único de Saúde (Cherobin et al., 2022). Conforme destacado por Duarte e Oliveira (2024), a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) instituída no ano 2006 no Sistema Único de Saúde (SUS), e seu programa complementar implementado em 2008, visam conciliar acessibilidade populacional com acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos.

Entretanto, apesar do crescente interesse pelo uso de plantas medicinais e fitoterápicos refletirem uma tendência significativa no campo da saúde integrativa, ainda subsistem obstáculos importantes quanto à compreensão dos fatores que influenciam essa prática. Persistem significativas lacunas cognitivas e comportamentais, como quanto ao nível de conhecimento populacional sobre as propriedades, benefícios e possíveis efeitos adversos desses recursos, assim como os fatores determinantes de sua utilização como terapia substitutiva ou adjuvante aos protocolos farmacológicos convencionais (Pizano et al., 2024).

Com vistas a subsidiar o melhor entendimento da inserção desses conceitos, este estudo visa promover a compreensão aprofundada da interação entre as plantas medicinais e a saúde mental. Em um cenário onde a busca por opções de cuidado diversificados cresce, torna-se imperativo desmistificar e qualificar o uso dessas alternativas.

Objetivo:

Descrever o uso de plantas medicinais no cuidado à saúde mental, destacando suas abordagens terapêuticas, benefícios potenciais e os limites clínicos para sua aplicação segura e eficaz.

Materiais e métodos:

A presente pesquisa caracteriza-se como, uma revisão integrativa da literatura, sobre o uso de plantas medicinais no cuidado à saúde mental, destacando suas abordagens terapêuticas, benefícios potenciais e limites clínicos. A pergunta norteadora formulada foi: “De que maneira as plantas medicinais têm sido utilizadas como coadjuvantes no tratamento de transtornos de saúde mental, e quais são os limites clínicos associados ao seu uso?”.

Foi conduzida uma pesquisa bibliográfica no período de junho de 2025 nas principais bases de dados: Medline/PubMed, Portal de Periódicos da CAPES e a Scientific Electronic Library Online (SciELO). A construção da estratégia de busca utilizou os descritores padronizados dos vocabulários em Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH), combinados por operadores booleanos “AND” e “OR”. A sintaxe básica foi adaptada conforme os

critérios de indexação das plataformas consultadas (ex: "plantas medicinais" OR fitoterapia AND "saúde mental" AND "limitações clínicas" OR "efeitos adversos").

Foram adotados como critérios de inclusão os estudos que abordassem o uso de plantas medicinais e/ou fitoterápicos no contexto da saúde mental, artigos em língua portuguesa e inglesa disponíveis na íntegra, publicados nos últimos cinco anos 2020-2025. Foram excluídos os artigos duplicados identificados em mais de uma base de dados, assim como aqueles indisponíveis na íntegra, publicados antes do recorte temporal dos últimos cinco anos ou que não abordassem o uso das plantas medicinais na temática em questão.

Essa metodologia forneceu maior aplicabilidade de conhecimento nos resultados de estudos significativos para evidências da revisão vigente.

Resultados e discussão:

Foram encontrados 35 artigos nas bases de dados selecionadas. Após a utilização de critérios de inclusão e exclusão, levando em consideração os artigos em sua primeira ocorrência (desconsiderando sua duplicidade em outras bases de dados), associada a uma análise dos conteúdos abordados nos artigos, a partir da leitura dos resumos obteve-se 26 artigos. Destes foram selecionados os estudos mais relevantes sobrando apenas 07 artigos utilizados para abranger a revisão de literatura apresentada a seguir. Entre os artigos selecionados notou-se que boa parte dos autores apoiam a utilização de plantas medicinais para fins terapêuticos salientando que apesar de serem um método mais seguro é necessário o uso consciente com as devidas instruções passadas por um profissional da saúde.

A distinção entre fitoterapia e plantas medicinais ainda é um desafio para grande parte da população, conforme apontado por estudos recentes (Pizano et al., 2024). Carvalho e Baiense (2023 apud Pizano et al., 2024), por sua vez, explicam que a diferença entre fitoterapia e plantas medicinais reside no modo como essas duas abordagens são aplicadas e no contexto em que são utilizadas, embora estejam interligadas por nuances que as distinguem. De forma geral, pode-se definir plantas medicinais como aquelas que possuem propriedades curativas, podendo ser usadas de forma tradicional ou caseira, enquanto a fitoterapia é o uso dessas plantas medicinais dentro de uma prática médica ou terapêutica formal, com base em evidências científicas e controle rigoroso da dosagem e segurança.

Políticas Nacionais como PNPIC (Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares) e a PNPMF (Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos) foram instituídas com o objetivo de estimular a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos de maneira segura contando com a elaboração de programas como o Programa Nacional de Plantas e Fitoterápicos que foi responsável por elaborar Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse

ao SUS (RENISUS), que se trata de uma ficha contendo 71 nomes de plantas que tem seu uso liberado para fins de cuidados com a saúde, além disso, também foram elaborados pela ANVISA em 2009 normas para a utilização, harmonização, atualização, disponibilização de bulas para os profissionais de saúde e pacientes. Determinada norma estipula que as bulas de fitoterápicos devem conter o nome do medicamento, nome da planta utilizada que parte da mesma foi usada para a produção do fitoterápico assim garantido a seguridade dos pacientes (Cherobin et al.,2022).

Miranda e Vieira (2021) por sua vez abordam como a utilização das Práticas Integrativas e Complementares (PICS), vem se tornando uma opção de tratamento viável para aquelas pessoas que necessitam de um cuidado prolongado tendo como opção a utilização de plantas medicinais, as autoras ainda levantam a discussão em relação como a utilização das PICS é visto como uma prática não convencional comparada ao saber médico.

Algumas espécies de plantas se mostram ser promissoras para meios de tratamento associados a saúde mental por apresentarem uma capacidade ansiolítica e sedativa auxiliando dessa forma em casos de estresse, ansiedade e até mesmo em casos de depressão moderada, mas apesar de conter diversos benefícios é importante salientar que tanto a eficácia e segurança de determinadas espécies podem variar (Dutra et al.,2024).

Espécies como *Matricaria chamomilla* (camomila) apresentam flavonoides e óleos voláteis como principais elementos ativos que desencadeiam suas propriedades terapêuticas e ação ansiolítica. Por sua vez, a *Passiflora incarnata* (flor de maracujá) contém a presença de alcaloides, flavonoides, glicosídeos cianogênicos, esteroides e saponinas, que atuarão como depressores do sistema nervoso central. A *Valeriana officinalis* (valeriana) possui compostos ativos como o ácido valerênico e ácido isovalérico que promovem atividades sedativas e ansiolíticas. Por fim, a *Melissa officinalis* (erva-cidreira) contém ácido rosmarínico, triterpenoides pentacíclicos, ácido ursólico e oleanólico os quais resultam na diminuição da atividade neural. As plantas são utilizadas de maneira popular, sejam através de chás ou essências que possuem substâncias ativas, auxiliando no controle da ansiedade, estresse, insônia e até mesmo na depressão, dessa forma tornando as plantas medicinais uma opção viável de tratamento para transtornos associados a saúde mental (Penido; Andrade, 2023).

A utilização de plantas para a promoção do bem estar apesar de ser considerado uma pratica popular se faz necessário uma devida atenção na utilização de determinada terapia, pois apesar de algumas espécie apresentarem um potencial terapêutico promissor dependendo da localidade onde essa espécie foi recolhida, ela pode ter passado por alguma influência biológica decorrente do meio ambiente em que estava inserida, assim podendo acarretar em mudanças dos seus compostos químicos resultante em efeitos tóxicos ao corpo. Desse modo é necessário que exista práticas de

cuidados em relação as plantas medicinais, sendo essas: identificação correta da espécie vegetal, ter o conhecimento sobre qual parte da planta utilizar, a forma correta de preparação, dosagem correta e tempo de uso, considerando que o uso prolongado das plantas medicinais pode acarretar efeitos danosos ao organismo (Anvisa, 2022).

Santos et al. (2023) salientam que é necessária uma ampla pesquisa sobre os constituintes presentes nas espécies vegetais para a identificação de possíveis alternativas de tratamentos seguros e eficazes relacionados a saúde mental, e que seu uso deve ser realizado com as devidas orientações fornecidas por um profissional da saúde. Embora existam avanços na utilização das plantas medicinais no cuidado ainda se encontram desafios presentes no uso seguro e consciente por parte dos usuários, sendo assim se faz necessária a capacitação por parte dos profissionais da saúde, o incentivo de mais pesquisas científicas e a divulgação de informações sobre o uso adequado dessas plantas para a promoção do bem-estar (Abreu et al., 2024).

Considerações Finais:

Os achados do presente estudo, evidenciaram, que as plantas medicinais apresentam um papel terapêutico relevante no tratamento da saúde mental frente às terapias farmacológicas convencionais. Sua eficácia, se destaca substancialmente devido às suas propriedades ansiolíticas e sedativas, as quais foram evidenciadas no manejo de condições em diferentes categorias de quadros de transtornos. Além disso, o baixo custo e a disponibilidade dessas plantas as posicionam como uma opção viável para terapias complementares.

Contudo, apesar do crescente corpo de evidências que sustenta o potencial terapêutico das plantas medicinais no manejo de transtornos mentais, persistem desafios fundamentais que impedem sua plena integração. Dentre estes, destacam-se: a necessidade de identificação botânica precisa, a padronização das partes vegetais ativas e métodos de preparação, a determinação de dosagens seguras e eficazes, e a carência de ensaios clínicos robustos e de longo prazo, lacuna que limita significativamente a generalização dos resultados.

Dessa forma, faz-se premente a realização de investigações mais duradouras e rigorosas, as quais não apenas consolidariam as evidências existentes, mas também permitiriam elucidar os efeitos a longo prazo e a variabilidade de respostas entre distintos perfis populacionais.

Referências:

ABREU, A. V. C. B; LIMA, Grazielly A.de ; SERRA, M. B. **Efeito de plantas com potencial medicinal em transtornos de ansiedade.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 24, n. 12, p.1-8, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/REAS.e16977.2024>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Orientações sobre o uso de fitoterápicos e plantas medicinais: cartilha de orientações sobre o uso de fitoterápicos e plantas medicinais**

[Brasília,DF]:Anvisa,[2022]. Disponível:
<https://www.gov.br/anvisa/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/medicamentos/publicacoes-sobre-medicamentos/orientacoes-sobre-o-uso-de-fitoterapicos-e-plantas-medicinais.pdf>. Acesso em 19 jun.2025

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde. **Plantas medicinais e fitoterápicos**. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde, [2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/plantas-medicinais-e-fitoterapicos>. Acesso em: 19 jun. 2025. Acesso em 11 jun 2025.

CHEROBIN, F. *et al.* **Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, e320306, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/50103-73312022320306>. Acesso em: 11 jul. 2025.

DUARTE, M. K. da C.; OLIVEIRA, J. G. de. **Segurança e eficácia do uso de fitoterápicos utilizados na prática clínica: uma revisão de literatura**. Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras, v. 11, n. único, p. 481-499, 2024. DOI: 10.35621/23587490. v11.n1. p481-499. Acesso em: 18 jun. 2025.

DUTRA A. S. D. S *et al.* **Potencial ansiolítico de fitoterápicos no tratamento de distúrbios psiquiátricos**[Anxiolytic potential of phytotherapics in the treatmentof psychiatric disorders]. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 3472-3484, jan./fev. 2024.DOI:10.34119/bjhrv7n1-280. Acesso em:19 jun.2025.

MIRANDA, G. U; VIEIRA, C. R. **Práticas Integrativas e Complementares como possibilidade de cuidado em saúde mental**. Research, Society and Development, v. 10, n. 10, e368101018917, 2021. DOI:<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18917>.Acesso em:19 jun 2025

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Saúde mental**. Washington, D.C.: OPAS, [2023]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-mental>. Acesso em: 18 jun. 2025.

PIZANO, N. A. A. *et al.* **Avaliação do conhecimento e utilização de plantas medicinais e fitoterápicos para o tratamento de ansiedade e sintomas associados**. In: Horizontes da ciência: uma perspectiva multidisciplinar. Rio de Janeiro: Editora Epitaya, 2024. p. 36-52. ISBN 978-85-94431-67-7. Acesso em: 17 jun. 2024.

PENIDO, R. B. da S; ANDRADE, L. G. **Plantas medicinais no tratamento da ansiedade**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 327-337, maio 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i5.9694>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SANTOS, I. T. *et al.* **Plantas medicinais no auxílio dos sintomas da ansiedade e depressão: uma revisão integrativa**. Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança, João Pessoa, v. 21, n. especial 2, p. 540-555, 2023. DOI: 10.17695/rcsne.v0121.nEsp2.p540-555. Acesso em: 15 jun. 2025.

SELHORST, K. A. *et al.* **Uso de plantas medicinais no tratamento de transtornos mentais**. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 01-14, maio/jun. 2025. DOI: 10.34119/bjhrv8n3-092. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv8n3-092>. Acesso em: 05 jul. 2025

DEPRESSÃO E ANSIEDADE SOB UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Mentais

Alana da Silva Gomes

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Santa Marcelina – FASM, São Paulo SP

Giovana de Carvalho

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Santa Marcelina – FASM, São Paulo SP

Larissa Ferreira Campos

Graduanda em Enfermagem pela Faculdade Santa Marcelina – FASM, São Paulo SP

Resumo: A depressão e a ansiedade figuram entre os principais desafios da saúde mental contemporânea, afetando milhões de indivíduos em nível global. A prevalência entre estudantes universitários é crescente, impactando o desempenho acadêmico, o vínculo social e a permanência estudantil. Este trabalho tem como objetivo integrar uma análise interdisciplinar que abrange aspectos psicológicos, psiquiátricos, socioculturais e o papel fundamental da enfermagem. Utilizando como base teórica autores como Beck, Yalom, Han, Foucault, Minayo, Watson, Barker, Roy e Berardi, propõe-se uma revisão narrativa da literatura sobre os fatores que influenciam esses transtornos e as estratégias de cuidado humanizado, com foco no ambiente acadêmico. Conclui-se que a abordagem integrada e a valorização da escuta, do acolhimento e da subjetividade são essenciais para o enfrentamento do sofrimento psíquico.

Palavras-chave: Depressão; Ansiedade; Saúde mental; Interdisciplinaridade; Desempenho acadêmico; Enfermagem.

Introdução:

A saúde mental tem se consolidado como um dos temas mais urgentes da atualidade, especialmente diante do aumento expressivo de casos de depressão e ansiedade em diversas faixas etárias e contextos sociais (Organização Pan-Americana da Saúde, s.d.). Mais do que a simples ausência de transtornos mentais, a saúde mental refere-se a um estado de bem-estar que permite ao indivíduo lidar com as adversidades da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir para sua comunidade (Minayo, 2014). No entanto, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam uma realidade preocupante: milhões de pessoas vivem com transtornos mentais, e o suicídio já representa uma das principais causas de morte entre jovens de 15 a 29 anos.

Entre os grupos mais afetados, destacam-se os estudantes universitários, cujas vivências são atravessadas por pressões acadêmicas, instabilidade socioeconômica, cobrança por desempenho e inseguranças existenciais. No Brasil, o cenário não é diferente. Pesquisas recentes indicam que a ansiedade e a depressão são fatores determinantes para o baixo rendimento acadêmico, evasão escolar e dificuldades de integração social no ensino superior.

Diante da complexidade desses transtornos, torna-se necessário um olhar que transcenda o modelo biomédico tradicional e abarque a multidimensionalidade do sofrimento psíquico. Nesse

sentido, uma abordagem interdisciplinar — que articule saberes da psicologia, da psiquiatria, da sociologia e da enfermagem— mostra-se essencial. Autores como Aaron Beck, Irvin D. Yalom, Byung-Chul Han, Michel Foucault, Maria Cecília Minayo, Jean Watson e Phil Barker contribuem com reflexões que ampliam a compreensão dos aspectos cognitivos, existenciais, sociais e relacionais que envolvem a saúde mental.

Assim, este estudo propõe uma análise crítica sobre a depressão e a ansiedade a partir de uma perspectiva multidisciplinar, com especial atenção ao impacto desses transtornos no contexto universitário e ao papel estratégico da enfermagem no cuidado humanizado e integral. Ao integrar diferentes campos do conhecimento, busca-se construir uma visão mais sensível, ética e eficaz para o enfrentamento do sofrimento psíquico contemporâneo.

Objetivo:

Analisar, sob uma perspectiva interdisciplinar, os fatores que contribuem para a prevalência de depressão e ansiedade no contexto universitário, com ênfase nas contribuições da psicologia, psiquiatria, sociologia e enfermagem, visando identificar estratégias de cuidado humanizado e integral em saúde mental.

Materiais e métodos:

Este trabalho trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa, realizada entre abril e junho de 2025. A seleção dos materiais foi feita nas bases SciELO, LILACS, PubMed e Google Scholar, utilizando os descritores “depressão”, “ansiedade”, “saúde mental”, “universitários”, “enfermagem”, “interdisciplinaridade” e “cuidado humanizado”. Foram considerados textos publicados entre 2013 e 2024, disponíveis em português, inglês ou espanhol, com texto completo e relevância teórica para os objetivos da revisão narrativa. Também foram incluídas obras de autores clássicos e contemporâneos que embasam a reflexão crítica sobre o tema.

Resultados e discussão:

1. Aspectos Psicológicos e Psiquiátricos

A compreensão dos transtornos mentais, como a depressão e a ansiedade, demanda uma análise aprofundada dos aspectos psicológicos e psiquiátricos que os constituem. A psicologia, com suas diferentes abordagens teóricas, têm desempenhado um papel fundamental na identificação das origens do sofrimento psíquico e na construção de estratégias terapêuticas. Entre os principais referenciais, destacam-se as contribuições de Aaron Beck e Irvin D. Yalom.

Aaron Beck, considerado o precursor da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), propõe que a depressão está diretamente relacionada a padrões disfuncionais de pensamento, conhecidos

como tríade cognitiva negativa: visão distorcida de si mesmo, do mundo e do futuro. Segundo Beck, não são os eventos em si que provocam o sofrimento emocional, mas a forma como são interpretados pelo indivíduo (Beck, 1997). A TCC visa, portanto, identificar e modificar essas distorções cognitivas por meio da reestruturação de pensamentos, promovendo maior equilíbrio emocional e funcionalidade. Estudos mostram que essa abordagem é eficaz no tratamento tanto da depressão quanto da ansiedade, podendo ser aplicada de forma isolada ou combinada com intervenção medicamentosa (Powell et al., 2008).

Por outro lado, Irvin D. Yalom, com sua psicoterapia existencial, apresenta uma perspectiva mais humanista e filosófica do sofrimento mental. Para Yalom, a ansiedade e a angústia derivam da confrontação com as condições fundamentais da existência humana: morte, liberdade, isolamento e a busca por sentido. Ao reconhecer essas dimensões existenciais como inerentes à vida, sua abordagem não busca a eliminação da dor, mas sim a construção de significados e o fortalecimento da autonomia do sujeito frente às incertezas. A relação terapêutica, nesse contexto, torna-se um espaço privilegiado para a reflexão, o autoconhecimento e o amadurecimento emocional (Yalom, 2008).

No campo da psiquiatria, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria (2014), constitui-se como a principal ferramenta de diagnóstico clínico. O DSM-5 fornece critérios específicos e padronizados para a identificação de transtornos mentais, contribuindo para a comunicação entre profissionais e a sistematização da pesquisa científica. No entanto, essa padronização tem sido alvo de críticas. Autores como Allen Frances (2019), Jerome Wakefield e Allan Horwitz (2007) alertam para os riscos da medicalização excessiva de experiências humanas normais, como o luto, a tristeza e o estresse cotidiano, que passam a ser enquadrados como patologias tratáveis com psicofármacos. A banalização diagnóstica pode levar ao sobrediagnóstico, ao uso indiscriminado de medicamentos e à estigmatização de indivíduos que, muitas vezes, vivenciam sofrimentos legítimos dentro de contextos sociais e culturais adversos.

Neste cenário, torna-se imprescindível adotar abordagens terapêuticas que respeitem a complexidade biopsicossocial do indivíduo. Além da TCC e da psicoterapia existencial, intervenções como mindfulness, psicoeducação e práticas integrativas têm sido reconhecidas como eficazes na redução de sintomas depressivos e ansiosos, especialmente no contexto universitário, onde estudantes enfrentam elevada carga emocional e vulnerabilidade psíquica (Almeida et al., 2023; Oliveira, 2023).

A articulação entre as contribuições da psicologia, da psiquiatria e da prática clínica cotidiana permite ampliar a compreensão dos transtornos mentais para além do sintoma e do

diagnóstico. É necessário valorizar o sujeito em sua totalidade, considerando não apenas os aspectos neurobiológicos, mas também as vivências subjetivas, os vínculos afetivos e o contexto sociocultural que moldam sua experiência de sofrimento.

2. Fatores Socioculturais

A compreensão da depressão e da ansiedade exige, além de uma análise clínica, um olhar atento aos fatores socioculturais que moldam as experiências subjetivas de sofrimento. A sociedade contemporânea impõe uma série de exigências e padrões que impactam diretamente o bem-estar mental dos indivíduos, especialmente em contextos como o ambiente universitário, onde jovens lidam com pressão por desempenho, incertezas profissionais e instabilidades econômicas.

Byung-Chul Han (2015), em sua obra *Sociedade do Cansaço*, descreve como a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade do desempenho transforma o sujeito moderno em um "empreendedor de si mesmo". Segundo o autor, o excesso de positividade, a busca constante por produtividade e a autovigilância psíquica geram uma sobrecarga emocional silenciosa, levando à exaustão, ansiedade e depressão. Esse modelo neoliberal, ao mesmo tempo que prega liberdade, estimula uma auto exploração contínua, tornando o próprio indivíduo responsável por seu sucesso — ou fracasso — emocional e profissional.

Complementando essa análise, Franco “Bifo” Berardi (2019) associa os transtornos mentais à lógica do capitalismo cognitivo, que privilegia a velocidade, a competição e a hiperconectividade. A constante exposição a estímulos digitais e a precarização das relações sociais dificultam a construção de vínculos afetivos e narrativas identitárias consistentes, favorecendo o isolamento, a ansiedade difusa e a sensação de vazio existencial. No contexto acadêmico, essas dinâmicas se manifestam na forma de autocobrança, medo de fracassar, dificuldade de concentração e sensação de inadequação.

O estigma social associado aos transtornos mentais também constitui um importante fator agravante. Michel Foucault (2017), em *História da Loucura*, analisa como a sociedade ocidental, ao longo da história, construiu a separação entre razão e loucura, relegando os indivíduos considerados "desviantes" à marginalização e ao silenciamento. Essa lógica persiste até os dias atuais, dificultando o reconhecimento e o enfrentamento do sofrimento psíquico. Muitas vezes, o medo do julgamento e da rotulação impede que estudantes busquem ajuda ou compartilhem suas angústias, perpetuando o sofrimento em silêncio.

No Brasil, essas questões são intensificadas por desigualdades estruturais. Maria Cecília de Souza Minayo (2014; 2024), referência na saúde coletiva, destaca que as condições sociais — como pobreza, violência, discriminação e falta de acesso a serviços — impactam diretamente a saúde mental da população. Para estudantes universitários oriundos de contextos vulneráveis, o peso das

expectativas familiares, a exclusão social e as barreiras institucionais agravam o sofrimento e aumentam o risco de evasão acadêmica.

Nesse cenário, a ausência de políticas inclusivas e de estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde mental revela-se um desafio. Ambientes acadêmicos que priorizam a competitividade em detrimento da cooperação e do acolhimento contribuem para a perpetuação da ansiedade e da depressão entre estudantes. Portanto, é essencial promover uma cultura universitária que valorize o cuidado, o apoio mútuo e a escuta, reconhecendo os determinantes sociais do sofrimento psíquico.

3. O papel da Enfermagem

A enfermagem ocupa posição estratégica no cuidado em saúde mental, especialmente em contextos marcados pela complexidade do sofrimento psíquico, como o ambiente universitário. Ao adotar uma abordagem centrada no paciente e voltada para a integralidade do ser humano, o enfermeiro torna-se elo fundamental entre o sujeito, a equipe multiprofissional e os serviços de apoio. Para além do cuidado técnico, sua atuação envolve escuta, acolhimento, vínculo e promoção da autonomia, pilares indispensáveis para um cuidado verdadeiramente humanizado (Enfermagem Ilustrada, 1979)

Phil Barker (2005), com o Tidal Model, também propõe uma forma inovadora de cuidado em saúde mental, centrada na narrativa do paciente e na valorização de sua experiência subjetiva. Para Barker, o papel do enfermeiro é auxiliar o indivíduo a "navegar" pelas marés do sofrimento, reconhecendo-o como protagonista de sua própria recuperação. Ao favorecer o diálogo, a escuta ativa e a construção conjunta de estratégias de enfrentamento, o enfermeiro contribui para o fortalecimento da identidade e da resiliência do paciente.

No contexto universitário, a atuação da enfermagem é ainda mais relevante. Estudantes que enfrentam sintomas de depressão e ansiedade muitas vezes não encontram espaços de escuta ou não se sentem à vontade para buscar ajuda formal. Nesse sentido, o enfermeiro pode exercer um papel de facilitador, aproximando o estudante dos serviços de saúde mental e da rede de apoio institucional e familiar. A criação de programas preventivos, rodas de conversa, acolhimentos individuais e ações educativas são exemplos de intervenções que têm mostrado impacto positivo na redução do sofrimento psíquico e no combate ao estigma (Callista Roy, 2009).

Além disso, a enfermagem atua como ponte entre os saberes biomédico, psicológico e sociocultural, integrando-os de forma prática e sensível. A escuta qualificada permite ao enfermeiro captar nuances do sofrimento que nem sempre são perceptíveis em avaliações clínicas convencionais. Essa capacidade de transitar entre o técnico e o humano confere à profissão uma força singular no enfrentamento da crise de saúde mental que afeta jovens universitários.

Portanto, valorizar o papel da enfermagem significa reconhecer a importância do cuidado como prática ética, relacional e transformadora. É por meio da presença atenta, do acolhimento e da construção de vínculos que o enfermeiro contribui ativamente para a promoção da saúde mental e para a construção de ambientes acadêmicos mais acolhedores, inclusivos e saudáveis.

Considerações Finais:

A depressão e a ansiedade representam fenômenos complexos e multifatoriais que demandam uma abordagem ampla, sensível e interdisciplinar. No contexto acadêmico, esses transtornos têm se tornado cada vez mais frequentes, afetando o desempenho, o bem-estar e a permanência de estudantes no ensino superior. Pressões por produtividade, instabilidade socioeconômica, isolamento e o estigma associado ao sofrimento psíquico intensificam o quadro, tornando essencial a construção de estratégias institucionais eficazes de cuidado e acolhimento.

A análise dos aspectos psicológicos e psiquiátricos, fundamentada nas teorias de Aaron Beck e Irvin D. Yalom, evidencia a importância de compreender o sofrimento mental tanto por suas origens cognitivas quanto por seus dilemas existenciais. As contribuições da psiquiatria, embora fundamentais para a padronização diagnóstica e o acesso ao tratamento, não devem ser tomadas isoladamente, sob o risco de promover a medicalização excessiva de experiências humanas legítimas.

Além disso, os fatores socioculturais — como a lógica da autoexploração na sociedade do desempenho, as desigualdades sociais e o estigma histórico — revelam que a saúde mental é atravessada por dimensões que vão muito além do indivíduo. Reconhecer essa realidade é o primeiro passo para a formulação de políticas públicas inclusivas e ações institucionais que ofereçam suporte real e contínuo aos estudantes.

Nesse cenário, a enfermagem se destaca como um agente fundamental de cuidado humanizado. Por meio das teorias de Jean Watson, Phil Barker e Callista Roy, compreende-se que o vínculo, a escuta ativa, o acolhimento e a valorização da subjetividade são pilares indispensáveis para um cuidado efetivo. O enfermeiro, ao integrar diferentes saberes e atuar na linha de frente da saúde mental, é peça-chave para a construção de ambientes universitários mais empáticos e saudáveis.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento da depressão e da ansiedade exige mais do que diagnósticos e intervenções isoladas. Requer o compromisso coletivo com práticas mais humanas, com a desconstrução do estigma e com a valorização da saúde mental como direito e condição básica para o desenvolvimento pleno dos sujeitos. A articulação entre psicologia, psiquiatria, sociologia, educação e enfermagem é o caminho mais promissor para garantir não apenas a

permanência no ensino superior, mas também a formação integral e o florescimento pessoal de cada estudante

Referências:

ALMEIDA, Vanessa et al. Por que estudantes universitários apresentam estresse, ansiedade e depressão? Uma rapid review de estudos longitudinais. *Revista Docência e Ensino Superior*, v. 6, n. 2, p. 1-12, 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARKER, Phil. *The Tidal Model: Developing an Empowering, Person-centred Approach to Recovery and Mental Health Wellbeing*. London: Routledge, 2005.

BECK, Aaron T. *Terapia Cognitiva e os Transtornos Emocionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BERARDI, Franco “Bifo”. *Depois do Futuro: Da Fábrica ao Cognitariado. Precariedade e Movimentos Sociais*. São Paulo: Ubu, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Depressão*.

ENFERMAGEM ILUSTRADA. *Teoria de Jean Watson*. 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FRANCES, Allen. *Conversations in Critical Psychiatry: Allen Frances, MD*. *Psychiatric Times*, v. 36, n. 10, 2019.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2015

HORWITZ, Allan V.; WAKEFIELD, Jerome C. *The Loss of Sadness: How Psychiatry Transformed Normal Sorrow into Depressive Disorder*. New York: Oxford University Press, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Entrevista com a Profa. Dra. Maria Cecília de Souza Minayo. Ciência & Saúde Coletiva*, 2024.

OLIVEIRA, Ana Luiza Pereira. *Ansiedade de desempenho acadêmico: um ensaio clínico randomizado*. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Depressão*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 13 de jun. 2025.

POWELL, V. B. et al. *Terapia cognitivo-comportamental da depressão*. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 30, supl. 2, p. S63-S70, 2008.

ROY, Callista. *The Roy Adaptation Model*. 3. ed. Upper Saddle River: Pearson Education, 2009.

SILVA, Carolina Lopes et al. Associação do desempenho acadêmico com estresse, ansiedade e depressão em estudantes de graduação em Odontologia: estudo transversal. Revista da ABENO, v. 22, n. 4, p. 1-12, 2022.

WATSON, Jean. Enfermagem: Ciência Humana e o Cuidar – Uma Teoria de Enfermagem. São Paulo: Artmed, 2008.

YALOM, Irvin D. Psicoterapia Existencial. Porto Alegre: Artmed, 2008.

O PAPEL DO EXERCÍCIO FÍSICO NA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES

Eixo: Prevenção, Diagnóstico e Tratamento das Doenças Mentais

Julia Helena Estrella

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulos SP

Maria Carolina Lopes Oliveira

Graduanda em enfermagem pelo Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste - UNIAENE, Cachoeira BA

João Victor dos Santos dos Santos Carvalho

Graduando em enfermagem pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Coroatá MA

Gustavo de Lima Soares

Graduando em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulos SP

Mariana Costa Cecilio

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulos SP

Victoria Bentes Lobao Souza

Graduanda em medicina pela Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulos SP

Flávia Karolyne Aiambo Tralde

Enfermeira pela universidade metropolitana de Manaus-FAMETRO, Especialista em dermatologia-FAVENI, Perito, Prestador de serviço da justiça federal do Rio grande do Sul-JFRS

Resumo: A saúde mental de adolescentes tem se tornado uma preocupação global, com aumento significativo de transtornos como ansiedade e depressão. Nesse cenário, o exercício físico surge como uma intervenção não farmacológica eficaz, promovendo benefícios emocionais, cognitivos e comportamentais. Este trabalho teve como objetivo investigar, por meio de uma revisão narrativa integrativa, a relação entre a prática regular de exercício físico e a saúde mental de adolescentes. Foram analisados oito estudos publicados entre maio de 2024 e maio de 2025, selecionados a partir da base de dados PubMed. Entre eles, destacam-se revisões sistemáticas, meta-análises, um ensaio clínico brasileiro e estudos com enfoque neurocientífico. Os dados revelaram que programas com duração entre 6 e 12 semanas, com sessões de 40 a 50 minutos, realizadas de três a quatro vezes por semana, são eficazes na redução de sintomas depressivos e ansiosos. Intervenções que combinam exercícios aeróbicos e resistidos foram as mais eficazes. Além da melhora nos indicadores de saúde mental, os estudos apontam para o fortalecimento de competências sociais, autoestima e resiliência emocional. Evidências neurocientíficas também indicam que o exercício físico estimula a liberação de neurotransmissores como serotonina e dopamina, além de reduzir o cortisol, hormônio relacionado ao estresse. O ambiente escolar foi destacado como espaço estratégico para a implementação dessas práticas, especialmente em populações vulneráveis. Conclui-se que o exercício físico é uma estratégia acessível, de baixo custo e com ampla aplicabilidade na promoção da saúde mental de adolescentes. Recomenda-se sua integração às políticas públicas de educação e saúde, com programas estruturados, contínuos e adaptados às realidades locais.

Palavras-chave: Adolescente; Exercícios; Qualidade de vida; Saúde mental;

Introdução:

A saúde mental dos adolescentes tem se consolidado como uma preocupação global, especialmente diante do aumento expressivo de transtornos como ansiedade e depressão nessa faixa etária. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de um em cada sete adolescentes apresenta problemas relacionados à saúde mental, sendo a depressão uma das

principais causas de morbidade, enquanto o suicídio ocupa a segunda posição entre as principais causas de morte de indivíduos entre 15 e 29 anos (Li *et al.*, 2024).

Nesse contexto, o exercício físico tem emergido como uma intervenção não farmacológica bastante eficaz, com efeitos benéficos comprovados na redução de sintomas depressivos e ansiosos entre estes adolescentes (Li *et al.*, 2024; Fu *et al.*, 2025). Evidências recentes demonstram que a prática regular da atividade física, sobretudo de caráter aeróbico, favorece não apenas a melhora do humor, mas também da autoestima e o fortalecimento de competências sociais e o desenvolvimento de mecanismos de regulação emocional (Li *et al.*, 2024; Belcher *et al.*, 2021).

Uma revisão sistemática e meta-análise realizada por Li *et al.* (2023) revelou que intervenções baseadas em exercício físico, especialmente as que combinam treinamento aeróbico e resistido, são altamente eficazes na redução de sintomas depressivos em crianças e adolescentes, com destaque para programas de 12 semanas, praticados três vezes por semana, com sessões de 40 a 50 minutos. Esses achados reforçam a importância de políticas públicas que incentivem a prática regular desses exercícios físicos como estratégia preventiva e terapêutica.

Outro aspecto relevante é a capacidade do exercício físico de atuar como fator de resiliência, promovendo a autorregulação emocional e o fortalecimento de circuitos neurais relacionados ao controle cognitivo, conforme destacado por Belcher *et al.* (2021). A prática regular de atividade física estimula a liberação de neurotransmissores como serotonina e dopamina, além de contribuir para a redução do cortisol, hormônio associado ao estresse (Fu *et al.*, 2025).

As intervenções escolares baseadas em atividade física podem reduzir significativamente sintomas de ansiedade e depressão, sobretudo em adolescentes que apresentam níveis moderados a severos desses transtornos, além de manter a estabilidade do bem-estar psicológico. Tais resultados reforçam o papel central da escola como espaço privilegiado para a implementação de programas voltados à promoção da saúde mental por meio do exercício físico (da Silva *et al.*, 2025).

Embora existam divergências quanto ao tipo mais eficaz de exercício, estudos indicam que intervenções que combinam exercícios físicos com aspectos psicossociais, como esportes coletivos, potencializam benefícios, sobretudo no que tange ao desenvolvimento de habilidades sociais e à redução do isolamento, fatores diretamente relacionados à saúde mental (Li *et al.*, 2024; Fu *et al.*, 2025).

Diante disso, torna-se imprescindível aprofundar as investigações sobre o papel do exercício físico como estratégia promotora de saúde mental entre adolescentes, com vistas à elaboração de programas cada vez mais eficientes e acessíveis.

Objetivo:

Investigar a relação entre a prática regular de exercício físico e a saúde mental de adolescentes, considerando seus impactos em sintomas de ansiedade, depressão e bem-estar psicológico.

Materiais e métodos:

Trata-se de uma revisão narrativa integrativa da literatura com o objetivo de identificar e sintetizar evidências recentes sobre os efeitos do exercício físico na saúde mental de adolescentes. A busca foi realizada na base de dados PubMed, em maio de 2025, utilizando a estratégia de busca “The role of physical exercise in the mental health of adolescents”. Foram definidos como critérios de inclusão: artigos com foco na relação entre atividade física e saúde mental de adolescentes, disponíveis gratuitamente em texto completo, publicados em inglês e entre maio de 2024 e maio de 2025. Foram excluídos estudos que abordassem outras faixas etárias, que tratassem exclusivamente de desemprego físico, sem abordar aspectos mentais, bem como editoriais e artigos sem rigor metodológico. A busca inicial retornou 71 artigos (**figura 1**). Após triagem por título, resumo e leitura na íntegra, foram selecionados 8 estudos que atenderam aos critérios estabelecidos. A análise crítica dos artigos foi feita de forma qualitativa, observando tipo de estudo, amostra, intervenções aplicadas e desfechos relacionados à saúde mental. Entre os estudos incluídos, havia quatro revisões sistemáticas e/ou meta-análises, um ensaio clínico randomizado realizado em escolas públicas brasileiras, uma revisão narrativa com foco em estratégias de implementação de atividade física em adolescentes, uma revisão com base em neuroimagem sobre resiliência e saúde mental, e uma revisão sistemática voltada à população adolescente com transtornos do neurodesenvolvimento. Os métodos dos artigos selecionados incluíram avaliações por escalas padronizadas de sintomas psiquiátricos, ferramentas de análise de risco de viés e uso de imagem cerebral por ressonância magnética funcional. A síntese dos dados priorizou a identificação dos principais benefícios relatados da prática regular de exercício físico na saúde emocional, cognitiva e comportamental de adolescentes.

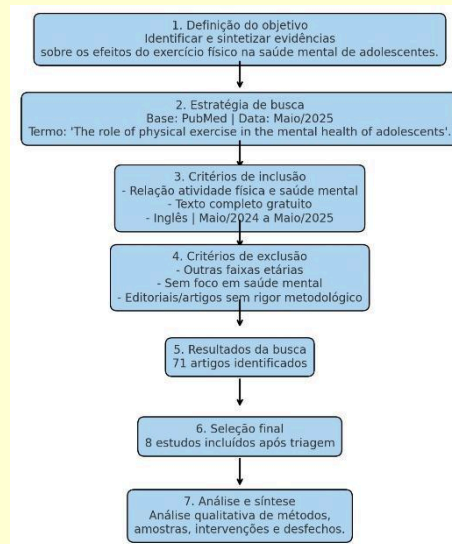


Figura 1. Fluxograma do processo de seleção e análise dos estudos incluídos na revisão narrativa integrativa sobre os efeitos do exercício físico na saúde mental de adolescentes.

Resultados e Discussão

Os estudos analisados nesta revisão evidenciaram, de forma consistente, os efeitos benéficos da prática regular de exercício físico na saúde mental de adolescentes. As revisões sistemáticas conduzidas por Li et al. (2023) e Wang et al. (2022) mostraram que intervenções com duração entre 6 e 12 semanas, realizadas de três a quatro vezes por semana, com sessões de 40 a 50 minutos, resultaram em reduções significativas de sintomas depressivos e ansiosos. A combinação de exercícios aeróbicos e resistidos destacou-se como a mais eficaz, favorecendo também a melhora da autoestima, da motivação e do bem-estar psicológico geral (Li et al., 2023; Fu et al., 2025).

O ensaio clínico randomizado realizado por da Silva et al. (2025) em escolas públicas brasileiras reforça a importância do ambiente escolar como espaço estratégico para a promoção da saúde mental. Os adolescentes que participaram do programa estruturado de atividade física apresentaram melhoras significativas nos níveis de ansiedade e depressão, além de relatarem maior engajamento nas atividades escolares e melhor percepção de si mesmos. Esses resultados ressaltam o papel das escolas como aliadas fundamentais na implementação de estratégias preventivas e terapêuticas, especialmente em populações de maior vulnerabilidade social (da Silva et al., 2025).

A revisão narrativa de Fu et al. (2025), focada em estratégias de implementação de atividades físicas em adolescentes, apontou que abordagens com elementos psicossociais, como esportes coletivos ou práticas que envolvam cooperação, favorecem a adesão dos participantes e potencializam os efeitos do exercício sobre a saúde emocional. Essas práticas estimulam habilidades sociais, reduzem o isolamento e fortalecem o senso de pertencimento, elementos

fundamentais no enfrentamento de sintomas emocionais, sobretudo em adolescentes com sofrimento psíquico moderado a severo (Fu *et al.*, 2025; Li *et al.*, 2024).

Em síntese, os resultados desta revisão confirmam que o exercício físico se configura como uma intervenção eficaz, acessível e de baixo custo na promoção da saúde mental de adolescentes. No campo das neurociências, Belcher *et al.* (2021) demonstraram, por meio de estudos com neuroimagem, que o exercício físico está associado à ativação de circuitos cerebrais relacionados ao controle cognitivo e à autorregulação emocional, como o córtex pré-frontal e a amígdala. Além disso, a prática regular de atividade física estimula a liberação de neurotransmissores como serotonina e dopamina, substâncias ligadas à sensação de bem-estar, e contribui para a redução do cortisol, hormônio relacionado ao estresse e à ansiedade (Fu *et al.*, 2025; Belcher *et al.*, 2021).

A convergência dos achados analisados reforça a necessidade de integrar a atividade física às políticas públicas educacionais e de saúde, por meio da promoção de programas estruturados, contínuos e baseados em evidências. Para isso, a colaboração entre profissionais da saúde, educadores e gestores públicos mostra-se essencial a fim de garantir que mais adolescentes tenham acesso a práticas regulares de exercício físico. Essa integração pode contribuir significativamente para o desenvolvimento emocionalmente equilibrado e socialmente saudável dessa população (Li *et al.*, 2024; Wang *et al.*, 2022; da Silva *et al.*, 2025).

Considerações Finais:

A presente análise evidencia de forma consistente que o exercício físico desempenha um papel fundamental na promoção da saúde mental de adolescentes. Diversos estudos nacionais e internacionais revisados demonstram que intervenções baseadas em atividades físicas, tanto em contextos escolares quanto clínicos, são eficazes na redução de sintomas de depressão, ansiedade e estresse, além de contribuírem para o desenvolvimento de resiliência e bem-estar emocional.

As evidências apresentadas por ensaios clínicos e revisões sistemáticas, como as de Fu *et al.* (2025), Liu *et al.* (2024) e Wang *et al.* (2022), apontam que os benefícios não se restringem apenas a adolescentes com desenvolvimento típico, mas também se estendem àqueles com transtornos do neurodesenvolvimento, reforçando a aplicabilidade ampla das intervenções com exercício físico. Além disso, autores como Li e Zhou (2023) destacam a eficácia de diferentes modalidades e intensidades de exercícios, o que reforça a importância da personalização dessas práticas conforme as necessidades individuais.

A literatura também enfatiza que a implementação de programas de atividade física requer estratégias estruturadas e sustentáveis, integradas ao ambiente escolar e comunitário, como proposto

por Li e Li (2024). Nesse sentido, o estudo brasileiro de da Silva *et al.* (2025) é um exemplo relevante da efetividade dessas intervenções no contexto nacional.

Diante disso, conclui-se que promover o exercício físico entre adolescentes não é apenas uma medida preventiva, mas uma intervenção ativa e de baixo custo para o cuidado em saúde mental. Recomenda-se, portanto, que políticas públicas e instituições educacionais priorizem a incorporação de práticas regulares de atividade física como parte integrante das estratégias de promoção da saúde mental nessa fase crucial do desenvolvimento humano.

Referências:

BELCHER, B. R.; ZINK, J.; AZAD, A.; CAMPBELL, C. E.; CHAKRAVARTTI, S. P.; HERTING, M. M. The roles of physical activity, exercise, and fitness in promoting resilience during adolescence: effects on mental well-being and brain development. *Biological Psychiatry: Cognitive Neuroscience and Neuroimaging*, v. 6, n. 2, p. 225–237, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bpsc.2020.08.005>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FU, Q. ; LI, L. ; LI, Q. *et al.* Os efeitos da atividade física na saúde mental de crianças e adolescentes com desenvolvimento típico: uma revisão sistemática e meta-análise. *BMC Public Health*, v. 25, p. 1514, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-025-22690-8>. Acesso em: 13 jun. 2025.

LI, J. ; ZHOU, X. ; HUANG, Z. *et al.* Efeito da intervenção com exercícios na depressão em crianças e adolescentes: uma revisão sistemática e meta-análise em rede. *BMC Public Health*, v. 23, p. 1918, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-023-16824-z>. Acesso em: 13 jun. 2025.

LIU, C.; LIANG, X.; SIT, C. H. P. Atividade física e saúde mental em crianças e adolescentes com transtornos do neurodesenvolvimento: uma revisão sistemática e meta-análise. *JAMA Pediatrics*, v. 178, n. 3, p. 247–257, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2023.6251>. Acesso em: 13 jun. 2025.

LI, Z.; LI, J. Intervenções em saúde mental em adolescentes: uma revisão narrativa dos efeitos positivos da atividade física e estratégias de implementação. *Frontiers in Psychology*, v. 15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1433698>. Acesso em: 13 jun. 2025.

R, B. The roles of physical activity, exercise, and fitness in promoting resilience during adolescence: effects on mental well-being and brain development. *Biological Psychiatry: Cognitive Neuroscience and Neuroimaging*, p. 225–237, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bpsc.2020.08.00>. Acesso em: 13 jun. 2025.

RUIZ-RANZ, E.; ASÍN-IZQUIERDO, Í. Atividade física, exercício e saúde mental de adolescentes saudáveis: uma revisão dos últimos 5 anos. *Sports Medicine and Health Science*, v. 7, n. 3, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.smhs.2024.10.003>. Acesso em: 13 jun. 2025.

SILVA, J. M.; SANTOS, G. C.; BARBOSA, R. O. *et al.* Efeitos de uma intervenção de atividade física escolar sobre indicadores de saúde mental em uma amostra de adolescentes brasileiros: um ensaio clínico randomizado por cluster. *BMC Public Health*, v. 25, p. 539, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-025-21620-y>. Acesso em: 13 jun. 2025.

WANG, X. ; CAI, Z. D. ; JIANG, W. T. *et al.* Revisão sistemática e meta-análise dos efeitos do exercício físico na depressão em adolescentes. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, v. 16, p. 16, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13034-022-00453-2>. Acesso em: 13 jun. 2025.

EIXO: TRANSVERSAL

ACOLHIMENTO EM SAÚDE MENTAL NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Eixo: Eixo Transversal

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Roseane Araújo Costa Ferreira

Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande PB

Resumo: O acolhimento em saúde mental é uma prática fundamental para atender usuários em sofrimento psíquico, considerando suas particularidades e necessidades. Na Atenção Primária, essa estratégia transforma o processo de trabalho das equipes e fortalece novas formas de cuidado. Este estudo tem como objetivo revisar a produção científica sobre o acolhimento de usuários na sala de espera das Unidades Básicas de Saúde da Família. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com caráter retrospectivo, descritivo e documental. A busca foi realizada entre agosto e outubro de 2020, nas bases SciELO, LILACS, MEDLINE e BDENF, utilizando os descritores: “Acolhimento”, “Estratégia Saúde da Família” e “Saúde Mental”, com o operador booleano “AND”. Foram incluídos seis artigos que atenderam aos critérios de seleção. Os dados foram organizados em um quadro com informações sobre autoria, título, tipo de estudo, periódico e ano de publicação. Os resultados indicam que o acolhimento é essencial na atenção em saúde mental e contribui para qualificar o cuidado prestado no território. Embora importante, o tema ainda é pouco explorado na literatura, o que reforça a necessidade de mais estudos que aprofundem essa prática como componente fundamental da assistência em saúde mental

Palavras-chave: Acolhimento; Estratégia Saúde da Família; Saúde Mental.

Introdução:

O acolhimento é entendido como uma diretriz ética, estética e política da Política Nacional de Humanização (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. Tem sua definição baseada na recepção do usuário no serviço de saúde, compreendendo a escuta qualificada das queixas e angústias, responsabilização dos profissionais pelos usuários e garantia de assistência resolutiva, com retaguarda de outros serviços de saúde na continuidade do cuidado (Garuzi, 2014).

Neste sentido, pode-se dizer que o acolhimento está presente em todas as relações, logo, acolher é reconhecer que o outro traz consigo uma bagagem legítima e singular sobre suas necessidades de saúde. O acolhimento sustenta a relação entre as equipes de saúde e os serviços, entre as equipes e os usuários e entre os serviços e a população, na qual constroem-se as práticas de saúde de forma coletiva, objetivando construir confiança, compromisso e vínculo entre os atores envolvidos nesse processo (Silva *et al.*, 2018).

A oferta do acolhimento em saúde mental surge a partir da necessidade de acolher os usuários com algum sofrimento psíquico, reconhecendo-se as particularidades e as necessidades em saúde mental destes. Esta estratégia é utilizada como dispositivo de transformação no processo de trabalho das equipes de saúde, além disso, potencializa as novas formas de cuidar em saúde mental,

bem como, as discussões sobre as práticas e concepções sobre a assistência prestada ao usuário em sofrimento mental (Minóia; Minozzo, 2015).

No entanto, é possível observar algumas fragilidades na operacionalização do acolhimento na Atenção Básica (AB), entre elas, destaca-se a compreensão do acolhimento enquanto espaço físico, uma sala, por exemplo, no qual deve ser realizado apenas na chegada dos usuários aos serviços de saúde e comente realizado pelos profissionais de saúde, assemelhando-se ao processo de triagem, diminuindo-se assim a complexidade real do acolhimento. Além disso, outro problema sobre a funcionalidade do acolhimento nos serviços de saúde é o julgamento que muitos profissionais de saúde fazem diferenciando algumas pessoas, principalmente as que apresentam sofrimento psíquico, nos quais recebem classificação, generalização e até mesmo exclusão nos serviços (Silva *et al.*, 2018).

Logo, o acolhimento possibilita a humanização do atendimento, garantindo também o acesso a este. Acolher é dar atenção aos problemas de saúde do usuário, de modo que seja oferecido ao usuário um feedback que proporcione a resolução do problema ou encaminhamento a um serviço de referência. Ademais, o compromisso com o problema de saúde identificado vai muito além da resolução do mesmo, pois, é possível promover o estabelecimento do vínculo necessário entre o usuário e a equipe de saúde, repercutindo em relações de reciprocidade (Lopes *et al.*, 2015).

Ressalta-se ainda que, mesmo observando o avanço das práticas de saúde ao longo dos anos após a implantação do SUS, muitos são os impasses e problemas enfrentados na rede de atenção à saúde. Com relação ao acolhimento, têm-se de um lado os usuários que buscam respostas para os seus problemas e do outro os profissionais que não conseguem responde-los utilizando os instrumentos e recursos disponíveis e que são preconizados pelos SUS. O resultado dessa problemática reflete na implementação conflituosa e contraditória do acolhimento nos serviços de saúde (Camelo *et al.*, 2016). Assim, pergunta-se: como o acolhimento vem sendo abordado na literatura científica em saúde?

Objetivo:

Objetivou-se neste artigo revisar a literatura acerca do acolhimento em saúde mental nos serviços de saúde brasileiros e elucidar as contribuições deste para as práticas assistenciais da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Materiais e métodos:

Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo e documental, realizado a partir do método de revisão integrativa da literatura, caracterizada como uma síntese de resultados que são relevantes para o meio científico, permitindo a realização de análise dos estudos que foram desenvolvidos ao longo do tempo de acordo com a temática que se objetivou pesquisar (Freire *et al.*, 2019).

O estudo foi elaborado seguindo as etapas: identificação do tema, desenvolvimento da pergunta norteadora, identificação das bases de dados, construção das sentenças de busca, coleta de dados, análise dos estudos selecionados, interpretação dos resultados e apresentação da revisão integrativa. A pesquisa foi realizada no período de agosto a outubro de 2020 nas bases eletrônicas de dados: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), *Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica* (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Utilizou-se os seguintes descritores: “Acolhimento”, “Estratégia Saúde da Família” e “Saúde Mental”, além do operador booleano “AND” entre as sentenças, delimitando a busca. Para a seleção dos artigos adotou-se como critérios de inclusão: artigos disponíveis integralmente, publicados em português, em periódicos nacionais e que tivessem indexação nas bases de dados selecionadas entre 2015 a 2020, estabelecendo-se um recorte temporal de 5 anos. Tomou-se como critérios de exclusão: publicações que estivessem em outro formato que não artigo ou tese, que fugissem ao tema proposto e que apresentassem duplicatas.

Resultados e discussão:

Identificaram-se a partir das buscas nas bases de dados, 21 trabalhos, tendo sido as proporções encontradas: LILACS (n=11), SciELO (n=7), BDENF (n=3) e MEDLINE (n=0), destacando-se a base LILACS, com um maior número de publicações.

Posteriormente a leitura das publicações realizadas na íntegra, a amostra final fora constituída por 6 artigos que atenderam aos critérios de seleção da presente pesquisa. Visando a sistematização dos dados, organizou-se os artigos selecionados em um quadro contendo dados referentes a autoria do artigo, título, tipo de estudo, periódico de publicação e ano de publicação (Quadro 1).

No Quadro 1 os artigos são demonstrados de acordo com a análise dos mesmos, considerando-se relevantes, as seguintes informações extraídas de cada trabalho: autor, título do trabalho, tipo de estudo, periódico de publicação e ano de publicação. Os artigos foram identificados e organizados de A1 até A6, em ordem crescente do respectivo ano de publicação.

Quadro 1: Caracterização dos artigos selecionados nesta revisão

Quadro 1: Caracterização dos artigos selecionados em relação aos autores, título, tipo de estudo, periódico e ano de publicação					
Cód	Autor	Título	Tipo de estudo	Periódico	Ano
A1	MERCES et al	Práticas de Enfermagem em Saúde Mental na Estratégia de Saúde da Família: Revisão Integrativa	Revisão integrativa	Cogitare Enfermagem	2015

A2	LIMA, M; DIMENSTEIN, M.	O apoio matricial em saúde mental: uma ferramenta apoiadora da atenção à crise	Estudo qualitativo (pesquisa-ação)	Interface – Comun, Saúde, Educação	2016
A3	SILVA et al	Práticas de Cuidado Integral às Pessoas em Sofrimento Mental na Atenção Básica	Estudo descritivo	Psicologia: Ciência e Profissão	2017
A4	CAMPOS, D. B; BEZERRA, I. C.; JORGE, M. S. B.	Tecnologias do cuidado em saúde mental: práticas e processos da Atenção Primária	Estudo descritivo	Revista Brasileira de Enfermagem	2018
A5	TANIGUCHI, T. G.	(Des)enCAPSulando: os agentes comunitários de saúde e o cuidado da pessoa com transtorno mental	Estudo descritivo	USP	2018
A6	SILVA, P. M. C et al	Saúde mental na atenção básica: possibilidades e fragilidades do acolhimento	Estudo descritivo e analítico	Revista Cuidarte	2019

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O estudo de Mercês *et al.* (2015) evidenciou a importância do acolhimento na ESF como ferramenta essencial para o cuidado contínuo de usuários com sofrimento psíquico. A escuta qualificada permite que esses pacientes ressignifiquem seus sentimentos, fortalecendo o vínculo com o serviço. Observou-se que o acolhimento é praticado rotineiramente, mas muitas vezes reduzido a triagem, com a enfermagem avaliando e encaminhando ao médico. Os autores concluem que é necessário repensar o acolhimento em saúde mental, ampliando sua função para além do encaminhamento, fortalecendo redes de cuidado e vínculo.

De acordo com Lima e Dimenstein (2016), o acolhimento é uma ferramenta fundamental tanto na atenção em saúde quanto na saúde mental, envolvendo um conjunto de estratégias utilizadas pelas equipes dos CAPS para apoiar outros serviços no cuidado à crise e ao sofrimento psíquico. Os autores destacam que o acolhimento facilita e fortalece a atenção em saúde mental no território, sendo o matriciamento um recurso essencial para potencializar essas ações.

Segundo Silva *et al.* (2019), as USF são espaços privilegiados de cuidado por promoverem escuta qualificada, vínculo, acolhimento e respeito à história e ao sofrimento dos usuários, fortalecendo um modelo de atenção psicossocial com base comunitária. No entanto, os autores apontam que, apesar da proposta de rede integrada, há uma centralização do cuidado em um único serviço, o que gera a desresponsabilização dos demais. Isso transforma o acolhimento em um desafio, pois o usuário muitas vezes é encaminhado a outros profissionais ou serviços, sem continuidade com quem iniciou o atendimento. Assim, reforça-se a importância de garantir o acolhimento como prática que valorize, respeite e promova a autonomia dos usuários.

O estudo transversal de Souza *et al.* (2017) revelou a necessidade de qualificar profissionais da AB para oferecer um acolhimento eficaz às pessoas com Transtornos Mentais Comuns (TMC), garantindo uma assistência integral que envolva também suas famílias. Outros estudos corroboram a importância do acolhimento para fortalecer redes de apoio e desenvolver ações intersetoriais, promovendo saúde e melhorando a qualidade de vida desses usuários.

Segundo Campos *et al.* (2018), o acolhimento é uma tecnologia fundamental na APS. Um estudo em Fortaleza-CE mostrou que essa prática cria uma relação entre profissionais e usuários, facilitando a compreensão da individualidade do paciente por meio da escuta qualificada. Assim, o acolhimento valoriza a história de vida de cada usuário, desempenhando papel crucial na adequação do serviço às suas necessidades atuais.

O acolhimento envolve consideração, respeito, segurança e proteção. No SUS, ele é uma diretriz da PNH, sem lugar, horário ou profissional fixo para ocorrer. Trata-se de uma postura ética focada na escuta do usuário, reconhecendo seu protagonismo no cuidado e a responsabilidade pela resolução dos problemas apresentados (Taniguchi, 2018).

Silva *et al.* (2019) destacam o acolhimento como ferramenta essencial para a eficácia da assistência em saúde mental na APS, contribuindo significativamente para a efetivação do SUS. Eles ressaltam que o acolhimento fortalece o vínculo entre profissionais e usuários, favorecendo a adesão aos serviços e aumentando a resolubilidade dos problemas. Com as mudanças na PNAB, houve melhorias no acolhimento e na assistência, embora sua operacionalização ainda enfrente fragilidades, muitas vezes sendo vista apenas como recepção física. Silva Filho e Bezerra (2018) reforçam que a ESF apresenta potencialidades para o acolhimento, como territorialização, busca ativa, apoio matricial do NASF e o fortalecimento do vínculo entre equipes e usuários.

Considerações Finais:

A pesquisa evidenciou que o acolhimento em saúde mental na Estratégia Saúde da Família é fundamental para garantir os direitos dos usuários no SUS, promovendo uma assistência integral, acessível e equânime, especialmente para quem enfrenta problemas psíquicos. Ressalta-se a necessidade de capacitação dos profissionais para oferecer um cuidado efetivo e resolutivo.

Os resultados indicam que a implementação do acolhimento enfrenta barreiras, tanto pela incompreensão dos profissionais sobre sua real dimensão quanto pela resistência dos usuários em expressar suas demandas, dificultando uma escuta qualificada.

Embora o acolhimento em saúde mental seja pouco explorado na literatura brasileira e frequentemente tratado de forma superficial, há urgência em aprofundar pesquisas sobre o tema.

Por fim, o acolhimento é uma estratégia eficiente para melhorar o cuidado, fortalecer vínculos, promover a escuta qualificada, favorecer o tratamento e a reinserção dos usuários, além de ser essencial para a qualidade da assistência e promoção da saúde na Atenção Básica.

Referências:

BRASIL. Portaria nº 2.436 de 21 de Setembro de 2017. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 12 jun. 2025.

_____. **Atenção integral na rede de saúde: módulo 5. – 7ª. Ed.** – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014. 108 p. (SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento / coordenação [da] 7. ed. Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni). Disponível em: https://www.supera.org.br/wp-content/uploads/2016/03/SUP7_Mod5.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Cadernos de Atenção Básica, n. 34**. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2025.

CAMELO, M.S et al. Acolhimento na atenção primária à saúde na ótica de enfermeiros. **Acta paul. enferm.**, São Paulo , v. 29, n. 4, p. 463-468, ago. 2016. DOI: 10.1590/1982-0194201600063

CAMPOS, D.B; BEZERRA, I.C; JORGE, M.S.Bessa. Tecnologias do cuidado em saúde mental: práticas e processos da Atenção Primária. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, supl. 5, p. 2101-2108, 2018. DOI: 10.1590/0034-7167-2017-0478

CORREIA, V. R; BARROS, S; COLVERO, L.A.. Saúde mental na atenção básica: prática da equipe de saúde da família. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1501-1506, 2011. DOI: 10.1590/S0080-62342011000600032

COUTINHO, L.R.P; BARBIERI, A.R; SANTOS, M. L. M. Acolhimento na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p. 514-524, 2015 . DOI: 10.1590/0103-110420151050002018

FREIRE, G.V et al. Liderança do Enfermeiro nos Serviços de Urgência e Emergência: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 3, p. 2029- 2041, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1542>. Acesso em: 27 jun. 2025.

GARUZI, MARIANE et al. Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: revisão integrativa. **Rev Panam Salud Publica**, v. 35, n.2, p. 144-9, 2014. Disponível em : <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/v35n2/a09v35n2.pdf>. . Acesso em: 20 jun. 2025.

GAZIGNATO, E.C. S; SILVA, C.R.C. Saúde mental na atenção básica: o trabalho em rede e o matriciamento em saúde mental na Estratégia de Saúde da Família. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 101, p. 296-304, 2014. DOI: 10.5935/0103-1104.20140027

LIMA, M; DIMENSTEIN, M. O apoio matricial em saúde mental: uma ferramenta apoiadora da atenção à crise. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 20, n. 58, pág. 625-635, setembro de 2016. DOI: doi.org/10.1590/1807-57622015.0389

LOPES, A.S et al. O acolhimento na Atenção Básica em saúde: relações de reciprocidade entre trabalhadores e usuários. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 114-123, mar. 2015. DOI: doi.org/10.1590/0103-110420151040563

MERCES, ANA MONALISA FERREIRA et al. Práticas de Enfermagem em Saúde Mental na Estratégia Saúde da Família: Revisão Integrativa. **Cogitare Enfermagem**, v.20, n. 2, 2015. Disponível em : <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1454/38560-157252-1-pb.pdf>. Acesso em: 30 de mai. 2025.

MINOIA, N.P; MINOZZO, F. Acolhimento em Saúde Mental: Operando Mudanças na Atenção Primária à Saúde. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1340-1349, Dez. 2015. DOI: 10.1590/1982-3703001782013

NIED, M.M et al. Elementos da Atenção Primária para compreender o acesso aos serviços do SUS diante do autorrelato do usuário. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 362-372, 2020. DOI: 10.1590/1414-462X202028030434

SILVA FILHO, J.A; BEZERRA, A.M. Acolhimento em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde: Revisão Integrativa. **Rev. Mult. Psic.**, v.12, n. 40, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v12i40.1138>

SILVA, P.M.C et al. Saúde mental na atenção básica: possibilidades e fragilidades do acolhimento. **Rev. Cuidarte**, v. 10, n. 1, p. 1-12, Abril 2019. DOI: 10.15649/cuidarte.v10i1.617

SILVA, T.F et al. O acolhimento como estratégia de vigilância em saúde para produção do cuidado: uma reflexão epistemológica. **Saúde em Debate [online]**, v. 42, n. spe4, pp. 249-260, 2018. DOI: 10.1590/0103-11042018S420

SOUZA, L.P.S. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em adultos no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 18, p. 59-66, dez. 2017. DOI: 10.19131/rpesm.0193

TANIGUCHI, T.G. **(Des)enCAPSulando: os agentes comunitários de saúde e o cuidado da pessoa com transtorno mental**. (Tese Mestrado), Especialização em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2018. DOI: doi:10.11606/D.6.2018.tde-18102018-083105.

USO DE FÁRMACOS COMO ANESTESIA EMOCIONAL

Eixo: transversal

Mikaelly Fabianny Honorato

Graduanda de Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz- FWB, Itajubá MG

Ana Julia Oliveira dos Passos

Graduanda de Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz- FWB, Itajubá MG

Jéssica Bruna Gomes Soares

Graduanda de Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz- FWB, Itajubá MG

Nariane Natiely Da Silva

Graduanda de Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz- FWB, Itajubá MG

Giovanna Reis Sampaio

Graduanda de Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz- FWB, Itajubá MG

Melina Ferreira Marinho

Graduanda de Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz- FWB, Itajubá MG

Luana dos Santos Pereira Dotta

Graduanda de Enfermagem pela Faculdade Wenceslau Braz- FWB, Itajubá MG

Resumo: Introdução: O uso de psicofármacos, como antidepressivos e ansiolíticos, tem se ampliado não só no tratamento de transtornos mentais diagnosticados, mas também como resposta rápida a desconfortos emocionais cotidianos. Esse fenômeno, denominado “anestesia emocional”, refere-se ao uso de medicamentos para atenuar sentimentos como tristeza e angústia, muitas vezes sem quadros clínicos estruturados, levantando preocupações sobre a medicalização das emoções humanas. **Objetivo:** Analisar criticamente o uso de fármacos psicotrópicos como forma de anestesia emocional frente ao sofrimento psíquico na sociedade contemporânea. **Método:** Revisão integrativa de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, realizada em julho de 2025, nas bases LILACS, BVS, BDENF e SciELO. Utilizaram-se os descritores “Saúde Mental”, “Psicotrópicos” e “Antidepressivos tricíclicos”, com operadores booleanos AND e OR. Foram incluídos artigos entre 2013 e 2024, em português, inglês ou espanhol, disponíveis na íntegra. A amostra final foi composta por 10 artigos. **Resultados e discussão:** A análise revelou o uso crescente de psicotrópicos como forma de controle de emoções não patológicas, mascarando conflitos psíquicos e sociais. Lima et al. (2019), Leite et al. (2021) e Rodrigues & Bock (2009) apontam que o sofrimento humano tem sido reduzido a desequilíbrios neuroquímicos, desconsiderando contextos históricos e subjetivos. Também se critica o papel da indústria farmacêutica na naturalização do consumo contínuo desses fármacos (Han, 2021; Marques et al., 2023). **Considerações finais:** O uso de psicotrópicos como anestesia emocional reflete uma tentativa de fuga da realidade e silenciamento do sofrimento subjetivo. É necessário repensar o modelo biomédico e valorizar práticas em saúde mental mais humanas, críticas e integradas.

Palavras-chave: Dor emocional; Fármacos; Saúde mental.

Introdução:

O uso de fármacos psicotrópicos tem se expandido de forma significativa nas últimas décadas, não apenas como estratégia terapêutica para transtornos mentais diagnosticados, mas também como recurso para lidar com os desconfortos emocionais cotidianos. Esse fenômeno, frequentemente referido como "anestesia emocional", caracteriza-se pelo uso medicamentoso com a finalidade de atenuar sentimentos como tristeza, angústia, ansiedade ou frustrações sem necessariamente corresponder a um diagnóstico clínico estruturado. A presente investigação

delimita-se ao estudo do uso de psicofármacos especialmente antidepressivos e ansiolíticos por indivíduos que buscam aliviar o sofrimento psíquico gerado por exigências sociais, emocionais e econômicas, mesmo na ausência de quadros patológicos severos.

A problemática central reside na medicalização crescente das emoções humanas, o que levanta questões éticas, sociais e clínicas sobre o papel da psiquiatria, da indústria farmacêutica e da cultura contemporânea na normatização do sofrimento. Conforme apontado por Lima et al. (2019), há uma tendência à busca por soluções rápidas para mal-estares subjetivos, reforçada por discursos biomédicos que reduzem fenômenos complexos a desequilíbrios neuroquímicos. Além disso, estudos como os de Rodrigues e Bock (2009) e Leite et al. (2021) sugerem que o uso de psicotrópicos pode mascarar conflitos psíquicos e sociais mais profundos, impedindo a elaboração subjetiva das emoções.

A relevância do tema se justifica pela necessidade de repensar práticas de cuidado em saúde mental que priorizem a escuta, o vínculo terapêutico e a compreensão da dor psíquica como parte da condição humana, e não apenas como disfunção a ser corrigida farmacologicamente. Discutir o uso de fármacos como anestesia emocional é também refletir sobre os modos de existência produzidos na contemporaneidade e sobre os limites entre o sofrimento legítimo e o patologizado.

Objetivo:

Analisar criticamente o uso de fármacos psicotrópicos como forma de anestesia emocional frente ao sofrimento psíquico na sociedade contemporânea.

Materiais e métodos:

Trata-se de uma revisão integrativa de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, que teve como objetivo identificar e analisar criticamente as evidências disponíveis sobre o uso de fármacos como anestesia emocional. A questão norteadora foi: “De que forma o uso de fármacos tem sido empregado como forma de anestesia emocional na sociedade?”. A busca foi realizada em Julho de 2025, nas bases LILACS, BVS, BDENF e SciELO, utilizando os descritores DeCS “Saúde Mental”, “Psicotrópicos”, “Antidepressivos tricíclicos”, combinados pelos operadores booleanos AND e OR, conforme a estratégia: (“Saúde Mental” OR “*Mental health*”) AND (“Psicotrópicos” OR “*Psychotropic*”) AND (“Antidepressivos tricíclicos” OR “*Tricyclic antidepressants*”).

Foram incluídos artigos publicados entre 2013 e 2024, em português, espanhol ou inglês, disponíveis na íntegra e que abordassem sobre saúde mental e medicamentos. Excluíram-se duplicatas, textos indisponíveis na íntegra, estudos fora do escopo, além de resumos, livros, manuais, teses e dissertações. A busca inicial resultou em 150 estudos, dos quais 08 compuseram a

amostra final após a aplicação dos critérios de elegibilidade e leitura sequencial de títulos, resumos e textos completos. A avaliação do risco de viés foi conduzida por meio de análise crítica da clareza dos objetivos, coerência metodológica e relevância dos achados, sem uso de instrumento padronizado. Os dados foram organizados segundo base de dados, ano, tipo de estudo, medicamentos descritos e seus efeitos anestésicos emocionais.

Resultados e discussão:

Rodrigues et al. (2020) investigaram o uso de psicotrópicos em adultos e idosos no Brasil, encontrando uma prevalência geral de 8,7%, com maior frequência entre os idosos (16,1%). O uso desses medicamentos esteve associado ao sexo feminino, à pior autoavaliação da saúde e à presença de doenças crônicas. Entre os adultos, os antidepressivos foram os mais utilizados (55,3%), enquanto nos idosos prevaleceram os ansiolíticos (59,3%). Além disso, o estudo revelou que apenas 23% dos psicotrópicos foram obtidos exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), evidenciando a dependência significativa de outras fontes para acesso a esses medicamentos. Esses dados ressaltam a necessidade de políticas públicas que promovam o uso racional e o acesso adequado aos psicotrópicos.

De forma complementar, Almeida et al. (2020) avaliaram a qualidade de vida de 394 pacientes que utilizam antipsicóticos atípicos no sistema público de saúde, por meio do instrumento EuroQol-5D-3L. O estudo evidenciou que os usuários de clozapina apresentaram melhor qualidade de vida, seguidos pelos que utilizam olanzapina, enquanto os pacientes em uso de risperidona, ziprasidona e quetiapina apresentaram escores inferiores. Além disso, fatores socioeconômicos e clínicos, como maior renda, emprego estável, abstinência de substâncias ilícitas, ausência de tentativas de suicídio e comorbidades, influenciaram positivamente a qualidade de vida desses pacientes. Esses achados reforçam a importância de se considerar não apenas o tratamento farmacológico, mas também as condições sociais e clínicas para otimizar os resultados terapêuticos.

Foi destacado por Wichniak et al. (2017) que os efeitos dos antidepressivos sobre o sono variam conforme o tipo e a dose do fármaco. Antidepressivos com ação sedativa, como: mirtazapina, trazodona e doxepina, tendem a melhorar a latência e a continuidade do sono no início do tratamento, embora possam causar sonolência diurna em doses mais altas. Em contrapartida, medicamentos com perfil ativador como: fluoxetina, sertralina e venlanfaxina, estão associados à fragmentação do sono e à insônia de manutenção, especialmente nas fases iniciais da terapia.

Embora muitos pacientes tenham atingido remissão parcial dos sintomas depressivos, a insônia de manutenção persistiu como sintoma residual frequente. Essa constatação está em conformidade com os achados de Almeida e Nogueira (2021), que destacam que distúrbios do sono

permanecem mesmo após melhora do humor, sendo um dos principais fatores de risco para recaída depressiva.

Já discutido por Bonilla-Jaime et al. (2022), pacientes com dor crônica apresentaram os maiores escores nos instrumentos de avaliação de dor e de depressão (PHQ-9), além de menor qualidade do sono. Esses achados reforçam a estreita relação entre dor, depressão e distúrbios do sono. Segundo os autores, a dor crônica e a depressão compartilham vias neurobiológicas comuns, mediadas pela serotonina e noradrenalina, e antidepressivos tricíclicos, como a amitriptilina e a nortriptilina, demonstram maior eficácia na analgesia e melhora do sono do que os inibidores seletivos da recaptação de serotonina.

Ainda neste contexto, a análise estatística revelou uma relação em forma de “U” entre a duração do sono e a intensidade da dor: pacientes que dormiam menos de 6 horas ou mais de 9 horas por noite apresentaram piores escores de dor e depressão. Os sintomas depressivos mediarão cerca de 28% dessa associação, valor próximo ao identificado no estudo populacional NHANES, que estimou uma mediação de 30,6% entre duração do sono, dor crônica e depressão (BONILLA-JAIME et al., 2022).

Outro ponto importante observado foi a presença de sonolência diurna excessiva em alguns participantes, sintoma que pode ser tanto resultado da insônia quanto efeito colateral de antidepressivos sedativos. Segundo Almeida e Nogueira (2021), a sonolência diurna pode afetar a adesão ao tratamento e comprometer a qualidade de vida dos pacientes.

Adicionalmente, a discussão apresentada por especialistas da Universidade da Pensilvânia ressalta a importância da psicofarmacologia clínica como área fundamental para integrar abordagens medicamentosas com terapias complementares e tecnologias emergentes (UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA, 2024). O presente estudo reforça essa perspectiva, ao destacar a necessidade de personalizar o tratamento com base não apenas na resposta antidepressiva, mas também nos efeitos sobre o sono, a dor e o funcionamento diurno do paciente.

Dessa forma, os resultados obtidos estão em conformidade com o objetivo proposto, evidenciando que o tratamento farmacológico da depressão deve ser planejado de forma integrada, considerando os efeitos colaterais e benefícios sobre outras esferas da vida do paciente.

Considerações Finais:

O presente estudo, fez alusão à prática de se utilizar fármacos como anestesia emocional, servindo de apoio emocional e/ou fuga da realidade, prática que, hoje em dia, é muito comum e corriqueira. O fenômeno evidencia o uso indevido de fármacos, os quais são usados para lidar com as suas emoções, a fim de fugir da realidade e se desconectar dos complexos contextos sociais.

Ao refletir sobre esse processo, a pesquisa aponta para a urgência de práticas em saúde mental que reconheçam a dor psíquica como legítima expressão da existência e que valorizem intervenções terapêuticas integradas, humanizadas e menos centradas no modelo biomédico. Assim, reafirma-se a importância de políticas públicas, formação profissional crítica e ações interdisciplinares que contribuam para o enfrentamento do uso de fármacos de forma excessiva e para a uma assistência mais sensível às singularidades dos sujeitos.

Referências:

ALARCAO, Gustavo Gil. Psicanálise e uso de medicação: um ponto de vista. *Revista Brasileira de Psicanálise*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 109–120, abr./jun. 2013. ISSN 0486-641X. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2013000200011. Acesso em: 05 julho de 2025.

BONILLA-JAIME, Herlinda; SÁNCHEZ-SALCEDO, José Armando; ESTEVEZ-CABRERA, M. Maetzi; MOLINA-JIMÉNEZ, T.; CORTES-ALTAMIRANO, J. L.; ALFARO-RODRÍGUEZ, A. Depression and pain: Use of antidepressants. *Current Neuropharmacology*, v. 20, n. 2, p. 384–402, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34151765/>. Acesso em: 05 de julho de 2025.

CARMOS, Mariana Magalhães do; SILVA, Paulo José Carvalho da. Uma solução mágica para a dor de viver: reflexões psicanalíticas sobre o consumo de analgésicos. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 318–334, jun. 2013. DOI: 10.1590/S1415-47142013000200009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rllpf/a/BVwfgf6pc79sPV7bkgDtrSh/?lang=pt>. Acesso em: 05 julho de 2025.

DE ALMEIDA, J. L.; ZUPPO, I. F.; CASTEL, S.; REIS, E. A.; OLIVEIRA, H. N.; RUAS, C. M. Health-related quality of life in patients treated with atypical antipsychotics. *Brazilian Journal of Psychiatry*, São Paulo, v. 42, n. 6, p. 000–000, nov./dez. 2020. DOI: 10.1590/1516-4446-2019-0739. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/ZJd4fnYb8rcqRXwK5vCZWPH/?lang=en>. Acesso em: 05 julho de 2025.

DEL MANTO, Júlio. Para além da “fuga da realidade”: outras motivações para consumo de psicoativos na contemporaneidade. *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 78–90, abr./jun. 2013. E-ISSN 2178-7085. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2653/265328844010.pdf>. Acesso em: 05 julho de 2025.

RODRIGUES, P. S.; FRANCISCO, P. M. S. B.; FONTANELLA, A. T.; BORGES, R. B.; COSTA, K. S. Use and sources of psychotropic drugs by Brazilian adults and seniors. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 11, p. 4601–4614, 2020. DOI: 10.1590/1413-812320202511.35962018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TPshKZqHqXpNKnQyDptcKcy/?lang=en>. Acesso em: 05 julho de 2025.

THE POWER OF CLINICAL PSYCHOPHARMACOLOGY TO TRANSFORM MENTAL HEALTH TREATMENT. *Penn LPS Online Features*, University of Pennsylvania, 25 jul. 2024. Disponível em: <https://lpsonline.sas.upenn.edu/features/power-clinical-psychopharmacology-transform-mental-health-treatment>. Acesso em: 05 julho de 2025.

WICHNIAK, A.; WIERZBICKA, A.; WALEŹKA, M.; JERNAJCZYK, W. Effects of antidepressants on sleep. *Current Psychiatry Reports*, [S.l.], v. 19, n. 9, p. 63, 2017. DOI: 10.1007/s11920-017-0816-4. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28791566/>. Acesso em: 05 julho de 2025.

ACOLHIMENTO EM SAÚDE MENTAL NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Eixo: Eixo Transversal

Cleiton Charles da Silva

Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa PB

Roseane Araújo Costa Ferreira

Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande PB

Resumo: O acolhimento em saúde mental é uma prática fundamental para atender usuários em sofrimento psíquico, considerando suas particularidades e necessidades. Na Atenção Primária, essa estratégia transforma o processo de trabalho das equipes e fortalece novas formas de cuidado. Este estudo tem como objetivo revisar a produção científica sobre o acolhimento de usuários na sala de espera das Unidades Básicas de Saúde da Família. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com caráter retrospectivo, descritivo e documental. A busca foi realizada entre agosto e outubro de 2020, nas bases SciELO, LILACS, MEDLINE e BDENF, utilizando os descritores: “Acolhimento”, “Estratégia Saúde da Família” e “Saúde Mental”, com o operador booleano “AND”. Foram incluídos seis artigos que atenderam aos critérios de seleção. Os dados foram organizados em um quadro com informações sobre autoria, título, tipo de estudo, periódico e ano de publicação. Os resultados indicam que o acolhimento é essencial na atenção em saúde mental e contribui para qualificar o cuidado prestado no território. Embora importante, o tema ainda é pouco explorado na literatura, o que reforça a necessidade de mais estudos que aprofundem essa prática como componente fundamental da assistência em saúde mental

Palavras-chave: Acolhimento; Estratégia Saúde da Família; Saúde Mental.

Introdução:

O acolhimento é entendido como uma diretriz ética, estética e política da Política Nacional de Humanização (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. Tem sua definição baseada na recepção do usuário no serviço de saúde, compreendendo a escuta qualificada das queixas e angústias, responsabilização dos profissionais pelos usuários e garantia de assistência resolutiva, com retaguarda de outros serviços de saúde na continuidade do cuidado (Garuzi, 2014).

Neste sentido, pode-se dizer que o acolhimento está presente em todas as relações, logo, acolher é reconhecer que o outro traz consigo uma bagagem legítima e singular sobre suas necessidades de saúde. O acolhimento sustenta a relação entre as equipes de saúde e os serviços, entre as equipes e os usuários e entre os serviços e a população, na qual constroem-se as práticas de saúde de forma coletiva, objetivando construir confiança, compromisso e vínculo entre os atores envolvidos nesse processo (Silva *et al.*, 2018).

A oferta do acolhimento em saúde mental surge a partir da necessidade de acolher os usuários com algum sofrimento psíquico, reconhecendo-se as particularidades e as necessidades em saúde mental destes. Esta estratégia é utilizada como dispositivo de transformação no processo de trabalho das equipes de saúde, além disso, potencializa as novas formas de cuidar em saúde mental,

bem como, as discussões sobre as práticas e concepções sobre a assistência prestada ao usuário em sofrimento mental (Minóia; Minozzo, 2015).

No entanto, é possível observar algumas fragilidades na operacionalização do acolhimento na Atenção Básica (AB), entre elas, destaca-se a compreensão do acolhimento enquanto espaço físico, uma sala, por exemplo, no qual deve ser realizado apenas na chegada dos usuários aos serviços de saúde e comente realizado pelos profissionais de saúde, assemelhando-se ao processo de triagem, diminuindo-se assim a complexidade real do acolhimento. Além disso, outro problema sobre a funcionalidade do acolhimento nos serviços de saúde é o julgamento que muitos profissionais de saúde fazem diferenciando algumas pessoas, principalmente as que apresentam sofrimento psíquico, nos quais recebem classificação, generalização e até mesmo exclusão nos serviços (Silva *et al.*, 2018).

Logo, o acolhimento possibilita a humanização do atendimento, garantindo também o acesso a este. Acolher é dar atenção aos problemas de saúde do usuário, de modo que seja oferecido ao usuário um feedback que proporcione a resolução do problema ou encaminhamento a um serviço de referência. Ademais, o compromisso com o problema de saúde identificado vai muito além da resolução do mesmo, pois, é possível promover o estabelecimento do vínculo necessário entre o usuário e a equipe de saúde, repercutindo em relações de reciprocidade (Lopes *et al.*, 2015).

Ressalta-se ainda que, mesmo observando o avanço das práticas de saúde ao longo dos anos após a implantação do SUS, muitos são os impasses e problemas enfrentados na rede de atenção à saúde. Com relação ao acolhimento, têm-se de um lado os usuários que buscam respostas para os seus problemas e do outro os profissionais que não conseguem responde-los utilizando os instrumentos e recursos disponíveis e que são preconizados pelos SUS. O resultado dessa problemática reflete na implementação conflituosa e contraditória do acolhimento nos serviços de saúde (Camelo *et al.*, 2016). Assim, pergunta-se: como o acolhimento vem sendo abordado na literatura científica em saúde?

Objetivo:

Objetivou-se neste artigo revisar a literatura acerca do acolhimento em saúde mental nos serviços de saúde brasileiros e elucidar as contribuições deste para as práticas assistenciais da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Materiais e métodos:

Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo e documental, realizado a partir do método de revisão integrativa da literatura, caracterizada como uma síntese de resultados que são relevantes

para o meio científico, permitindo a realização de análise dos estudos que foram desenvolvidos ao longo do tempo de acordo com a temática que se objetivou pesquisar (Freire *et al.*, 2019).

O estudo foi elaborado seguindo as etapas: identificação do tema, desenvolvimento da pergunta norteadora, identificação das bases de dados, construção das sentenças de busca, coleta de dados, análise dos estudos selecionados, interpretação dos resultados e apresentação da revisão integrativa. A pesquisa foi realizada no período de agosto a outubro de 2020 nas bases eletrônicas de dados: *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), *Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), *Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica* (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Utilizou-se os seguintes descritores: “Acolhimento”, “Estratégia Saúde da Família” e “Saúde Mental”, além do operador booleano “AND” entre as sentenças, delimitando a busca. Para a seleção dos artigos adotou-se como critérios de inclusão: artigos disponíveis integralmente, publicados em português, em periódicos nacionais e que tivessem indexação nas bases de dados selecionadas entre 2015 a 2020, estabelecendo-se um recorte temporal de 5 anos. Tomou-se como critérios de exclusão: publicações que estivessem em outro formato que não artigo ou tese, que fugissem ao tema proposto e que apresentassem duplicatas.

Resultados e discussão:

Identificaram-se a partir das buscas nas bases de dados, 21 trabalhos, tendo sido as proporções encontradas: LILACS (n=11), SciELO (n=7), BDENF (n=3) e MEDLINE (n=0), destacando-se a base LILACS, com um maior número de publicações.

Posteriormente a leitura das publicações realizadas na íntegra, a amostra final foi constituída por 6 artigos que atenderam aos critérios de seleção da presente pesquisa. Visando a sistematização dos dados, organizou-se os artigos selecionados em um quadro contendo dados referentes a autoria do artigo, título, tipo de estudo, periódico de publicação e ano de publicação (Quadro 1).

No Quadro 1 os artigos são demonstrados de acordo com a análise dos mesmos, considerando-se relevantes, as seguintes informações extraídas de cada trabalho: autor, título do trabalho, tipo de estudo, periódico de publicação e ano de publicação. Os artigos foram identificados e organizados de A1 até A6, em ordem crescente do respectivo ano de publicação.

Quadro 1: Caracterização dos artigos selecionados nesta revisão

Quadro 1: Caracterização dos artigos selecionados em relação aos autores, título, tipo de estudo, periódico e ano de publicação					
Cód	Autor	Título	Tipo de estudo	Periódico	Ano
.					

A1	MERCES et al	Práticas de Enfermagem em Saúde Mental na Estratégia de Saúde da Família: Revisão Integrativa	Revisão integrativa	Cogitare Enfermagem	2015
A2	LIMA, M; DIMENSTEIN, M.	O apoio matricial em saúde mental: uma ferramenta apoiadora da atenção à crise	Estudo qualitativo (pesquisa-ação)	Interface – Comun, Saúde, Educação	2016
A3	SILVA et al	Práticas de Cuidado Integral às Pessoas em Sofrimento Mental na Atenção Básica	Estudo descritivo	Psicologia: Ciência e Profissão	2017
A4	CAMPOS, D. B; BEZERRA, I. C.; JORGE, M. S. B.	Tecnologias do cuidado em saúde mental: práticas e processos da Atenção Primária	Estudo descritivo	Revista Brasileira de Enfermagem	2018
A5	TANIGUCHI, T. G.	(Des)enCAPSulando: os agentes comunitários de saúde e o cuidado da pessoa com transtorno mental	Estudo descritivo	USP	2018
A6	SILVA, P. M. C et al	Saúde mental na atenção básica: possibilidades e fragilidades do acolhimento	Estudo descritivo e analítico	Revista Cuidarte	2019

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O estudo de Mercês *et al.* (2015) evidenciou a importância do acolhimento na ESF como ferramenta essencial para o cuidado contínuo de usuários com sofrimento psíquico. A escuta qualificada permite que esses pacientes ressignifiquem seus sentimentos, fortalecendo o vínculo com o serviço. Observou-se que o acolhimento é praticado rotineiramente, mas muitas vezes reduzido a triagem, com a enfermagem avaliando e encaminhando ao médico. Os autores concluem que é necessário repensar o acolhimento em saúde mental, ampliando sua função para além do encaminhamento, fortalecendo redes de cuidado e vínculo.

De acordo com Lima e Dimenstein (2016), o acolhimento é uma ferramenta fundamental tanto na atenção em saúde quanto na saúde mental, envolvendo um conjunto de estratégias utilizadas pelas equipes dos CAPS para apoiar outros serviços no cuidado à crise e ao sofrimento psíquico. Os autores destacam que o acolhimento facilita e fortalece a atenção em saúde mental no território, sendo o matriciamento um recurso essencial para potencializar essas ações.

Segundo Silva *et al.* (2019), as USF são espaços privilegiados de cuidado por promoverem escuta qualificada, vínculo, acolhimento e respeito à história e ao sofrimento dos usuários, fortalecendo um modelo de atenção psicossocial com base comunitária. No entanto, os autores apontam que, apesar da proposta de rede integrada, há uma centralização do cuidado em um único serviço, o que gera a desresponsabilização dos demais. Isso transforma o acolhimento em um

desafio, pois o usuário muitas vezes é encaminhado a outros profissionais ou serviços, sem continuidade com quem iniciou o atendimento. Assim, reforça-se a importância de garantir o acolhimento como prática que valorize, respeite e promova a autonomia dos usuários.

O estudo transversal de Souza *et al.* (2017) revelou a necessidade de qualificar profissionais da AB para oferecer um acolhimento eficaz às pessoas com Transtornos Mentais Comuns (TMC), garantindo uma assistência integral que envolva também suas famílias. Outros estudos corroboram a importância do acolhimento para fortalecer redes de apoio e desenvolver ações intersetoriais, promovendo saúde e melhorando a qualidade de vida desses usuários.

Segundo Campos *et al.* (2018), o acolhimento é uma tecnologia fundamental na APS. Um estudo em Fortaleza-CE mostrou que essa prática cria uma relação entre profissionais e usuários, facilitando a compreensão da individualidade do paciente por meio da escuta qualificada. Assim, o acolhimento valoriza a história de vida de cada usuário, desempenhando papel crucial na adequação do serviço às suas necessidades atuais.

O acolhimento envolve consideração, respeito, segurança e proteção. No SUS, ele é uma diretriz da PNH, sem lugar, horário ou profissional fixo para ocorrer. Trata-se de uma postura ética focada na escuta do usuário, reconhecendo seu protagonismo no cuidado e a responsabilidade pela resolução dos problemas apresentados (Taniguchi, 2018).

Silva *et al.* (2019) destacam o acolhimento como ferramenta essencial para a eficácia da assistência em saúde mental na APS, contribuindo significativamente para a efetivação do SUS. Eles ressaltam que o acolhimento fortalece o vínculo entre profissionais e usuários, favorecendo a adesão aos serviços e aumentando a resolubilidade dos problemas. Com as mudanças na PNAB, houve melhorias no acolhimento e na assistência, embora sua operacionalização ainda enfrente fragilidades, muitas vezes sendo vista apenas como recepção física. Silva Filho e Bezerra (2018) reforçam que a ESF apresenta potencialidades para o acolhimento, como territorialização, busca ativa, apoio matricial do NASF e o fortalecimento do vínculo entre equipes e usuários.

Considerações Finais:

A pesquisa evidenciou que o acolhimento em saúde mental na Estratégia Saúde da Família é fundamental para garantir os direitos dos usuários no SUS, promovendo uma assistência integral, acessível e equânime, especialmente para quem enfrenta problemas psíquicos. Ressalta-se a necessidade de capacitação dos profissionais para oferecer um cuidado efetivo e resolutivo.

Os resultados indicam que a implementação do acolhimento enfrenta barreiras, tanto pela incompreensão dos profissionais sobre sua real dimensão quanto pela resistência dos usuários em expressar suas demandas, dificultando uma escuta qualificada.

Embora o acolhimento em saúde mental seja pouco explorado na literatura brasileira e frequentemente tratado de forma superficial, há urgência em aprofundar pesquisas sobre o tema.

Por fim, o acolhimento é uma estratégia eficiente para melhorar o cuidado, fortalecer vínculos, promover a escuta qualificada, favorecer o tratamento e a reinserção dos usuários, além de ser essencial para a qualidade da assistência e promoção da saúde na Atenção Básica.

Referências:

BRASIL. Portaria nº 2.436 de 21 de Setembro de 2017. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 12 jun. 2025.

_____. **Atenção integral na rede de saúde: módulo 5. – 7ª. Ed.** – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014. 108 p. (SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento / coordenação [da] 7. ed. Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni). Disponível em: https://www.supera.org.br/wp-content/uploads/2016/03/SUP7_Mod5.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Cadernos de Atenção Básica, n. 34**. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2025.

CAMELO, M.S et al. Acolhimento na atenção primária à saúde na ótica de enfermeiros. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 463-468, ago. 2016. DOI: 10.1590/1982-0194201600063

CAMPOS, D.B; BEZERRA, I.C; JORGE, M.S.Bessa. Tecnologias do cuidado em saúde mental: práticas e processos da Atenção Primária. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, supl. 5, p. 2101-2108, 2018. DOI: 10.1590/0034-7167-2017-0478

CORREIA, V. R; BARROS, S; COLVERO, L.A.. Saúde mental na atenção básica: prática da equipe de saúde da família. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1501-1506, 2011. DOI: 10.1590/S0080-62342011000600032

COUTINHO, L.R.P; BARBIERI, A.R; SANTOS, M. L. M. Acolhimento na Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p. 514-524, 2015. DOI: 10.1590/0103-110420151050002018

FREIRE, G.V et al. Liderança do Enfermeiro nos Serviços de Urgência e Emergência: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 3, p. 2029- 2041, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/1542>. Acesso em: 27 jun. 2025.

GARUZI, MARIANE et al. Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: revisão integrativa. **Rev Panam Salud Publica**, v. 35, n.2, p. 144-9, 2014. Disponível em : <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/v35n2/a09v35n2.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GAZIGNATO, E.C. S; SILVA, C.R.C. Saúde mental na atenção básica: o trabalho em rede e o matriciamento em saúde mental na Estratégia de Saúde da Família. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 101, p. 296-304, 2014. DOI: 10.5935/0103-1104.20140027

LIMA, M; DIMENSTEIN, M. O apoio matricial em saúde mental: uma ferramenta apoiadora da atenção à crise. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 20, n. 58, pág. 625-635, setembro de 2016. DOI: doi.org/10.1590/1807-57622015.0389

LOPES, A.S et al. O acolhimento na Atenção Básica em saúde: relações de reciprocidade entre trabalhadores e usuários. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 104, p. 114-123, mar. 2015. DOI: doi.org/10.1590/0103-110420151040563

MERCES, ANA MONALISA FERREIRA et al. Práticas de Enfermagem em Saúde Mental na Estratégia Saúde da Família: Revisão Integrativa. **Cogitare Enfermagem.**, v.20, n. 2, 2015. Disponível em : <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/08/1454/38560-157252-1-pb.pdf>. Acesso em: 30 de mai. 2025.

MINOIA, N.P; MINOZZO, F. Acolhimento em Saúde Mental: Operando Mudanças na Atenção Primária à Saúde. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 4, p. 1340-1349, Dez. 2015. DOI: 10.1590/1982-3703001782013

NIED, M.M et al. Elementos da Atenção Primária para compreender o acesso aos serviços do SUS diante do autorrelato do usuário. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 362-372, 2020. DOI: 10.1590/1414-462X202028030434

SILVA FILHO, J.A; BEZERRA, A.M. Acolhimento em Saúde Mental na Atenção Primária à Saúde: Revisão Integrativa. **Rev. Mult. Psic.**, v.12, n. 40, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v12i40.1138>

SILVA, P.M.C et al. Saúde mental na atenção básica: possibilidades e fragilidades do acolhimento. **Rev. Cuidarte.**, v. 10, n. 1, p. 1-12, Abril 2019. DOI: 10.15649/cuidarte.v10i1.617

SILVA, T.F et al. O acolhimento como estratégia de vigilância em saúde para produção do cuidado: uma reflexão epistemológica. **Saúde em Debate [online]**, v. 42, n. spe4, pp. 249-260, 2018. DOI: 10.1590/0103-11042018S420

SOUZA, L.P.S. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em adultos no contexto da Atenção Primária à Saúde. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, Porto, n. 18, p. 59-66, dez. 2017. DOI: 10.19131/rpesm.0193

TANIGUCHI, T.G. **(Des)enCAPSulando: os agentes comunitários de saúde e o cuidado da pessoa com transtorno mental**. (Tese Mestrado), Especialização em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, USP, São Paulo, 2018. DOI: [doi:10.11606/D.6.2018.tde-18102018-083105](https://doi.org/10.11606/D.6.2018.tde-18102018-083105).

LOUCURA E SOFRIMENTO PSÍQUICO EM CORPOS FEMININOS: PERSPECTIVAS DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

Eixo: Transversal

Patrícia Carvalho Sales

Graduanda em Psicanálise pelo Centro Universitário UNINTER, Castanhal PA

Juliana dos Santos Lourenço

Graduada em Psicologia pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro RJ, Especialista em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRJ, Rio de Janeiro RJ.

Resumo: Analisar as conexões entre loucura, sofrimento psíquico e corpos femininos sob uma perspectiva de gênero implica reconhecer como normas históricas e sociais moldam a experiência subjetiva das mulheres. A maternidade, a feminilidade e o corpo feminino foram, ao longo do tempo, colocados a serviço de expectativas normativas que silenciam, patologizam e culpabilizam o sofrimento. A loucura, frequentemente usada como instrumento de controle, também pode ser compreendida como forma de resistência e linguagem do insuportável. Amparado na psicanálise, na história e nos estudos de gênero, este estudo propõe uma reflexão crítica sobre os atravessamentos entre gênero, subjetividade e saúde mental. Por meio de uma revisão narrativa da literatura, com análise temática de publicações em bases como SciELO, PePSIC e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, a pesquisa evidencia a necessidade de práticas clínicas e políticas públicas que acolham a singularidade do sofrimento feminino e enfrentem as desigualdades de forma interseccional. A articulação entre feminismo e saúde mental desponta como um caminho potente para transformações emancipatórias e inclusivas no cuidado.

Palavras-chave: Gênero; Mulheres; Saúde Mental; Sofrimento Psíquico

Introdução:

A relação entre o sofrimento psíquico e os corpos femininos está intrinsecamente ligada a construções históricas, sociais e culturais que moldam a subjetividade das mulheres. A identidade feminina foi, por muito tempo, atrelada à maternidade e à obediência a mandatos de gênero, configurando dispositivos de controle e silenciamento. A patologização da experiência feminina — frequentemente associada à loucura — funcionou como um mecanismo de exclusão, reforçando desigualdades estruturais e deslegitimando os modos singulares de existir das mulheres. Ao analisar criticamente esse cenário, diversos autores apontam como os dispositivos sociais de normatização continuam a sustentar estruturas que perpetuam o sofrimento psíquico feminino, sobretudo quando as manifestações consideradas desviantes dos padrões hegemônicos são medicalizadas ou institucionalizadas (Silva, Garcia, 2019; Rangel; Castro, 2023).

Esse trabalho busca investigar de que maneira as representações sociais do corpo feminino contribuem para o adoecimento psíquico das mulheres, considerando a intersecção entre gênero, subjetividade e saúde mental. Fundamentando-se em uma abordagem teórica psicanalítica e dialogando com os campos da filosofia e das ciências sociais, a pesquisa objetiva preencher uma lacuna ainda presente nas produções acadêmicas, que aborda a compreensão do sofrimento psíquico

feminino para além das categorias biomédicas, atentando-se às dimensões ético-políticas implicadas na escuta clínica (Gomes *et al.*, 2005; Rother, 2007).

Dessa forma, o enfoque na perspectiva de gênero revela-se fundamental para a construção de práticas de cuidado mais sensíveis, críticas e emancipatórias no campo da saúde mental, permitindo uma escuta que acolha a singularidade do sujeito e reconheça os efeitos simbólicos e imaginários que atravessam o corpo feminino (Silva *et al.*, 2023).

Objetivo:

Analisar como as construções de gênero e as expectativas sociais em torno da maternidade e feminilidade contribuem para o sofrimento psíquico em mulheres, à luz da psicanálise e da interseccionalidade

Materiais e métodos:

Este estudo adota uma abordagem qualitativa por meio de revisão narrativa da literatura, visando aprofundar a compreensão das relações entre construções de gênero, sofrimento psíquico e experiências de “loucura” associadas aos corpos femininos. A revisão narrativa foi escolhida por sua flexibilidade metodológica, permitindo uma análise crítica e interdisciplinar das produções acadêmicas (Rother, 2007).

A busca bibliográfica foi realizada nas bases SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os seguintes descritores, combinados por operadores booleanos: “mulher” AND “saúde mental”, “feminino” AND “psicanálise”, “maternidade” AND “sofrimento psíquico”, “gênero” AND “loucura”, e “interseccionalidade” AND “saúde mental da mulher”. O recorte temporal estabelecido compreendeu o período de 2000 a 2025, contemplando tanto produções clássicas quanto contribuições recentes sobre o tema. Foram incluídos 23 artigos científicos indexados, teses e dissertações com resumos disponíveis, desde que abordassem explicitamente a relação entre gênero e sofrimento psíquico em mulheres, com discussão teórica ou dados relevantes. Excluíram-se textos com revisão superficial ou desalinhados ao tema, resultando em uma bibliografia final composta por 11 artigos e teses.

A análise fundamenta-se na psicanálise, articulada com história, filosofia e estudos de gênero, com ênfase na interseccionalidade. Aplicou-se análise temática para identificar e interpretar os principais núcleos de sentido, seguindo etapas de familiarização, codificação, construção e síntese crítica (Gomes *et al.*, 2005).

Embora menos rigorosa que revisões sistemáticas, a revisão narrativa é adequada ao objetivo, pois favorece a articulação crítica entre saberes e uma leitura aprofundada das construções discursivas sobre o feminino e o sofrimento psíquico (Rother, 2007).

O estudo trata-se de uma pesquisa teórica, fundamentada exclusivamente em fontes secundárias disponíveis em domínio público, não envolvendo participação direta de seres humanos. Por essa razão, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados e discussão:

A análise da literatura revisada revela que o sofrimento psíquico e as experiências associadas à “loucura” nos corpos femininos são atravessados por construções históricas e socioculturais de gênero, que impõem modelos normativos de subjetivação. Um dos eixos centrais que emergem refere-se à relação entre maternidade e saúde mental. Estudos como o de Clemens (2015) indicam que a maternidade, frequentemente idealizada como realização natural da mulher, pode configurar-se como fonte de adoecimento psíquico diante das pressões para corresponder a padrões inatingíveis de cuidado e abnegação. A idealização da “boa mãe” é internalizada como imperativo ético, produzindo culpa, angústia e silenciamento diante de experiências maternas que fogem ao modelo hegemônico. A pesquisa de Pegoraro (2007) corrobora essa constatação ao descrever trajetórias de mulheres em sofrimento, cuja identidade é atravessada por exigências paradoxais entre prover cuidado e manter-se emocionalmente equilibradas, mesmo em contextos adversos.

No campo da psicanálise, a produção teórica clássica oferece instrumentos fundamentais para a compreensão do sofrimento feminino. Freud introduziu a noção do inconsciente como espaço de desejos reprimidos, embora sua leitura da feminilidade tenha sido marcada por uma lógica falocêntrica que vinculava a mulher à falta. Essa concepção foi posteriormente problematizada por autoras feministas, que criticaram a redução da diferença sexual à negatividade em relação ao falo, contribuindo para a marginalização simbólica do feminino (Moraes; Coelho Junior, 2010; Clemens, 2015). Melanie Klein, ao deslocar o foco para as relações objetais e o universo interno da criança, e Winnicott, ao enfatizar o papel do ambiente e da função materna, trouxeram contribuições valiosas, ainda que sem romper integralmente com os limites estruturais do pensamento patriarcal. Lacan, ao introduzir o conceito de “gozo feminino”, avançou no reconhecimento de uma dimensão de prazer e desejo fora da lógica fálica, embora tenha mantido um referencial simbólico centrado no Nome-do-Pai (Moraes, Coelho Junior, 2010).

Essa limitação da psicanálise clássica foi amplamente questionada por teóricas feministas a partir da década de 1980, que problematizaram o uso de uma linguagem simbólica excludente e a ausência de escuta das experiências corporificadas das mulheres. A “melancolia feminina”, por

exemplo, foi interpretada por essas autoras não apenas como estrutura psíquica, mas como expressão do sofrimento diante da perda de si imposta pela normatividade de gênero, especialmente no contexto da maternidade (Clemens, 2015). Nesse cenário, a escrita emerge como forma de resistência. O trabalho de Lima e Medeiros (2023), ao analisar Maura Lopes Cançado, ilustra como a linguagem, mesmo atravessada pela loucura, pode funcionar como espaço simbólico de elaboração subjetiva e subversão das normas.

Além da maternidade, outros fatores são identificados como geradores de sofrimento psíquico nas mulheres. A literatura destaca que sintomas tradicionalmente associados à histeria — como somatizações, crises emocionais e comportamentos considerados “excessivos” — expressam conflitos entre o desejo singular e as normas sociais impostas (Moraes; Coelho Junior, 2010). Historicamente, tais manifestações foram patologizadas e utilizadas como mecanismos de controle social, justificando práticas de exclusão, medicalização e internação (Silva; Garcia, 2019). Nesse contexto, a loucura feminina pode ser compreendida tanto como sintoma da opressão quanto como tentativa de ruptura com discursos hegemônicos. Essa ambivalência é explorada por autores que interpretam a “loucura” como resposta simbólica ao insuportável, e não meramente como déficit ou disfunção (Zanello; Fiuza; Costa, 2015).

O estudo também evidencia que a análise do sofrimento psíquico feminino demanda uma abordagem interseccional. Marcadores como raça, classe, território e sexualidade produzem experiências singulares que potencializam a vulnerabilidade à patologização. Pesquisas como a de Silva *et al.* (2023) demonstram que mulheres negras, indígenas e periféricas enfrentam barreiras estruturais nos serviços de saúde e são frequentemente estigmatizadas como agressivas ou negligentes, mesmo ao buscarem ajuda. Esses processos reforçam a marginalização de seus corpos e subjetividades.

Na perspectiva psicanalítica, o corpo feminino permanece como um lugar privilegiado de inscrição do sofrimento. Sintomas corporais, como transtornos alimentares, automutilações e crises psicossomáticas, emergem como expressões de conflitos não simbolizados, frequentemente vinculados a traumas transgeracionais não elaborados (Pegoraro, 2007). A transmissão desses traumas, especialmente quando silenciada culturalmente, contribui para a perpetuação do adoecimento.

Refletir sobre a loucura e o sofrimento psíquico que atravessam os corpos femininos é iluminar um campo historicamente negligenciado, marcado por silenciamentos, medicalizações abusivas e discursos normativos que procuram enquadrar o feminino em moldes rígidos de normalidade. Este trabalho não se propôs a encerrar o debate, mas a promover deslocamentos epistemológicos, rompendo com a lógica que reduz o sofrimento das mulheres à mera patologia e

abrindo espaço para compreendê-lo como fenômeno profundamente imbricado nas estruturas de poder, nas desigualdades de gênero e nas violências simbólicas e concretas que incidem sobre seus corpos e existências.

A partir de uma articulação entre psicanálise, estudos de gênero e contribuições das ciências sociais, evidenciou-se que a experiência feminina da loucura — frequentemente instrumentalizada como mecanismo de dominação e controle — também pode ser pensada como linguagem, forma de resistência e denúncia do insuportável. Ressignificar esse sofrimento enquanto expressão legítima de subjetividades atravessadas por opressões estruturais constitui um passo ético-político em direção a práticas clínicas e sociais comprometidas com a emancipação.

Por fim, os estudos convergem na crítica à atuação dos serviços de saúde mental, que ainda operam com vieses de gênero, reforçando estigmas e desconsiderando a complexidade do sofrimento feminino. Rangel e Castro (2023) defendem a urgência de práticas de escuta clínica que reconheçam as especificidades das experiências das mulheres, em vez de enquadrá-las em categorias diagnósticas universais. A escuta sensível e não patologizante emerge como alternativa ética à medicalização, promovendo autonomia e cuidado como construções relacionais.

Considerações Finais:

Torna-se imprescindível que as políticas públicas e os serviços de saúde mental deixem de operar sob a lógica da normatização, reconhecendo a complexidade das experiências das mulheres, sobretudo daquelas situadas em posições subalternizadas pela intersecção entre gênero, raça, classe, território e sexualidade. Não se trata apenas de “incluir” essas mulheres, mas de transformar radicalmente os modos de escuta, acolhimento e cuidado.

Assim, faz-se necessária a formação de profissionais capazes de problematizar os discursos hegemônicos e sustentar uma escuta sensível às narrativas femininas, mesmo quando estas se manifestam sob a forma de ruptura, delírio ou silêncio. Essa escuta não deve visar a correção, mas a compreensão; não a patologização, mas a significação; não a contenção, mas o acompanhamento.

Como desdobramento essencial, propõe-se o fortalecimento do diálogo entre os movimentos feministas e a luta antimanicomial, construindo uma agenda comum que articule saúde mental, justiça social e equidade de gênero. Recomenda-se, ainda, o investimento em pesquisas qualitativas e interdisciplinares que deem visibilidade às vozes das mulheres historicamente marginalizadas nas políticas e saberes institucionais: mulheres negras, indígenas, trans, pobres, usuárias de substâncias e residentes em periferias.

Para finalizar, este estudo reafirma que pensar o sofrimento psíquico feminino implica refletir sobre as estruturas que o produzem. A loucura, nesse sentido, pode ser lida como sintoma de um mal-estar coletivo, e não apenas individual. O desafio ético-político que se impõe é promover

uma clínica que não apenas cuide das feridas, mas que questione as mãos que as causaram, contribuindo, sobretudo, para a invenção de novas formas de existir, mais justas, plurais e livres para todas as mulheres.

Referências:

BORIS, G. D. J. B.; CESÍDIO, M. H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

CLEMENS, J. A **(mal) dita maternidade: a maternidade e o feminino entre os ideais sociais e o silenciado**. 2015. 269 f., Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

GOMES, R.; DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; SILVA, E. R. C. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

LIMA, C. R.; MEDEIROS, P. M. Maura Lopes Cançado e o feminino, a loucura e a escrita como resistência. **Revista de Literatura Brasileira Brasil/Brazil**, Porto Alegre, v. 36, n. 71, p. 57-72, 2023.

MELO, C. A. A.; VITORETI, L. B. L. Saúde mental da mulher: perspectivas a partir do sofrimento ético-político. **Revista de Literatura Brasileira Brasil/Brazil**, Porto Alegre, v. 36, n. 71, p. 57-72, 2023.

MORAES, G. C. S.; COELHO JUNIOR, N. E. Feminino e psicanálise: um estudo sobre a literatura psicanalítica. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 4, p. 791-800, out/dez. 2010.

PEGORARO, R. F. **Receber e prover cuidados: a trajetória de uma mulher em sofrimento psíquico**. 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

RANGEL, S. P. A.; CASTRO, A. M. Saúde mental: onde se colocam as questões de gênero? Os papéis das mulheres cisgêneras. **Saúde em Debate**, v. 47, n. 138, 2023.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v. 6, 2007.

SILVA, Á. R. P.; SANTOS, A. C. S.; GAIA, J. W. P.; LEBREGO, A. M. Corpos femininos e loucura: Sofrimento psíquico, relações de gênero e suas interseccionalidades. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 9, n. 4, p. 234-259, out.-dez. 2023.

SILVA, T. D. M.; GARCIA, M. R. V. Mulheres e loucura: a (des)institucionalização e as (re)invenções do feminino na saúde mental. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 42-52, jan.-abr. 2019.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. S. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, 2015.

A INFLUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO NA SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Eixo: Transversal

Bruna Rafaela da Silva Lima

Graduanda em Nutrição pela Universidade Maurício de Nassau- UNINASSAU, Recife -PE.

Bruna Maria da Silva

Especialista em psicopedagogia clínica e institucional pela Faculdade IMES, Governador Valadares- MG.

Resumo: A relação entre alimentação e saúde mental tem sido amplamente estudada, especialmente na população adolescente, que está em um período crítico de desenvolvimento neuropsicológico. Este estudo pretende analisar a influência da alimentação na saúde mental de adolescentes, por meio de uma revisão de literatura. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura com base em artigos publicados nos últimos dez anos em bases de dados reconhecidas e revistas científicas, utilizando descritores relacionados à alimentação e saúde mental em adolescentes. Distúrbios de imagem estão associados a obesidade e déficit de peso, levando a questões sérias como transtornos alimentares e mentais. Os riscos envolvem o desenvolvimento de doenças causadas por deficiências nutricionais e dieta inadequada e mortalidade. A alimentação desempenha um papel crucial na saúde mental dos adolescentes, reforçando a necessidade de intervenções nutricionais e políticas públicas voltadas para a promoção de hábitos

Palavras-chave: Adolescentes; Nutrição; Saúde mental; Transtornos mentais.

Introdução:

A saúde mental dos adolescentes tem sido um tema de crescente interesse na comunidade científica, dada a alta prevalência de transtornos psicológicos nessa fase da vida. Uma dieta equilibrada, rica em nutrientes essenciais como ácidos-graxos, vitaminas e minerais pode contribuir para a estabilidade emocional, prevenindo transtornos como ansiedade e depressão, enquanto um padrão alimentar inadequado, baseado em alimentos ricos em açúcares e ultraprocessados está associado a um maior risco de distúrbios mentais (O'neil *et al.*, 2014).

Por outro lado, indivíduos portadores de más condições psicológicas também podem ter seus hábitos alimentares comprometidos. Os transtornos de imagem são os principais responsáveis pelo desenvolvimento dos transtornos alimentares como anorexia e bulimia (Silva *et al.*, 2015 e Pinho *et al.*, 2019). A busca pela imagem perfeita, muitas vezes salientada pelas mídias sociais leva a obtenção de hábitos alimentares prejudiciais e dietas extremas que comprometem o estado nutricional dessa faixa etária.

Compreender os processos enfrentados por esse grupo é essencial para elaboração de propostas de intervenção eficazes que promovam tanto a saúde física quanto a saúde mental (Moehleck *et al.*, 2020).

Objetivo:

Explorar as evidências científicas sobre a influência da alimentação na saúde mental de adolescentes, discutindo as consequências de dietas inadequadas e a importância da educação nutricional como uma estratégia preventiva e terapêutica.

Materiais e métodos:

A busca pelos estudos foi realizada em bases de dados científicas reconhecidas, como PubMed, SciELO e LILACS. Adicionalmente, também foram pesquisados artigos diretamente em revistas científicas específicas, como a *Revista de Desenvolvimento Social (RDS)* e a *Brazilian Journal of Health Review (BJHR)*, por meio de seus respectivos portais eletrônicos. Complementarmente, utilizou-se o buscador Google Scholar para a identificação de literatura relevante em repositórios institucionais. A revisão foi focada em publicações realizadas nos últimos 10 anos (2014-2025) e incluiu artigos publicados em inglês, português e espanhol.

Os critérios de inclusão para os estudos selecionados foram: artigos revisados por pares que abordassem a relação entre alimentação e saúde mental em adolescentes, estudos empíricos, ensaios clínicos ou revisões anteriores, artigos de dissertações e teses, publicações com participantes na faixa etária de 10 a 19 anos e estudos que analisassem diretamente a dieta ou intervenções alimentares e seus efeitos sobre aspectos da saúde mental, como ansiedade, depressão ou bem-estar emocional. Os critérios de exclusão foram: estudos não focados na população adolescente, publicações que não abordassem diretamente a relação entre alimentação e saúde mental, e trabalhos de conclusão de curso de graduação.

As palavras-chave, (DeCS) utilizados na busca incluíram "*diet*", "*mental health*", "*adolescents*" e "*nutrition*". Para otimizar a busca, foram aplicados marcadores booleanos como "*and*" e "*or*" para combinar os termos de forma eficaz, permitindo a inclusão de artigos que abordassem a interseção entre os temas. As principais combinações empregadas foram: "*adolescent nutrition and mental health*", "*adolescent nutrition or diet*" e "*nutrition and mental health of adolescents*". A análise dos artigos selecionados foi realizada com base em uma leitura crítica dos métodos utilizados nos estudos, das populações analisadas, dos resultados obtidos e das conclusões discutidas pelos autores.

Resultados e discussão:

A busca resultou na identificação de 21 artigos: 5 encontrados na base SciELO, 4 no PubMed, 3 nas revistas RDS e JBHS respectivamente, 1 artigo na revista JBIHS, 2 artigos na revista RBONE e 2 na base de dados LILACS. Um artigo foi encontrado no repositório institucional da Universidade de La Salle. Após a aplicação dos critérios de seleção, foram

selecionados 10 artigos para construção de resultados e discussão. Os dados extraídos foram organizados na tabela 1 para facilitar a comparação entre os diferentes estudos.

Tabela 1- Classificação dos artigos

Autor	Ano	Base de Dados	Método	Principais Resultados
O’Neil <i>et al.</i>	2014	PubMed	Revisão sistemática	Alimentação influencia neurotransmissores, inflamação e microbiota; alimentação saudável reduz sintomas mentais. Crianças e adolescentes com padrões alimentares saudáveis (ricos em frutas, vegetais, peixes e grãos integrais) apresentaram menores sintomas de depressão, ansiedade e outros transtornos mentais.
Pinho <i>et al.</i>	2019	SciELO	Estudo transversal	Insatisfação corporal é maior em adolescentes com desvios nutricionais.
Moehleck <i>et al.</i>	2020	SciELO	Estudo multicêntrico transversal	Distorção da imagem e insatisfação com peso associam-se a transtornos mentais.
Silva <i>et al.</i>	2015	LILACS	Estudo transversal analítico	Percepção corporal influencia mais comportamentos extremos do que estado nutricional.
Moschen, T.	2018	Unilasalle	Avaliação com 486 alunos do ensino médio	Excesso de peso relacionado a problemas de relacionamento e comportamento restritivo.
Gomes <i>et al.</i>	2021	RSD Journal	Pesquisa bibliográfica exploratória	Distúrbios alimentares prevalecem em meninas e estão ligados ao meio social e familiar.
Rolim <i>et al.</i>	2021	BJHR	Revisão literária	Compulsão alimentar ligada a psicopatologias, excesso de peso e fatores familiares.
Dias <i>et al.</i>	2024	BJHS	Revisão da literatura	Obesidade infantil impacta saúde mental; bullying e estigma são agravantes.
Soares <i>et al.</i>	2023	RBONE	Pesquisa descritiva, quantitativa e transversal	Influenciadores digitais promovem distorção de imagem em adolescentes.
Farias e Rosa	2020	BJHR	Revisão bibliográfica	Transtornos alimentares têm causas multifatoriais envolvendo vários aspectos.

Fonte: Autores.

A análise dos achados nessa pesquisa evidenciou que existe uma complexa relação entre os alimentos e a saúde mental dos adolescentes. Uma alimentação equilibrada, rica em nutrientes essenciais contribui para uma boa condição de saúde mental. A ingestão de ácidos-graxos ômega-3, vitaminas do complexo B, vitamina D e certos aminoácidos essenciais, melhoram o funcionamento do cérebro agindo como precursores na produção de neurotransmissores como a dopamina, serotonina e noradrenalina, reduzindo assim sintomas da ansiedade e depressão. Além disso, a

saúde da microbiota intestinal também influi na condição da saúde mental, estudos comprovam que a ação de probióticos atua na redução dos sintomas desses distúrbios (O'neil *et al.*, 2014).

Em contrapartida, dietas inadequadas, especialmente ricas em alimentos ultraprocessados com baixa ingestão de frutas e verduras resultam em consequências negativas à saúde física, emocional e psicológica. Dietas pobres em nutrientes podem contribuir para o desenvolvimento dos distúrbios mentais, pois citosinas “ruins” presentes em alimentos ultraprocessados, refrigerantes, carnes processadas e gorduras saturadas podem gerar impactos no metabolismo de múltiplos transmissores, como serotonina, dopamina e glutamato, levando a alterações significativas na atividade cerebral, como no caso da ansiedade e depressão. Principalmente relacionado a faixa etária alvo desse estudo, sintomas psicossociais como os distúrbios de imagem também estão associados a uma má alimentação (Gomes *et al.*, 2021 e Silva, *et al.*, 2015).

A disfunção da imagem é caracterizada pela percepção distorcida que a pessoas tem do seu próprio corpo, resultando na insatisfação com a aparência física ou estética, trazendo à tona uma preocupação excessiva com o peso. No caso de pacientes diagnosticados com transtornos alimentares, é possível observar que em uma análise corporal o índice de massa se encontrou na faixa de eutrofia, reforçando assim o quadro de disfunção de imagem associado a transtornos alimentares. Soares *et al.*, 2023 em sua pesquisa transversal concluiu que os influenciadores e/ou as redes sociais influenciaram na busca por um corpo perfeito, provocando distorção da imagem corporal em adolescentes. Aliado a esse pormenor, os estudos de Silva, 2019, Pinho *et al.*, 2019, Dias *et al.*, 2024 e Moehleck *et al.*, 2020 constataam que o excesso de peso também é um dos fatores que levam aos distúrbios de imagem. Essa condição é a principal causa dos transtornos alimentares anorexia e bulimia. Além disso, distúrbios mentais como ansiedade e depressão também são identificados em jovens com distúrbios de imagem.

Outro fator determinante para o desenvolvimento de distúrbios de imagem e transtornos alimentares tem a ver com a obesidade. Nesse ínterim, Moschen, 2018 associou o excesso de peso a problemas de relacionamento, enquanto Rolim *et al.*, 2021 e Da Silva Gomes, 2021 destacam que problemas familiares e afeto negativo também estão entre os aspectos ambientais que contribuem para obesidade na fase da adolescência. Além do excesso de peso, vale salientar também que o déficit de peso, embora em escala bem menor tem sido identificado como um problema de percepção de imagem principalmente no sexo masculino (Pinho *et al.*, 2019).

Os autores fomentam a ideia que a insatisfação com a imagem está intimamente ligada aos distúrbios alimentares. Essa relação sugere que a percepção negativa sobre o corpo pode predispor nesses jovens comportamentos alimentares prejudiciais. O uso indiscriminado de medicamentos para emagrecer também é comum nessa faixa etária. Esse proceder, sem orientação médica ou sem

real necessidade pode acarretar em riscos a saúde física e mental como, dependência, surtos psicóticos, anorexia, bulimia, dislipidemias, ansiedade, convulsões, fadiga, insônia, entre outros. Silva *et al.*, 2015 destacou que a percepção exagerada da imagem física tem maior influência na prática desses comportamentos extremos do que o estado nutricional em si.

Transtornos mentais como ansiedade e depressão são intrinsecamente ligados aos transtornos alimentares como a compulsão alimentar, anorexia e bulimia (Rolim *et al.*, 2021). Tais transtornos acarretam danos significativos ao estado nutricional, pois são responsáveis por causar nesse grupo doenças crônicas não transmissíveis como diabetes tipo 2, deficiências de micronutrientes essenciais importantes nos processos metabólicos, podendo levar a mortalidade. O paciente acometido por transtornos alimentares como a bulimia e anorexia pode sofrer também complicações relacionadas à saúde bucal. O hábito de provocar o vômito em ambas as doenças, torna o ambiente bucal extremamente ácido, causando erosão dental, e consequentemente a perda dos dentes, o que prejudicaria processos mecânicos como a mastigação, diminuindo a qualidade de vida do indivíduo. As consequências não se limitam apenas a saúde física, mas se estendem a saúde mental, resultando em estigmatização e bullying relacionado ao peso.

Considerações Finais:

Em suma, os artigos classificados para essa revisão evidenciam que a alimentação influencia a saúde mental dos adolescentes. Uma alimentação adequada alivia os sintomas da ansiedade e depressão, por outro lado, uma alimentação inadequada resulta em problemas de imagem e doenças como a obesidade, que leva a problemas sociais, que por sua vez podem resultar em transtornos psicossociais como ansiedade e depressão entre outros. Os transtornos psicossociais podem levar a transtornos alimentares que causarão dano a saúde física. Outros aspectos poderiam ter sido relevantes nessas pesquisas como considerar a cultura dos adolescentes que participaram avaliando tradições alimentares e práticas que tem influência no estado nutricional e consequentemente mental dos envolvidos. Incluir fatores econômicos também seria apropriado visto que a qualidade da alimentação depende em grande parte da situação financeira de cada família e indivíduo.

Referências:

DIAS, Bianca Ferreira *et al.* **Obesidade infantil e adolescente e saúde mental: impactos e fatores psicossociais.** Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 7, p. 3102-3109, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n7p3102-3109>. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/2756> . Acesso em: 14/05/2025

FARIAS, Claudia Torquato Scorsafava; ROSA, Rafaela Henriques. **A educação alimentar e nutricional como estratégia no tratamento dos transtornos alimentares.** Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 4, p. 10611-10620, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv3n4-322>.

Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/15623>. Acesso em: 14/05/2025

GOMES, Edna Lara Vasconcelos da Silva *et al.* **O impacto do desenvolvimento de transtornos alimentares em adolescentes: uma revisão.** Research, Society and Development, v. 10, n. 14, p. e92101421648-e92101421648, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21648>.

Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21648>. Acesso em: 14/05/2025

MOEHLECKE, Milene *et al.* **Auto-imagem corporal, insatisfação com o peso corporal e estado nutricional de adolescentes brasileiros: um estudo nacional.** Jornal de Pediatria, v. 96, p. 76-83, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jped.2018.07.006>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jped/a/3hyT8qTDCvYwZ4bGRXMJDqG/?lang=pt>. Acesso em: 14/05/2025

MOSCHEN, Tábata. **Associação entre comportamento alimentar e saúde mental de adolescentes nos diferentes estados nutricionais.** 2018. DOI: <http://hdl.handle.net/11690/1128>.

Disponível em: <https://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/1128>. Acesso em: 14/05/2025

O'NEIL, Adrienne *et al.* **Relationship between diet and mental health in children and adolescents: a systematic review.** American Journal of Public Health, [S.l.], v. 104, n. 10, p.

e31–e42, 2014. DOI: <https://doi.org/10.2105/AJPH.2014.302110>. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25208008/>. Acesso em: 22 maio 2025.

PINHO, Lucinéia de *et al.* **Percepção da imagem corporal e estado nutricional em adolescentes de escolas públicas.** Revista brasileira de enfermagem, v. 72, p. 229-235, 2019. DOI:

<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0644>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/NcmxvskW4NKTtpcXkLJ5DZz/?lang=pt>. Acesso em: 14/05/2025

ROLIM, A. *et al.* **Análise dos fatores associados ao transtorno de compulsão alimentar em adolescentes: uma revisão de literatura/analysis of factors associated with compulsion disorder food in adolescents: a literature review.** Brazilian Journal of Health Review, v. 4, n. 6, p. 28873-28888, 2021. DOI:10.34119/bjhrv4n6-424. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/41869>. Acesso em: 14/05/2025

SILVA, Simoni Urbano da *et al.* **Estado nutricional, imagem corporal e associação com comportamentos extremos para controle de peso em adolescentes brasileiros, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar de 2015.** Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 21, n. suppl 1, p.

e180011, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720180011.supl.1>. Disponível em:

<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-977699>. Acesso em: 14/05/2025

SOARES, Wellington Danilo *et al.* **Impacto dos influenciadores digitais na autopercepção e estado nutricional de adolescentes.** RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, v. 17, n. 107, p. 192-199, 2023. DOI:

<https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/2223>. Disponível em:

<https://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/2223>. Acesso em: 14/05/2025